

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

Franklin Lopes Silva

**GÊNESE E MUTAÇÕES DOS PAPÉIS DE EDITOR NO MARANHÃO
das casas tipográficas às edições estatais**

São Luís
2021

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
DOUTORADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**GÊNESE E MUTAÇÕES DOS PAPÉIS DE EDITOR NO MARANHÃO
das casas tipográficas às edições estatais**

Franklin Lopes Silva

Texto apresentado ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais como pré-requisito à obtenção do título de doutor em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Benedito Souza Filho.

São Luís
2021

**GÊNESE E MUTAÇÕES DOS PAPÉIS DE EDITOR NO MARANHÃO
das casas tipográficas às edições estatais**

Franklin Lopes Silva

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais como requisito para obtenção do título de doutor em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Benedito Souza Filho.

Defendida em: 07 /06 /2021.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Benedito Souza Filho
(PPGCSOC/UFMA - orientador)

Prof. Dr. Vassili Rivron
(Université de Caen - Basse Normandie)

Prof. Dr. Marcelo Cheche Galves
(PPGHIST/UEMA)

Prof. Dr. Wheriston Silva Neris
(PPGHIST/UEMA)

Prof. Dr. Juarez Lopes de Carvalho Filho
(PPGCSOC/UFMA)

*Para a minha avó,
cujas mãos que hoje instáveis,
tenra me olha e diz quando as tomo: "parou". E sorri.
Vozinha que me cresceu balançando...
e esse olhar que me firma em todo tempo.*

AGRADECIMENTOS

A Wheriston Neris e Vassili Rivron, lhes devo muito mais do que algumas linhas nesse trabalho. Suas sugestões de leitura, comentários e críticas estiveram presentes ao longo de todo o trajeto de desenvolvimento desta tese. Se ela carrega alguma contribuição sociológica acerca do objeto investigado, deve-se principalmente a esse companheirismo. Muito obrigado!

A Philippe Chaniel, Vassili Rivron e Alseny Niare, por toda a gentileza, aprendizados e auxílios prestados no âmbito da MRSH/Maison de la Recherche en Sciences Humaines e do do PUDC/Plate-forme Universitaire de Données de Caen, durante a minha estadia em Caen/Basse Normandie. A Alseny agradeço ainda por sua dedicação no tratamento dos dados estatísticos cujos resultados são parcialmente explorados nesse trabalho.

A Alex Harlen e Vinicius Bezerra, dois entre os pensadores que mais admiro, cujos comentários acerca desse trabalho, ou quaisquer outros, têm para mim a importância profunda de um aprendizado com irmãos.

Aos professores e professoras do PPGCSOC, por suas dedicações ao ensino e pesquisas que fazem desse um Programa de referência no âmbito das ciências sociais no Brasil.

Aos professores Juarez Lopes, Marcelo Cheche, Wheriston Neris e Vassili Rivron por aceitarem compor a minha banca de avaliação. Profissionais pelos quais tenho imensa admiração e respeito.

A Ariel Tavares e Antonio Carlos (Poser), com os quais partilhei tantos apontamentos e versões preliminares desse texto. Nosso grupo de conversas fora também o meu grupo de estudos ao longo desse período. Obrigado, queridos!

Aos.Às colegas da minha turma de doutorado, pelas experiências partilhadas dentro e fora do âmbito acadêmico.

Ao meu orientador, Benedito Souza, a quem carinhosamente chamamos por Biné. Com a sua postura, misto de compreensão e rigor, sensível às questões pessoais e aberto ao diálogo sobre as minhas pretensões e limites acerca da investigação proposta, me conferiu toda a autonomia e condições institucionais necessárias para a conclusão desta tese e experiência de estágio no exterior. Partilho com ele os acertos em seus resultados, os erros são somente meus. Muito obrigado, professor Biné!

Aos.Às colegas e alunos.as do IFMA/Buriticupu, que buscaram as melhores formas de substituição pelo meu afastamento das aulas de Sociologia.

À Capes pelo financiamento da minha estadia na França. Experiência marcante e cujo intercâmbio de pesquisas farei o possível para dar continuidade.

Aos amigos e amigas, entre os quais encontrei apoio e companhia ao longo dos últimos anos.

Por fim destaco que não conseguiria concluir essa etapa tão significativa para a minha vida sem o apoio e companheirismo da Welaine Sales de Barros, que não soltou a minha mão... te amo.

RESUMO

Nesta tese analisamos os processos de instituição do papel social de editor, sua gênese, condições de atuação e mutações no contexto “maranhense”, tomando por referência o período entre a segunda metade do século XIX, que abrange a “fase gloriosa” da produção literária “local”, passando por sua fase de “decadência” na primeira metade do século XX e retomada com a concentração nos investimentos editoriais promovidos por instâncias públicas. Trata-se de uma investigação acerca dos processos históricos de diferenciação social em torno dessa categoria e dos investimentos realizados em torno desses momentos, nos planos coletivo e individual. De modo mais específico, no contexto maranhense a figura do editor se processaria como uma espécie de gestor dos investimentos simbólicos operados através da escrita por agentes que atuaram em várias frentes e vinculados a instâncias muito diversificadas (órgãos públicos vinculados à cultura, partidos políticos, grupos literários etc.). Em decorrência do baixo grau de institucionalização das dinâmicas editoriais nesse estado, o que transparece na efemeridade das empresas editoriais e na quase ausência de uma concorrência editorial entre empresas e dos seus catálogos - em geral compreendidos como instrumentos de disputas em contextos editoriais concorrenciais -, os dados catalográficos foram compilados a partir de fontes variadas e dispersas entre jornais, relatórios públicos, almanaques, entrevistas, biografias, entrevistas etc. A sistematização desses dados nos permitiu verificar algumas variações e constâncias nos tipos de investimentos editoriais operados e suas respectivas instâncias ao longo do período em pauta. Isso também justifica a importância das relações sociais identificadas nesta tese e o quanto tais características incidem nas possibilidades de deslocamentos e trânsitos dos agentes operados neste *espaço editorial*. As alocações dos agentes que nesse contexto investem na escrita está, portanto, intimamente relacionada às possibilidades de contraprestações pessoais e na lealdade mediadas pelas *reciprocidades* em torno das dinâmicas editoriais. Isso implica na compreensão de que os vínculos estruturantes da vida social se impõem através da mediação de redes de relações que conectam segmentos sociais e indivíduos. Nesse passo, os agentes reconhecidos sob os *papéis* de “editor” executam, através das suas atividades de produção e publicação bibliográfica, uma espécie de “alquimia do *dom*”, transmutando-as em senhas de entrada e permanência nas beiradas (veremos que é necessário o acúmulo de investimentos em diversas áreas e *domínios* de atuação para se alcançar os postos mais destacados) dos círculos elitizados da “intelectualidade maranhense”, sempre com os olhos voltados para o “centro”.

Palavras-chave: Papéis sociais. Dinâmicas editoriais. Institucionalização. Reciprocidades.

RESUMÉ

Dans cette thèse, nous analysons les processus d'institution du rôle social de l'éditeur, sa genèse, ses conditions de performance et ses mutations dans le contexte du «Maranhão», en prenant comme référence la période entre la seconde moitié du XIXe siècle, qui couvre la « phase glorieuse » de la production littéraire « locale », en passant par sa phase de « décadence » dans la première moitié du XXe siècle et reprise avec la concentration sur les investissements éditoriaux promus par les organismes publics, notamment le SIOGE. Il s'agit d'une enquête sur les processus historiques de différenciation sociale autour de cette catégorie et les investissements réalisés autour de ces moments, dans les domaines collectif et individuel. Plus précisément, dans le contexte du Maranhão, la figure de l'éditeur agirait comme une sorte de gestionnaire d'investissements symboliques opérés par l'écriture des agents agissant sur plusieurs fronts et liés à des instances très diverses (organismes publics liés à la culture, partis politiques, groupes littéraires, etc.). En raison du faible degré d'institutionnalisation des dynamiques éditoriales dans cet état, qui se manifeste, par exemple, dans l'éphémère des maisons d'édition et la quasi-absence de concurrence éditoriale entre les entreprises et leurs catalogues - généralement compris comme des instruments de contentieux dans des contextes éditoriaux concurrentiels -, les données du catalogue ont été compilées à partir de sources variées et dispersés parmi les journaux, les rapports publics, les almanachs, les interviews, les biographies, etc. À partir d'eux, nous avons investi dans des systématisations qui nous ont permis de vérifier certaines variations et constantes dans les types d'investissements éditoriaux opérés et leurs instances respectives tout au long de la période considérée. Cela justifie également l'importance des relations sociales identifiées dans cette recherche et la mesure dans laquelle ces caractéristiques affectent les possibilités de déplacement et de transit des agents opérés dans cet espace éditorial. Les allocations d'agents qui investissent dans l'écriture dans ce contexte sont donc étroitement liées aux possibilités de considération personnelle et de fidélité médiatisées par des réciprocités autour de la dynamique éditoriale. Cela implique la compréhension que les liens structurels de la vie sociale sont imposés par la médiation de réseaux de relations qui relient les segments sociaux et les individus. Dans cette étape, les agents reconnus sous les rôles d'«éditeur» effectuent, à travers leurs activités de production et de publication bibliographique, une sorte d'«alchimie du don», les transmutant en mots de passe d'entrée et de permanence sur les bords (nous verrons qu'il est nécessaire d'accumuler des investissements dans différents

domaines d'activité pour atteindre les positions les plus prééminentes) des cercles d'élite des «intellectuels du Maranhão», toujours les yeux tournés vers le «centre».

Mots clés: Rôles sociaux. Dynamiques éditoriales. Institutionnalisation. Réciprocités.

ABSTRACT

In this thesis we analyze the processes of institution of the social role of editor, its genesis, conditions of action and mutations in the "maranhense" context, taking as reference the period between the second half of the nineteenth century, which covers the "glorious phase" of literary "local" production, going through its phase of "decay" in the first half of the twentieth century and resumed with the concentration on editorial investments promoted by public bodies. This is an investigation about the historical processes of social differentiation around this category and the investments made around these moments, in the collective and individual planes. More specifically, in the Maranhão context, the editor's figure would be a kind of manager of symbolic investments operated through writing by agents who worked on several fronts and linked to very diverse instances (public bodies linked to culture, political parties, literary groups, etc.). Due to the low degree of institutionalization of editorial dynamics in this state, which is apparent in the ephemerality of editorial companies and the almost absence of editorial competition between companies and their catalogs - generally understood as instruments of disputes in competitive editorial contexts - catalogographic data were compiled from varied sources and scattered among newspapers, public reports, almanacs, interviews, biographies, interviews, etc. From them we invested in systematizations that allowed us to verify some variations and constancy in the types of editorial investments operated and their respective instances throughout the period under discussion. This also justifies the importance of the social relations identified in this research and how much such characteristics affect the possibilities of displacement and transits of agents operated in this editorial space. The allocations of agents who invest in writing in this context are therefore closely related to the possibilities of personal paybacks and in the loyalty mediated by reciprocity around editorial dynamics. This implies the understanding that the structuring bonds of social life are imposed through the mediation of networks of relationships that connect social segments and individuals. In this step, the agents recognized under the roles of "editor" perform, through their activities of production and bibliographic publication, a kind of "alchemy of the gift", transmuting them into entry and permanence passwords on the edges (we will see that it is necessary to build up investments in various areas and domains of action to reach the most prominent posts) of the elitized circles of "Maranhão intellectuality" always with their eyes turned to the center.

Key words: Social roles. Editorial dynamics. Institutionalization. Reciprocities.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 - Distribuição dos jornais no Maranhão segundo o ano de fundação (1821-1889)	76
GRÁFICO 02 - Maranhenses na Universidade de Coimbra (1778-1823)	79
GRÁFICO 03 - Produção editorial no RJ e SP (1920-1978)	154
GRÁFICO 04 - Publicações de livros no MA (1887-2014)	161
GRÁFICO 05 - Endereços das tipografias em São Luís (1821-1899)	169
GRÁFICO 06 - ACM correspondente à estrutura do espaço social dos produtores de livros no Maranhão (1870-1969): eixos 1 e 2	189
GRÁFICO 07 - ACM correspondente à estrutura do espaço de produção de livros no Maranhão (1970-1999): eixos 1 e 2	189

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 01 - Anúncio de venda do livro “Os Miseráveis”	47
IMAGEM 02 - Gravura representando o método lancastino ou ensino mútuo (1827)	64
IMAGEM 03 - Lista de itens alimentícios e seus respectivos preços	67
IMAGEM 04 - planta de São Luís em 1858 com indicação das tipografias em funcionamento (1821-1882)	174
IMAGEM 05 - Henrique Maximiliano Coelho Netto	184
IMAGEM 06 - Busto de José Maria Corrêa de Frias	197
IMAGEM 07 - Busto de Belarmino de Matos	199
IMAGEM 08 - Extratos dos estatutos da Associação Typographica	210
IMAGEM 09 - Capa do livro de Alípio Moraes filho	236
IMAGEM 10 - Festa comemorativa do Natal no SIOGE	239
IMAGEM 11 - Comemoração de aniversário no SIOGE	240
IMAGEM 12 - Jomar Moraes e Sarney na sua primeira visita a São Luís após tomar posse na Presidência do Brasil	255
IMAGEM 13 - Jomar Moraes em sua posse na AML ao lado de José Sarney	266
IMAGEM 14 - Membros da AML no encerramento de sessão comemorativa (1969)	267
IMAGEM 15 - Encontro entre amigos na biblioteca de Jomar Moraes	281
IMAGEM 16 - Jomar Moraes com amigos em sua residência	282

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - Valor dos ordenados aos professores de Primeiras Letras (1828)	66
TABELA 02 - Preços dos livros didáticos no MA (1866-1882)	69
TABELA 03 - Preços das edições de livros na Tipografia do Frias	74
TABELA 04 - Distribuição por Província dos estudantes brasileiros matriculados na Universidade de Coimbra entre 1772 e 1872	77

TABELA 05 - Quantidade de Cadeiras no Ensino Primário no MA (1862-1880)	83
TABELA 06 - Número de matrículas em escolas públicas e privadas (1857-1870)	85
TABELA 07 - Montante de livros anunciados nos jornais circulantes em São Luís (1821-1896)	90
TABELA 08 - Classificação dos livros segundo o GPL	96
TABELA 09 - Movimento de empréstimos de livros da Biblioteca Pública (1989)	98
TABELA 10 - Cadeiras do Liceu Maranhense e quantitativo de alunos matriculados (1874-1875)	99
TABELA 11 - Quantitativo de alunos e alunas matriculados por série em relação no Brasil (1867)	100
TABELA 12 - Quantidade de títulos distribuídos por gêneros constantes no Relatório do Gabinete Português de Leitura (1867)	104
TABELA 13 - Diretores da Imprensa Oficial (1906-1926)	128
TABELA 14 - Diretores da Imprensa Oficial (1930-1957)	137
TABELA 15 - Quantitativo de títulos publicados no Brasil (1976-1978)	142
TABELA 16 - Diretores do SIOGE (1957 - 1983)	145
TABELA 17 - Taxas de analfabetismo no Brasil (1872-2000)	148
TABELA 18 - População escolarizada no Brasil (1872-1997)	149
TABELA 19 - Taxas de analfabetismo no Brasil - considerando a população com idade acima de 15 anos (1872-2000)	150
TABELA 20 - Médias de anos de estudos por regiões (1960-1990)	152
TABELA 21 - Produção de livros por estados e regiões (1976-1978)	156
TABELA 22 - Livros publicados pelo SIOGE (1978)	157
TABELA 23 - Edições realizadas fora do Maranhão	180
TABELA 24 - Distribuição das cidades segundo os tipos de edição	182
TABELA 25 - Diretorias da Associação Tipográfica Maranhense	207
TABELA 26 - Trajetória construída de José Maria Corrêa de Frias	214
TABELA 27 - N° de publicações do SIOGE (1975-1980)	228
TABELA 28 - N° de livros autorais publicados por Jomar Moraes e suas respectivas editoras	229
TABELA 29 - Livros editados por Jomar Moraes (1969-2014)	231
TABELA 30 - Trajetória construída de Jomar da Silva Moraes	233

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Economia do trabalho	24
PARTE I	28
1. PARÂMETROS UTILIZADOS PARA UMA HISTÓRIA SOCIAL DA EDIÇÃO DESDE UM CONTEXTO REGIONAL	28
1.1. Um tipo diferente de mercado: construção do objeto e flexibilizações teóricas	34
1.2. Tempo e distância na produção editorial do Maranhão: estratégias usadas na construção de tipologias.	43
1.3. Narrativas consagradas e construção de odisséias em torno da produção editorial no Maranhão	50
2. DINÂMICAS EDITORIAIS E MUTAÇÕES DO SISTEMA ESCOLAR	55
2.1. Se edita para um (novo) público leitor?	60
2.2. Complexificação das atividades tipográficas e especialização do comércio livreiro	86
2.3. Ampliação do ensino público e aparelhamento intelectual do estado	107
PARTE II	116
3. DO OFÍCIO NAS “CASAS TIPOGRÁFICAS” AO CONTROLE DAS EDIÇÕES PELA OCUPAÇÃO DE POSTOS ESTATAIS	116
3.1. A dependência da edição no estado independente	121
3.2. O Maranhão no século das grandes transformações nacionais	147
3.3. Condição periférica e exclusão historiográfica	153
4. SOCIABILIDADES EM TORNO DAS EDIÇÕES DE LIVROS NO MARANHÃO	167
4.1. Mutações na produção bibliográfica e reposicionamento das elites intelectuais no Maranhão	175
4.1.1. Produção de dados estatísticos e elementos para a leitura dos quadros	178
4.2. Ocupação de cargos públicos estratégicos à atuação intelectual	190
4.3. Frias e Belarmino de Matos: “Adversários amistosos”	196
5. TORNAR-SE EDITOR: origens sociais, socialização e reciprocidades na trajetória de Jomar da Silva Moraes	217
5.1. “Eu não fui muito longe, mas eu venho de muito longe”: Jomar Moraes e a condição periférica de uma posição destacada	218
5.2. “Eu me fiz sozinho”	276
CONSIDERAÇÕES FINAIS	288
BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA	293
INVENTÁRIO DAS PRINCIPAIS FONTES PRIMÁRIAS UTILIZADAS	299
ANEXOS	300

INTRODUÇÃO

Nesse trabalho analisamos os processos de instituição dos *papéis* de editor, sua gênese, condições de atuação e reinterpretações no contexto “maranhense”¹. Trata-se, portanto, de uma investigação acerca dos processos de diferenciação social em torno dessa categoria. Compreendemos o descolamento dessa noção como resultante da “divisão do trabalho especializado” (CHARLE, 1996), tornada em categoria de reconhecimento dos agentes dedicados à produção de bens simbolicamente rentáveis, impressos em geral e, nesse caso, mais especificamente os “livros”. No contexto maranhense a *figura do editor* (LEGENDRE, 2005) se estabeleceria como uma espécie de gestor dos investimentos realizados através da escrita por agentes que atuaram em várias frentes e vinculados a instâncias muito diversificadas (governos, partidos, empreendimentos privados, grupos literários, instituições filantrópicas etc.), insuflados pelas *pulsões*² e projetos com vistas à promoção dos seus nomes numa genealogia consagrada. Tal posição enredada nessa teia de relações pessoais seria sustida sob a condição de constantes retribuições administradas por um processo de alquimia social, transmutando os anseios e investimentos intelectuais realizados através da escrita em bens simbolicamente rentáveis, materializados na forma de livros.

Embora a diferenciação desse espaço de atividades e o uso da noção de *especialista* possa remeter a processos de autonomização e à constituição de uma lógica de produção de bens simbólicos específica, em ruptura com as atividades profanas, não serão essas as condições *configuracionais* demonstradas. Uma forte

¹ Ao longo do texto utilizaremos, sempre que relevante, as aspas para indicar o uso de noções derivadas do vocabulário nativo, referente às mobilizações acionadas pelos agentes que compõem os casos em estudo ou estabelecidas como categorias autoevidentes na bibliografia de cunho memorialístico sobre o universo social em pauta. O uso dos termos em itálico se refere ao acionamento de categorias analíticas próprias às ciências sociais. Sempre que necessários essas categorias serão acompanhadas de indicações das leituras que nos serviram como principais referências para a sua compreensão e operacionalização e/ou de notas explicativas acerca das suas aplicações nesse trabalho.

² Sobre essa noção, adotamos a perspectiva indicada por Norbert Elias (1994), como alternativa de escape à antítese indivíduo/sociedade. Desse modo, as ações operadas pelos indivíduos passam a ser percebidas como imbricadas, numa relação dialética entre os processos históricos sócio e psicogenéticos das práticas.

característica nos processos de constituição e redefinições dos *papéis* de editor nesse espaço, é o progressivo acúmulo de funções e lógicas de reconhecimento ataviadas ao seu exercício. Ao passo que nos contextos onde a divisão do trabalho e diferenciação social da categoria “editor” foram acompanhados por processos de autonomização dos campos de produção em que atuavam, no contexto “maranhense” será pelo acúmulo e mobilização de recursos, competências, bem como o trânsito por instâncias e grupos diversos, que as condições de reconhecimento desse papel social se estabelecerão.

Tais características se devem fundamentalmente a dois fatores: 1) Não se verifica a constituição de um mercado concorrencial a ser reivindicado como alternativa de autonomia ao progressivo estabelecimento do estado, desde as primeiras décadas do século XIX, como principal financiador da produção bibliográfica no Maranhão. 2) A par com esse primeiro ponto, dependentes das *prebendas* pelos serviços prestados ao estado como principal suporte para a sua atuação como editor (primeiramente como impressor dos seus atos, depois como ocupante dos cargos públicos estratégicos vinculados à cultura), esses agentes precisariam atuar como mediadores de complexas redes de relações interpessoais, cujos favores lhes possibilitariam os meios de ascensão social e as condições para o exercício editorial.

Assim, o *papel* de editor nesse contexto é exercido por um tipo de agente mediador sob a obrigação moral de reciprocidades, atuando num trânsito constante entre domínios sociais diversos. Operando uma alquimia dos *dons* (MAUSS, 2003) objetivada em artefatos como os “livros”, promovia um tipo de conversão das prebendas estatais recebidas na forma de recursos simbolicamente rentáveis aos investimentos intelectuais.

A meio caminho entre a busca por autonomia econômica e a dependência da política, a figura do editor se desenvolveria inicialmente vinculada à ideia de uma atividade “artística” como denegação das imposições externas e pelas pretensões de inserção do seu ofício tipográfico no quadro valorativo das atividades vinculadas à “intelectualidade ateniense”. Processualmente, a par com o desenvolvimento maquinário e conseqüente especialização das atividades

gráficas, seguem também as mutações ocorridas no âmbito político e cultural do estado, incidindo sobre os modos e condições de atuação e reconhecimento das atividades editoriais, constituindo novas formas de estruturação desse *espaço* e das lógicas de reconhecimento conferidas aos agentes imbuídos nesses *papéis sociais* em vias de especialização.

A noção de “desenvolvimento” acionada sobre esse universo se constitui numa categoria *polimorfa* (MUEL-DREYFUS, 1983), cuja produção dos seus sentidos em disputa se estabeleceu ao longo do século XX como uma dimensão importante dos embates políticos e intelectuais no contexto em pauta. Desse modo, ante o risco de autoinscrição nesses embates, importa ressaltar que tomamos tal categoria sob um duplo viés: como um recurso de intervenção política em torno das inovações tecnológicas empreendidas em diferentes *momentos* desse *espaço* de produção editorial, bem com uma dimensão simbólica incorporada aos discursos sobre as inovações em torno do manejo técnico e acionados nas disputas pela afirmação e reconhecimento dos agentes “editores”.

A denegação dos ganhos econômicos e do servilismo ao mecenato estatal em favor de um “ofício artístico”, que serviria o amparo material necessário aos “grandes vultos da intelectualidade maranhense”, ansiosa por publicar seus textos, seria, *pari passu*, multiplicada em outros investimentos: de gestão da memória daqueles “vultos intelectuais” que representariam a “cultura maranhense”, ao passo que também contribuiria para a ressignificação e restabelecimento dessa noção, na junção entre as funções de editor³ e “autor” como *estratégia* de inserção nos círculos intelectuais e suas instâncias de consagração e a continuidade da administração dos laços de reciprocidades, necessários para o acesso e permanência nos novos postos que lhes garantiriam as condições de circularidade do *dom*. A gênese da figura do editor nesse contexto, se constitui, portanto, em um experimento histórico singular, cujo lugar secundário

³ Mesmo observando que os postos de editoração são ocupados predominantemente por homens é preciso reconhecer que as investigações desses espaços de produção editorial no Maranhão ainda não avançaram o suficiente para que possamos verificar a fundo as possibilidades de atuação das mulheres, ainda que em posições dominadas, na produção e circulação dos livros.

de “suporte” ao mundo letrado seria compensado pelo reboque da sua importância à alçada do “panteão” dos nomes consagrados da “intelectualidade maranhense”.

A princípio, a construção desse objeto se deu em duas etapas. Inicialmente pela construção de tabelas quantitativas que nos permitissem uma observação mais abrangente possível sobre o que se produziu em termos bibliográficos no Maranhão ao longo dos séculos XIX e XX. Tentando escapar da reprodução de epígrafes consagradas acerca da produção de livros nesse estado, evitamos inicialmente os informes impressos nos trabalhos “locais”, muitos deles produzidos por agentes que seriam também tomados como agentes cuja atuação escrita seria analisada por nós.

Assim, lançamos mão de documentações produzidas por instituições estaduais e nacionais, de domínios público e privado. Os resultados dessa etapa se mostraram pouco significativos, o que depois constataríamos como resultantes das condições de funcionamento da produção editorial de livros nesse contexto, estreitamente vinculada às relações pessoalizadas, como será demonstrado ao longo desse texto. Nesse passo, o contrapeso desmedido entre os investimentos bibliográficos privados e públicos, com sobrevalorização deste segundo, característica que também diferenciava esse estado das dinâmicas editoriais empreendidas em “âmbito nacional” - noção que também será desdobrada ao longo desse trabalho (principalmente no cap. 3). Mapeadas todas as instituições e publicações identificadas através desses dados, passamos aos relatórios produzidos por instituições dedicadas à organização e preservação de acervos, como as bibliotecas e gabinetes de leitura. Semelhantemente sistematizamos as informações bibliográficas obtidas através desses relatórios na forma de constituição de variáveis melhor apresentadas adiante. Após uma série de verificações estatísticas preliminares cujo montante de casos beirava os dez mil títulos mapeados, passamos a identificar as principais mudanças em torno da produção bibliográfica no estado.

Passamos então ao mapeamento dos escritos de cunho memorialístico que tratassem, e mesmo as que tratassem sobre a produção de livros no Maranhão de

modo paralelo às temáticas centrais das obras consultadas. Semelhantemente organizamos em tabelas, subdivididas em séries de dimensões compilação trechos, organizados com informações sobre quem escrevia, quando, onde tais escritos foram registrados, a quem se referiam, adjetivações etc. Paralelamente realizamos também a construção dos perfis de todos os autores dessas obras. A abrangência desse material nos permitiu também recorrer a análises estatísticas de correspondências múltiplas, cujos procedimentos encontram-se detalhados em anexo a esse trabalho. Em etapa seguinte traçamos alguns “confrontos” entre as verificações estatísticas e as narrativas mapeadas.

Desse modo, construímos as nossas verificações iniciais que podem ser resumidas nos seguintes itens:

- Identificação de pontos de inflexão na produção editorial de livros.
- Um processo de transição da atuação dos tipógrafos, que atuavam como produtores de livros principalmente a partir dos seus investimentos privados - embora sempre solicitando ao estado a expensas adicionais aos investimentos bibliográficos -, ao predomínio do estado como instância financiadora e produtora de livros.
- As mudanças nos modos de reconhecimento e adjetivações em torno das atividades editoriais de livros, cujos agentes transitavam do lugar de artífices, cujos trabalhos se assemelhavam a artefatos “artísticos”, para o reconhecimento na forma de editores operários.

Em posse dessas verificações iniciais, traçamos alguns problemas de pesquisa que norteariam a nossa investigação de um ponto de vista mais geral: Por que a publicação de livros se constitui numa atividade socialmente valorizada e tornada em investimento simbolicamente rentável nesse contexto? E, semelhantemente, como se deu o processo de constituição da noção de “editor” como categoria social especializada, suas formas de reconhecimento e atuação?

Seguindo o aprofundamento daquelas verificações, traçamos um roteiro para investigações mais adensadas, voltadas para as seguintes dimensões:

- Condições de exercício do ofício tipográfico.

- Verificações mais detalhadas acerca da produção bibliográfica entre as duas configurações em construção.
- Condições de acesso às impressões dos Atos Oficiais do estado e seus usos estratégicos.
- Produção bibliográfica como suporte à atuação dos intelectuais.
- Modos e estratégias para inserção num “panteão consagrado”.
- Condições de exercício dos impressores vinculados ao estado.
- Continuidade da valorização dos investimentos intelectuais pela escrita.
- Mudanças nas formas de reconhecimento sobre a atuação editorial.
- Construção dos trajetos sociais dos gestores da “memória” daqueles “vultos intelectuais”.

Esse amplo espectro de dimensões investigadas nos serviram de suporte para uma construção mais consistente acerca das dinâmicas de funcionamento desse espaço editorial, que para essa etapa de exposição sintética do trabalho pode ser resumido pelas mudanças no plano educacional, a constituição de um novo público leitor e as novas possibilidades de comercialização e consumo dos livros. Essa mudança nas demandas por livros, acompanhou ainda um, tímido, mas constante aprimoramento tecnológico para a produção bibliográfica, inicialmente pelas tipografias, com mudanças no maquinário e nos formatos de livros produzidos acompanhando a constituição de um comércio livreiro que se especializava em fins do século XIX e a criação de órgãos de classe voltados para a proteção dos trabalhadores tipográficos. Nesse passo também ocorrera a Fundação de instituições voltadas para a leitura e aglutinação de livros, dentre as quais se destacam o Gabinete Português de Leitura e posteriormente a Biblioteca Pública - cuja longa penúria também segue descrita e sobre a atuação dos escritores se destacam a constituição de “grupos literários” e os novos espaços de sociabilidades. Porém, toda essa desenvoltura não tornaria a atividade editorial uma prática economicamente rentável e acompanhava a progressiva centralização das condições de publicação pelo estado.

Ao passo que nos dedicamos nesse trabalho à análise da produção social desses *papéis*, nos ativemos às verificações obtidas acerca das dinâmicas sociais

que incidiram na produção da crença que conferiu a tais agentes o trabalho de conversão simbólica das prebendas públicas em “obras” e como se processava essa alquimia social; bem como deslindar as mutações das condições de produção editorial no contexto maranhense, a partir de uma análise comparativa e processual, sincrônica e diacrônica entre duas configurações históricas às quais correspondem dois *estados* desse *espaço* de produção de livros.

Nos dedicamos de modo mais específico à investigação de algumas questões fundamentais que sintetizam a problemática sociológica perseguida por esse trabalho: o que a constituição dos *papéis* de editor pode nos informar sobre uma sociologia da dominação em contextos *periféricos* e porque a publicação de livros passa a ser uma atividade socialmente valorizada e tornada um investimento simbolicamente rentável nesse contexto?

Numa perspectiva mais geral, a posição ocupada pelo Maranhão no contexto internacional e nacional de produção e apropriação dos livros, decorre das incidências dos processos de desenvolvimento dos estados-nação sobre regiões *periféricas* (do ponto de vista da sua condição de importadora de bens culturais, políticos, jurídicos etc.), o que possibilita a coexistência de um conjunto de mecanismos institucionais estatais (judiciário, parlamento, executivo etc.) permeados por dinâmicas pessoalizadas afinadas ao que o antropólogo Eric Wolf denominou por *instituições informais*, cujo funcionamento pode adquirir as formas de relações de parentesco, amizade, de patrono-cliente etc. (WOLF, 2003), o que nos sugere uma nova forma de concepção e superação da crença nas instituições - principalmente estatais - como um arranjo bem acabado e autônomo em relação às dinâmicas sociais mais amplas: políticas, econômicas, culturais etc.

Assim, no interior das estruturas burocráticas e culturais importadas do ocidente - que adquiriu diferentes formas ao longo da história, desde os processos de colonização à chamada “era da globalização” - sem que as acompanhasse o *ethos* específico à história dos seus contextos de origem, criam-se e renovam-se uma série de relações interpessoais, constituintes de novas lógicas de funcionamento baseadas em estruturas informais. Sob esses novos modelos institucionais, que nem reproduzem suas formatações “originais”, nem foram

resultados de processos históricos autóctones, cuja concepção de isolamento também seria ingênua, suas engrenagens passariam a se constituir de elos de interdependência, a partir dos quais os indivíduos se conectam mutuamente em busca de resoluções de problemas de ordem privada ou mesmo pela obtenção de bens tangíveis, imbricados entre os *domínios* (GRILL & REIS, 2018) político, econômico e cultural.

Estas *dinâmicas órfãs*, tal como denominadas por Badie e Hermet (1993), se caracterizariam principalmente pela conformação dos artefatos históricos importados aos códigos tradicionais próprios às dinâmicas sociais dos contextos importadores. Este amálgama entre artefatos de uma história externa e suas apropriações a partir dos conflitos e condições internas - que podem inclusive ter motivado a sua importação - promovem, como observa Eliana Reis “deslocamentos dos sentidos, dos formatos, das representações e das posições dos agentes” (REIS, 2007, p. 45). Tais processos de dupla ruptura com as histórias endógena e exógena promoveram nos contextos periféricos a reprodução constante de situações órfãs, embora seu processo de ocidentalização “[remeta] muito mais à afirmação dos modelos centrais como ponto de referência, como fontes ideais, aos quais as ‘dinâmicas órfãs’ não conseguem fugir” (Ibidem).

Silvia Sigal (1996) observa ainda que em situações que se configuram como *campos culturais periféricos*, as condições de acesso e importação dos modelos ocidentais exportadores tendem a se constituir em “trunfo contundente para a conquista ou manutenção de ‘posições de elite’” (p. 46), dadas as características sociais de determinados agentes e as condições de monopólio das possibilidades de acesso àqueles recursos que passam a ser mais valorizados. Em tais processos, o papel exercido pelos intelectuais, devido às suas possibilidades e investimentos na importação de temáticas e referências ocidentais (domínio de linguagens, códigos, pautas etc.) nos modos de constituição das identidades “nacionais” ou “locais”, se apresenta como referência exemplar para a investigação das relações que se estabelecem entre a *periferia* e o *centro*, e que tendem a se tornar ainda mais fortes à medida que adentramos a periferia da periferia em relação ao ocidente, como é o caso do contexto aqui em análise.

Assim, a noção de mediação tal descrita por Wolf (2003), operada a partir de determinados agentes (individuais e coletivos), nos parece uma categoria importante para a investigação das dinâmicas sociais em contextos que adequados às características apontadas acima, haja vista as possibilidades heurísticas que ela nos apresenta para verificações em diferentes níveis (embora funcionem de modo conectado): das modalidades e condições de importação dos modelos produzidos nos centros e seus modos de apropriação nos contextos importadores entre escalas nacionais e regionais, atendendo às condições sociais de determinados períodos históricos.

Há que se observar ainda que o investimento analítico sobre as mediações se deu aqui como estratégia para a investigação das injunções complexas que compuseram o trabalho social que possibilitou o aparecimento da figura do editor no estado do Maranhão e as mutações históricas que incidiram sobre suas condições de agência e reconhecimento. Nesse passo, nos dedicamos também às feições históricas da cena literária que acompanharam os processos de *reconfiguração* das cadeias de interdependência que vinculam os indivíduos em torno da publicação de livros nesse *espaço*. Atentamos fundamentalmente aos rearranjos nas formas de constituição dos protagonismos intelectuais, derivados das mudanças na balança das relações de força no âmbito político e competição por prestígio e legitimidade, envolvendo os agentes que investiam na escrita como principal recurso de atuação.

Sua ênfase recai sobre a percepção de que a comunidade e as instituições nacionais funcionam como pontes terminais através de uma rede de intermediários que agem entre as comunidades e as instituições centrais. Nesse processo duas noções de grupos se fazem fundamentais: “grupos voltados para a comunidade”, cujas atividades estariam notadamente voltadas para o seu próprio cotidiano, e “grupos voltados para a nação”, envolvidos com a criação e funcionamento de instituições de caráter nacional (o mercado econômico, partidos políticos, a burocracia estatal etc.). Portanto, nos apropriamos da percepção de Wolf quanto ao papel social exercido por alguns agentes que, pertencendo a “grupos voltados para a comunidade”, dela se destacavam fazendo

uma ponte entre a comunidade a que pertenciam e o sistema de relações institucionais mais altas, agindo, em síntese, como intermediários entre a comunidade e um sistema mais amplo, nacional. Essa relação se faz importante pelo nível “regional” que caracteriza o espaço de atuação dos agentes envolvidos nesta tese, notadamente sobre os que nele exerceram as funções de editor. Alguns se destacaram pelas possibilidades de intermédio entre o contexto “local” e o “nacional”, decorrente das características sociais mobilizadas e que os distinguiam criando tais possibilidades de trânsito.

Em diferentes momentos desse espaço e sob diferentes formas de valoração, o cultivo das relações pessoais fora do estado, e mesmo do Brasil, conjugado à formação escolar, nos parecem ter se destacado entre os recursos mais importantes. As mudanças valorativas em torno desses recursos incidiriam ainda nos modos de composição memorialística das etapas de desenvolvimento consagradas nas narrativas sobre a história intelectual desses estado. Os etapismos geracionais e datados, as efígies estampadas nos esforços de constituição e retomada dos seus panteões entre “Grupo maranhense”, “Atenienses”, “Novos atenienses” etc., atestam essas mudanças. Como exemplos, as condições de saída para os centros europeus de formação escolar, posteriormente substituídos pelas faculdades nacionais; a expansão do acesso escolar promovido pela expansão do ensino público (que tornaria em privilegio dadas as condições elitizadas de acesso aos níveis mais elevados de formação) etc. Como observa Sapiro, “La formation scolaire est une médiation trop souvent occulté, qui permettrait de mieux cerner l’espace des possibles et des pensables d’une génération intellectuelle, ainsi que leurs références” (SAPIRO, 2016, p. 69)⁴. Assim, compreendendo o sistema de ensino, e suas possibilidades de acesso, como um dos principais espaços na aquisição de recursos objetivados (títulos), referências e sociabilidades que alicerçam os processos de elitização das condições de investimentos na produção

⁴ “A formação escolar é uma mediação muito frequentemente ocultada, que permite melhor determinar o espaço dos possíveis e dos imagináveis de uma geração intelectual, assim como suas referências” (SAPIRO, 2019. Tradução de Juçara Valentino).

escrita, mantivemos o foco sobre essa dimensão ao longo de todo o desenvolvimento da pesquisa.

Os casos de “editores” como José Maria Corrêa de Frias e Belarmino de Matos são exemplares para a demonstração das lógicas de importação dos modelos de produção bibliográfica, bem como de autores e modalidades de escrita operadas principalmente da sociedade europeia e que seriam apropriadas como modelos enviesados de intervenção e atuação literária ao longo do século XIX no Maranhão. Em período mais recente o caso de Jomar Moraes seria também ilustrativo das modalidades de exercício de agentes mediadores entre os níveis “local”, “nacional” e “internacional” através da edição de livros, atuando principalmente a partir de instâncias públicas como o SIOGE.

A análise dos agentes atuantes nas atividades editoriais com foco sobre as posições sociais que ocupam, nos usos *estratégicos* de determinados recursos mais ou menos valorizados e das suas condições sociais de atuação e reconhecimento, nos forneceram também importantes indícios para a compreensão das lógicas de constituição de elites intelectuais no contexto maranhense. Esse argumento se torna ainda mais coerente ao percebermos a relação entre os movimentos interdependentes entre os níveis local e nacional operados nos modos de reconhecimento e as mudanças na constituição das figuras de editor. As alterações mais significativas no âmbito mais amplo (p. ex. mudanças radicais no quadro político nacional, regimes ditatoriais e “aberturas” políticas etc.) geram, impreterivelmente, alterações nas modalidades de interação entre o “local” e o “nacional”, incidindo nas funções exercidas pelos agentes responsáveis por essas mediações.

O lapso temporal em que se concentra essa tese estende-se entre o início da segunda metade do século XIX e fins da segunda metade do século XX. Período no qual verificamos a gênese das condições de emergência da figura de editor de livros no contexto “maranhense”, bem como de importantes mutações em torno dos modos de reconhecimento, institucionalização das instâncias de produção e disputas em torno do reconhecimento no exercício desses *papéis*. A investigação das condições sócio-históricas de emergência e inflexões na produção desses

postos e os processos de *instituição* dos agentes que exerceram tais funções, em perspectiva sincrônica e diacrônica, nos permitiram verificar comparativamente os processos de constituição das práticas legítimas com seus códigos e referências próprias aliadas às dinâmicas de *sociabilidade* às quais estiveram submetidos os agentes “editores” no Maranhão.

Como duas dimensões estruturalmente indissociáveis nesse contexto, a investigação sobre as condições de produção editorial nos conduziu a retomar algumas verificações preliminares acerca das *estratégias* de atuação intelectual nesse estado⁵. No que tange às dinâmicas de estruturação desses espaço, não se efetiva o funcionamento de um mercado econômico nos moldes concorrenciais entre empresas editoriais duráveis, assim como não se verifica uma estrutura de oposições entre um polo de produção literária mais restrito - representado pela máxima da “arte pela arte”⁶ - e outro de produção mais ampla ou comercial, adaptado às demandas de um tipo peculiar de mercado.

Economia do trabalho

Organizamos a forma de exposição dos resultados dessa pesquisa tentando seguir uma linha de demonstração orientada por duas lógicas, que pretendemos sejam percebidas em sincronia: abordando as mutações do universo editorial em pauta numa perspectiva histórica sincrônica e diacrônica, ao passo que mantemos uma perspectiva de observações que transcorre dos eventos e condicionantes sociais mais gerais para os modos de atuação mais particulares, até a ênfase nos estudos de caso como recurso analítico mais acabado. Cabe observar que o foco sobre a escala individual não deve ser confundido com uma investigação na perspectiva de um “individualismo” e que a nossa atenção voltada para a dimensão disposicionalista não deve ser atrelada a um interesse de tipo subjetivista.

⁵ Um primeiro exercício de investigação realizada pelo autor sobre as estratégias de atuação intelectual através da escrita no Maranhão pode ser encontrada em SILVA (2018).

⁶ Ver, por exemplo, BOURDIEU, 1992; MOLLIER, (1998).

Aqui, como em todo o trabalho, a ênfase se direciona às condições sociais de produção social mais ampla dos modos de vida dos “indivíduos”, às variações intraindividuais e interindividuais dos comportamentos, no que tange às suas dimensões posicionais, disposicionais e coletivas. O efeito multiplicador de possibilidades, correlacionadas à condições de socialização, será tanto maior quanto mais complexas e diferenciadas forem as estruturas sociais que compõem os contextos em que tais indivíduos transitam e nos quais são socializados.

Assim, dividimos a integralidade desse trabalho em duas partes, a primeira dedicada a uma apresentação geral dos parâmetros teórico-metodológicos que lançamos mão para o desenvolvimento deste trabalho, cujo primeiro capítulo se intitula **Parâmetros utilizados para uma história social da edição desde um contexto regional**. Seguimos com uma contextualização da produção editorial “nacional” com ênfase sobre as transformações no sistema escolar que acompanharam as mudanças nos perfis dos públicos leitores e investimentos na produção bibliográfica, analisadas no capítulo 2, **Dinâmicas editoriais e mutações do sistema escolar**.

Na segunda parte, o nosso foco recai inicialmente sobre as diferentes formas de desenvolvimento e graus de institucionalização, situando o estado do Maranhão no contexto nacional das dinâmicas editoriais. No Capítulo 3, **Do ofício nas “casas tipográficas” ao controle das edições pela ocupação de postos estatais**, apresentamos as formas de adequação e alocação desse estado no plano mais amplo das transformações políticas e educacionais nacionais. A expectativa aqui é de demonstração das transformações operadas nas condições de produção de livros num processo histórico amplo e complexo que perpassa os efeitos da produção escrita resultantes da adesão do estado à “independência do Brasil” e culmina com a análise do estabelecimento do Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado - SIOGE como seu principal órgão produtor de livros.

No Capítulo 4, **Sociabilidades em torno das edições de livros no maranhão**, demonstramos de modo mais específico as dinâmicas de socialização operadas entre os intelectuais e “editores” em consequência das mutações nas

dinâmicas editoriais de livros no Maranhão. Identificando alguns personagens centrais nesse processo, tentamos apontar alguns usos e investimentos na produção escrita como recurso *estratégico* na busca pela ocupação de posições sociais mais destacadas. Nesse capítulo expomos também as verificações obtidas através de alguns testes estatísticos que carecem ainda de maior aprofundamento. Sua manutenção se deve à intenção de indicar através deles alguns dos elementos estruturantes desse *espaço* de produção editorial, cujos dados muito nos auxiliaram na definição dos pontos de inflexão configuracionais analisados ao longo desse trabalho.

O quinto e último capítulo, **Tornar-se editor: origens sociais, socialização e reciprocidades na trajetória de Jomar da Silva Moraes**, se orienta principalmente pela perspectiva teórica desenvolvida por Bernard Lahire, que pode ser resumida pela utilização que fez da metáfora dos estados “dobrado” e “desdobrado” do social, demonstrando que

[...] o mundo social não se apresenta somente como realidades exteriores (coletivas e institucionais), mas que ele existe também em estado individualizado, sob a forma de disposições e competências incorporadas” (p. 14)

Nesse ponto, Lahire enfatiza o peso dos condicionantes sociais nos processos de “individualização”. Desse modo, após a demonstração dos resultados por nós obtidos acerca dos processos históricos mais amplos de constituição e mutações dos *papéis* de “editor” no Maranhão, seus condicionantes de atuação e modalidades de reconhecimento, a perspectiva adotada no capítulo conclusivo desta tese é de que as lutas pela distinção individual, ou, mais precisamente, as lutas para existir como um indivíduo singular, reconhecido sob papéis sociais específicos, resultam de uma complexificação e conseqüente divisão social do trabalho, que implica em processos de diferenciação social das funções que multiplicam os lugares de concorrência (política, escolar, artística, científica, cultural etc.) em que se inserem esses agentes, conduzindo à multiplicação dos princípios de luta, distinção social e desigualdades entre os indivíduos, bem como dos *papéis* sociais em disputa e acionados como forma de reconhecimento.

A perspectiva histórica operacionalizada ao longo da nossa investigação e que também orientam o modo de exposição adotado nesta tese, é de um duplo movimento sincrônico e diacrônico. Esse esforço nos permitiu identificar dois pontos de inflexão e tomar para análises mais aprofundadas alguns casos destacados nessas duas configurações históricas, num primeiro momento centrados nas figuras de Belarmino de Matos e José Maria Corrêa de Frias, noutro centrado na figura de Jomar da Silva Moraes.

Importa ainda destacar que o desequilíbrio no aprofundamento das análises desenvolvidas acerca desses agentes, corresponde fundamentalmente às condições de acesso aos tipos e volumes diversificados de informações sobre os seus trajetos sociais. No que tange aos primeiros, possível somente por meio de uma etnografia dos arquivos e bibliográfica. Quanto ao último, pudemos assomar essa experiência etnográfica, acessando, além das fontes documentais e entrevistas em profundidade, os seus espaços privilegiados de sociabilidades mais recentes, o que nos que possibilitou uma investigação mais densa da trajetória desse agente.

PARTE I

1. PARÂMETROS UTILIZADOS PARA UMA HISTÓRIA SOCIAL DA EDIÇÃO DESDE UM CONTEXTO REGIONAL

Para Anne-Marie Thiesse, cujos trabalhos se destacam pelas contribuições para repensarmos os processos de constituição identitárias, a noção de “identidade regional” se desenvolveu a par com a emergência da noção contemporânea de “nação” e, por conseguinte, de “identidades nacionais” (THIESSE, 1999). São, portanto, noções a um passo distintivas e estreitamente vinculadas em seus processos de constituição: a região é uma realidade recente.

Se no contexto francês a construção da ideia de nação resultou de um longo processo educativo - não raramente acompanhando de várias formas de coerções como proibições dos discursos regionais no ambiente escolar e prisões dos seus porta-vozes, promovidas pelos soberanos que tinham maior interesse no estabelecimento de uma nação unificada -, logo tais estratégias se estenderiam a outras vias de inculcação cultural, como a música, vestimentas, utensílios domésticos etc. Nesse processo serão os intelectuais e produtores culturais em geral os seus principais formatadores e propagadores daquela ideia de nação, tendo no ambiente escolar o seu principal espaço de reprodução e inculcação, até o ponto em que essa nação inventada se tornaria um sentimento de nacionalidade espontaneamente manifesto.

No entanto, esse modelo de nação não se restringiria à França, mas corresponderia a um longo processo civilizatório estendido a todos os países ocidentais, acompanhando seus processos específicos de industrialização, mudanças tecnológicas dos instrumentos de comunicação e constituição de novas formas relações sociais. Essa pedagogia do nacional - no sentido forte do termo - e seus desdobramentos regionais adquirira contornos mais específicos no contexto brasileiro, com ênfase na produção musical⁷, amplamente difundida por

⁷ Para uma leitura aprofundada sobre o processo de construção do samba como emblema nacional, leia: RIVRON, Vassili. **Le goût de ces choses bien à nous: La valorisation de la samba comme emblème national (Brésil, années 1920-1940).** Actes de la Recherche en Sciences Sociales, 2010/1 - n° 181-182 , pp. 126-141.

empreendimentos radiofônicos, e literária, donde se destacam os investimentos com pretensões ao estabelecimento definitivo de “panteões literários”, como os de Silvio Romero e José Veríssimo. Ambos, musicalidade e literatura se estabeleceram como “pedras de toque” no processo de construção e interpretação da “alma nacional” brasileira (RIVRON, 2005) e se firmariam também sob a forma de distinções entre o “nacional” e o “regional”, noções respectivamente centradas nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo - polos de produção e difusão de produtos culturais tipicamente “nacionais” -, legando aos demais estados a constituição de polos “regionais”, sempre a reboque de uma dupla importação dos modelos de produção cultural, a partir dos contextos internacionais e dos centros nacionais.

É também acompanhando esse processo de dupla importação que se constituem no Maranhão os modos de atuação literária e se desenvolveram as suas dinâmicas próprias de produção e circulação bibliográfica. Compreendendo tais especificidades, buscamos flexibilizações conceituais adequadas para a sua aplicação nesse universo pesquisado. No âmbito do campo editorial francês, é exemplar a análise desenvolvida por Jean-Yves Mollier (1999), no qual demonstra as condições de estabelecimento e expansão das produções de livros apontando três condições principais: o crescimento massivo do público leitor; a introdução e desenvolvimento do maquinismo e a permanente inovação nas disputas comerciais promovida pelos grandes livreiros editores.

Nesse processo, destaca-se um importante movimento de inflexão nas dinâmicas comerciais, ao qual Mollier (1999) resumira como um processo de “substituição da lógica da oferta sobre a demanda”, considerando o elemento mais significativo da autonomização relativa do campo editorial francês em seu estado germinal, fortemente influenciado pela publicidade, embora ainda incipiente, e pelas novas vias de comercialização e distribuição desenvolvidas por casos emblemáticos como o editor Charles-Joseph Panckouke. Dentre os principais aspectos em desenvolvimento apontados como condições dessa estruturação do sistema de produção editorial na França em meados do século XIX, Mollier indica a inovação dos produtos ofertados (como novos formatos de livros), a introdução das “coleções” nos catálogos e a multiplicação dos “romances de folhetim”.

Tais inovações provocariam uma constante baixa dos preços e conseqüente “popularização” da leitura em formatos mais acessíveis. Outra contribuição nesse processo se deveu à criação dos Gabinetes de Leitura, que também funcionavam como importantes espaços de socialização das práticas de leitura e constituição de grupos - dimensão não muito explorada por Mollier no trabalho em questão, o que se depreende dos diferentes graus de institucionalização e processos de estruturação em comparação aos casos brasileiros, como mencionado acima.

Como exercício comparativo, tais apontamentos nos parecem de grande relevância por dois motivos em oposição. 1) por nos indicar alguns caminhos de grande relevância heurística para o desenvolvimento de investigações que se dediquem aos processos de constituição e funcionamento dos espaços de produção editorial por objeto. Entre tais indicações, se destacam a verificação da complexificação do trabalho de produção que acompanhou a modificação dos produtos finais, adequados às mutações das lógicas vigentes do mercado livreiro emergente. 2) É preciso resistir à sedução das homologias. E aqui a noção de mercado nos parece nevrálgica. Como já indicado, uma das particularidades do universo que pesquisamos é a constituição de uma dinâmica sem empreendimentos concorrenciais entre empresas editoriais duráveis.

Embora não se disponha a problematizá-la, a noção de mercado mobilizada por Mollier em muito se alinha à compreensão “durkheimiana” dessa instância como uma instituição socializadora, resultante dos processos de especialização e divisão do trabalho, que asseguraria a coesão social no âmbito das “sociedades modernas” (DURKHEIM, 1995). A importância dessa asserção se concentra nos graus de institucionalização do mercado editorial como instância socializadora constituída pela sobreposição entre regras formais (em geral vinculadas ao direito) e informais (ligadas à ideia de tradição ou à moralidade). Desse modo, a manutenção das trocas mercantis poderia prescindir das intervenções mais personalizadas nas suas lógicas de funcionamento, haja vista que os princípios de classificação e os seus modos de operação estariam assegurados pela sua força socializadora, voltada para as práticas mercantis e enraizada nos processos de reprodução das instituições sociais.

No Maranhão, os processos de institucionalização das instâncias editoriais e suas dinâmicas comerciais adquiririam outros contornos, com elevado grau de pessoalização no seu desenvolvimento. Porém, a produção de livros também se estabelece como um importante artefato nas disputas intelectuais e políticas, além de um destacado instrumento de atuação nos processos de constituição e disputas em torno de uma “identidade nacional” a partir de uma escala regional. Inicialmente centrados nos trabalhos dos tipógrafos do século XIX, se passaria ao quase monopólio do Estado como produtor de livros através da criação de instituições culturais dedicadas exclusivamente à produção de impressos. Processo que institucionalmente se iniciaria pela criação da Imprensa Oficial (1900)⁸ e posteriormente daria origem ao Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado - SIOGE (1947)⁹. Adiante indicaremos de modo pormenorizado essas transformações institucionais bem como as ferramentas que utilizamos para essa constatação mais geral e sua importância para o delineamento do nosso objeto de análise.

Como então analisar um espaço de produção editorial que se estrutura na ausência de relações mercadológicas e cujo processo de institucionalização, a despeito das instâncias que o compõem, se enraíza e se reproduz por laços hiperpessoalizados? Um dos recursos analíticos que nos auxiliaram a enfrentar essa problemática se encontra numa assertiva de orientação “webereana”, “falamos de mercado quando pelo menos por um lado há uma pluralidade de interessados que competem por oportunidades de troca” (WEBER, 1991, p. 419). Dito de outro modo, o fenômeno do mercado pode ser compreendido como a existência de lógicas específicas e compartilhadas voltadas para as trocas como mediação de interesses. Logo, não é o que se troca, mas o *sentido* das trocas que orienta as relações em jogo, o que devemos perscrutar para a caracterização das

⁸ Circulando o seu primeiro número apenas em 1º de janeiro de 1906 (Diário Oficial de 19.03.1935).

⁹ Ano de promulgação da Lei nº 45, em 19 de dezembro. Através desta o então Governador Sebastião Archer da Silva “institui, com personalidade jurídica própria, de natureza técnica e autárquica, o Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado do Maranhão”.

relações de mercado. Assim, Weber nos permite pensar uma noção de mercado como *relação social*, atentando para a importância das *estratégias* de manutenção dos vínculos que os agentes estabelecem entre si e reproduzem através das retribuições recíprocas efetivadas nas e pelas trocas. Nesse passo, o caminho para a noção de dom, segundo elaborada por Marcel Mauss, pareceu-nos inarredável.

Orientados também pelas investigações realizadas por Coradini (2012), podemos dizer que esse universo social se constitui estruturalmente pela *superposição integrada* de códigos e princípios de legitimação oriundos de *domínios* sociais diversos. Nesse aspecto, é esse transbordamento entre lógicas e práticas distintas, mas que encerram princípios de reconhecimento, e as possibilidades de mobilização de recursos adquiridos e investidos nesse trânsito o que mais nos importam para a investigação das suas dinâmicas de funcionamento. No intuito de compreendermos essas dinâmicas de intersecção, buscamos decompor metodologicamente os elementos constitutivos das suas lógicas e liames movediços, o que nos permitiu identificar os condicionantes que incidiram sobre as *estratégias* de atuação dos agentes envolvidos no trabalho de produção e edição de livros nesse *espaço editorial*.

Como se produzem as *figuras* (LEGENDRE et ROBIN, 2005) de editor no universo em pauta, cujas lógicas de agência se produzem envoltas por difusas tensões políticas, intelectuais, estéticas etc. sempre com os olhos voltados e submetidos às dinâmicas editoriais nacionais e transnacionais? Com foco sobre essa questão central, desenvolvemos nossa metodologia de investigação a partir de quatro eixos centrais¹⁰, a saber, as representações em torno dos modos de percepção da figura do editor e as funções de mediação exercidas pelos agentes reconhecidos sob esses papéis sociais. Aqui, no intuito de captar os discursos que reivindicam critérios de (ir)reconhecimento em torno desse papel social, privilegamos os livros (incluindo seus conteúdos “pré” e “pós textuais”: epígrafes, dedicatórias, orelhas etc.) de cunho hagiográfico sobre “autores

¹⁰ A escolha dessas dimensões de análise segue, com algumas adaptações necessárias, as orientações apontadas por Bertrand Legendre no livro **Figures de L'éditeur**. Nouveau Monde éditions: s/p. 2005.

maranhenses” ou dinâmicas institucionais voltadas para a produção de livros, jornais e entrevistas abordando a produção bibliográfica do Maranhão.

Verificadas a partir das suas inserções em redes pessoalizadas e das relações de reciprocidade administradas pelos seus investimentos editoriais. Dimensão que nos parece central num contexto marcado pelo transbordamento entre diferentes *domínios* sociais e cujo trânsito de referências e práticas legítimas se dá fundamentalmente através dos agentes individuais, o que tornou também imprescindível a investigação dos seus processos de socialização com o universo editorial e das lógicas e espaços de sociabilidades dos escritores, aspirantes aos investimentos pela escrita como recurso de intervenção e consagração intelectual.

Mantendo o foco sobre os casos mais destacados, verificamos algumas relações entre os saberes e recursos sociais, herdados ou adquiridos, acionados no exercício de suas funções editoriais e suas possibilidades de trânsitos nessa estrutura compósita. c) A produção e mutações em torno das competências específicas acerca da atuação editorial. Sobre esse ponto duas perspectivas foram privilegiadas: o desenvolvimento tecnológico e profissional das práticas editoriais, perpassando a criação de instituições formativas e representativas das figuras de editor, suas mutações e a complexificação das tarefas em torno do trabalho de produção de livros. Mobilizando esses dados em perspectiva histórica sincrônica e diacrônica, buscamos verificar os processos de constituição de um “saber-editar”, tomando ainda por referência os principais agentes (individuais e coletivos) editores identificados; d) A dimensão geopolítica que contribui para a construção de uma posição regionalista em torno da produção editorial no Maranhão. Analisada a partir da posição “regionalista” *periférica* que ocupou o estado do Maranhão em relação aos estados do Sudeste do país. Para tanto, nos apropriamos de uma série de trabalhos desenvolvidos sobre as dinâmicas de funcionamento daqueles espaços editoriais, pensando sempre esses diferentes contextos em perspectiva relacional.

O tratamento quantitativo realizado a partir das publicações dos “autores maranhenses” nos permitiu mapear e verificar o peso relativo conferido aos diferentes *lugares de edição*. Nesse passo, a “saída” desses agentes através de

publicações nacionais e internacionais em diferentes *momentos* desse espaço de produção editorial, fora identificada como um importante trunfo (pensado relacionalmente) referente às posições sociais que ocupam. Com os olhos sempre voltados para “fora”, os agentes editores se posicionavam “regionalmente” e, adotando os modelos “externos” por referência, constituíam suas próprias dinâmicas editoriais, em posições relacionalmente *periféricas* aos contextos nacional e internacional de circulação dos livros: produtores regionais de modelos nacionais importados. Desse modo, essa dinâmica duplamente caracterizada, pela adequação (no sentido de esforço pelo ajustamento aos modelos que lhes serviam por referência) a um largo conjunto de lógicas e práticas constituintes de universos sociais distintos e de legitimação da produção de livros e atuação editorial como objetos dotados de uma história que se crê própria. Embora tomadas separadamente para a produção dos dados, tais dimensões mais gerais serão apresentadas diluídas na forma dos capítulos que compõem esse trabalho.

1.1. Um tipo diferente de mercado: construção do objeto e flexibilizações teóricas

Em torno do objeto que analisamos, a publicação do “*L’apparition du livre*”, de Lucien Febvre e Henri-Jean Martin (1958)¹¹, é geralmente tomada como um limiar para os estudos historiográficos sobre o livro. No entanto, é somente a partir da década de 1970 que teremos o desenvolvimento de um amplo conjunto de pesquisas acerca dos processos de constituição e institucionalização das práticas editoriais como universos sociais privilegiados para a análise da produção, circulação e apropriação de bens simbólicos¹². Firmando-se a década seguinte

¹¹ Essa obra monumental (no duplo sentido, referente à qualidade do trabalho e também na acepção que passou a ter como monumento de inauguração de uma nova especialidade de investigações nas ciências sociais), teve a sua 1ª edição no Brasil através da editora EDUSP no ano de 2017.

¹² Sobre as dificuldades de estudos dedicados ao “livro” e as estratégias editoriais como objetos de investigações, leia DIRX, Paul. Les obstacles à la recherche sur les stratégies éditoriales. Actes de la Recherche en Sciences Sociales Année 1999 126-127 pp. 70-74.

como o período histórico de estabelecimento das investigações que se apropriaram dos livros como “um verdadeiro campo de especialização ou subdisciplinas acadêmicas” (SORÁ, 2010, p. 13)¹³.

Para o contexto brasileiro¹⁴ Gustavo Sorá indica outro marco para o início da constituição de um espaço de investigações em torno do livro e da edição: a publicação de “O livro no Brasil”, de Lawrence Hallewell (1985). E reforça que, também no caso brasileiro, é apenas no início do século XXI que “esse espaço de pesquisas começou a ganhar forma” (ibidem, p. 13). Por estas referências basilares, percebe-se a constituição muito recente de uma área de estudos sobre o livro nos contextos nacionais mais diversos, estejam eles nas posições de exportadores ou importadores - de um ponto de vista relacional internacional acerca dos modos de apropriação dos bens culturais, o que também incidiria sobre as definições acerca dos objetos mais ou menos valorizados no âmbito das ciências sociais, relegando os trabalhos que tomam o “livro”, suas condições de produção, circulação e apropriação, a uma posição subalternizada aos estudos culturais de outra ordem, como a sociologia e história da literatura, por exemplo.

Sem a pretensão de totalidade e sob os riscos próprios a esse tipo de síntese - como as tendências à homogeneização que ocultam disparidades teóricas, problemas analíticos distintos, processos históricos de constituição de disciplinas etc. - propomos uma classificação dos trabalhos que temos acessado e que são voltados para o universo editorial em três vertentes, que correspondem às suas ênfases respectivas a diferentes níveis de investigação: 1) Estudos dedicados à investigação dos processos de desenvolvimento das instâncias e condições de produção do livros; 2) Estudos mais inclinados à análise das representações em torno do livro e seus níveis de refração e reflexo do mundo social; 3) Estudos mais

¹³ Gustavo Sorá cita ainda alguns trabalhos que investigam o desenvolvimento desses estudos em países mais “centrais”: Bödecker, 1995; Michon e Mollier, 2001. Dentre os quais gostaríamos de acrescentar as publicações mais recentes de Sapiro (2016), Mollier (2015) e Thompson (2013).

¹⁴ Um amplo apanhado de apontamentos sobre pesquisas realizadas no Brasil acerca do âmbito editorial pode ser verificado em: BRAGANÇA, Aníbal. **Uma introdução à história editorial brasileira**. In: Cultura, Revista de História e Teoria das Ideias, Vol. XIV, II. Portugal: Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 2002, p. 57-83.

afeitos às dinâmicas de recepção dos livros, perpassando a análise das instâncias de mediação e das práticas de leitura. Preferimos categoriza-los em termos de níveis de concentração sobre determinadas dimensões sociais investigadas pois, ressalvadas as ênfases sobre os seus objetivos de análise, eles transpassam em geral semelhantes observações acerca das condições de produção desses artefatos, suas representações e apropriações.

Além deste, podemos sugerir ainda um segundo agrupamento no que tange às ênfases sobre suas construções analíticas: 1) Investigação das condições sociais de surgimento e desenvolvimento dos mercados editoriais e/ou 2) trabalhos dedicados à análise da literatura como pedra de toque para as aferições em torno da atividade escrita. Em ambos, porém, destacam-se as figuras do editor como mediador entre os *mundos* (BECKER, 1977) da produção e recepção das obras.

Em geral, a “literatura” é tomada como representação maior da dimensão espiritual nos processos de construção analítica acerca dos universos de produção editorial, tangenciada pela complexificação das práticas e processos de institucionalização das instâncias de produção e comercialização dos livros. Por manterem uma relação mais próxima com os objetivos que mais nos importam, destacamos as dimensões para as quais convergem e se concentram, grosso modo, os trabalhos dedicados à análise das lógicas de produção editorial: 1) Produção literária e as condições de atuação como escritor 2) Constituição de mercados e estratégias de atuação editorial. Pensados a partir de dinâmicas que se opõem, o editor é geralmente compreendido nesses contextos como um “agente duplo”, fazendo a mediação entre dois mundos: o das regras da arte e das leis de mercado (BOURDIEU, 2019; MOLLIER, 1998; CHARLE, 1977; LAHIRE, 2006; THOMPSON, 2003).

Com o advento da constituição de mercados editoriais o editor, esse agente duplo, passa a exercer uma função imprescindível a todos aqueles que almejam alocar-se socialmente através da atuação escrita e dos investimentos na produção bibliográfica (GLINOER, 2005).

É bastante significativa a definição enunciada por Pierre Bourdieu nas primeiras linhas do seu trabalho acerca do campo editorial francês: “O editor é aquele que tem o extraordinário poder de assegurar a *publicação*, ou seja, de fazer com que um texto e um autor tenham acesso à existência *pública* (öffentlichkeit), conhecida e reconhecida” (BOURDIEU, 2018, p. 199). Em outros termos, isso implica em processos de *transferência de capital simbólico*, cuja importância ou peso do seu valor conferido se vincula àquele que o executa (editor/editora) e que se estende ao conjunto de autores que compõem os seus catálogos, mais ou menos consagrados.

Em suma, o esquema de análises “bourdieusiano” consiste fundamentalmente num esforço de compreensão das condições de entrada, consagração e lógicas de funcionamento dos campos editoriais com seus diferentes graus de refração das interferências heterodoxas produzidas em outros campos. Tal modelo nos permite resistir à adesão das concepções que primam pela supremacia dos determinismos econômicos, ao passo que também nos possibilita analisar as condições de produção e os efeitos das ilusões de que tais campos obedeceriam a leis não escritas, regidas pela “mão invisível” das dinâmicas mercantis. Desse ponto de vista, a estrutura dos campos editoriais funcionaria como

[...] um espaço relativamente autônomo - ou seja, capaz de retraduzir segundo sua própria lógica as forças externas, principalmente as econômicas e políticas - no qual as estratégias editoriais firmam seus princípios (Ibidem, p. 205).

Tornaremos a essa perspectiva adiante, tomando as condições de operacionalização do modelo de análise que ele emprega comparativamente às condições de aplicação ao universo social em pauta nesta tese. Por hora, ele nos serve como referência para a indicação de duas dimensões indispensáveis para a análise dos espaços editoriais nos moldes propostos pelos trabalhos citados acima: elaboração da estrutura do *campo* editorial, que perpassa a investigação dos seus dispositivos institucionais de seleção dos autores *publicáveis* e as correlações entre as *posições* e *tomadas de posição* dos agentes individuais e coletivos que os compõem.

Tal perspectiva impulsionou uma gama de trabalhos em diversos países por pesquisadores que passaram a importar o modelo de investigação que ela encerra. A partir das análises situadas em diferentes contextos e processos históricos de constituição dos universos editoriais, esses trabalhos passaram a demonstrar os diferentes graus de institucionalização e processos de autonomização dos campos de produção editorial e as condições de operacionalização daquele esquema de análises primordial¹⁵.

Dentre os “importadores”¹⁶ desse esquema analítico em contextos *periféricos*, destacando-se entre nossas referências os trabalhos desenvolvidos no Brasil e Argentina, gostaríamos de pontuar alguns que nos serviram de alicerce para a construção do nosso objeto de pesquisa, apontando as suas principais contribuições teóricas e metodológicas acerca das possibilidades de flexibilização e apropriação do modelo de análises proposto por Pierre Bourdieu. Como um marco para a construção dos parâmetros que norteiam a nossa tese, destacamos o trabalho desenvolvido por Gustavo Sorá sobre a editora José Olympio e a gênese do campo editorial não Brasil (2010). Ele realiza um detalhado trabalho etnográfico analisando os determinantes sociais que serviram de pilar para a constituição e profissionalização do mercado editorial brasileiro, situando sua gênese entre os anos 1920 e o apogeu de seus primeiros sinais de relativa autonomização entre as décadas de 1940 e 1950, demonstrando as razões de seu desenvolvimento e a importância que irá adquirir como espaço de produção e consagração de uma

¹⁵ Desde a década de 1970 Pierre Bourdieu se dedicava à investigação dos processos de criação e circulação dos bens simbólicos através das práticas culturais, atentando para as lógicas de publicação editoriais como estratégias subjacentes a dinâmicas de consagração mais amplas. Dentre esses trabalhos que podemos tratar por inaugurais de uma ampla agenda de trabalhos, destacam-se “La production de la croyance: contribution à une économie des biens symboliques (1977)” e “Les règles de l’art: genèse et structure du champ littéraire (1992)”.

¹⁶ Seria necessário um trabalho mais acurado acerca das condições de importação desse modelo de análise e de produção das noções reivindicadas em torno da “obra” de Pierre Bourdieu, para então compreendermos os seus diferentes modos de apropriação e projeção para além da França. Para um panorama sobre os modos de apropriação da obra desse autor, indicamos a leitura da entrevista concedida por Gisèle Sapiro a Afrânio Garcia e Elina Pessanha, “Encontros com Pierre Bourdieu e destinos da sua obra”, publicada em *Sociologia & Antropologia* | Rio de Janeiro, v. 03, pp. 11 – 42, junho, 2013. Também disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sant/v3n5/2238-3875-sant-03-05-0011.pdf>.

“cultura nacional”. Tais dimensões são estudadas a partir da recomposição histórica dos conflitos em torno dos poderes legítimos e consagrados aos papéis de *porta-vozes* de concepções de “cultura” reivindicadas (ELIANA, 2010; MATOS, 2019) - elas mesmas se constituindo em objetos de disputas e reelaborações constantes - cuja posse do cetro de legitimidade alimentou acirrados embates entre os editores situados naquele campo.

Em lugar da reprodução das epígrafes tomadas como evidentes em torno da noção de cultura nacional, Sorá concentra-se nas redes de relações sociais para delimitar as suas modalidades de produção e analisar as lógicas da reciprocidade internas à dinâmica operada pelos escritores, os livreiros e editores, sujeitos a restrições estruturais mais amplas vinculadas ao campo do poder. Ao observar os agentes em “carne e osso”¹⁷ e suas condições objetivas de atuação, escapando assim às idéias preconcebidas sobre uma habilidade de edição que beirava a magia, ele opera, por outro lado, um exercício de desencantamento sobre a percepção do sucesso daqueles que produziram e representariam uma “cultura nacional” através dos livros. Retoma as condições de ação dos editores e escritores brasileiros em um campo editorial embrionário - fundido até 1930 aos escritórios de livreiros e impressores - buscando entender como esses atributos eram tratados socialmente, seguindo argumentos sobre a legitimidade dessa modalidade de ação.

Ele desenvolve assim uma análise dos processos de especialização das tarefas editoriais, perpassando a progressiva diferenciação das condições específicas de profissionalização dos livreiros e editores e suas respectivas áreas de comercialização: surgimento de distribuidores, constituição de empresas representativas, entre outras modalidades organizacionais. Demonstra ainda a importância da crítica literária como parâmetro seletivo e de construção de uma “realidade nacional”. Firmando-se tais agentes como “juizes do gosto”, através da criação ou gestão de revistas especializadas, monopolizando assim os sistemas de

¹⁷ A referência a esse termo é tomada de: MICELI, Sérgio. **Carne e osso da elite política brasileira pós-1930**. In: História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano: Sociedade e Política (1930-1964)[S.l: s.n.], 1996.

auto-referência e legitimação simbólica das apreciações literárias que representariam aquela cultura nacional em gestação, interpondo estilisticamente os critérios de sanção e convergência conceitual aos candidatos à carreira literária.

A partir da operacionalização da noção de campo, que ressalta a predominância da influência teórica de Pierre Bourdieu, Gustavo Sorá devolve aos agentes as razões práticas das posições que ocupam e possibilita visualizar as configurações que dão contornos e produzem um efeito simbólico para as conquistas componentes do mercado editorial emergente no Brasil. Nesse processo, destaca a *trajetória*¹⁸ de José Olympio como um caso exemplar para demonstrar a relevância das relações interindividuais em torno de círculos de troca e reciprocidade que os agentes estabelecem entre si, bem como os elos afetivos e as mediações consolidadas por meio dessa cadeia de interdependências.

Sob os efeitos de crises econômicas e políticas no Brasil que se estenderiam entre as décadas de 1920 e de 1960, cujo caldo basilaria os princípios de legitimidade e definições do *papel* dos intelectuais como atores políticos organizados em nome da “nação” (PÉCAUT, 1990), os critérios de seleção literária se firmariam no Brasil tomando a ideia de “realismo nacional” como principal suporte e anuência ajustada às transformações estruturais mais gerais do setor editorial brasileiro em formação. Suas lógicas de concorrências passavam também por intensas modificações, a reboque dos solavancos operados no âmbito da política. As coleções “brasilianas”¹⁹, também publicadas pela editora José Olympio, aparecem nesse cenário como intervenções que expressam as divergências de posicionamentos em torno da representatividade da cultura

¹⁸ A noção de trajetória operacionalizada por por esse autor corresponde à definição elaborada por Pierre Bourdieu e diz respeito a “uma série de posições sucessivamente ocupadas por uma mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes” (BOURDIEU, 1996, p. 81). Nossos esforços de aplicação desse conceito se encontram nos estudos de casos mais específicos localizados no capítulo 5 deste trabalho.

¹⁹ Para uma leitura aprofundada sobre a importância dessa e outras “coleções” que se destacaram no âmbito da produção editorial no Brasil durante a primeira metade do século XX, leia: PONTES, Heloísa. “Retratos do Brasil: Editores, editoras e ‘coleções brasileira’ nas décadas de 30, 40 e 50”. Em: MICELI, Sérgio (org.). História das ciências sociais no Brasil. São Paulo, Vértice/Idesp, 1989.

nacional impressa. Cada um à sua maneira, adequados às transformações políticas em curso, disputavam a noção de “cultura nacional” lançando mão dos seus filões editoriais.

Editoras “verdadeiramente nacionais” são criadas, a divisão e especialização dos estágios de produção e comercialização dos livros se torna mais complexa, enfatizando um processo de hierarquização entre gêneros e unificações estilísticas (capas, coleções, selos etc.). Tais mutações são densamente demonstradas através dos catálogos editoriais, tomados como terrenos de tensão e conflito, investimentos e aquisição de créditos simbólicos. Bourdieu (2018), Mollier, (1999), Sorá (2010; 2015; 2017), Pontes (1989), dentre outros, as pesquisas, mantêm em comum o olhar analítico sobre esses catálogos como sistemas de índices que denotam os investimentos e *estratégias* de classificação das obras pelos editores e editoras concorrentes. Sendo o campo editorial no Brasil caracterizado principalmente como um espaço de disputas concorrenciais em torno da constituição de uma “identidade nacional” como pedra de toque, os catálogos passaram a ser mobilizados como as principais armas de combate dos agentes que atuaram através da escrita e da publicação de livros ao longo do século XX.

A crescente promoção de eventos científicos nacionais e internacionais em torno dessa problemática, assim como os atuais investimentos de pesquisas²⁰ em

²⁰ Como exemplos de investigações dedicadas a trajetórias de editores e de empresas editoriais, veja: BRAGANÇA, Aníbal. **Livraria ideal**: do cordel à bibliofilia. Rio de Janeiro: EdUFF, 1999. PAIXÃO, Fernando (ed.), **Momentos do Livro no Brasil**. São Paulo: Editora Ática, 1996 (resgate histórico-cronológico das principais editoras nacionais); BORELLI, Sílvia Helena Simões. **Ação, suspense, emoção**. São Paulo: Educ/Fapesp, 1996 (sobre o escritor Marcos Rey e a Editora Ática); AMORIM, Sônia Maria de. **Em busca de um tempo perdido**: edições de literatura traduzida pela Editora Globo (1930- 1950). Porto Alegre: Edusp/ComArte), 1999; NOJOSA, Urbano Nobre. **Mercado editorial**: um estudo sobre o segmento porta a porta no Brasil. MILTON, John, **O Clube do Livro e a tradução**. Santa Catarina: São Paulo: Edusc, 2002; MARTINS, Plínio Filho; ROLLEMBERG, Marcello. **Edusp: um projeto** editorial. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001; e o projeto **Editando o editor**, coordenado por Jerusa Pires Ferreira, vinculado à Universidade de São Paulo, iniciado na década de 1990 e que conta com 9 edições publicadas pela EdUSP, dedicadas a personagens consagradas no universo editorial brasileiro.

torno dessa temática²¹, indicam-nos a expansão das investigações sobre esse objeto e de suas possibilidades heurísticas, bem como da sua relevância investigativa no âmbito das Ciências Sociais, nos apresentando um vasto arsenal conceitual e metodológico em desenvolvimento no qual convergem epistemologicamente segmentos, no mais das vezes institucionalmente separados, como Antropologia, Sociologia, Ciência Política e História.

Nesse universo em transição as definições de editor, ou dos sentidos em torno do que significa “editar” e dos *papéis* sociais acionados acerca dessa categoria, se produzem por complexas relações de concorrência nas quais se inserem os agentes que passam a reivindicar seus usos e redefinições. “Editor” é, portanto, uma categoria social *polissêmica* (COLLOVALD, 1988), posto que reivindicada a partir de diferentes instâncias e que marca fortemente uma identidade sobre os agentes assim *instituídos*.

Suas mutações nos modos de definição e reconhecimento resultam, numa perspectiva mais ampla, de processos de diferenciação social. Nessa perspectiva, invenção histórica desses postos e os investimentos *estratégicos* nos modos de (auto)reconhecimento da figura do editor são as dimensões principais da nossa investigação. Mas uma questão de fundos perpassa a investigação dessas dimensões: como se produz a autoridade pela qual os editores se autorizam? Ou, reproduzindo uma questão fundamental elaborada por Pierre Bourdieu: Quem cria os criadores? (BOURDIEU, 1983; 2008).

Assim, a elaboração analítica desse *espaço* de produção editorial perpassa uma dimensão simbólica a ser apreendida a partir da verificação das condições objetivas e dos sentidos partilhados e em disputa na atuação dos agentes

²¹ A exemplo da Coleção Memória Editorial, promovida pela EDUSP, voltada para a publicação de trabalhos acadêmicos, que somava 10 títulos até o ano de 2016. Outras editoras universitárias seguem em ritmo semelhante como a Com-Arte/USP, EdUFF, EdUNESP, EdUnB, além de instituições públicas de outros segmentos, como a Fundação Biblioteca Nacional e o Arquivo Nacional, e privadas como a Giordano, Ateliê e Mercado de Letras. No Maranhão esses investimentos têm se concentrado fundamentalmente no âmbito do NEMO - Núcleo de Estudos sobre o Maranhão Oitocentista, e do NEDEHL - Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e Práticas Leitoras, cujos trabalhos recentes têm demonstrado de forma inovadora uma série de lógicas e dinâmicas de funcionamento de um comércio livreiro e os intercâmbios bibliográficos com a Europa ao longo do século XIX.

individuais e coletivos, seus produtos e produtores, que o constituem - aqui a verificação pela fórmula “volume global do capital possuído e estrutura dos capitais” é tentadora.

Seguindo essa perspectiva, a construção analítica do universo social em pauta se ampara nas contribuições investigativas sobre a constituição de espaços sociais estruturados por dinâmicas híbridas de funcionamento, em particular acerca dos *domínios* da cultura e política. O que implica em estruturas com elevados graus de heteronomia em suas formas de produção, circulação e apropriação de bens simbólicos. Embora compreendamos a sua composição ataviada às intervenções de critérios externos, o que sugere uma relativa dissociação entre esferas sociais, esses espaços resultam de processos de estruturação compósita de *domínios* fluidos e instáveis, cujos processos de institucionalização e condições de funcionamento se dão fundamentalmente através de relações de interdependência hiperpessoalizadas: “Jomar é o SIOGE”²². Uma síntese que nos serve de bom exemplo.

1.2. Tempo e distância na produção editorial do Maranhão: estratégias usadas na construção de tipologias.

“O gosto de imprimir obras começava a desenvolver-se e algumas se fizeram nas duas oficinas que lhes principiaram a fundamentar o crédito e estimulava a melhorar seus trabalhos, lançando mão, e pondo em ação para esse fim, os poucos recursos de que podiam dispor”. (Frias, 2001, p. 39)

O trabalho de construção narrativa acerca da produção editorial perpassa um trabalho complexo e de dimensões variadas de invenção e reinvenção “histórica”, produzida a partir das práticas e interesses de agentes envolvidos na produção da sua “memória”, que performatizam e sintetizam por epítetos uma espécie de teodicéia dos heróis responsáveis pelo seu êxito e das condições mundanas que se impuseram ao seu fracasso. Circunscritas em periodizações cristalizadas pelos investimentos na produção hagiográfica dos “vultos

²² Trecho de entrevista realizada com João Melo e Sousa (“Bentevi”), ex-funcionário do SIOGE.

intelectuais”, seus marcos atendem a condicionantes também variados que inscrevem e posicionam seus agentes narradores nas teodicéias produzidas.

Situando-se historicamente esses “guardiões da memória” inscrevem-se também num trajeto que os aproxima e/ou os distancia histórica, geograficamente e geracionalmente. Cabe observar que tais aproximações e distanciamentos resultam de posicionamentos *estratégicos*: a meio caminho entre a *razão prática* incorporada e as possibilidades ensejadas pelos investimentos realizados no próprio jogo. Nos apontamentos que seguem, indicaremos os marcos consagrados em torno da produção de livros no contexto “maranhense”, suas lógicas de produção e os agentes *investidos* dessa tarefa.

A chamada “cultura francesa” há muito já se afirmava no Brasil, bem antes da nossa avultada “Proclamação da República”. Pedra de toque das referências que marcaram os embates intelectuais entre escritores no século XIX, sagrava-se ainda como inspiração e fundamento do vocabulário acionado nos embates políticos e delineamento conteudístico impressos nos jornais, literaturas e livros didáticos.

Essa cultura *importada* (BADIE, HERMET, 1993; BADIE, BIRNBAUM, 1994) e seus processos de hibridização assinam os aspectos mais gerais das dinâmicas e investimentos culturais no Brasil (ver, p.ex. MICELI, 2003, 2001; SIMIONE, 2008; BORRALHO, 2009), perpassando as dinâmicas culturais mais diversas, a exemplo dos ornamentos do sistema escolar, das artes plásticas, da atuação intelectual e produção editorial como práticas privilegiadas em seus processos de importação. Porém os seus efeitos tenderiam a adquirir nuances diferenciadas no que tange aos seus modos e condições de apropriação nos diferentes âmbitos de atuação e vinculação a escalas regionais específicos. As diferentes vias de reconhecimento e consagração buscadas sob lógicas bastantes distintas dos seus modelos originais denunciam estas distorções estruturais.

Na França de Flaubert os escritores ansiavam por terem os seus livros estampados pelos empreendimentos editoriais em evidência, grifados pelas insígnias dos seus respectivos editores, cujo protótipo moderno pode ser exemplificado por Charles-Joseph Panckouke, destacando-se posteriormente

agentes como Pierre-Jules Hetzel, Pierre Larousse e Louis Hachette (MOLLIER, 1999). Encerravam suas escaladas rumo à “torre de marfim” investindo na reivindicação de uma nova concepção de literatura (pela literatura), que caracterizaria aquele campo editorial em seu momento germinal (BOURDIEU, 1999). Sua relativa autonomização acompanhou um progressivo descolamento da sua produção literária e dos seus respectivos autores das vinculações aos jornais e das filiações nas linhas de frente dos seus embates²³, esforçando-se ainda por distinguir-se de uma literatura “menor”²⁴ expressa nos folhetins de pés de páginas dos periódicos.

No Brasil, esse deslocamento tardaria um pouco mais, passando a se estabelecer o seu preâmbulo a partir das primeiras décadas do século XX e se manifestando de modo mais destacado a partir de 1930. Nesse processo, a publicação de livros e demais modalidades de investimentos pela escrita, como nos jornais e revistas de diferentes vertentes e formas de reconhecimento, sofrem uma série de mutações. Nos planos Internacional, nacional e regional as instâncias e agentes, individuais e coletivos, envolvidos nas dinâmicas de publicação de textos passam a aderir e constituir novas formas e sentidos estruturantes dos *espaços* de produção bibliográfica, bem como sobre suas condições de ingresso, lógicas de funcionamento e reconhecimento em seus respectivos âmbitos de atuação. De modo mais específico ao Maranhão, a procura por títulos franceses registrada nos espaços de leitura concentrados na capital São Luís em meados do século XIX nos apresenta alguns traços desse afrancesamento arrevesado.

Em fins do século XIX, a referência francesa na literatura verificada nos acervos dos espaços de leitura no Maranhão (cujo volume de obras eram constituídos principalmente a partir de doações pessoais), restritos aos seus sócios ou funcionando sob critérios muito elitistas de acesso, passaria por um

²³ Como referência de análise sobre as mutações nos modos de atuação e reconhecimento dos intelectuais na França, sugiro a leitura de SAPIRO, Gisèle. **Modelos de intervenção política dos intelectuais: o caso francês**. In.: Revista Pós Ciências Sociais, nº 17.

²⁴ Para uma análise mais aprofundada sobre essas distinções, leia THOMPSON, John B. **mercadores de cultura**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

crescimento massivo do seu público leitor. A introdução e desenvolvimento do maquinismo, a complexificação das suas atividades e o frenesi das inovações promovidas pelos tipógrafos (fundição própria dos “tipos”, importação de prelos mecânicos europeus e norte-americanos, adaptação dos livros em formatos menores e menos custosos, diversificação dos gêneros, entre outros, além dos investimentos no aperfeiçoamento técnico que aceleraria a sua reprodução) que passavam a se destacar, contribuiriam fortemente para essa expansão. Tais dinâmicas passariam ainda pela criação de instâncias de representação profissionais, como a Associação Typographica Maranhense (1857).

Posteriormente adquiririam feições de associações trabalhistas e órgãos de representação classista, a exemplo da Associação Mútua Belarmino de Mattos (1913), do Sindicato dos Trabalhadores Gráficos (1932) e do Sindicato das Indústrias Gráficas do estado do Maranhão (1958), o que também acompanharia os diferentes momentos e reconfigurações desse espaço editorial e as *estratégias* de afirmação buscadas pelos agentes editores.

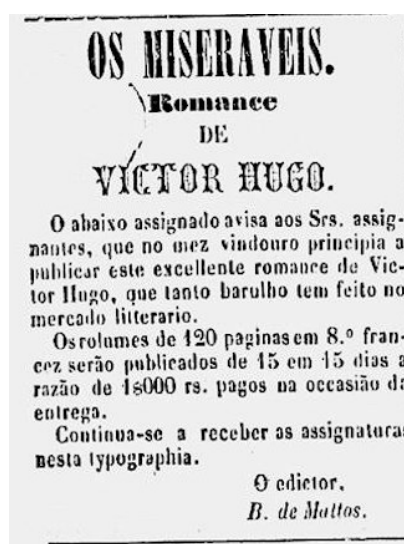
Como vimos, embora tomando a Europa e mais enfaticamente a França por espelho, no tocante às condições de atuação intelectual e literária, as concorrências editoriais como *locus* privilegiado para os variados investimentos pela escrita, bem como suas lógicas de reconhecimento e atuação, se instauram no Maranhão sob outros moldes, dadas as suas condições histórico-sociais muito distintas daquele polo importador, o que geraria diferentes condições de constituição das lógicas de atuação e reconhecimento em torno da produção, publicação e recepção de livros e dos *papéis* exercidos por seus agentes editores. No Maranhão todo esse processo seria marcado notadamente por uma condição estruturante: a dependência das instâncias estatais, cujas modalidades de incidência sobre as dinâmicas de atuação e produção editorial também seriam nuançadas pelas mutações operadas nesse espaço.

Inspirados por modelos construídos no “exterior” e pelos posicionamentos tomados em vista das condições emergentes em seus contextos de atuação, os editores e autores *publicados* através dos lugares de edição e instâncias situadas no contexto “maranhense” constituem uma *configuração* em constante processo de

mudanças e estagnações em estados sucessivos. Essa *mélange* de incidências entre as noções importadas daqueles polos mais centrais e os constrangimentos próprios às condições sociais que *pari passu* seguiria se afirmando e remodelando como estruturantes desse espaço editorial periférico de dimensões “regionais”.

No período embrionário de gestação desse espaço, vem a lume “Os miseráveis” no Maranhão. Empreendimento realizado pela dupla de tipógrafos José Maria Correa de Frias e Belarmino de Mattos e que tomaria a forma de livro nos prelos das Tipografias Progresso, que tinha Belarmino de Mattos por proprietário, e Tipografia do Frias. Anunciado com certa ostentação pelos periódicos, a publicação do romance de Victor Hugo, que já nascia internacionalizado (o que se percebe pela diversidade de países e línguas às quais fora traduzido simultaneamente quando do seu lançamento), nos apresenta um episódio de grande relevância heurística para situarmos a gênese de um *tempo editorial* (SORÁ, 1997) produzido e constantemente retomado nas narrativas míticas sobre o “período áureo” da produção literária no Maranhão.

IMAGEM 01 - Anúncio de venda do livro “Os Miseráveis”.



Fonte: Anúncio extraído do jornal “A Coalição”. Edição de 11 de junho de 1862. São Luís, MA²⁵

25 Lê-se na imagem: “Os miseráveis. Romance de Victor Hugo. O abaixo assinado avisa aos Srs. assignantes, que no mez vindouro principia a publicar este excellente romance de Victor Hugo, que tanto barulho tem feito no mercado litterario. Os volumes de 120 paginas em 8º francez serao publicados de 15 em 15 dias a razão de 1\$000 rs. pagos na ocasião da entrega. Continua-se a receber as assignaturas nesta typographia. O edictor, B. de Mattos”.

Em 3 de abril de 1862 seria lançada a primeira edição em livro do romance “Les misérables”. Evento agendado para ocorrer simultaneamente nas cidades de Paris, Leipzig, Bruxelas, Budapeste, Milão, Roterdã, Varsóvia e Rio de Janeiro, já destacadas no cenário internacional de traduções.

Ocorre que uma Província não listada nesse circuito internacional para as traduções e publicações previstas se antecipara à divulgação prevista pelo autor, Vitor Hugo. No dia 11 de março de 1862, publica-se em São Luís “Os miseráveis”, ainda sob a forma de folhetins, de modo que apenas uma pequena parte seria inicialmente impressa e continuada nas edições posteriores do Jornal do Comércio, sendo essa a sua primeira tradução brasileira. O “Jornal do Comércio” não citava o nome do tradutor e encontramos apenas indicativos esparsos de que a sua tradução teria sido iniciada por Justiniano José da Rocha, falecido antes de concluí-la, e continuada por Antônio José Fernandes dos Reis.

No caso da edição portuguesa lançada em Lisboa/Portugal no mesmo ano que a edição “maranhense”, sua tradução teria sido realizada por F. F. Da Silva Vieira, conforme indicado no catálogo de obras do Gabinete Português de Leitura do Maranhão. A despeito dessa coincidência de períodos de publicação entre São Luís e Lisboa - o que insere o Maranhão nesse trânsito transatlântico de traduções entre a Europa e o Brasil -, é interessante observar os diferentes formatos escolhidos para as respectivas edições: in 8º no caso lusitano, in 4º no caso maranhense (em dez volumes), indício de diferentes condições de produção e recepção literária entre tais contextos, sobre as quais infelizmente não poderemos no deter nesse momento.

Esse feito editorial é vastamente reproduzido também nas narrativas acerca da história da produção literária no Maranhão como um símbolo de demonstração da posição destacada conferida a esse estado durante a segunda metade do século XIX. A notoriedade desse evento nos levou ainda a investigar em que medida as formas de reconhecimento literário e de constituição da figura do editor corresponderiam a referências endereçadas aos contextos nacionais e internacionais. Essa perspectiva orientou nossas verificações acerca dos modos de reconhecimento de “escritores maranhenses”, cujas produção encontrou-se

assentada por estabelecimentos editoriais realizados principalmente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo e na Europa, notadamente na França e em Portugal. Como observam Grill e Reis, nesse trânsito internacionalizado de referências e práticas, opera-se ainda uma reinvenção dos códigos importados, “e a consequência são os deslocamentos de sentidos, de formatos, de representações e de posições dos agentes que conformam esse amálgama de elementos endógenos e exógenos” (GRILL & REIS, 2018, p. 190).

Desse modo, tanto os modelos institucionais - seus graus e diferentes lógicas de institucionalização - quanto os princípios de constituição identitária e formas de (ir)reconhecimento decorrentes dos contrabandos daquelas formas ocidentalizadas passam a conformar outros *lugares, papéis e estratégias* de atuação, ao ponto em que a busca pela investigação das concepções estruturantes desses universos, os *modos* e as *estratégias* de dominação que incidem sobre os embates travados entre os agentes (individuais e coletivos) que os constituem, deve necessariamente perpassar a investigação dos efeitos decorrentes desses trânsitos transnacionais e deslocamentos de sentidos.

As concepções de cultura que perpassam as modalidades de atuação e usos da escrita, tomando aqui a produção de livros por referência - os gêneros literários, empresas editoriais, lógicas de publicação, circulação etc. -, nos parecem um ponto de partida bastante profícuo para a investigação das relações centro/periferia, das condições de exportação de modelos e representações culturais que, submetidos às condições estruturais dos contextos importadores, passaram a adquirir outras formas e modalidades de apropriação.

Sem perdermos de vista que a expectativa em torno dessa dimensão mais geral é de investigação dos *encadeamentos* das relações centro/periferia (CORADINI & REIS, 2012, p. 12.), não incorrendo em uma concepção de tom evolucionista acerca do desenvolvimento das etapas de institucionalização ou constituição de espaços sociais mais ou menos autônomos em relação às intervenções heterônomas, centrando-nos aqui em sua dimensão mais específica: as condições de constituição e das lógicas de reconhecimento dos *papéis* de editor,

ao passo que também nos voltamos para os investimentos individuais realizados para a ocupação desses postos (DREYFUS, 1983).

1.3. Narrativas consagradas e construção de odisséias em torno da produção editorial no Maranhão

Comove, de fato, saber que houve um tempo, na segunda metade do século XIX, em que esta Província do Norte podia, com justo orgulho, apresentar-se, ao conspecto da nação, como um de seus principais centros editoriais, aqui se publicando obras notáveis pela qualidade técnica e esmero de impressão. [...] O encanto está em conhecer-se o que nesta Memória escreve José Maria Correia de Frias, como depoimento de sua própria experiência, e do que empreendeu com extrema dedicação, ao lado de outros poucos nomes – entre os quais é de justiça citar-se a Belarmino de Matos – “para que os livros impressos no Maranhão (são palavras de Antônio Henriques Leal) sobrelevem aos das demais Províncias, e ainda aos da corte do Império, em elegância, nitidez e correção”.

O trecho acima fora extraído da “apresentação” da terceira edição do livro “Memória sobre a tipografia maranhense”, escrito originalmente por José Maria Correia de Frias em 1866²⁶ e republicado em 2001 pela Editora Siciliano, situada em São Paulo, “aos cuidados de Jomar Moraes²⁷”, que também lhe faz o comentário das “orelhas” do livro, nas quais destaca a qualidade de “livro de

²⁶ Mencionado por Antonio Henriques Leal em seu “O Pantheon maranhense” como “mal informado”, ao tratar das primeiras tipografias a importarem os “modernos prelos americanos”. Também segundo Leal seriam Antonio José da Cruz, tipógrafo chefe da tipografia F. De S. N. Cascaes, comprada por “Fábio A. de Carvalho Reis, A. Theophilo de Carvalho Leal e A. Rego”, os precursores dessa modernização, “[criando eles] em janeiro de 1847 O Progresso, primeira folha diária que viu o Maranhão, e cujos redactores eram” (LEAL, 1873, p. 229). Posteriormente eleitos Deputado Geral (1878), Vice-presidente da Província no interior (1878) e Fiscal do estado (s.d.), respectivamente. Afirma ainda Leal ter sido “esse estabelecimento também o viveiro que produziu os melhores operarios typographicos que ainda hoje contribuem para que *os livros impressos no Maranhão sobrelevem aos das demais provincias, e ainda aos da côrte do imperio, em elegância, nitidez e correcção*” (extraído dos arquivos da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Grifos nossos).

²⁷ À época presidente da Academia Maranhense de Letras, gestão em que permaneceu entre os anos de 1984 a 2006.

arte”²⁸, apontando como um dos elementos para tal “a delicada e artística disposição dos elementos gráficos de sua capa [refere-se à primeira edição]”, exemplificando-o entre as contribuições que conduziram “a indústria gráfica maranhense ao primeiro plano de suas congêneres nacionais no século XIX”, juntando as contribuições da Tipografia do Frias às da Tipografia Belarmino de Matos²⁹ como “os dois expoentes dos tempos áureos da indústria gráfica maranhense” na produção de livros. Também segue indicado na mesma apresentação que o texto reproduz o da segunda edição³⁰, publicada em São Luís, no ano de 1978, sob a chancela do SIOGE/FUNC que à época tinha Jomar Moraes por diretor (1975-1980). Essa terceira edição é parte de uma ampla “coleção” intitulada “Maranhão sempre”³¹, promovida pelo Governo do Estado do

²⁸ Uma reivindicação constante acerca da produção tipográfica no Maranhão, mesmo quando no exercício da Imprensa Oficial (1906), se refere à erudição e domínio da “norma culta” gramatical e às características estéticas dos adereços, fontes e formatos dos jornais e livros. Encontra-se inclusive menções a premiações internacionais como a medalha de bronze na Exposição Universal de Turim, em 1910, entre os trunfos referentes a esse tipo de prestígio.

²⁹ Fundou a Associação Tipográfica Maranhense. Escreveu diversas lendas, orações de santos e outros pequenos avulsos, trabalhos que o autor expunha à venda antes de assumir a direção da Tipografia do Progresso. Também publicou o “Almanack administrativo, mercantil e industrial da província do Maranhão para os anos de 1858 a 1866 e 1868 (1858)”. Para o ano de 1860 o Almanaque traz em suplemento os Apontamentos históricos do Maranhão, escritos por Antonio Henriques Leal; para o ano de 1862, traz diversas notícias históricas e estatísticas e diversas poesias; para o ano de 1864, traz um catecismo agrícola, anúncios e estatutos da Companhia Porvir das Famílias; o Almanaque dos anos 1865, 1866 e 1868 compõe uma publicação em três volumes. Note-se a exclusão do almanaque de 1867, que foi elaborado por Antônio do Rego. De 1869 em diante os “Almanaques” foram redigidos e publicados por João Cândido de Moraes do Rego. (BLAKE, Diccionario Histórico Brasileiro, 1883).

³⁰ A partir da sua segunda edição o texto teve a sua ortografia adequada às normas gramaticais correntes nos períodos de lançamento.

³¹ A referida coleção se estendia a outros 59 títulos, todos de “autores” maranhenses. Dos quais apenas 24 foram publicados até 2002. O lançamento dos 24 títulos fora realizado em duas etapas. Na primeira foram nove títulos lançados e outros quinze na segunda: Memória histórica e documentada da Revolução da Província do Maranhão - 1839-1840 (Domingos José Gonçalves de Magalhães); Caminhos de São Luís (Luís Carlos de Lima); Estatística Histórico-Geográfica da Província do Maranhão (Antonio Bernardino Pereira do Lago); A obra escultórica de Newton Sá (Raimunda Fortes); O Bequimão (Clodoaldo Freitas); Sessenta anos de jornalismo (Joaquim Serra); Jornada do Maranhão (Diogo de Campos Moreno); Caso Pontes Visgueiro (Evaristo de Moraes); Memórias dos sertões maranhenses (Francisco de Paula Ribeiro); Os canhões do silêncio (José Chagas); História das missões dos padres capuchinhos (Pe. Cláudio d’Abbeville); Caminhos de São Luís (Carlos de Lima); Nau de Urano (Nauro Machado); Obra poética (Bandeira Tribuzi); O verbo contido (Manuel Lopes); Alcântara: subsídios para a história da cidade (Antonio Lopes) e Viagem ao Norte do Brasil (Yves d’Evreux).

Maranhão³² através da Fundação Cultural do Maranhão³³, “em comemoração aos 390 anos de fundação da cidade de São Luís”, sob a coordenação editorial de Sebastião Moreira Duarte³⁴. Dizia o caderno cultural do jornal “O Estado do Maranhão” em seu chamado à festa de lançamento:

[...] os livros distribuídos em bibliotecas e casas de cultura são um registro da história do Maranhão e fazem parte de um projeto de resgate da história literária do estado, com relatos sobre a cidade, cultos religiosos, costumes, poesias e referências familiares (Publicado na edição de 04/09/2002).

A primeira edição dessa “Memória sobre a tipografia maranhense” se deve ao atendimento de um convite feito pela Comissão Tipográfica Maranhense para a Exposição Provincial³⁵ realizada em 1866. Conjunto a este, José Maria Correia de Frias expôs três outros títulos: “História de Gil Brás de Santanilha”, de autoria de Lesage; “Tentativas poéticas”, de Severiano Antônio de Azevedo e “Apontamentos para o dicionário histórico, geográfico, topográfico e artístico da Província do Maranhão”, de César Augusto Marques. Esse último teve a sua terceira edição³⁶ dirigida por Jomar Moraes e integrou a Coleção Documentos Maranhenses, também por ele organizada em comemoração ao centenário da Academia Maranhense de Letras. Sua primeira edição (1870) dedicada pelo autor, César

³² À época tinha Roseana Sarney no cumprimento do seu segundo mandato consecutivo (1995-2002). A partir de 2009, com a cassação do mandato de Jackson Lago, ocuparia mais dois mandatos como Governadora (2009 – 2014).

³³ Tendo por Secretário de Cultura Luís Henrique de Nazaré Bulcão, desde 2009, passando pelos governos de Roseana Sarney (1998-2001 e 2009-2014) e José Reinaldo Tavares (entre 2002 e 2006).

³⁴ Membro da Academia Maranhense de Letras, recepcionado em sua posse por José Chagas – que também teve uma de suas obras publicadas pela coleção “Maranhão sempre”, como se vê na nota 4. Editor do Instituto Geia, entidade dedicada à produção de livros e a atividades culturais mais gerais.

³⁵ O mesmo José Maria Correa de Frias prepararia ainda para esta Exposição os livros: Opúsculo de 57 páginas, composto especialmente para ser apresentado na Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1866; Apontamentos para o dicionário histórico-geográfico, topográfico e estatístico da Província do Maranhão, do Dr. César Augusto Marques, obra em 400 páginas in 8º; História de Gil Braz de Santilhana, de Lesage; com 576 páginas, in 4º; Tentativas Poéticas, de Severiano Antônio de Azevedo.

³⁶ Patrocinada pela Alumar. Sua segunda edição foi publicada no Rio de Janeiro pela editora Fon-Fon e Seleta, 1970, inserida na sua Coleção São Luís sob o patrocínio da SUDEMA.

Augusto Marques, ao Imperador Dom Pedro II³⁷ (1841-1889), recebe em sua segunda edição (1970) uma dedicatória feita por Antônio Lopes, seu organizador, ao ex-Governador Sebastião Archer da Silva³⁸ (1947-1951). Para a sua terceira edição (2008) recebe outras duas dedicatórias, feita por Jomar Moraes e dirigidas uma ao ex-Governador José Sarney³⁹ (1966-1970) e outra a Josué Montello⁴⁰.

A menção a esse conjunto de eventos exemplifica a complexidade das cadeias de interdependências pessoalizadas e ligadas por laços de reciprocidade, que constituem as dinâmicas de produção, circulação e (re)apropriações das obras (CHARTIER, 1994, 2000; SORÁ, 2010, 2017; FARIA, 2002), bem como do lugar de mediação exercido pelos agentes reconhecidos sob os papéis de “editor”. Posicionando-se num contexto estruturado na forma de uma “superposição integrada, de lógicas e práticas, isto é, que não estão encerradas em esferas autônomas” (CORADINI, 2012, p. 69), estes agentes transitam por instâncias que compõem domínios diversos de atuação, investindo e acionando recursos cujo valor simbólico também é acrescido pela capacidade de mobiliza-lo na e pela multiplicidade dos laços administrados. No que tange ao universo aqui em pauta veremos que as prebendas recebidas, mediadas pelo funcionamento estatal em torno da publicação de impressos (jornais, livros etc.), obrigam e conservam o poder do doador sobre o beneficiário, “a coisa recebida não é inerte” (MAUSS, 2003, p. 228).

Assim, atentos às condições de operacionalização do modelo de análise mencionado, num contexto cujas modalidades de atuação e constituição de *papéis*

³⁷ “Como incansável protetor das letras, e estudioso cultivador da história pátria, oferece respeitosamente este tributo, pequeno mas nascido d’alma, do profundo respeito e veneração que lhe consagra”.

³⁸ “Ao Maranhão, na pessoa de seu Governador Exm^o Sr. Sebastião Archer da Silva, que promoveu a organização desta nova edição, e aos Institutos Históricos e Geográficos Brasileiro e do Maranhão”.

³⁹ “Ao estadista e homem de letras José Sarney que, Governador do Maranhão, fez promover a primeira reedição deste dicionário, ofereço dedico e consagro meu trabalho para a presente reedição”. Jomar Moraes não considera a existência de uma segunda edição.

⁴⁰ “À memória em mim sempre viva de Josué Montello, que muito me estimulou a promover esta reedição”. As dedicatórias seguem aqui reproduzidas tais como apresentadas na terceira edição de 2008.

sociais são pautadas por dinâmicas estruturalmente heterônomas, algumas questões atravessaram o desenvolvimento desta tese: até que ponto e em que medida a noção de *institucionalização* (em referência aos graus de impessoalidade institucionais), produzida por dinâmicas sociais e circunstâncias históricas determinadas (que não se refere a princípios de mais ou menos modernos), pode ser apropriada para um contexto “regional” *periférico* (em relação aos centros exportadores) como o maranhense? Por conseguinte, que contornos adquiriram os processos de *institucionalização* nas lógicas constituintes da produção editorial nesse contexto ao longo do período que nos propomos analisar? Quando historicamente emergiram e como se complexificam esses empreendimentos dedicados à produção de livros no Maranhão? Por que vias e sob quais condições o que se passou a denominar “editor”, “editoras” etc. se constituem em modalidades específicas de reconhecimento social e se recompõem ao longo do período em pauta? Quais os usos *estratégicos* e formas de reconhecimento acionadas acerca das figuras do editor? Quem são os agentes, individuais e coletivos, que inventam e investem nessas tecnologias de representação social?

Assim, compreendendo as dinâmicas de funcionamento desse espaço editorial que se constitui permeado pelos embates em torno das noções de “cultura” e “política” e mantendo o nosso foco sobre as condições de constituição, atuação e reconhecimento dos *papéis* de editor, nos ateremos à demonstração das correlações verificadas entre as representações nativas acionadas acerca da noção de “livro” cujas retomadas se firmaram em espécies de marcos inarredáveis e memorialística sobre a produção de livros e atuação intelectual nesse estado. De modo mais específico nos ateremos aos princípios que constituem e distinguem os papéis de “editor”, das posições ocupadas por esses agentes e dos seus usos *estratégicos* correspondentes às transformações *configuracionais* que incidiram sobre as lógicas de atuação e dinâmicas editoriais em pauta.

2. DINÂMICAS EDITORIAIS E MUTAÇÕES DO SISTEMA ESCOLAR

“um livro jamais chega ao leitor sem marcas.”
(Pierre Bourdieu, 1996, p. 248)

O advento do processo que ficou conhecido como “abertura dos portos”, promulgado por D. João VI e ocorrido logo após a chegada da família real portuguesa no Brasil em 1808, rompia com o exclusivismo português sobre o comércio brasileiro. Em decorrência, a então Província do Maranhão passaria a vivenciar uma série de transformações econômicas promovidas pela ampliação das exportações, principalmente de arroz e algodão, a par com a multiplicação das importações de escravos e produtos manufaturados, ao que se acompanhou um aumento dos créditos “ainda que a oscilantes e ao sabor das tensões do mercado internacional” (GALVES, 2019, p. 3).

A reboque dessa projeção econômica cresce também nessa Província as demandas pela ampliação do sistema escolar que preparasse os jovens para o exercício das atividades relacionadas à escrita, fossem em torno dos usos comerciais e suas práticas rotineiras (como a contabilidade dos produtos comercializados, elaboração de relatórios, controle de estocagem e venda etc. vinculados ou não às atividades administrativas ordinárias da Província) e/ou religiosos; mas também devido à ascensão econômica de novos grupos, em progressiva substituição das elites agrárias, e os seus desejos de envio para a Europa dos descendentes dessas famílias agora economicamente abastadas pelo crescimento do comércio agroexportador. Prática já corriqueira entre os herdeiros das elites agrárias em declínio, que a princípio iniciavam seus estudos no ambiente doméstico e posteriormente complementavam-no nas universidades europeias⁴¹.

⁴¹ Marcelo Cheche Galves (2019) observa que entre os anos de 1772 e 1825, a Universidade de Coimbra se destacava como o principal destino dos maranhenses descendentes dessas famílias. Segundo esse autor, nos arquivos referentes a essa instituição (Ver Arquivo Nacional, Seção de Obras Raras. Estudantes da Universidade de Coimbra (1772-1872) onde constam os registros de 63 maranhenses matriculados durante esse período.

É desse período também a criação dos primeiros jornais⁴² originários dessa Província. A princípio manuscrito, O Conciliador do Maranhão logo teria suas edições tipografadas por um prelo importado da Europa em 1821⁴³, sob encomenda da Fazenda Nacional, no intuito de funcionamento da Imprensa Nacional por estas paragens⁴⁴. Já com o seu nome abreviado para “O Conciliador”, sob nítida influência do “constitucionalismo português” (GALVES, 2015), circulou entre abril de 1821 e julho de 1823, um longo tempo, considerando a longevidade dos periódicos à época, esse jornal teve 212 edições, a última publicada em julho de 1823. Até então fora o único jornal circulante no estado. Sobre a importância que esse jornal adquiriu em seu período de circulação, destacadamente após os subsídios do Governo obtido pela publicação dos seus atos administrativos, Galves observa que

⁴² Entre os anos de 1821 e 1834 verifica-se no Maranhão a existência dos jornais **O Conciliador do Maranhão** (1821-1823); **O Amigo do Homem** (1824-1827); **Os Argos da Lei** (1825); **O Censor** (1825); **Farol Maranhense** (1827); **A Bandurra** (1828); **Minerva** (1828); **O Despertador Constitucional** (1828); **A Cigarra** (1829); **A Estrela do Norte do Brasil** (1829); **O Brasileiro** (1839-1832); **O Semanario Official** (1830); **O Jornal dos Annuncios** (1831); **O Publicador Official** (1831) e **Echo do Norte** (1834-1836). Haja vista a importância dos jornais como espaços de intervenção através da escrita ao longo de todo o período que abrange esta pesquisa, decidimos por disponibilizar no Anexo I uma lista mais extensa dos jornais circulantes no Maranhão ao longo dos anos 1821 a 1907, com indicações dos seus proprietários, periodicidades, ano de publicação, locais de impressão, diretores e principais redatores.

⁴³ “Compunha-se essa tipografia de um pequeno material, do qual fazia parte um prelo de ferro dos chamados ‘Águias’. É uma pesada máquina pelo sistema de parafusos, firmada entre duas colunas, formando a cabeça de uma enorme águia, também de ferro, que sobe e desce com a ação da compressão da platina sobre os tipos. Esses prelos são hoje (1866) quase desusados. (FRIAS, 2001, p. 16).

⁴⁴ Para uma leitura sobre a ampliação da produção tipográfica em decorrência da liberdade de imprensa promovida pela “abertura dos portos”, leia Galves, et al. 2019, pp 99-111.

[...] tornou-se um grande jornal para os padrões da época. Nas edições n.39, 56, 97, 163, 167 e 190, o Conciliador apresentou listas nominais com centenas de assinantes, que por vezes se repetiam ao renovarem a assinatura do jornal. Ao todo, 636 assinaturas (ou renovações), de 443 diferentes cidadãos (ou de suas firmas), garantiram receitas para o jornal, entre os anos de 1821 e 1823. O apoio/vinculação do jornal ao governo provincial também transparecia na obtenção de tais assinaturas, muitas delas recolhidas pessoalmente por Pinto da Fonseca⁴⁵ e por Antonio Meirelles⁴⁶. (GALVES, 2014, p. 8).

Porém os contatos com a Europa não se limitavam às demandas pelos maquinários voltados para o exercício tipográfico, notadamente mais avançados, mas se estendiam a uma complexa rede de importação de livros, traduções e contrabandos de títulos censurados pela Imprensa Real Mesa Censória. Esse acesso a considerável volume de produções cujo teor variava entre gêneros religiosos, literários, filosóficos e políticos, contribuiria fortemente para a formação e composição do vocabulário e perspectivas políticas acionadas pelos intelectuais “maranhenses”. Como observam Neves e Ferreira,

Palavras antigas que se ressignificavam como liberdade, soberania, eleições, Constituição, ou novas – Cidadão e direitos, entre outras –, que passavam a fazer parte do cotidiano da sociedade brasileira, graças aos movimentos liberais que ocorreram do outro lado do atlântico. um desses catálogos ostentava 89 títulos, com quase 70% destes ligados a temas políticos. (NEVES & FERREIRA, 2014, p. 18).

Estas autoras destacam ainda o volume relativo aos gêneros demandados e alertam para a progressiva mudança dessas remessas. Inicialmente concentrados em título voltados para as “belas letras”, ciências, artes e jurisprudência, podendo ser baseada na necessidade de livros para utilização na instrução, uma vez que os primeiros cursos superiores começavam a se instalar no império do Brasil. Porém, a ênfase sobre esses gêneros seria substituída por títulos e autores para discussões religiosas, deixando em segundo plano os livros de cunho político e filosófico. Duas hipóteses levantadas pelas autoras sobre esse movimento seriam: 1) Face à ausência de uma censura mais rígida no Brasil naquele momento, muitos dos

⁴⁵ Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca. Governador da Província do Maranhão (1819-1822).

⁴⁶ “Antonio José Meirelles era o negociante mais rico da província, e figura próxima ao governador Pinto da Fonseca”. (Galves, 2014, p. 6).

livros de cunho político eram aqui publicados e outros eram importados diretamente da França; 2) Um crescimento do próprio ensino religioso com a criação e/ou reativação de novos seminários. Acerca dos processos de desenvolvimento tipográfico e dinâmicas de desenvolvimento escolar no Maranhão, ambas hipóteses nos parecem inteiramente pertinentes.

Em Lisboa, encontram-se diversos pedidos dos irmãos martin entre 1827 e 1828, a fim de enviar livros para esse lado do atlântico, em sua maioria ao Rio de Janeiro, mas também para o Maranhão e Bahia. Tais pedidos totalizam 199 títulos, com vários volumes, sendo 43,70% de livros em Belas Letras, 21,60% em teologia, 17,58% em Ciências e artes, 10,05% em Jurisprudência e 6,53% em História. Logo, em 1827 e 1828⁴⁷, após a independência, mantinha-se a tradição comum aos anos posteriores da vinda da Corte para a América Portuguesa, do predomínio dos livros de Belas Letras nesses pedidos (NEVES & FERREIRA. Brasil, França, Portugal: Circulação de ideias políticas e culturais por meio dos que tratam em livros (1808-1830). In: ABREU, 2014, p. 18).

As mudanças na balança econômica do Maranhão propiciariam também um novo tipo de demandas por livros, acentuadamente maiores do que aquelas motivadas pelos herdeiros das famílias enriquecidas da terra e que haviam viajado para Coimbra em busca de investimentos escolares em nível superior nas primeiras décadas do século XIX. Contudo, a aceleração da produção de impressos em decorrência dessa nova demanda não foi acompanhada de uma generalização das condições de acesso à formação escolar com vistas à formação e sufrágio de um “novo” público leitor.

Mesmo ante as estratégias buscadas para a ampliação do ensino fundamental, a formação erudita mais valorizada socialmente continuava restrita a instituições específicas, ocupadas pelos descendentes dos grupos econômicos em ascensão. Seriam estes os candidatos à composição da insígnia em vias de produção e que consagraria estes agentes sob a epígrafe de “grupo maranhense”, nova “elite intelectual” sob os antigos fundamentos das desigualdades econômicas e escolares. Trajeto que se consolidaria por suas inserções políticas e constituição de grupos e laços pessoais estabelecidos nos novos espaços de leituras e

⁴⁷ Vide Arquivo Nacional da Torre do Tombo, maço 871, no 60.

sociabilidades constituídos, como as bibliotecas, agremiações literárias e o Gabinete Português de Leitura. Atuando através da escrita, a princípio pelos jornais, os quais lhes serviriam também como importantes espaços de atuação literária⁴⁸, esses intelectuais contribuiriam fortemente para impulsionar também a produção de livros na capital do Maranhão, processo que produziria uma progressiva importância sobre esses artefatos.

A princípio misturados entre produtos diversos nas prateleiras das boticas, armazéns, residências privadas e nas próprias tipografias onde eram produzidos, os livros passariam por um lento deslocamento desses aglomerados aos locais criados especificamente para a sua comercialização, além da incipiente utilização dos correios como estratégia de vendas para cidades do “interior”.

Em 1871, se verifica o anúncio de vendas de livros em pelo menos quatro estabelecimentos funcionando em São Luís denominados especificamente por “livrarias”⁴⁹. Dentre elas apenas uma pertencia a um agente que também atuava então como tipógrafo, tratava-se de Antonio Pereira Ramos de Almeida. Paulatinamente, esse processo de descolamento entre as atividades de produção e venda, e sua consequente complexificação e *especialização* entre tais atividades, contribuiria também para a constituição do papel de editor em torno de funções que passariam a ser consideradas específicas desse ofício.

Os tipógrafos, a princípio encarregados de todas as etapas de confecção dos livros - com o auxílio de algumas crianças ajudantes e/ou de pessoas escravizadas - e principais anunciantes das obras produzidas, passavam a ocupar uma posição destacada. Mas o trabalho tipográfico que se animava em torno da produção de livros não poderia ser encarado com um mero complemento lucrativo do seu ofício, ou mesmo resultante de um cálculo cínico em busca de promoção social. A

⁴⁸ A exemplo dos jornais **O arquivo**; **A flecha** e o **Semanário maranhense**. A eles se vinculam alguns nomes de escritores que seriam consagrados no rol dos “grandes vultos da literatura maranhense”, dentre eles Gonçalves Dias, Sousândrade, Gentil Braga, Joaquim Serra, Celso Magalhães, Artur Azevedo e Aluizio Azevedo.

⁴⁹ Livraria Popular (propriedade de Magalhães e Cia.); Livraria Econômica (propriedade de Gonçalves e Pinto); Livraria Universal (propriedade de Antonio Pereira Ramos d’Almeida) e a Livraria Comercial (propriedade de Ribeiro Guimarães).

aura em torno da edição de livros seria produzida à espécie de um serviço artístico em prol da missão de salvaguarda do patrimônio literário e cultural em vias de produção.

A meio caminho entre a dependência das expensas públicas, conquistadas por acirradas disputas entre os seus pretendentes a publicadores dos atos oficiais da Província, e o lugar conferido a esses agentes como sustentáculo para a publicação da “a fina flor da sociedade letrada e do pensamento oitocentista do Maranhão” (LEÃO, 2013, p. 387), os tipógrafos que se investiam das funções de editor nesse período precisariam se desdobrar em múltiplos investimentos e transitar e diversos *domínios* sociais para se manterem ativos nesse posto. A especialização das atividades e lógicas que passaram a compor as formas de reconhecimento sobre esse editor não acompanharam uma relativa autonomia das suas condições de atuação, mas, em última instância, se subordinava às disputas e definições no âmbito da política.

Nesse passo, o papel de editor se constituiria a partir da capacidade que aqueles agentes desenvolveriam para atuar entre as dimensões cultural, política e econômica em movimentos interdependentes de conversão de bens economicamente lucrativos em *dádivas* simbolicamente rentáveis.

2.1. Se edita para um (novo) público leitor?

Através dos registros estatísticos do Maranhão efetuados durante o período provincial, em meados do século XIX, verifica-se que os quadros de desenvolvimento sociocultural eram avaliados principalmente a partir da contabilidade de informações relativas aos níveis de formação escolar, ao número de alfabetizados⁵⁰, à existência de instituições literárias e gabinetes de leitura, ao número de formados em universidades européias, ao quantitativo de bacharéis, de livros e revistas publicados e de tipografias em funcionamento, dentre outros menos frequentes e que recebiam menor destaque em tais relatórios.

⁵⁰ Excetuavam-se do cômputo acerca dos níveis escolares os dados referentes à presença dos escravos e escravas, posto que até então não eram compreendidos como “cidadãos”.

A melhoria nos equipamentos e o aperfeiçoamento técnico acelerado em meados do século XIX levou as tipografias situadas no Maranhão a multiplicarem grandemente a produção das suas tiragens. É desse período a publicação do “Livro do povo” (1861), de autoria de Antonio Marques Rodrigues⁵¹ e produzido pela Typographia do Frias, frequentemente destacado como exemplo maior das obras que vieram “abrir caminho às grandes edições”, do potencial quantitativo de tiragens alcançado por algumas tipografias nesse período:

Até 1861 as maiores edições que se fizeram no Maranhão eram de mil exemplares e essas muito poucas. O Sr. Dr. Antonio Marques Rodrigues é que veio abrir o caminho às grandes edições com seu inestimável Livro do povo.

Criar no povo o gosto pela leitura, pela barateza do livro, era o pensamento do Dr. Marques Rodrigues. Para o conseguir era essencial que o tipógrafo o coadjuvasse, senão expondo-se como ele a perder, pelo menos a ter o menor ganho que fosse possível.

Incumbi-me dessas edições e pela primeira vez se viu no Brasil um livro publicado no Império contendo 208 páginas e vendendo-se por 320! E tão bem recebida foi esta completa novidade que vendendo-se hoje por 500 réis, por ter recebido aumento de páginas e sido ilustrado com grande número de gravuras⁵², conta quatro edições que tem extraído 16.000 exemplares em 4 anos, e vai entrar na quinta que é de 10.000 exemplares, ornada com cerca de 110 estampas.

⁵¹ Escritor maranhense nascido em São Luis (1826) e falecido em Avintes, conselho de Gáia, Portugal, a (1873). Bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Olinda. Foi professor do Liceu Maranhense. Exerceu o cargo de Deputado Provincial em vários mandatos. Também exercera a função de Diretor da Instrução Pública. Além do **Livro do povo**, destacam-se suas participações nas antologias **Parnaso maranhense** (1861) e **Três liras** (1862). Esses dois últimos foram retomados por nós como uma das fontes para verificação das redes de escritores constituídas ao longo do século XIX. Essa dimensão encontra-se melhor discutida no capítulo 4 deste trabalho.

⁵² De teor essencialmente cristão, o que atendia às diretrizes da Reforma educacional promovida por Couto Ferraz que orientava à “leitura explicada dos evangelhos e a notícia da história sagrada” nas escolas de ensino primário (vide Capítulo 3 - Das escolas publicas; suas condições e regimen. In: **Coleção das Leis do Império do Brasil**. 1854. Decreto n. 1331 de 17 de fevereiro de 1854, p. 55. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18361#>. A 9ª edição desse livro (Tipografia do Frias, 1881) dispunha de 102 figuras distribuídas entre 51 símbolos cristãos e 51 sobre animais e representações de animais. A presença dessas imagens em mais da metade das páginas representaria também um grande avanço técnico na confecção dos livros na época.

Dos 16.000 exemplares, 4.000 foram tirados em prelo e braço, com todos os óbices, embaraços, e grandes despesas deste sistema. Para se vender, por consequência, o livro por tal preço, é para ver que o lucro do impressor é ridículo e o autor será feliz se não entrar pelo lucro do capital.

[...] O Livro dos meninos, do dr. Antônio Rego, também fez uma edição de seis mil exemplares: são essas as maiores edições que tem feito a tipografia maranhense. (FRIAS, 2001, p. 46-47).

Porém, ante a multiplicação da produção de livros, jornais e toda sorte de impressos, as limitações do “ensino primário” se constituíam ainda em obstáculo para a ampliação, diversificação e recepção desses livros por parte de um público leitor, em vista de uma concepção predominante (ainda hoje) sobre as correspondências diretas entre letramento e consumo de leituras. Acerca dessas carências no ensino, o relatório do então presidente da Província do Maranhão produzido em 1861 indica algumas das suas necessidades prementes:

A falta de utensílios; a prática adotada de lecionarem os professores em suas próprias casas⁵³, que são pela maior parte acanhadas e não comportam o número de alunos matriculados; a falta de compêndios para serem distribuídos pelos alunos pobres, e mesquinhez dos ordenados dos mesmos professores.⁵⁴

Segundo consta no Regulamento para as escolas públicas do ensino primário dessa Província referente ao ano de 1877, cada uma dessas instituições de ensino e suas respectivas cadeiras deveriam dispor dos itens listados abaixo:

Em cada escola haverá os seguintes objetos: um armário, três cadeiras (para o professor e pessoas que visitarem a escola), uma mesa para o professor e as pessoas que forem precisas para os alunos, bancos para estes, um relógio, uma campainha, um quadro preto de madeira, esponja e giz para os exercícios aritméticos, uma coleção de pesos e medidas do sistema métrico decimal, traslados, lápis, canetas, penas, régua para escrita, cabides para chapéus, potes e vasilhas menores para água, dois livros para matrícula dos alunos e para registro dos inventários dos objetos da escola, e tudo o mais que o inspetor da instrução pública julgar preciso.⁵⁵

⁵³ O funcionamento das escolas públicas nas casas dos professores e professoras era permitido pelo Regulamento das Escolas Públicas de Primeiras Letras da Província.

⁵⁴ Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Doutor João Silveira de Sousa, presidente da Província, passou a administração ao Exm^o. Senhor Doutor Pedro Leão Velloso, no dia 24 de março de 1861. Maranhão: Typ. Constitucional, 1861, p. 19.

⁵⁵ Regulamento para as Escolas Públicas de Primeiras Letras da Província - 1877, Art. 3^o. In: CASTRO, 2009, p. 415.

Observe-se que os professores eram pagos de acordo com a quantidade de alunos e alunas matriculados em suas cadeiras e frequentes às aulas. Aos docentes caberia a escolha pela adoção dos métodos de ensino individual, simultâneo ou “lancastrino”.

Desenvolvido pelos ingleses Joseph Lancaster e Andrew Bell, também conhecido como Ensino Mútuo ou Monitorial, tinha por objetivo ensinar um maior número de alunos a “ler, escrever, as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as noções mais gerais de geometria prática, a gramática da língua nacional, os princípios da moral cristã e de doutrina da religião católica e apostólica romana proporcionadas à compreensão dos meninos” (SAVIANI, 2013, p. 126). As conversas na sala de aula eram consideradas como atos de indisciplina e os alunos punidos com severidade. Os castigos variavam entre “aqueles que constrangiam fisicamente, não por machucar, mas pelo fato de ter pregado no corpo a marca de punição; ou que constrangiam moralmente” (Ibidem, p. 129). O método Lancaster foi um dos primeiros métodos de ensino utilizados no Brasil, posto em vigor através da Lei de 15 de outubro de 1827, que determinava a criação de “Escolas de Primeiras Letras”. Diante do problema da falta de professores e o objetivo de massificação do ensino a baixo custo, em preparo para os trabalhos fabris em expansão, a solução veio com o elemento “monitor”. Estes eram alunos mais adiantados que recebiam, separadamente, orientações de um único professor e depois repassavam para os demais, os mais jovens, em números de dez.

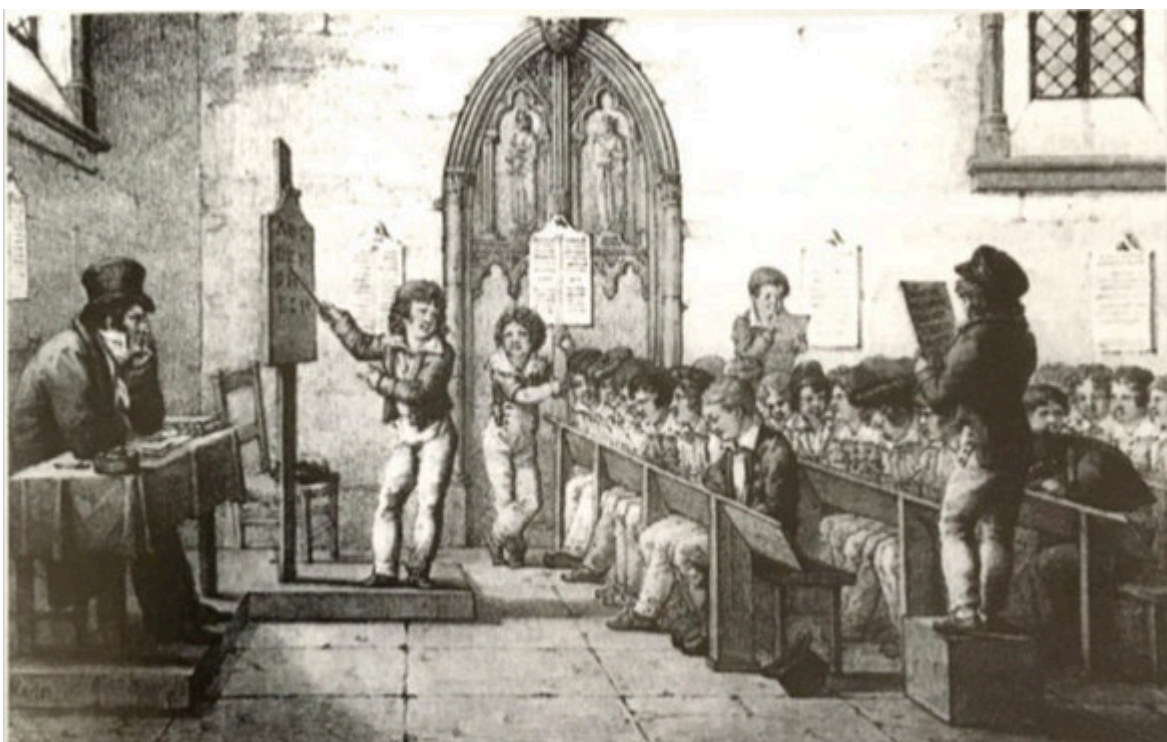
No contexto escolar maranhense era possível a escolha entre os métodos “individual”, “simultâneo” e o “lancastrino”, condicionada à quantidade de alunos disponíveis por turma. Devido aos baixos ordenados dos professores e insuficiência na disponibilidade de instituições escolares, a opção pelo método lancastrino tenderia a se fazer predominante. Abaixo uma síntese das diretrizes estabelecidas pela Província do Maranhão para as escolhas dentre esses métodos e os seus respectivos ordenados:

Aqueles que possuíam de 10 a 39 alunos ensinavam pelo método individual, recebiam por ano o ordenado de trezentos mil réis e a gratificação adicional de três mil réis por cada aluno, do undécimo até o trigésimo nono, inclusive.

Os que tivessem de 40 a 79 alunos ensinavam pelo método simultâneo⁵⁶ e recebiam por ano o ordenado de quatrocentos e cinquenta mil réis, e a gratificação adicional de três mil réis por cada aluno, desde o quadragésimo primeiro até o septuagésimo nono, inclusive.

Os que tivessem de 80 a 160 alunos ensinavam pelo Método Lancastrino, e recebiam por ano o ordenado de seiscentos mil réis e a gratificação adicional de três mil réis por cada aluno do octogésimo primeiro até o centésimo sexagésimo, inclusive⁵⁷.

IMAGEM 02 - Gravura representando o método lancastrino ou ensino mútuo (1827)



Fonte: SAVIANI, 2013, p. 127.

Vê-se, portanto, que o ordenado dos professores era calculado com base na quantidade de alunos e alunas que conseguissem aglomerar nas salas de ensino,

56 O ensino individual consistiria em fazer ler, escrever, calcular cada aluno separadamente, um após o outro, de maneira que, ao recitar uma lição, os demais trabalhariam em silêncio e sozinhos.

57 Vide Art. 2º ao 4º da Lei n. 267, de 17 de dezembro de 1849.

fossem no ambiente institucional ou residencial, como veremos adiante. Regra que valeria para a capital e demais municípios. Os professores deveriam ainda apresentar periodicamente ao governo os mapas de matrícula das suas aulas e respectivos locais de ensino, diretriz, ao que parece, pouco atendida e fiscalizada pelos órgãos competentes. Quando realizado tal levantamento quantitativo de alunos, a suspeita da inclusão indevida de matriculados se fazia notória, como observa Gonçalves Dias em seu relatório sobre a “Instrução Pública em algumas Províncias do Norte”⁵⁸:

[...] Lembraram-se também no Maranhão de dar ao professor uma gratificação, segundo o número de alunos que reunisse e isto mesmo se propôs ultimamente na Bahia; - mas no interior não há fiscalização, é raro ali encontrar-se um livro de matrícula; predomina o favor e aparece nos mapas um número fictício de alunos, com que, sem proveito, se aumenta a despesa da Província.

Os professores somente receberiam os vencimentos ao comprovarem o número mínimo de dez alunos matriculados por cada cadeira lecionada. Era, porém, notória a concentração de instituições escolares na capital, como se verifica a partir dos relatórios da Província, relegando desde então os alunos dos municípios do “interior” à concentração em espaços residenciais insalubres para a aprendizagem.

Sendo insalubres os espaços domésticos utilizados pelos professores, insuficientes os móveis disponíveis para a execução das aulas - “a maior parte dos alunos são obrigados a estudarem de pé, ou sentados no chão, como sucede na escola da Cidade de Viana”⁵⁹ -, bem como escassos os ordenados dos professores, principalmente dos atuantes no “interior”, o que lhes induzia à superlotação das turmas em busca de melhores ordenados, não se poderia esperar uma aceleração bem qualificada da formação escolar nesta Província. As diferenças nos ordenados

⁵⁸ DIAS, Antonio Gonçalves. **Instrução Pública em Diversas Províncias do Norte**. Col. Memórias, v. 42, f. 336-375. Arquivo Nacional. Seção Histórica, 1852. p. 363-364.

⁵⁹ Ofício do Inspetor da Instrução Pública, Pedro da Silva Maia, ao Presidente da Província, João Silveira de Souza, contendo relatório sobre o estado da referida Instrução Pública. Secretaria da Instrução Pública do Maranhão, 31 de janeiro de 1861, doc. s/n. Apud. COSTA, 2003, p. 52.

constava entre as determinações promulgados pelo Decreto-Lei imperial de 1827, segundo a qual:

Os presidentes, em Conselho, taxarão interinamente os ordenados dos professores, regulando-os de 200\$000 a 500\$000 anuais, com atenção às circunstâncias da população e carestia dos lugares, e o farão presente a Assembléia Geral para a aprovação⁶⁰.

TABELA 01 - Valor dos ordenados concedidos aos professores de Primeiras Letras (1828)

Nome do Professor	Vila ou cidade	Cadeira	Valor do ordenado por ano
Padre Antonio da Costa Duarte	São Luís	Primeiras letras	500\$000
Joaquim Candido Barboza	Caxias	Primeiras letras	400\$000
Antonio Bernardino Ferreira Coelho	Icatú	Primeiras letras	300\$000
Frei Antonio do Rozario Cardozo	Arari	Primeiras letras	250\$000
Manuel de Jezus Lima	N.S.Rosario	Primeiras letras	300\$000
Joze Feliz Pereira de Lemos	Tutoia	Primeiras letras	250\$000

Fonte: Atas do Conselho Presidencial 21/10/1828, p.70 verso 1.

Como se vê na tabela acima, os ordenados dos.das professores.as foram especificados para algumas das localidades onde existia a cadeira de Primeiras Letras, dentre elas a de São Luís, onde os.as professores.as receberiam 500 mil réis na soma anual dos seus ordenados. Por sua vez, os.as professores.as das vilas de Alcântara, Caxias e Itapecurú Mirim, receberiam ordenado de 400 mil réis; Pastos Bons, 350 mil réis; Tutóia, Brejo, Vinhais, Paço do Lumiar, Julgado do Mearim, Freguesia de São Bento, Monção, Arari e Pinheiro, 250 mil réis. Importa ressaltar que esse valores eram subdivididos em parcelas mensais. Para se ter uma ideia aproximada das possibilidades de compras de alguns itens que compunham a lista de “secos” de consumo habitual em 1830, tomemos as suas médias de preços listadas por um dos jornais circulantes à época:

⁶⁰ Decreto-Lei Imperial de 15 de Outubro de 1827, Art. 3º.

IMAGEM 03 Lista de itens alimentícios⁶¹ e seus respectivos preços (1830)

PREÇOS DOS GÊNEROS DO PAÍZ.			
Algodão em pluma por arroba.....	3500	a	3600
" em caroço.....	550	a	640
Arroz e casca por alqueire.....	400	a	500
" socado. "	640	a	700
Milho..... "	400	a	480
Feijão..... "	640	a	800
Farinha seca..... "	560	a	600
" d'agua..... "	500	a	560
Carrapato..... "	500	a	640
" em azeite por quartilho.....	300	a	340
Sirzilim por alqueire.....	500	a	640
" em azeite por quartilho.....	600	a	700
Sal, por alqueire.....		a	140
Carne seca por arroba.....	2400	a	2880
Fumo em mólho.....	200	a	200
Mel em barril.....	100	a	200

Fonte: Farol Maranhense, n. 238, 19/10/1830, p. 1002. Biblioteca Nacional Digital Brasil.
Disponível em: <http://memoria.bn.br/>

Considerando os valores dos ordenados indicados acima, entre aquelas.as que recebiam 500\$000 anuais (42\$000 mensais), situados em São Luís, somente o custo da lista de produtos apresentados equivaleria a cerca de 14% do seu salário mensal. No caso dos salários mais baixos, de 250\$000 anuais (20\$833 por mês), esse custo corresponde a 27% do seu salário mensal.

Ademais, o que se compreendia pelo funcionamento escolar nas residências, era em muitos aspectos uma educação precária e que não atendia sequer aos requisitos exigidos pelos Decretos provinciais, como apontado nos ofícios elaborados pelos inspetores escolares dos anos 1861 a 1875. Além do

⁶¹ Observações sobre algumas medidas presentes na imagem: 1 alqueire compreende uma medida de aproximadamente 13 litros; 1 quartilho equivale a cerca de 350ml; 1 arroba equivale a aproximadamente 12kg. O "carrapato" (mamona) se referia a um tipo de azeite geralmente utilizado para a iluminação das casas, depois substituído pelo querosene.

aspecto insalubre eram também insuficientes em quantidade⁶², inclusive de professores, havendo em todo o Maranhão no início de 1860 apenas três dessas casas, duas situadas em São Luís sendo uma construída sob os custeios da Província, na Freguesia de São João, outra alugada na Freguesia de Nossa Senhora da Vitória; e outra no “interior”, na cidade de Icatu (COSTA, 2013).

No contexto brasileiro, a separação entre espaço escolar e a residência dos professores somente viria a se estabelecer a partir da implantação dos chamados “Grupos Escolares”, instituídos a partir em 1893, com a promulgação da Lei nº 169. A partir de então tais “Grupos” foram progressivamente regulamentados e instalados, multiplicando-se gradativamente pelos estados brasileiros⁶³. Segundo CASTRO (2016), no Maranhão os grupos escolares foram fundados inicialmente na capital São Luís, estabelecidos legalmente pela Lei Estadual n. 323, de 26 de março de 1903, e estendidos pelos demais municípios do “interior” com a promulgação da Lei Estadual n. 363, de 31 de março de 1905.

Os primeiros estados a aderirem a esse projeto inovador foram São Paulo, Pará e Rio de Janeiro. Posteriormente, implantaram-se mais oito grupos, obedecendo à seguinte distribuição: Paraná e Maranhão (1903); Minas Gerais (1906); Bahia, Rio Grande do Norte e Espírito Santo (1908); e Mato Grosso (1910) (CASTRO & SILVA, 2016, p. 287).

Outro elemento a ser destacado como determinante para o acesso à bibliografia cuja produção se expandia eram os elevados preços dos livros. Tomando por referência os livros produzidos no Maranhão indicados para o uso

⁶² Em 1861 funcionavam em toda a Província 75 cadeiras de ensino primário, 51 do sexo masculino e 24 do sexo feminino¹⁰⁸, para apenas três edificações. Segundo o Relatório com que o excellentíssimo senhor doutor João Silveira de Souza, presidente da província, passou a administração da mesma ao exm. senhor doutor Pedro Leão Velloso, no dia 24 de março de 1861; acompanhado do officio com que o mesmo exm. sr. dr. Pedro Leão Vellozo [sic] a passou ao exm. sr. doutor Francisco Primo de Souza Aguiar, no dia 25 de abril de 1861. Maranhão: Typ. Constitucional de I.J. Ferreira, 1861, p. 18.

⁶³ Outros grupos escolares foram fundados em Sergipe (1911), Paraíba (1916), Goiás (1918) e Piauí (1922). Com a sanção da Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971, que fixa novas bases para o ensino de 1º e 2º graus, tais grupos foram substituídos por um novo projeto de nacionalização do ensino.

escolar nessa Província em 1866, veja-se que seus preços variavam entre 500 e 3.000 mil réis⁶⁴, logo .

TABELA 02 - Preços dos livros didáticos no MA (1866-1882)

TÍTULO	AUTOR	ANO DE PUBLICAÇÃO	TIPOGRAFIA	PREÇO
Gramática Elementar de Língua Portuguesa	Felipe Oliveira Condurú			
O Livro dos Meninos – Curso Elementar d’Instrução Primária	Antonio Rego	1866		broxura 1\$000 cartonado 1\$400
Rudimentos de Geographia	Antonio Rego	1866		broxura 600 cartonado 1\$000
Livro do Povo	Antonio Marques Rodrigues	1866	Typ. do Frias	800 rs
Curso de litteratura portugueza e brasileira Livro I – Da lição I até a	Francisco Sotero dos Reis	1867	Typ. de B. de Mattos	
Curso de litteratura portugueza e brasileira - Da lição XVIII até a	Francisco Sotero dos Reis	1867	Typ. de B. de Mattos	
Curso de litteratura portugueza e brasileira Livro III – Da lição XXXVI	Francisco Sotero dos Reis	1867	Typ. de B. de Mattos	
Curso de litteratura portugueza e brasileira Livro V – Da lição LIX até	Francisco Sotero dos Reis	1867	Typ. de B. de Mattos	
Curso de litteratura portugueza e brasileira Livro VII e livro VIII – Da	Francisco Sotero dos Reis	1873	Typ. do Paiz	
Postillas de Grammatica Geral, applicada à Língua Portuguesa pela	Francisco Sotero dos Reis	1870		
Gramática Francesa				encadernado 2\$000
Gramatica Portugueza	Francisco Sotero dos Reis			brochura 2\$500 cartonado 3\$000
<i>Compêndio da Gramática Philosophica da Língua Portuguesa</i>	Antônio da Costa Duarte	1877		
Metrologia moderna ou exposição circunstanciada do systema metrico	J. A. Coqueiro	1863	B. de Mattos	
Curso Elementar de Mathematica	Dr. João Antônio Coqueiro	1870 tomo I	B. de Mattos	2\$000 rs
Curso Elementar de Mathematica	Dr. João Antônio Coqueiro	1874 tomo II	B. de Mattos	2\$000 rs
Primeiras noções de cálculo	Dr. João Antônio Coqueiro	1871		
Novo Systema Metrico	Fernando Luiz Ferreira	1868?	Ramos de Almeida	
Arithmetica Pratica	Fernando Luiz Ferreira			500 rs
Arithmetica Pratica (2ª parte)	Fernando Luiz Ferreira			500 rs

⁶⁴ Numa conversão aproximada, hoje 1.000,00 réis equivaleriam a cerca de 123,00 reais.

Systema Metrico	Fernando Luiz Ferreira			500 rs
Elementos de Geographia				500 rs
Lições de Geografia	Antonio Marques Rodrigues			
História Santa do Antigo e Novo Testamento	Antonio Augusto Rodrigues	1882	Ramos de Almeida	

Fonte: banco de dados produzido pelo autor a partir de almanaques e jornas diversos.

A progressiva mudança na origem dos títulos e autores indicados para uso nos espaços escolares (institucionais ou residenciais) presentes nos Relatórios da Instrução Pública dessa Província, além de apontarem uma mudança na balança do peso conferido aos autores “estrangeiros”, são também indicadores do crescimento “regional” de demandas e da produção própria de livros, cujos exemplares passavam paulatinamente a ser adotados para uso nas salas de aula do ensino público em expansão.

Como demonstra Castellanos (2017), durante a primeira metade do século XIX até meados da década de 1860, os livros adotados para o ensino no Maranhão era majoritariamente de origem européia, destacadamente Portugal e França, e, quanto aos de língua inglesa, oriundos da Inglaterra e Estados Unidos, secundados pela produção “nacional” saída dos prelos do Rio de Janeiro. Dentre os raros autores “locais” adotados, encontravam-se as gramáticas de Felipe Oliveira Conduru e Antonio da Costa Duarte. Nota-se no quadro acima alguns os investimentos de alguns agentes em torno da produção de materiais voltados para uso no ambiente escolar, sobretudo entre os quadros de professores que já ministravam aulas no Liceu Maranhense, a exemplo de Francisco Sotero dos Reis, João Antônio Coqueiro e Antônio Marques Rodrigues.

José Maria Corrêa de Frias⁶⁵, destacado tipógrafo naquele período, aponta em seu “Memória sobre a tipografia maranhense” (1866) que no Maranhão os altos preços dos livros decorriam, em grande parte, das defasagens tecnológicas, do despreparo técnico dos operários - devido à pouca atratividade do ofício

⁶⁵ As lógicas de inserção, condições de atuação e formas de reconhecimento em torno da trajetória desse agente, situado no espaço de produção editorial em pauta, encontram-se analisadas no capítulo 5 desse trabalho.

tipográfico entre os jovens mais instruídos escolarmente (destacando entre os motivos os baixos salários pagos pelas atividades tipográficas) - e da falta de materiais utilizados diretamente nas impressões, como tinta, fundição dos “tipos”⁶⁶ e, principalmente, pela escassez e o alto custo dos papéis utilizados nas impressões. Empecilhos que, segundo ele, poderiam ser amenizados através de subvenções do governo que contemplasse as principais oficinas tipográficas em atividade.

O papel é um dos maiores embaraços com que lutamos. Os depósitos, além de mal sortidos em qualidades, muitas vezes também o são em número. Há falta, não digo do superior, porém do bom para obras limpas sem que sejam de luxo. O papel comum em que fizemos o *Gil Brás*, é a melhor marca e que com mais regularidade supre o mercado. Para qualquer obra melhor são quase sempre os donos delas que o mandam vir, no que nem sempre se dão bem.

As circunstâncias minhas e dos meus colegas, daqueles que se interessam pela prosperidade da tipografia, não nos permitem importar o gênero senão em diminutas quantidades. (FRIAS, 2013, p. 61).

O acesso direto à indústria de papel era indicada como uma das principais barreiras enfrentadas pelas tipografias maranhenses, destacadamente em relação às possibilidades de ofertas de preços mais competitivos e atraentes para os pretendentes à publicação de livros no Brasil, empecilho que colocava o Maranhão em defasagem, mesmo em relação aos tipógrafos situados nas demais Províncias da região Norte e Nordeste do País. “Note-se que Pernambuco tem depósitos constantes de papel e tinta e está em relação direta e acelerada com a corte e com a Europa. A corte. [...] E a nós falta-nos tudo: não temos papel, não temos tinta, não temos fundição.” (ibdem. p. 62).

Segundo Frias, o papel utilizado para a produção de livros no Maranhão era obtido através de importações da da Corte ou de países europeus, dentre os quais a Bélgica com principal fornecedor. É sob tais argumentos que esse agente lança para a Comissão Diretora da Exposição Provincial do Maranhão de 1866, para cujo evento esse “Memória sobre a tipografia maranhense” havido sido produzido, a sua principal reivindicação - que adquire um tom de pesado ranço político ao

⁶⁶ Caracteres móveis utilizados nas prensas mecânicas para impressão de textos.

longo do texto, haja vista que Ignácio José Ferrera era notadamente um dos apoiadores do então presidente da Província, Antonio Alves de Sousa Carvalho⁶⁷ -, que a subvenção provincial concedida para a impressão dos atos administrativos que até então era de exclusividade para a tipografia do Sr. José Ignácio Ferreira (responsável pela publicação do jornal oficial “O publicador maranhense”), fosse rateada proporcionalmente entre os outros dois tipógrafos que “tornaram-se conhecidos pelos seus bons trabalhos, economia de preços, e melhoramentos introduzidos, inclusive os prelos mecânicos”. Tratava-se dele, José Maria Corrêa de Frias e do seu “colega” e “adversário amistoso”, Belarmino de Matos.

Disputada por José Maria Corrêa de Frias, Belarmino de Matos, Ignácio José Ferreira e os demais tipógrafos atuantes ao longo do século XIX, a chancela para impressão dos atos administrativos da Província era a alternativa de subsistência para os investimentos em torno da produção de livros. Embora garantisse aos tipógrafos que a ela se dedicassem um lugar entre as “estrelas” da intelectualidade maranhense, essa atividade não se apresentava como economicamente lucrativa. Esse comércio se encontrava ainda bastante pulverizado, sem locais ou agentes especializados para a sua venda. Seria somente a partir da década de 1870 que esse locais passariam a ser indicados como espaços dedicados exclusivamente à venda de livros e outros formatos⁶⁸ de impressos (folhinhas, jornais etc.).

⁶⁷ Os posicionamentos políticos de José Maria Corrêa de Frias, juntamente a Belarmino de Matos e os demais tipógrafos destacados nesse período e suas inserções e posicionamentos no âmbito da política serão algumas das dimensões analisadas mais especificamente no capítulo 5 deste trabalho.

⁶⁸ Os formatos de livros utilizados à época tomavam por base as medidas da folha de papel, o que equivaleria a 21,60x33cm. A partir dela se estabeleciam os demais formatos equivalentes às suas dobraduras. Assim, obtinha-se os seguintes formatos: *Folio*, maior formato de livro, correspondente a uma folha de papel dobrada uma só vez, originando cada folha 4 páginas (também denominada por 2º); *in quarto*, quando a mesma folha era dobrada duas vezes, gerando 8 páginas e *in octavo*, com folha dobrada três vezes, gerando 16 páginas. Frias observa ainda que “quaesquer paginas que não chegarem a estes numeros são contadas como folha completa” (FRIAS, 1888, p. 32). Os “quadratsins” se referiam ao espaço tipográfico com largura igual à do corpo ao qual corresponde (expressa em pontos). Assim, podemos deduzir que o tipógrafo Frias, e provavelmente os demais tipógrafos atuantes no Maranhão, utilizavam basicamente dois tamanhos de “tipos”, cujas quantidades cabíveis em cada página equivaleriam aos dois formatos de livros, segundo expostos na tabela.

Ao conquistar a possibilidade de impressos das leis, decretos e relatórios oficiais do Maranhão, José Maria Corrêa de Frias destaca a possibilidade de então se dedicar à melhoria da qualidade da sua produção paralela de livros, além de promover o seu barateamento e exponencial aumento quantitativo⁶⁹.

Esses capitais [recursos públicos destinados às impressões dos atos administrativos], juntos as de particulares, entre os quais começava a desenvolver-se o gosto pela impressão de livros, fizeram aumentar-se os dois estabelecimentos de Frias e Matos e a fazer os seus trabalhos conhecidos lá fora, donde algumas obras já têm vindo a imprimir aqui, e até da corte. (FRIAS, 2001, p. 46).

A citação acima era a conclusão de uma longa e ácida crítica feita contra o monopólio do também tipógrafo Ignácio José Ferreira acerca da impressão dos atos administrativos. Frias chega a reclamar que mesmo após a promulgação da lei que estabeleceria critérios concorrenciais para a arrematação das impressões da administração provincial (sem especificar qual a lei), aquele tipógrafo “levava as impressões a preços tais, que os que as arrematavam perdiam, e apresentavam um trabalho em relação ao preço miserável por que tinham arrematado [...]” (*ibid.* p. 44).

Em resposta, Ignácio José Ferreira retribuiria tais agravos e dispararia seus comentários publicando-os no jornal de propriedade sua, corrente no período imediato à publicação do “Memória sobre a tipografia maranhense”:

Aqui no Maranhão, no geral o typographo é pessimamente educado no material e no intellectual: não somos nós que atiramos este insulto e sim o Sr. Frias a pagina 26 da Memória, desse folheto de 39 páginas que encerra em si não o registro da historia da typographia na Província mas uma coleção de doestos contra uma classe que entre nós no geral não é o que diz o Sr. Frias, pois que compõe-se de cidadãos moralisados e inteligentes, alguns dos quaes occupando até posições já elevadas no paiz official, quer por parte do governo quer do povo.⁷⁰

Percebe-se pela tabela abaixo que o mesmo Frias nos oferece um detalhamento dos custos necessários para a confecção de livros em 1866, tomando

⁶⁹ São desse período as publicações do **Livro do povo** (1861), cujas tiragens alcançariam 26 mil exemplares e **O livro dos meninos**, cuja tiragem da primeira edição fora de 6 mil exemplares.

⁷⁰ **Publicador Maranhense**. anno XXV, S. Luiz - Sexta-feira, 3 de agosto de 1866, n. 176, p. 2.

por referência o funcionamento da sua tipografia. Vê-se ainda que pelos custos de produção, a despeito dos proventos públicos em disputa e dos intentos de alguns pelo seu barateamento, o valor dos livros continuaria elevado para o consumo generalizado.

TABELA 03 - Preços⁷¹ da edições de livros na Tipografia do Frias

Formato	Tiragem	Custo de tiragem	Custo por exemplar	Dif. para mais por exemplar	Dif. para menos por exemplar	Aum. ou dim. por cada folha mais ou menos
LIVRO EM 4° com 62 folhas de 8 páginas ou 496 páginas de 1.000 quadratins cada uma	500	742\$000	1\$480			11\$960
	1000	1.112\$000	1\$112	370\$000	368	17\$935
	1500	1.482\$000	988	“	124	23\$903
	2000	1.852\$000	926	“	62	29\$870
	2500	2.222\$000	888	“	38	35\$838
	3000	2.592\$000	866	“	22	41\$806
	3500	2.962\$000	846	“	20	47\$774
	4000	3.332\$000	833	“	13	53\$741
	4500	3.702\$000	822	”	11	59\$709
	5000	4.072\$000	814	“	8	65\$677
	5500	4.442\$000	807	“	7	71\$645
	6000	4.812\$000	802	“	5	77\$612
LIVRO EM 8° com 20 folhas de 16 páginas ou 320 páginas de 660 quadratins cada uma	500	310\$000	620			15\$500
	1000	460\$000	460	150\$000	160	23\$000
	1500	610\$000	406	“	54	30\$500
	2000	760\$000	380	“	26	38\$000
	2500	910\$000	364	“	24	45\$500
	3000	10.60\$000	353	“	11	53\$000
	3500	12.10\$000	345	“	8	60\$500
	4000	13.60\$000	340	“	5	68\$000
	4500	15.10\$000	335	“	5	75\$500
	5000	16.60\$000	332	“	3	83\$000
	5500	18.10\$000	329	“	3	90\$500
	6000	19.60\$000	326	“	3	98\$000

Fonte: FRIAS, José Maria Corrêa de. Memória sobre a tipografia maranhense. São Luís: Tipografia do Frias, 1866, p. 32.

⁷¹ O cifrão (\$) indica a leitura de réis em milhares, ou 1 mirréis. Já os dois pontos (:), indicam a leitura em milhões ou de 1 conto de réis. Assim, por exemplo em 1:112\$000, se lê “um milhão, cento e doze mil réis”, ou “um conto e cento e doze mirréis”.

Tampouco o acesso à leitura dos jornais se apresentava economicamente mais acessível. A exemplo dos preços dos periódicos nesse período, as assinaturas anuais poderiam variar entre 9\$000 Réis (O Paiz), 10\$000 Réis (Coalição; A Situação) e 16\$000 (O Publicador Maranhense)⁷². Nesses casos contando ainda com uma considerável elevação dos preços quando se tratavam de demandas vindas do “interior”, haja vista que na capital se concentravam a maior parte das tipografias e proprietários dos jornais da época.

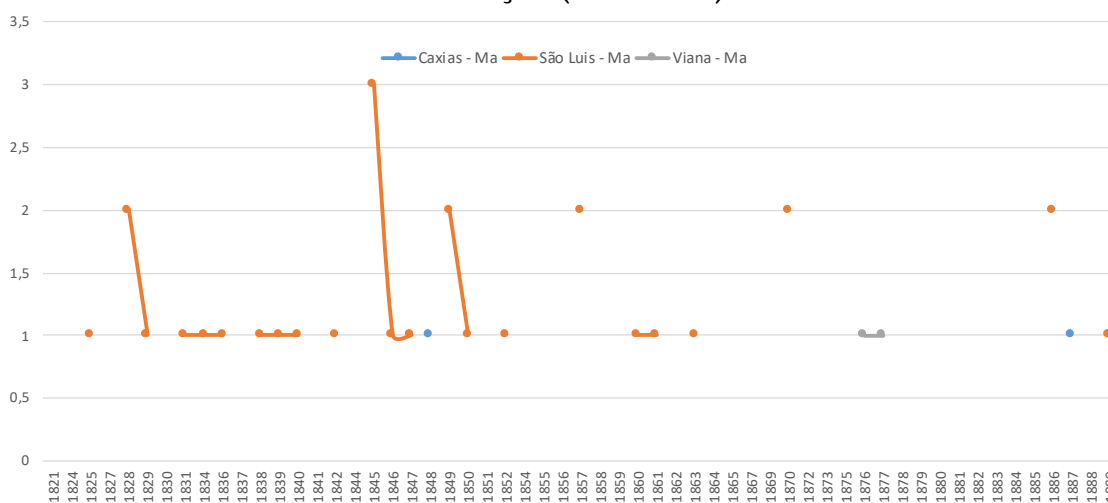
Com a concentração das tipografias em São Luís ao longo do século XIX, não apenas a impressão de livros mas também dos periódicos se limitavam quase exclusivamente à capital da Província, principalmente entre os anos de 1821⁷³ a 1848⁷⁴, quando surgiria o primeiro jornal publicado na Província de Caxias. Daí em diante, se verifica que apenas a partir de 1876 outros jornais seriam criados e impressos em municípios do “interior” do Maranhão. O que representaria não apenas uma aglomeração dos seus meios de produção e comercialização de impressos, mas também uma circunscrição altamente restrita sobre as possibilidades de atuação através da escrita.

⁷² Tomando para esse exemplo ligeiro alguns dos jornais de maior circulação em meados do século XIX.

⁷³ **O Conciliador do Maranhão**, primeiro periódico lançado na Província do Maranhão. Veio a lume na capital do estado em abril de 1821, pouco antes de promulgada a lei de 4 de julho de 1821, que instituiu a liberdade de expressão e a abolição da proibição de circulação de impressos que não tivessem por origem a Imprensa Régia.

⁷⁴ **O telegrapho**, de periodicidade bissemanal, impresso pela Tipographia Imparcial.

GRÁFICO 01 - Distribuição dos jornais no Maranhão segundo o ano de fundação (1821-1889)



Fonte: banco de dados produzido pelo autor

Tais restrições para a impressão, circulação e recepção dos livros, jornais e demais modalidades de impressos editados nesse período contribuiria fortemente e desigualdades em relação à escolarização entre essas *regiões* e consequente defasagem nas condições de letramento, mas, principalmente, para a concentração das possibilidades de investimentos simbolicamente rentáveis através dos usos da escrita. Em vista disso, coube-nos observar as condições de acesso a esse centro de produção de impressos e de atuação pela escrita que São Luís representava, cujos agentes, “aptos” pela posse dos recursos necessários a esse nesse tipo de investimento e atuação, se candidatavam à inscrição nos cânones de reconhecimento intelectual “regional” e “nacional” em vias de constituição no início do século XIX.

Cabe ressaltar que os jornais e livros não eram os únicos tipos de impressos produzidos e comercializados pelas tipografias, armazéns e, posteriormente, livrarias da época. Cientes da variedade de impressos comercializados nesse período, há que se atentar então para as condições de afirmação da produção escrita publicada através do formato “livro” como um recurso que passaria a ser mais valorizado socialmente, e sob cuja distinção se estabeleceram os critérios de afirmação das “elites intelectuais” nesse estado. Tal perspectiva contribuiu em muito para a constituição dos modos de reconhecimento e afirmação de uma “elite

letrada” atuante a partir das primeiras décadas do Oitocentos, jovens herdeiros das famílias enobrecidas da terra. Estes iniciavam seus estudos em casa e posteriormente partiam para a conclusão dos cursos de bacharelado em Coimbra (Galves *et al.*, 2019).

Ainda sobre a importância que adquiria a cidade de Coimbra como principal polo dos investimentos escolares daqueles filhos das elites econômicas do Brasil, Borralho nos apresenta um importante quadro comparativo acerca das suas Províncias de nascimento:

TABELA 04 - Distribuição por Província dos estudantes brasileiros matriculados na Universidade de Coimbra entre 1772 e 1872

Capitania/Província	% de estudantes	Colocação
Pará	3,70	6
Maranhão	8,70	5
Piauí	0,08	14
Ceará	0,40	11
Rio G. do Norte	0,08	15
Paraíba	1,21	8
Pernambuco	11,52	4
Alagoas	0,08	16
Sergipe	0,24	12
Bahia	25,93	2
Espírito Santo	0,24	13
Rio de Janeiro	26,81	1
Minas Gerais	13,61	3
São Paulo	3,70	6
Santa Catarina	0,00	18
Rio Grande do Silva	1,53	7
Mato Grosso	0,40	17
Goiás	1,21	9
Cisplatina	0,48	10
	N= 1.242	N= 2.813.351

Fonte: Adaptado de BORRALHO, 2009, p. 275.

O mesmo autor observa ainda que

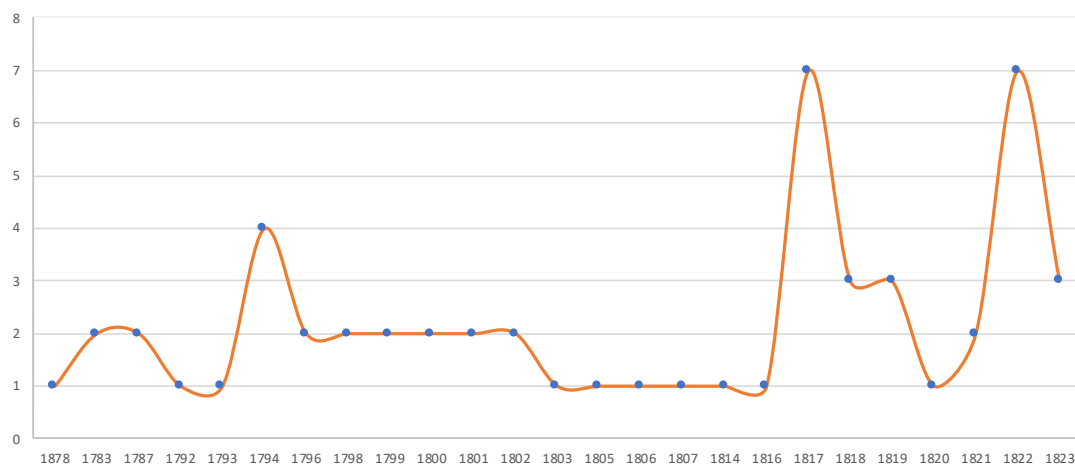
o número de alunos maranhenses que estudaram em Coimbra representava 2,41% da população da Província no mesmo período, ocupando a 13ª colocação dentre as que tiveram alunos estudantes desta instituição. A porcentagem de 2,41% de estudantes maranhenses que estudaram em Coimbra no ano de 1823 é 12 vezes maior do que o maior percentual de estudantes maranhenses que passaram pelo Lyceu em 1845, ou seja, 0,20% da população. (BORRALHO, 2009, p. 275).

Adiante, no capítulo 4, nos deteremos nas verificações em torno das lógicas de constituição de redes como *estratégias* de afirmação social, bem como as relações de proximidade e distanciamento estabelecidas entre esses intelectuais e seus investimentos pela escrita, buscando compreender em que medida as relações de *reciprocidades* estabelecidas entre eles e os seus tipógrafos “editores” contribuiria para as suas alocações mútuas. Por hora, observemos a importância conferida aos investimentos escolares realizados na Europa, destacadamente em Portugal na Universidade de Coimbra⁷⁵, o que lhes serviriam como importante trunfo para a ocupação de postos públicos destacados e o reconhecimento intelectual no contexto maranhense em meados do século XIX.

⁷⁵ Para uma leitura específica sobre a circulação de estudantes maranhenses em Portugal, leia: GALVES, M. C.; BASÍLIO, R. S. **Saberes em circulação na América portuguesa: os estudantes maranhenses na Universidade de Coimbra (1778- 1823)**. *Clio, Revista de Pesquisa Histórica*, 2014, nº 32.1. Galves (2019, p. 16) observa ainda que entre os anos de 1772 a 1825 cerca de 67 maranhenses estiveram matriculados na Universidade de Coimbra, segundo consta no documento **Estudantes da Universidade de Coimbra 1772-1872. Arquivo Nacional, Seção Obras Raras**.

GRÁFICO 02 - Maranhenses na Universidade de Coimbra (1778-1823)

Maranhenses na Universidade de Coimbra (1778 - 1823) - ano da primeira matrícula



Fonte: produzido a partir dos dados expostos em Galves, 2015, p. 455⁷⁶.

Acerca de alguns casos dentre os maranhenses que estudaram na Universidade de Coimbra durante o período indicado acima, Galves e Basílio observam que,

Alguns desses estudantes obtiveram certa notoriedade na vida política da capitania após o retorno, caso de Sebastião Gomes da Silva Belfort, proprietário, ocupante de diversos cargos públicos e postos militares. Em 1810, ele publicou o *Roteiro e mapa da viagem da cidade de São Luís do Maranhão até a Corte do Rio de Janeiro*, resultado de uma expedição que começou em 29 de setembro de 1809 e terminou em 26 de abril de 1810. Outros, mais adiante, compuseram a primeira Câmara de São Luís no período pós-Independência, caso dos vereadores Joaquim Vieira da Silva e Sousa e Francisco Correia Belfort Leal. Houve ainda os que formaram a primeira Junta de Governo, como Lourenço Belfort, Antonio Belfort Pereira de Burgos e José Félix Pereira de Burgos. (GALVES; BASÍLIO, 2014, p. 159).

As experiências desses e de outros personagens que participaram desse fluxo e compuseram o que se passou a denominar a “geração coimbrã” (CARVALHO, 2008) - referência ao grupo de agentes que formados pela Universidade de Coimbra participaria fortemente da composição dos quadros estatais do estado brasileiro no início do Império - encontram-se amplamente

⁷⁶ Os referidos dados foram produzidos com base no documento **Estudantes da Universidade de Coimbra 1772-1872**. Arquivo Nacional, Seção de Obras Raras; Relação e índice alfabético dos estudantes matriculados na Universidade de Coimbra no ano letivo de 1819 para 1820; suas naturalidades, filiações e moradas. BN, Seção de Obras Raras; Francisco Morais (1949).

mencionadas na historiografia local acerca desse período. No que tange aos casos maranhenses, embora tenha ocorrido uma quantidade razoável desse fluxo entre os anos de 1878 a 1823 (vide tabela acima) há que se destacar as condições restritas de acesso a essa circulação e seus usos estratégicos como trunfos altamente valorizados para a manutenção dos seus postos nas camadas dominantes da Província.

Ressalte-se que a importância dos títulos obtidos na Europa ao longo do século XIX não se limita aos agentes que disputavam os postos na administração do estado, mas estendia-se também a outras esferas e dinâmicas de afirmação sociais como o bispado maranhense. Representando um quadro de agentes que alçaram os postos centrais do poder eclesiástico no Maranhão⁷⁷, têm os seus trajetos realçados pelo “exercício de funções intelectualizadas (lentes, reitores, escritores) e de representação institucional interna e externa (tais como, redação de periódicos e publicação de livros)” (NERIS, 2014, p. 549).

Há que se observar que não se trata aqui de uma acepção ingênua sobre os usos mecânicos desses recursos escolares, como se pudessem esses agentes manusear de forma previsível os resultados das suas incursões escolares pela Europa, como se “os dominantes pudessem controlar a própria relação de dominação em lutas de concorrência” (AFRÂNIO, 2013, p. 184) perspectiva amplamente difundida pela historiografia local. Para os fins desse trabalho importa-nos compreender o trânsito desses agentes enquanto potenciais *mediadores* de exportação e, principalmente, de *importação simbólica* (BOURDIEU, 2002), haja vista os pesos desiguais na composição internacional dos paradigmas (estéticos, intelectuais, políticos etc.) adotados e que se impunham como parâmetros de reconhecimento “local”.

A continuidade de reprodução dessa perspectiva laudatória se deve em grande parte à compreensão de que as investigações sobre os públicos leitores

⁷⁷ Para um estudo aprofundado sobre as dinâmicas de composição social das elites eclesiásticas no Maranhão e suas mutações institucionais, leia: NERIS, W. S. **A elite eclesiástica no bispado do Maranhão**. São Luís: Edufma; Jundiá: Paco Editorial, 2014. Acerca da importância dos títulos escolares nessas (re)composições, veja-se principalmente a parte II.

devem se pautar pelas condições de acesso à leitura de “livros”, tomando-os de modo acabado e encerrados em si de forma substancializada (FARIA, 2002); o mesmo ocorrendo no que tange aos modos de circulação e constituição de mercados em torno desses artefatos. Para exemplo, tomemos a afirmação de Jerônimo de Viveiros⁷⁸, autor da “História do comércio do Maranhão”⁷⁹, obra constantemente retomada como importante referência para estudos sobre diversos setores econômicos no Maranhão: “até a independência política do Brasil, o comércio de livros no maranhão foi inteiramente nulo” (1954, p. 339). Embora Jerônimo de Viveiros tratasse ali dos entraves impostos pelas restrições da metrópole, por essa assertiva podemos supor que ele tomasse por referência as impressões acerca de um mercado editorial nos moldes estabelecidos no Rio de Janeiro⁸⁰, cidade onde iniciou o curso de Direito e posteriormente retornou, lá permanecendo por vários anos até o seu retorno definitivo ao Maranhão, no início de 1950. Cabe ainda observar as impressões do mesmo Viveiros acerca dos livros, motivado por suas inclinações políticas a partir do período de adesão do Maranhão à independência:

A operação historiográfica levada a cabo por Viveiros deita raízes numa escrita oitocentista que gradativamente opôs o novo corpo político a certo “obscurantismo metropolitano”, responsável, em última instância, pelo “atraso intelectual” da Província razão precípua para que sua “adesão” ao projeto do Rio de Janeiro ocorresse “tardamente”, em 28 de julho de 1823. (Galves *et al.* 2019, p. 11).

Para compreendermos os modos de produção e circulação de novos paradigmas em diferentes dimensões sociais seria necessário um denso investimento de pesquisa sobre as condições de mediação, práticas intelectuais e

⁷⁸ Jerônimo de Viveiros nasceu em 1884 e tem sua origem ligada a uma próspera família de proprietários rurais e comerciantes de Alcântara, cidade vizinha a São Luís, onde também mantinham seus negócios. Entre os Viveiros estão grandes comerciantes, proprietários rurais com título de nobreza e principalmente políticos do Estado imperial brasileiro. Membro da Cadeira nº 08 da Academia Maranhense de Letras e do IHGM. Lecionou no Liceu Maranhense e Colégio Pedro II-RJ.

⁷⁹ Obra foi encomendada pela Associação Comercial na década de 1950 e produzida em duas etapas, os dois primeiros volumes lançados em 1954 e o terceiro em 1964.

⁸⁰ Sobre a gênese do mercado editorial brasileiro e suas lógicas de funcionamento, veja-se o trabalho de Gustavo Sorá (2010).

processos de institucionalização de forma comparada entre os polos mais “centrais” e os mais “periféricos”, sobretudo acerca dos pesos desiguais de incorporação dos princípios importados em proporções desiguais. O que de um ponto de vista sociológico implica na apreensão entre dominantes e dominados nessa balança internacional dos modos de pensar⁸¹. Afora partilhemos tais premissas, dados os limites do trabalho em pauta nos ateremos aqui à apreensão dos padrões culturais importados por esses agentes mediadores. Acionadas nos embates que se constituíram em marcos narrativos que alinhavam uma espécie de odisséia intelectual no Maranhão, tomamos alguns casos representativos para indicar a influência dessas ideias *importadas* para a composição das dinâmicas legítimas de seleção dos autores e livros a serem publicados.

Submetidos a princípios dominantes intrínsecos aos processos de seleção dos textos “publicáveis”, podemos dizer que tais lógicas funcionavam como uma espécie de constituição de “índex” dos autores a serem publicados e lidos. Não por acaso se destacam entre as publicações sob títulos normativos ou cujo teor se pretende prescritivo é pautado nas experiências e prognósticos desses mediadores acerca das práticas culturais vigentes (“O que se deve ler”; “O que se deve comer”; “O livro do povo”, “O livro dos meninos”, dentre outros outros). Tais restrições, operadas sob a forma de *dispositivos institucionais* (MOLLIER, 1999), nos servem também como indícios acerca das mutações correntes no âmbito das condições de publicação de livros, funcionando através de *redes* de relações pessoais que se estabeleciam através de trocas entre publicações e prebendas.

Desse modo, funcionava um regime de articulações entre elementos institucionais e discursivos pautados na reciprocidade entre as possibilidades de atuação dos intelectuais através da escrita e as necessidades objetivas do ofício tipográfico, dependentes das prebendas públicas para o seu exercício na produção de livros. Essa dinâmica estaria na base de constituição de dispositivos simbólicos que funcionariam como um sistema de produção e dispersão de representações que pautariam os modos de reconhecimento/irreconhecimento dos *papéis* de

⁸¹ São projetos de pesquisa que o autor pretende desenvolver.

“editor” no contexto maranhense. Lógicas que se estenderiam sob novas nuances ao longo do século XX, como demonstraremos adiante no capítulo 3 deste trabalho.

No que tange a uma observação primeira sobre as condições de expansão dos lugares de impressão de textos avulsos para diferentes tipos de registros e leituras⁸² (além de livros imprimiam jornais, relatórios, revistas, almanaques etc.), entre eles a produção bibliográfica, tendemos a correlacionar o aumento quantitativo de livros impressos no final do século XIX às demandas advindas do crescimento do número de “leitores”, representada pela ainda incipiente ampliação do sistema escolar. Adiante apresentaremos uma comparação mais ampla entre os quantitativos populacionais e as tiragens de livros em seus respectivos períodos.

Observe pelos dados da tabela abaixo que essa tênue expansão pode ser verificada tomando-se inicialmente por referência comparativa os dados relativos à escolarização entre as décadas de 1860 e 1880 no Maranhão, com um acréscimo de 41 cadeiras ao total, divididas em 25 dedicadas para o sexo masculino e 16 para o sexo feminino. Mas, importa destacar, para toda a Província do Maranhão.

TABELA 05 - Quantidade de Cadeiras no Ensino Primário no MA (1861-1880)

Ano	Cadeiras masculino	Cadeiras feminino	Total de Cadeiras
1861	51	24	75
1862	n.i.	n.i.	n.i.
1863	54	26	80
1865	60	34	94
1866	60	37	97
1867	60	40	100
1867	n.i.	n.i.	n.i.
1868	n.i.	n.i.	n.i.
1870	60	40	100
1871	65	44	109
1872	73	44	117
1872	75	43	118
1874	82	50	132
1875	85	51	136
1876	85	51	136
1877	73	40	113

⁸² Sobre a comercialização de impressos na primeira metade do século XIX no Maranhão, veja Galves 2019;

1879	76	40	116
1880	76	40	116

Tabela parcialmente reproduzida do trabalho de Costa (2013, p. 167). Elaborada a partir de relatórios presidenciais da Província do Maranhão. Disponíveis em: <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/maranh%C3%A3o>>. Acessado em: dezembro de 2012.

Com a promulgação da lei de 15 de outubro de 1827⁵⁰, promovida por D. Pedro I, que estabelecia em seu artigo 1º que “em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias”, o Maranhão inicia um lento mas constante processo de expansão da sua rede de ensino público primário. Segundo os relatórios provinciais, em 1832 havia na Província do Maranhão 18 “escolas elementares” em funcionamento, distribuídas entre 23 localidades (CABRAL, 1984. p. 139). Em 1858 o relatório provincial elaborado pelo Dr. João Pedro Dias Vieira, dispõe que “a instrução publica primaria é dada em 50 escolas do sexo masculino, frequentadas por 2.104 alumnos, e 22 escolas do sexo feminino, frequentadas por 396 alumnas”⁸³. No entanto, há que se notar a inclusão para fins meramente quantitativos de pessoas escravizadas entre esses números de matriculados, como atendimento a um pré-requisito legal para o pagamento salarial dos professores e professoras (COSTA, 2013, p. 171). Segundo o Capítulo III, Art. 42 da Regulamentação da Instrução Pública de 1874, seria exigido o mínimo de dez alunos matriculados em cada cadeira⁸⁴.

Excetuando a parcela de escravizados na população da Província dos planos de alfabetização, indica-se que na década de 1860, dentre os cidadãos – que somavam cerca de 200.000, dois quais 1/7 dessa população se encontrava em “idade escolar” –, apenas 4.132⁸⁵ frequentaram o ensino primário (Almanack para o povo, 1867, p. 55).

⁸³ Relatório do Vice-Presidente da Provincia do Maranhão. Tipographia da Temperança, impresso por J. P. Ramos, 1858, p. 11.

⁸⁴ “Deverá ser proposta a supressão de toda cadeira de instrução primária que, provida, não tiver durante um ano a frequência diária de dez alunos pelo menos, não sendo isto devido às faltas do respectivo professor”.

⁸⁵ Como veremos no quadro adiante, elaborado a partir de informações contidas em outro número do mesmo Almanack (1870), esses números podem sofrer pequenas variações. O que é compreensível pelos instrumentos de coleta e produção estatística da época. Porém, não nos parecem suficientemente díspares para contradizerem as observações que seguem.

De modo complementar, verificamos a progressão de matrículas escolares na Província do Maranhão, segundo os seus níveis (“primário” e “secundário”) como exposto na tabela abaixo:

TABELA 06 - Número de matrículas em escolas públicas e privadas (1857-1870)

Anos	Ensino primário			Ensino Secundário	Total geral
	Masculino	Feminino	Total	Total	
1857	1849	347	2.496	213	2.409
1858	1970	387	2.357	176	2.533
1859	2115	433	2.548	200	2.748
1869	2185	432	2.617	171	2.788
1861	2184	457	2.644	194	2.835
1862	2443	545	2.988	150	3.138
1863	2451	636	3.087	145	3.232
1864	2214	705	2.919	160	3.079
1865	2498	730	3.228	218	3.446
1866	2662	870	3.532	167	3.699
1867	3029	983	4.012	239	4.251
1868	3241	995	4.236	275	4.511
1869	3339	1038	4.377	230	4.607
1870	3739	1349	5.088	585	5.673

Tabela produzida a partir de dados extraídos do Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão (1870, p. 336).

Seguindo as verificações indicadas até aqui, podemos ensaiar uma primeira tipologia em torno das lógicas de funcionamento desse espaço de produção de livros e da figura do editor em seu estado embrionário. Apropriando-nos do termo cunhado por Galves (2019), podemos dizer que a gênese das funções vinculadas aos papéis de “editor” no Maranhão e o seu movimento fundador se dão entre “as razões práticas para se ler” (SILVA, 1973) e as novas demandas dos intelectuais pela produção dos livros em substituição aos jornais como suporte privilegiado dos seus posicionamentos através dos usos da escrita. O acentuado movimento de permanência ocorrido nesse período, motivado possivelmente pelo ufanado

crescimento econômico “local”, contribuiu também potencialmente para o crescimento da demanda por impressos,

“muito mais ampla do que aquela motivada pelas famílias enriquecidas com a agro-exportação, e que educavam seus filhos em casa, com professores particulares, para depois enviá-los à Europa, via de regra, para a Universidade de Coimbra” (GALVES et al, 2019, p. 16).

Com base nesse movimento apontado e para além das narrativas consagradas em torno da articulação direta entre crescimento econômico e consequente ebulição cultural, resta-nos compreender quais sentidos em voga nesse período motivaram a aceleração das demandas por impressos, destacadamente, para o que mais nos importa, na forma de livros? Porque a publicação na forma de livros passa a ser uma prática cada vez mais valorizada socialmente e simbolicamente rentável?

2.2. Complexificação das atividades tipográficas e especialização do comércio livreiro

“não havia livraria alguma ou algum estabelecimento que vendesse impressos”
(Antonio Bernardino Pereira do Lago. Estatística Histórico-geográfica da Província do Maranhão, 1822).

Há muito propalada como síntese suficiente para a atestação de que até o início do anos 1830 não haveria no Maranhão a constituição de um mercado de impressos, a perspectiva firmada nesta epígrafe vem sendo recentemente revista e analisada em seus meandros por um conjunto de trabalhos recentes. Desenvolvidos a partir do Núcleo de Estudos sobre o Maranhão Oitocentistas, tais investigações acerca dos impressos circulantes no Maranhão, destacadamente em São Luís, desde fins do século XVIII indicam o complexo funcionamento de dinâmicas comerciais de toda sorte de impressos (GALVES, 2019).

Com o fim do regime de censuras imposto pela Real Mesa Censória, decorrente da revolução constitucionalista de Porto, a então Província do Maranhão passa a intensificar o trânsito de impressos e, de modo mais específico,

as importações de livros originados da Europa. Essa efervescência comercial em torno da escrita e leitura, gerado pela recente liberdade de imprensa, estimularia ainda a criação de jornais na capital São Luís. Nesse passo, foram criadas algumas tipografias como suporte à atuação jornalística nascente, bem como aos anseios de acesso bibliográfico de um novo público escritor.

A par com esse novo movimento em torno da escrita o Maranhão já conhecia um período de expansão econômica decorrente da “abertura do portos” (1808)⁸⁶, que propiciou um aumento exponencial das exportações de algodão e arroz, com seu ápice situado na década de 1830, posteriormente substituído pelo açúcar. Passando a enfrentar um contínuo decréscimo até fins do século XIX. Tais movimentos seriam protagonizados por uma série de intelectuais que, atuando através da escrita, produziriam e disputariam os marcos dessa odisséia econômica e cultural no Maranhão⁸⁷, tecendo um tipo de odisséia, regional e temporalmente localizada, entre sua origem e decadência. Tais referências se fariam engessadas pelos epígonos em suas narrativas e investimentos intelectuais no Maranhão, constantemente reivindicado como o período áureo da economia e atuações intelectuais nesse estado, destacadamente através da escrita.

No esteio desses embates encontram-se os primeiros tipógrafos atuantes nessa Província. Mediadores entre os intelectuais que buscavam o suporte físico dos impressos para as suas atuações pela escrita e “novo” público leitor, ainda restrito aos filhos das elites agrárias cuja formação escolar se estendia às incursões pelas universidades européias, como já mencionado. Esses tipógrafos, através dos seus investimentos em torno das impressões e publicações dos livros, promoviam

⁸⁶ A abertura dos portos do Brasil ao comércio com as chamadas “nações amigas” de Portugal foi inaugurada pelo **Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas** (cópia do documento acessível pelo link: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/e6/Abertura_dos_portos.jpg), carta régia promulgada pelo Príncipe-regente de Portugal Dom João de Bragança, em janeiro de 1808.

⁸⁷ Para uma análise aprofundada sobre a atuação dos intelectuais em torno da produção social do que se passou a denominar a “decadência da lavoura” no Maranhão em fins do século XIX, leia-se: ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. **A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura no Maranhão**. Rio de Janeiro, Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

uma circularidade dos *dons*, um regime de trocas e reciprocidades que produziria os contornos das suas formas de reconhecimento como agentes “editores” de uma intelectualidade consagrada: dar para que o outro retribua. O *Dom* funciona nesse contexto como liame entre oferta e demanda por reconhecimento, um tipo de jogo regido pela livre obrigação de reciprocidade.

Em 1870 haveria pelo menos sete de tipografias existentes na Província do Maranhão, todas localizadas na capital, São Luís⁸⁸. O aumento numérico desses estabelecimentos acompanhava um correlato aumento da demanda de publicações de livros e jornais correntes, bem como das publicações dos atos administrativos de uma Província que também se expandia e complexificava. Além de revistas e semanários vinculados às organizações de grupos e associações literárias, a exemplo do “Echo da Juventude”⁸⁹ e do “Semanao Maranhense”⁹⁰, sobre os quais se explicita ainda os investimentos de consagração das linhagens familiares:

[...] jornal de litteratura [Semanao Maranhense] e noticias, alem de alguns outros tambem litterarios, onde se exercitão alguns talentos ainda em flor, e de cujo viveiro tem sido transplantados com tanto viço e proveito para o solo das lettras e sciencias os Leaes, os Serras, os Gentis, os Galvões, os Marques Rodrigues e ainda muitos outros cujo merecimento era nada inferior ao destes, tanto honra esta terra onde nascerão (ALMANACK, 1868, p. 247. Grifos nossos).

⁸⁸ Tipografia Progresso, de Belarmino de Mattos; José Maria Corrêa de Frias; Commercial, de Antônio Pereira Ramos d'Almeida; Typographia Constitucional, de Ignacio José Ferreira; Da Fé; José Mathias Alves Serrão; Major Joaquim Ferreira de Souza Jacarandá. Segue no Anexo II uma tabela com as tipografias que funcionaram ao longo das décadas de 1820 a 1880, com indicação dos seus endereços e respectivos proprietários.

⁸⁹ Circulou durante 24 números (1864-1865), contando sempre com oito páginas semanais. Com ênfase em estudos literários, abordava também temas relacionados à filosofia, à religião, à geografia, à história e à instrução pública no Maranhão.

⁹⁰ Fundada por Joaquim Serra, Sousândrade, Gentil Braga, Antonio Henriques Leal. Era editado e impresso pela tipografia Belarmino de Matos. Trecho de seu primeiro editorial: “Esta Província é rica de talentos e de vocações. Entre todas as suas irmãs é ella a que se dedica com mais escrúpulo e seriedade a estudos litterarios; é aquella que apresenta com orgulho vultos taes como Gonsalves Dias, Odorico Mendes, João Lisboa, Sotero dos Reis e outros na republica das lettras; e Joaquim Souza e Custodio Serrão na das sciencias. Já houve quem a chamasse de Athenas brasileira, e o nome conferido em tão solemne baptismo, não foi nunca contestado e nem posto em duvida, pelos que conhecem a abençoada terra” (O SEMANARIO MARANHENSE, 1867, nº 1, p. 1).

Se teve entre 1866 e 1867 a produção de um elevado número de publicações através das tipografias mencionadas⁹¹, principalmente se o compararmos ao montante de títulos que seriam lançados século depois, nos anos de 1976 (7), 1977 (22) e 1978 (32) no Maranhão (HALLEWELL, 1985, p. 524), considerando-se os melhoramentos dos parques gráficos e consequentes condições de aceleração da produção. O que se nota em termos de aumento das publicações em relação ao século XIX refere-se à multiplicação dos exemplares aos milhares⁹², mas não de títulos. A constatação dessa mudança na balança de produção dos livros, que varia do maior volume de títulos para o maior volume de exemplares ao longo de um século, foi um dos elementos que nos instigou a verificarmos as transformações nas lógicas e condições de acesso aos lugares de edição.

As dinâmicas de edição e publicação adquirem novos contornos, exigências e formas de reconhecimento, perpassando processos de especialização das funções ligadas a essa atividade, bem como de institucionalização das instâncias ligadas à produção de livros. Essas transformações acompanharam ainda mudanças nas *estratégias* de atuação, nos princípios de constituição de redes de relações sociais e nos processos de socialização em torno das atividades editoriais.

Essa inversão se processa inicialmente pelos usos dos próprios jornais como principais espaços de anúncio e divulgação das publicações bibliográficas dispostas à venda, como se observa pela multiplicidade de anúncios verificados entre os jornais circulantes no período entre 1821 e 1896. O que se constitui ainda

⁹¹ Segundo relata o autor do “Almanack para o Povo” do referido período: Compilação das leis provinciaes (“1º e 2º vol.”) pelo Dr. Ovidio da Gania Lobo. Obras cômicas de José de Lima Penante. O Uzurario, comedia de Gomes Pereira, Almanak do Povo. Estoria de Carlos XII (nova edição). Catalogo do Gabinete Portuguez de Leitura – Consultas e resoluções do concelho do Estado. O Partido Liberal, de Laboulai, tradução do Dr. A. Henriques Leal. Os Rascaes, romance, tradução do dr. João Lobato. Memória sobre a lavoura da ilha de Cuba, de Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho. O Almanak Commercial e administrativo para o anno de 1867. Vila de Nelson, tradução do dr. Gentil Homem de Almeida. Almanak de Lembranças Brasileiras, pelo Dr. Cezar Augusto Marques. Obras de Antonio Gonçalves Dias (1º e 2º vol.). Codigo de Posturas Municipaes. Curso de Litteratura de Francisco Sotero dos Reis (2º e 3º vols.). Um Coração de Mulher, de Joaquim Serra. Cousas da Moda, comedia de Joaquim Serra. O Lavrador Sovina, de João da Cruz. Memorias sobre a Cathequese e Civilisação dos Endigenas, de José Ricardo de Sousa Neves. Jesus Christo e a Crítica Moderna, pelo Padre Felex, versão do dr. Pedro Autrand da Matta e Albuquerque. Simãode Nantua por Jussieu. (Almanak do Povo, 1867, p. 247-248).

⁹² Em milhares, 1976 (4); 1977 (25); 1978 (70), vide Hallewell (1985, p. 524).

em importantes indícios sobre a circulação de livros nesse contexto⁹³. Veja pela tabela abaixo que, à medida que se avança no tempo, cresce o número de anúncios publicados pelos jornais. Considerandos-se os limites da listagem abaixo, temos um total de 56 títulos anunciados entre os anos de 1821 a 1830. Já no período de 1831 a 1841 esse número se eleva para 177 títulos anunciados pelos jornais.

TABELA 07 - Montante de livros anunciados nos jornais circulantes em São Luís (1821-1896)

Jornais	Ano de publicação	Quantidade de livros anunciados
O conciliador do Maranhão	1821-1822	14
Argos da Lei	1825	2
O censor	1825	2
O amigo do homem	1824-1827	12
A bandurra	1828	4
A minerva	1828	4
A cigarra	1829	1
Estrela do Norte do Brasil	1829-1830	17
O jornal dos anúncios	1831	
Echo do Norte	1834-1835	52
O investigador maranhense	1835	14
O Bem-te-vi	1838	3
O legalista	1840	25
Jornal maranhense	1841	25
A revista	1839-1840-1849-1850-1852	53
A imprensa	1857-1858-1859-1860	5
Farol maranhense	1829-1830-1838	83
O globo	1852-1853-1859	14
Echo da juventude	1864-1865	10

⁹³ Importante destacar a observação feita por Galves (2019) acerca do amplo consumo de escritos variados desde o início do Oitocentos, incluindo jornais proibidos pela Real Mesa Censória e livros contrabandeados sob encomendas de maranhenses. Para uma referência mais consistente acerca dos impressos comercializados no Maranhão entre os anos de 1821 a 1834, leia-se: Galves *et. al.* **Vendem-se impressos a preços cômodos na cidade do Maranhão**. São Luís: EDUEMA, 2019.

O publicador maranhense	1846-1850-1852-1853-1857- 1860-1861-1866-1871-1872- 1875-1881-1882	326
Revista elegante	1892-1895-1896	15
Total de divulgações		681

Fontes: Tabela parcialmente extraída de Castellanos (2017), acrescida de dados apresentados em Galves (2019) e outros produzidos pelo autor.

Embora sem a pretensão de cômputo total dos livros anunciados, bem como da verificação em todos os jornais publicados nesse período, posto que isso exige uma dedicação específica a longo prazo, mapeamos aqueles que possuíam esse tipo de anúncio, de modo mais específico aqueles que tratavam da venda de livros, conforme listados na tabela acima. A partir dela, pudemos iniciar uma topologia desse espaço de produção tipográfica, a princípio traçando algumas correlações entre os lugares de edição desses jornais, suas localizações geográficas e os gêneros de publicações privilegiados em seus anúncios e posteriormente associando essas verificações a algumas propriedades sociais dos casos mais representativos dentre os tipógrafos, no intuito de identificarmos as condições de alocação e reconhecimento dos agentes que passam a exercer as funções de “editores” nesse *espaço*.

Observemos algumas variações relevantes sobre o quantitativo de livros anunciados. A organização progressiva entre as datas de publicação facilita-nos a percepção de que a partir da década de 1830 teremos um aumento significativo desses anúncios - fenômeno em geral associado de modo quase mecânico ao desenvolvimento econômico do Maranhão advindo com o crescimento da produção e exportações de arroz e algodão, como já mencionado. A existência de um incipiente comércio livreiro se havia estabelecido por essas paragens desde a última década do século XVIII, como demonstram Galves (2015; 2019) e Villalta (2005), superando inclusive as remessas comerciais de romances para o Rio de Janeiro em 1795. Porém, se a existência desse comércio não se apresentava como algo novo em fins da primeira metade do XIX, há que se destacar o surgimento e especialização de novos canais de anúncio e comercialização desses artefatos.

O que pretendemos então sublinhar é que essas novas vias de acesso aos títulos publicados - em muitos casos com avisos prévios sobre datas para futuras publicações - contribuiria fortemente para a aceleração da sua produção. Assim, ao passo que em fins do século XVIII teremos as demandas por títulos específicos como principal motor desse comércio, em meados do XIX seriam as ofertas dos livros publicados (ou a publicar) que mobilizariam e estimularia a criação um conjunto de novas instâncias em torno da sua comercialização e apreciação: destacadamente com a criação de lugares reservados para a venda e leitura. Trataremos no capítulo 4 sobre a utilização dos gabinetes e bibliotecas como espaços de socialização e distinção social em torno da leitura, assim como outras instituições, a exemplo do SIOGE em meados do século XX, e de espaços mais informais como residências e bares utilizados por escritores consagrados e candidatos à carreira literária como importantes pontos de sociabilidades. Nos deteremos aqui um pouco mais sobre as dinâmicas de criação e funcionamento das livrarias e sua importância como impulsionadoras da produção e consumo de livros.

Aglomerados na região que compunha o centro comercial de São Luís, os comerciantes no início do XIX ainda não especializados na venda de impressos, ofertavam os livros entre os demais produtos que dispunham seus armazéns de “secos e molhados”. Como observa Galves,

O comércio era, portanto, pulverizado, composto por dezenas de comerciantes não especializados no ramo de impressos, hipótese reforçada pela característica da maioria dos endereços informados: “loja de bebidas”, “boticas”, “tipografias”, “casas”, “correio”, ou simplesmente “loja”. (GALVES, 2019, p. 121).

Lentamente esses artefatos passariam a sair das prateleiras apinhadas de produtos diversos dos armazéns comerciais para serem concentrados em locais de vendas específicos que seriam inaugurados na Província do Maranhão. Porém, será entre as décadas de década de 1840 a 1870 que teremos uma ampliação do número de estabelecimentos dedicados exclusivamente à venda de impressos, destacadamente livros. Dentre eles alguns fundados sob a denominação de “livrarias”, indício de que a produção e venda desses artefatos passava a gerar

alguma lucratividade capaz de suster, ainda que timidamente, um comércio próprio.

É conhecida nos textos de cunho historiográficos sobre a produção de livros no Maranhão a frase de Jerônimo de Viveiros acerca da “rapidez com que os maranhenses se afeiçoaram ao convívio dos bons livros⁹⁴” geralmente tomada por evidência em si mesma.

A oferta como princípio fomentador das demandas, síntese de uma inversão da lógica de comercialização livreira até então vigente na Província, teve inicialmente nos jornais o seu principal veículo dispersor, mas é com o aparecimento das livrarias que o livro viria se destacar como objeto material e simbolicamente distinto dos demais utensílios com os quais até então rivalizava nas prateleiras dos armazéns.

Cabe ainda observar que nesse incipiente comércio de impressos, grande parte dos anúncios de livros - em grande parte oriundos da Europa, principalmente Portugal, França e Inglaterra - eram feitos ainda sem qualquer distinção entre gêneros, informando, em geral apenas seus títulos e, quando muito, algum comentário elogioso acerca dos seus autores ou conteúdos. Mesmo os seus preços eram frequentemente ausentes. Quanto a isso, destacam-se os anúncios realizados pelos comerciantes Cicarelli e Felisberto José Correia & C^a. Juntos, publicaram cerca de 83 anúncios sobre títulos de livros, entre os anos de 1830 e 1834⁹⁵. Infelizmente nos deparamos ainda com a raridade das informações biográficas disponíveis sobre ambos.

Esse movimento de demandas pela produção bibliográfica impulsionaria ainda a multiplicação das casas tipográficas e posteriormente a criação de lugares especializados para a venda de livros, cuja produção passaria a ser aperfeiçoada e acelerada pelas inovações técnicas do trabalho tipográfico “local”, através de adaptações próprias e pela importação de novos equipamentos e pelo disputado

⁹⁴ VIVEIROS, Jerônimo de. História do comércio do Maranhão (1612-1895). São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954 (vol. I e II)/ 1964 (vol. III), p. 343.

⁹⁵ Vide “Catálogo dos impressos anunciados em jornais ludovicenses (1821-1834). In: GALVES *et al.* 2019.

acesso aos investimentos públicos com vistas à impressão dos atos administrativos.

Em seu “Memórias sobre a tipografia maranhense”, Frias nos apresenta também um detalhado relato sobre o funcionamento da sua tipografia. Segue abaixo um trecho, um tanto extenso, mas que nos parece importante como exemplo da dinâmica diária dos trabalhos nos empreendimentos mais destacados da época:

Esse estabelecimento, em grande escala em relação ao comum dos da Província, compõe-se de um material abundante e escolhido em **tipos**⁹⁶; três prelos a braço, sendo dois de ferro e um de madeira; um prelo mecânico movido por um homem; canteador; corta-linhas; uma máquina toda de ferro de cortar papel, pelo sistema guilhotina (única na Província); uma prensa de acetinar impressos, e todos os acessórios necessários ao serviço de um estabelecimento dessa ordem. Tem mais como adicional uma oficina de encadernação em que se fazem as brochuras e cartonagens das obras impressas na casa.

Desde fevereiro de 1865 até maio desse ano, tem o seu pessoal composto de um paginador, que também faz quase todas as obras avulsas (remendos), impressor, maquinista, administrador etc. etc., lugares por mim ocupados; dois compositores levantadores de letra; e aprendizes, termo médio três e meio; um tangedor de roda e servente da oficina, e um moleque de seis anos, que arruma os impressos da máquina e dá sinal quando descobre algum desarranjo nos fios condutores.

Com esse exíguo pessoal tem produzido esse estabelecimento, no tempo que apontamos (15 meses), 866 600 impressões, sendo 673 300 de livros, que dão em resultado 2 319 páginas, representando 1 793 116 quadratins, e em volumes 16 mil.

Entre os remendos encontram-se muitos mapas, e outros trabalhos de linhas, para uso de repartições, bancos e do comércio em geral, muitos deles de difícil execução.

Nos livros, a maioria é de composição corrida, tendo porém entre eles alguns de composição acidentada como aritméticas, metrologias, geografias, etc., trabalhos que muitas vezes absorvem o duplo e o triplo do tempo dos ordinários.

[...] Os salários para os tipógrafos regula: para os de primeira ordem, de 36\$000 a 50\$000 mensais, aos de segunda, 30\$000, e aos demais, proporcionalmente ao seu merecimento. (FRIAS, 1866, pp. 28-29, 31).

⁹⁶ Os “tipos”, que correspondem às letras, números e símbolos utilizados para a composição dos textos, eram colecionados em utensílios denominados “componedores”, de onde eram retirados e organizados para a composição dos “gabaritos” que constituiriam as páginas em seus diferentes tamanhos e seguiriam para a impressão, conforme imagens ilustrativas abaixo.

Seguem abaixo algumas imagens ilustrativas do processo de composição e impressão tipográfica⁹⁷:



1 - Prensa tipográfica



2 - Composedor



3 - Gabarito

Entre as décadas de 1860 a 1870 algumas tipografias são reiteradamente destacados pela qualidade e quantidade das suas edições e impressões de livros, dentre elas a Typographia do Frias; Typographia Progresso; Typographia Belarmino de Matos e a Typographia Ramos d'Almeida, todas localizadas em São Luís.

⁹⁷ Links para as fontes das imagens, respectivamente: 1: <https://jornalismoup1ano.wordpress.com/2013/04/16/prensas-tipograficas/>; 2, 3: <http://www.clubedostipos.com/?cat=5&paged=2>

Um exemplo do número aproximado de publicações realizadas no intervalo entre as décadas de 1860 a 1870 é mencionado por Jerônimo de Viveiros, indicando os títulos lançados no Maranhão em 1864 e seus respectivos editores:

B. de Mattos edita a tradução em português dos Comentários de Caio Júlio César, por Francisco Sotero dos Reis, em livretos de 80 a 100 páginas, ao preço de mil réis para os assinantes; Folhas Dispersas, poesias, de M. A. Pinto de Sampaio; O livro do Povo (2ª edição), por Antônio Marques Rodrigues; os 4º e 5º números da Biblioteca Literária; Metrologia Moderna, pelo Dr. J. A. Coqueiro; O Corcunda, romance de Paulo Feval em seis volumes; O Barão de Oyapock, drama de Sabas da Costa; o Almanaque Administrativo, Mercantil e Industrial da Província do Maranhão em 1864 e as Obras de João Francisco Lisboa, 4 volumes. **Frias** publica as Obras poéticas de Severino de Azevedo; as Poesias, de Correia Garção; o livro Vida de Cristo, de cuja edição Antônio Marques Rodrigues e seus amigos subscrevem mil exemplares para distribuição gratuita pelas escolas; e o Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da Província do Maranhão, por Cesar Augusto Marques. A **Tipografia Progresso** faz sair à luz da publicidade Três Liras, poesias de Trajano Galvão, Marques Rodrigues e Gentil Homem e Postilas de Gramática Geral, por Sotero dos Reis. **Ramos de Almeida** põe em circulação a Gramática Filosófica, do Pe. Antônio da Costa Duarte e a comédia O Tutor, da Autoria de Antônio Augusto Rodrigues. (VIVEIROS, 1954 v.2, p. 346).⁹⁸

A partir do relatório de livros contidos no Real Gabinete Português de Leitura, produzido em meados da década de 1860, podemos verificar de modo mais abrangente o tipo de bibliografia privilegiada nesse período pelos círculos desses novos leitores e escritores, frequentadores dos espaços de leitura e sociabilidades nascentes.

TABELA 08 - Classificação dos livros segundo o GPL⁹⁹

Classes	Assuntos	Títulos	Volumes
I	Romances, Novelas, Contos etc.	1209	2177
II	Crítica e Literatura	189	472
III	Tragédias, Dramas, Comédias etc.	100	121

⁹⁸ As relações de reciprocidades entre esses tipógrafos e seus editados serão analisadas no capítulo seguinte.

⁹⁹ Os livros eram organizados nas prateleiras conforme a sua “Classe” e recebiam em suas lombadas uma identificação numérica para facilitar sua identificação e reorganização após as consultas ou pedidos de empréstimos. O acesso às estantes e realocação dos livros era uma atividade exclusiva aos “guarda-livros” (vide Regulamento do Gabinete Português de Leitura do Maranhão, Art. 7, 1867).

IV	Poesias	265	361
V	Gramáticas, Dicionários, Educação Moral etc.	87	108
VI	História	208	499
VII	Antiguidades e Nobiliária	10	14
VIII	Bibliografia	14	28
IX	Biografia e Necrologia	53	162
X	Geografia, Viagens etc.	99	134
XI	História Natural	35	52
XII	Física e Química	24	37
XIII	Matemáticas	38	40
XIV	Filosofia, Cultos e Materiais Eclesiásticos	135	229
XV	Medicina, Cirurgia etc.	33	41
XVI	Jurisprudência e Legislação	58	92
XVII	Política e Administração	83	105
XVIII	Economia Política, Estatística, Comércio etc.	74	104
XIX	Agricultura, Economia Rural e Doméstica, Higiene etc.	44	53
XX	Arquitetura, Belas Artes, Indústria, Ofícios	34	46
XXI	Maçonaria, Jogos, Fisionomia	10	17
TOTAL		2802	4892

Fonte: Catálogo do Gabinete Português de Leitura (1867).

Nota-se pelo quadro acima a predominância nesse acervo de uma bibliografia de teor “literário”, com destaque para os livros endereçados sob a “Classe I”. O que se sobressai ainda mais se somarmos a esses a bibliografia agrupada entre as “Classes II a IV”. Somando 1.763 títulos, do total de 2802. Como recurso de verificação acerca dos gêneros de leitura mais requeridos nesses espaços, vejamos abaixo algumas amostras dos relatórios de frequências e demandas em dois desses principais lugares de leitura.

Uma fonte importante de informações para percebermos a dinâmica de utilização dos impressos disponíveis nesses espaços, bem como as variações entre os tipos de leituras apreciadas, são os regimentos e relatórios produzidos pelas administrações dessas instituições. A tabela abaixo apresenta alguns dados referentes à frequência na Biblioteca Pública Benedito Leite¹⁰⁰ ao longo do ano de 1899, a partir dela podemos estimar os tipos de leituras privilegiadas na capital maranhense em fins do século XIX. Os dados sobre empréstimos nessa instituição nos informam uma movimentação crescente em fins do século XIX das demandas por gêneros literários e de

¹⁰⁰ A construção da sua sede atual, projetada pelo arquiteto João Magalhães de Araújo se deu sob o governo de Sebastião Archer da Silva, sendo inaugurada em 12 de setembro de 1951. Pelo Decreto nº 1316 de 8 de abril de 1958, a Biblioteca Pública do Estado recebe o nome de Biblioteca Pública Benedito Leite, em homenagem ao ex-governador do Maranhão (1906-1908).

língua estrangeira, preferencialmente o francês - em alguns meses com quantidades de pedidos superiores inclusive aos textos de literatura em língua portuguesa.

TABELA 09 - Movimento de empréstimos de livros da Biblioteca Pública (1989)

Movimento da Biblioteca Pública do Estado do Maranhão no ano de 1899																						
Meses	Obras consultadas																			Frequência		
	Por matéria												Por línguas							Masculina	Feminina	Total
	A	B	C	D	E	F	G	H	J	K	L	Português	Latim	Francês	Italiano	Espanhol	Inglês	Alemão	Total			
Janeiro	0	10	3	2	0	6	0	8	6	42	493	388	0	108	1	23	50	0	570	443	10	453
Fevereiro	10	2	0	3	2	5	4	10	1	22	623	458	0	135	3	8	77	1	682	469	37	506
Março	3	1	3	3	0	17	0	5	3	31	478	291	0	182	0	6	64	1	544	462	37	499
Abril	14	3	5	4	0	7	1	5	5	12	521	308	0	185	0	12	72	0	577	439	24	463
Maiο	6	10	1	6	1	18	0	8	4	23	656	305	0	313	0	5	109	1	733	401	43	444
Junho	13	1	0	10	1	8	3	16	6	47	863	418	1	402	0	6	139	2	968	608	118	726
Julho	5	6	1	6	2	13	0	9	3	51	877	501	0	350	0	10	112	0	973	718	65	783
Agosto	16	3	0	8	0	3	2	7	2	20	750	330	0	364	1	2	113	1	811	499	74	573
Setembro	5	2	0	6	0	1	0	5	2	10	607	275	2	289	1	0	71	0	638	440	73	513
Outubro	3	7	0	3	1	3	0	10	3	15	636	264	2	320	0	0	94	1	681	410	44	454
Novembro	10	0	0	3	3	8	1	7	5	23	650	227	0	395	0	0	90	0	712	434	93	527
Dezembro	11	1	0	3	1	8	0	17	9	29	692	293	1	336	2	0	137	2	771	566	188	754
Total	96	46	13	57	11	97	11	107	49	327	7846	4058	6	3379	8	72	1128	9	8660	5889	806	6695

Esquema de classificação das matérias: A - Ciências; B - Artes Úteis; C - Belas Artes e Artes Recreativas; D - Ciências Sociais e Políticas; E - Filosofia e Religião; F - História e Geografia; G - Biografia e Correspondência; H - Línguas e Literatura; J - Poesia e Drama; K - Ficção e Prosa; L - Miscelânea.

Fonte: Tabela produzida a partir de dados constantes no relatório da Biblioteca Pública do Estado do Maranhão, 1899.

A introdução do ensino de línguas estrangeiras na Província se deu principalmente a partir da fundação do Liceu Maranhense, ao que se seguiu a criação de cadeiras específicas para o seu ensino. Ainda acerca dessa predileção, observa-se que no Relatório da Província elaborado sob a chancela de Augusto Olympio Gomes de Castro, em ato de transferência da administração dessa Província no ano de 1874, destaca-se, no item dedicado à “Instrução Pública”, os dados referentes às matrículas dos alunos e alunas do Liceu Maranhense, indicando a maior concentração nas cadeiras de francês (36) e inglês (26), dentre os 171 alunos. O mesmo se repetindo em relatório similar referente ao ano de 1875, distribuídos do seguinte modo, respectivamente:

TABELA 10 - Cadeiras do Liceu Maranhense e quantitativo de alunos matriculados (1874-1875)

1874		1875	
Latim primario	19	Grammatica geral	49
Latim secundario	13	Latim inferior	21
Francez	38	Latim superior	8
Inglez	18	Francez	36
Grammatica geral	32	Inglez	26
Geographia	20	Geographia	17
Mathematicas	19	Historia	15
Philosophia	6	Mathematicas	15
Rhetorica	4	Calculo mercantil	2
Historia universal	8	Philosophia	7
		Rethorica	5

Fonte: Relatório com que o Sr. Dr. Augusto Olympio Gomes de Castro passou a administração da Província, referentes aos anos de 1874 e 1875. Maranhão: Typ. do paiz. Imp. M. F. Vianna Pires.

Cabe ainda observar que nesses mesmos Relatórios constam também apontamentos sobre os números de alunos e alunas matriculados em outros estabelecimentos educacionais públicos e privados de São Luís, destacando-se entre eles a casa dos Educandos Artífices¹⁰¹ (“frequentada por 331 alunos”), bem como oriundos de outras cidades, como, Imperatriz, Caxias e Alcântara.

Na cidade de Alcântara funciona uma cadeira de latim, frequentada apenas por tres alumnos; e na de Caxias outra de francez, frequentada por 9.

O ensino publico secundario, segundo os dados colhidos, foi dado a 316 individuos. Reunindo esse numero ao dos alumnos que o receberam nos collegios particulares, no Pequeno Seminario de N. S. Das Mecês e nos curso mantidos pelas sociedades 1º de Dezembro e Protetora dos Caixeiros, ascende elle a 1340. (Idem, *op. cit.* pp. 28-29).

Note-se que o Liceu Maranhense não se estabelecia como instituição voltada para a formação de “mão-de-obra” endereçada para o trabalho fabril ou manufatureiro, mas se concentrava na formação de alunos aspirantes aos “cursos

¹⁰¹ Para um estudo aprofundado acerca das dinâmicas de funcionamento dessa instituição, leia: CASTRO, C. A. **Infância e trabalho no Maranhão Provincial: uma história da Casa dos Educandos Artífices (1841–1889)**. São Luís, EdFUNC, 2007.

de estudos superiores do Império”, cujos exames funcionavam como “preparatórios” para o acesso a essa formação, segundo conta no referido Relatório ao listar os aprovados nesses exames.

Realisaram no Lyceu desta capital, no periodo decorrido de 25 de novembro a 23 de dezembro do anno passado, sob a presidencia do delegado interino e do inspetor geral da instrucção publica da côrte nesta provincia, os exames de linguas, *exigidos como preparatorios para os cursos de estudos superiores do Imperio*, de conformidade com o decreto n. 5420 de 2 de outubro de 1873.

Inscreveram-se para esse exame 155 alumnos, sendo em portuguez 54, latim 17, francez 61 e inglez 23. (Idem, *op. cit.* p. 30).

Acerca dessa função que passa a exercer o Liceu Maranhense, Maria Socorro Cabral observa que:

Os preparatórios exigidos pelo Governo Central, como condição de matrícula nos cursos superiores, influíram, pois, consideravelmente, na composição do currículo e em toda a estrutura do ensino secundário.

O Liceu Maranhense, para atender a sua clientela, ajustou-se a esse padrão (preparatórios), tornando-se um mero curso propedêutico e literário. (COELHO, 1984, p. 48).

Em fins da década de 1860 a contabilidade realizada por José Liberato Barroso sobre a instrução pública no Brasil (1867) indica um total de 6.005 alunos matriculados na Província do Maranhão. Nesse trabalho constam ainda informações acerca do quantitativo populacional “livre” de 330.000, o que indica uma proporção de 54 habitantes para cada aluno matriculado. O quantitativo de alunos e alunas matriculados segue resumido no quadro abaixo:

TABELA 11 - Quantitativo de alunos e alunas matriculados por série em relação no Brasil (1867)

Ensino público			Ensino particular			Soma geral
Meninos	Meninas	Total	Meninos	Meninas	Total	
3.807	918	4.725	842	438	1.280	6.005

Fonte: BARROSO, José Liberato. **A instrução pública no Brasil**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1867, p. 35.

No entanto, há que se observar que segundo os critérios da época sobre os “capazes para receber instrução” contavam-se 47.142 habitantes, dentre os quais

41.137 não se encontravam matriculados. Outra observação acerca desses números repete a já mencionada prática de inserção de alunos “imaginários” ou de escravizados para que os professores alcançassem o quantitativo mínimo para a composição das cadeiras que lecionavam, ou mesmo para obterem acréscimos nos seus proventos. O que sugere um número bem inferior entre os matriculados no ensino primário à época. Como observa o próprio Barroso:

Se alguns mappas são incompletos, e faltão os de muitas escholas, tambem é verdade que alguns são occupados por alumnos imaginarios, como meio de obter certas vantagens legaes. É ainda um facto geralmente verificado, que grande parte dos alumnos de ambos o sexos, os quaes figurão na matricula das escholas, não completa a instrucção. (BARROSO, p. 36).

À medida que temos no Maranhão um transição que substituiria a sua pujança econômica da produção agro exportadora para dar ênfase à dinâmica industrial em ebulição, sobretudo com o surgimento e efervescência das fábricas de tecido. Essa inflexão econômica compõe um espectro complexo de mutações que incidiram sobre o sistema escolar na forma de novos modelos educacionais e propostas curriculares. Nesse passo, o Liceu Maranhense passa a substituir o caráter eminentemente humanístico e literário na sua formação para adotar progressivamente um caráter formador mais afeito às mutações econômicas em processo. Evidenciada pela criação de cadeiras das áreas de Ciências Naturais e exatas, como Física, Agricultura, Química, dentre outras, essa marcha para a formação de quadros que ocupassem os postos industriais e comerciais em expansão em meados do século XIX era também reflexo do que operava nas instituições de formação escolar européias.

No entanto, com a liberdade para a criação de instituições privadas de ensino secundário, promovida pela Reforma Educacional de 1874, houve uma rápida proliferação dessas escolas, cujos modelos de ensino privilegiariam o atendimento daquela clientela que ansiava a inserção nos cursos superiores do Império. Segundo consta no Relatório da Província do Maranhão de 1874, no item “Instrução secundária e primária particular”: “O ensino particular secundario é dado em 11 collegios na capital, sendo 6 para meninos e 5 para meninas. Durante o

ultimo anno foram frequentadas por 878 alumnos - 400 do sexo masculino e 478 do sexo feminino”.

O mesmo relatório indica ainda o quantitativo de alunos e alunas matriculados nesse ano em outras instituições de ensino: Pequeno Seminário N. S. Das Mercez (154); Sociedade Onze de Agosto (214); Sociedade Patriótica 1º de Dezembro e Beneficente dos Caixeiros (44); curso dirigido por José Alexandre Rodrigues em uma vila do “interior” (30), de modo semelhante por outros três professores (110).

Acerca do ensino primário privado, havia 14 lugares em funcionamento na Província. Sendo 11 para meninos e 3 para meninas, “frequentadas por 562 alumnos, sendo 462 do sexo masculino e 80 do feminino”. Já o ensino público primário, ou de primeiras letras, contava com 134 cadeiras na Província, destas 82 reservadas ao sexo masculino e 50 para o sexo feminino. Destas, achando-se preenchidas apenas 76 e 44, respectivamente. Durante o ano de 1874, registrou-se a frequência de 4.796 alunos, dentre os quais 3.642 do sexo masculino e 1.151 do feminino. Há que se observar ainda que tais relatórios representam apenas uma estimativa aproximada acerca do quantitativo de alunos e alunas matriculados, haja vista a existência de lugares de formação escolar particulares que funcionavam sem registros - “pois de muitas não se tem conhecimento official” - junto à administração da Província, como se observa nos próprios relatórios.

Desde as décadas de 1840 cresciam as iniciativas no âmbito da formação escolar secundário, apoiadas nos investimentos e expectativas de inserção dos filhos de uma nova clientela em ascensão econômica nos valorizados cursos superiores oferecidos pelo Império, nutrindo um movimento paralelo de expansão e adesão ao ensino privado.

Acerca dessa mudanças tomadas por necessárias pelo Governo Central, é ilustrativa a observação feita por Franco de Sá¹⁰², notório defensor das mudanças no ensino do Liceu, em seu relatório da Província no ano de 1847:

¹⁰² Filho de Romualdo Antônio Franco de Sá, ex-presidente da Província do Maranhão (1828), e Estela Francisca Costa Ferreira. Exerceu os mandatos de Deputado Geral (1841-1847), Presidente da Província do Maranhão e Senador do Império do Brasil de 1849 a 1851.

A educação secundária, qual entre nós se acha instituída, limitada à instrução preparatória para as ciências positivas deve de começar a compreender alguma parte dos conhecimentos científicos, que mais relação tenham com as necessidades das artes e da indústria e mais possam concorrer para desviar a nossa mocidade do exclusivismo jurídico ou simplesmente clássico e teórico, aparelhando pela educação homens úteis, e de algum esclarecimento à vida prática e produtora.¹⁰³

Seguiam adiante as propostas de reforma do ensino público secundário¹⁰⁴. Dentre elas, as que visavam alterar o caráter eminentemente “literário” e preparatório do Liceu Maranhense para inseri-lo no bojo de instituições formadoras de “quadros” para as carreiras comerciais e industriais. A balança entre as expectativas de continuidade e mudanças entre camadas sociais que se encontravam em processos cruzados de redefinições posicionais resultaria em novas clivagens sociais. Estas podem ser verificadas pelas reivindicações acerca do lugar que ocupava o Liceu Maranhense como espaço de formação das elites intelectuais oriundas das famílias enriquecidas da terra (MOTA, 2012) e o surgimento de novas instituições como principais lugares de formação escolar dos filhos das elites econômicas em ascensão na época.

A vocação fabril seria franqueada ao funcionamento de outra instituição, a Casa dos Educandos Artífices¹⁰⁵, cuja insígnia nos indica de antemão sua ênfase sobre a formação para serviços manuais ou mecânicos. O que se evidencia pela listagem de conteúdos exigidos nos exames referentes ao ensino profissional: Alfaiates, Sapateiros, Carapinas, Pedreiros, Serralheiros, Marceneiros, Gravadores, Funileiros.

Segundo o “Catálogo da Bibliotheca do Gabinete Portuguez de Leitura (1867)”, o seu acervo contaria com um total de 2.802 títulos e 4.892 volumes,

¹⁰³ Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Maranhão, pelo Exm. Sr. Presidente da Província, Joaquim Franco de Sá, na sessão aberta em 3 de maio de 1847.

¹⁰⁴ Como leitura mais rigorosa acerca das propostas educacionais operadas no Maranhão em seu período “imperial” (1834-1889), recomendamos a pesquisa realizada por Maria do Socorro Coelho Cabral, publicada pelo SIOGE em 1984, sob o título **Política e educação no Maranhão**.

¹⁰⁵ A Casa de Educandos Artífices foi um tipo de instituição escolar com caráter assistencialista presente em muitas Províncias do Brasil Imperial. Para uma leitura aprofundada sobre as dinâmicas de funcionamento dessa instituição no Maranhão, leia Castro, 2007.

quantidade avultada para a época, considerando-se comparativamente a quantidade de volumes e títulos que compunham as estantes da Biblioteca Pública em período aproximado.

Note-se que para a organização do acervo cada Classe (em algarismos romanos) agrupava títulos que compunham outras subclassificações por gêneros (p.ex. Classe XXI - Maçonaria, Jogos, Phisionomia). Curioso é que, a despeito do seu avultado volume de obras descrito, o mesmo se apresentou muito inferior após transcrevermos todos os seus títulos (com suas respectivas informações acerca de autores, ano, volumes, língua original, tradutores etc.) para tabelas em formato .xls. Acerca dessa disparidade quantitativa mais geral, observe-se o quadro abaixo.

TABELA 12 - Quantidade de títulos distribuídos por gêneros constantes no Relatório do Gabinete Português de Leitura (1867)

Gêneros	Quantidade de títulos
Antologias	19
Aventura contemporânea	1
Biografia	1
Cartas	7
Contos	27
Crítica literária	11
Crônicas	4
Diário	1
Dicionário	1
Discurso	2
História	3
Jornais	20
Memórias	1
Novelas	30
oração	2
Poesias	4
Revistas	12
Romances	233
Anedotas	4
Almanacks	5
Didáticos	6
Ensaio	8
Não informados	828
Total Geral	1230

Fonte: tabela produzida a partir do Relatório de obras do Gabinete Português de Leitura (1867) - excetuando-se os casos de títulos repetidos

Talvez essa disparidade quantitativa se deva principalmente ao filtro operado por nós acerca das repetições de títulos. Contudo, ainda que em menor proporção, em ambos os casos nota-se a proeminência de conteúdo “literário” no quantitativo de obras que compõem o acervo do Gabinete Português de Leitura, destacando-se aqueles organizados sob o gênero “romances”¹⁰⁶.

A constituição desse e de outros espaços dedicados à leitura, como a Biblioteca Pública e as agremiações literárias fundadas ao longo do século XIX, locais estabelecidos como pontos de concentração e sociabilidades entre os descendentes dos grupos econômicos em ascensão e que se estabelecerão como nova elite intelectual sob a epígrafe de “novos atenienses” (LOBO, 2016). Estas dimensões combinadas aos perfis dos seus frequentadores e às condições de acesso e usufruto desse espaço de leituras, nos permite tecer algumas considerações iniciais acerca do seu público frequentador e a importância desses espaços para as dinâmicas na publicação de livros. Tornaremos a esses pontos no capítulo seguinte. Nos deteremos em alguns apontamentos pautados nos dados quantitativos acerca dos gêneros que compunham o acervo do Gabinete Português de Leitura.

Contrariamente ao que se propala em muitos trabalhos dedicados à história dessa instituição, tomando-a como um reflexo da expansão sistema do escolar e importante contributo na qualificação do público leitor, funcionando ainda como importante espaço de suporte à instrução na Província do Maranhão, haja vista a verificação de livros “didáticos” na composição do seu acervo. Sobre esse ponto uma observação nos parece suficiente para lhe por em dúvida: não constava no

¹⁰⁶ Nas descrições dos títulos constantes no relatório que utilizamos por fonte para a construção dessa tabela constam diversos tipos de sub-categorizações para o gênero “romance”: crítico, filosófico, contemporâneo, histórico, religioso, social etc. Compreendemos como mais apropriado para os limites desse trabalho o agrupamento sob a categoria única de “romance”, haja vista que as lógicas e disputas em torno dessas especificidades nos demandariam outros investimentos analíticos. Talvez objeto de trabalhos posteriores. O mesmo tipo procedimento ocorrera com os demais gêneros.

catálogo da biblioteca dessa instituição o “O livro do povo”¹⁰⁷, obra amplamente adotada como referência para as instituições públicas de ensino primário no Maranhão e que se adequava às determinações vigentes sobre escolhas de livros didáticos com orientações religiosas cristãs¹⁰⁸. Essa ausência nos serviu como uma *indício* para as verificações acerca dessa instituição de leituras como um importante espaço de sociabilidades e compartilhamento de lógicas voltadas para uma escrita simbolicamente mais rentável, como veremos mais detalhadamente no capítulo 4 deste trabalho. A dispersão d’“O livro do povo” como referência nas escolas de instrução primária no Maranhão pode ser exemplificada pela observação de Costa,

A presença do *Livro do Povo* nas escolas do interior da Província maranhense, de acordo com os ofícios encontrados no Arquivo Público do Estado do Maranhão, abrangeu 22 municípios, e um total de 733 unidades, sendo que o município que recebeu a maior quantidade de exemplares foi Brejo com 130 unidades, e o município que recebeu o menor número de exemplares foi São Luís Gonzaga com apenas 6 unidades. (COSTA, 2013, p. 159).

Não apenas o que dispunha em suas estantes, mas os critérios de acesso a esse espaço e de utilização do seu acervo, bem como os perfis excludentes exigidos dos seus associados e a quantidade média dos seus utilizadores diários, apontam muito mais para o funcionamento de uma instituição de sociabilidades altamente restritiva. Um tipo de fechamento ordenado sob princípios de pertencimento comunitário, sustendo a noção de nacionalidade portuguesa como seu principal fundamento. Porém, cabe ressaltar que o seu caráter seletivo estendia-se também aos critérios - menos explícitos e arregimentados - de composição do seu acervo, descrito em catálogos como o que utilizamos aqui por fonte.

¹⁰⁷ Impresso pela Tipografia do Frias, essa obra é constantemente citada como o referência do potencial gráfico alcançado na década de 1860. Lançado em 1861, teve 9 edições e, segundo Hallewel, foram impressos entre “[...] trinta a quarenta mil cópias, tendo o autor doado mais de cinco mil a escolas” (HALEWELL, 2005, p. 173), entre tais escolas constavam instituições públicas, devocionais e privadas situadas na capital e no interior do Maranhão - a exemplo da Casa dos Educandos Artífices e o Asilo de Santa Teresa -, além de outras Províncias. Para uma leitura mais ampla sobre as apropriações e circulação desse livro, veja Costa, 2013.

¹⁰⁸ Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>

Compreendemos esse tipo de documento como conteúdo objetivado das formas de dominação estabelecidas em torno da leitura: as definições sobre o que se deveria ler a partir desse espaço estaria afirmado não por regras ou constrangimentos explícitos. Para que a sua eficácia se ajustasse aos princípios e lógicas de leituras dominantes de modo que essas imposições das regras funcionassem sob a forma aparente de adesões voluntárias a um determinado gosto pela leitura, era necessário eufemiza-las por um complexo de práticas que envolvia doações, compras, leituras locais e empréstimos de livros mediados por aquela instituição.

Circunscrevia-se assim um ciclo restrito de sociabilidades a partir do qual se constituía um seletivo perfil de leituras e leitores aptos ao manuseio daqueles códigos legitimados para o exercício intelectual através dos usos da escrita. Nesse processo os tipógrafos passam também a ocupar um lugar de destaque, haja vista que aqueles leitores seriam também os autores textos críticos que, publicados através dos jornais, glosavam-se mutuamente. Dois casos exemplares serão analisados mais detidamente no capítulo 4 deste trabalho, a saber José Maria Corrêa de Frias e Belarmino de Mattos.

2.3. Ampliação do ensino público e aparelhamento intelectual do estado

As mudanças em torno das condições de “saída” para o exterior ou para as instituições destacadas no Sudeste e Nordeste brasileiro se constituirá em importante inflexão nas dinâmicas de reconhecimento e lógicas de atuação através da escrita entre os “intelectuais maranhenses”. As mudanças em torno dos perfis sociais daqueles agentes, que também compreendia a suas modalidades de intervenção pela escrita - migrando dos jornais como principais meios de intervenção para a publicação dos seus textos em livros -, exemplifica esse amplo movimento em torno da escrita como instrumento de disputas e consagração que se operavam em meados do século XIX.

A criação do Liceu Maranhense e posteriormente da Escola Modelo e a fundação dos chamados Grupos Escolares, representariam os projetos e rearranjos buscados pelas administrações maranhenses com fins ao atendimento das expectativas de ingresso em instituições de ensino superior por parte daqueles novos herdeiros e candidatos à ocupação dos postos de elite intelectual e composição de um novo corpo burocrático cujas demandas se iniciariam com o projeto republicano em vias de estabelecimento no final do século XIX.

A comparação entre os quadros dos primeiros docentes dessas instituições nos indicam algumas dessas lógicas presentes na recomposição dos postos de elites intelectuais do Maranhão. No caso do Liceu, à época da sua fundação as cadeiras eram ocupadas de personagens já consagradas nesse cenário. Dentre eles, alguns se notabilizaram através da publicação de obras que seriam adotadas como referências para o ensino no próprio Liceu e outras instituições públicas pela Província. Também escreviam ativamente para jornais e alguns já ocupavam postos públicos importantes à época, como o de inspetor da Instrução pública. Como observa Costa, esse posto conferia certa importância aos seus ocupantes, posto que

[...] eram imbuídos de funções decisivas do ponto de vista da aplicação das políticas educacionais para o período, enquanto que os delegados atuavam nas freguesias, cumprindo o papel de agentes fiscalizadores da instrução pública. Eles eram os porta-vozes dos presidentes de Província, que elaboravam os relatórios da instrução pública com base nos mapas de matrículas feitos pelos professores e encaminhados através dos delegados (COSTA, 2013, p. 56).

Desde a fundação do Liceu, essa instituição seria a um tempo alvo e reflexo das intensas disputas operadas entre as famílias abastadas da época. Pedra de toque acerca da continuidade dos investimentos escolares projetados para os seus herdeiros que já não poderiam contar com o financiamento de bolsas de estudos para as universidades europeias, as alterações em torno das suas premissas didáticas, voltadas ou não para a ênfase sobre um ensino propedêutico tendo em vistas os exames para ingresso nas instituições universitárias, a criação e supressão de cadeiras letivas e mesmo os vaivéns dos seus endereços até a sua fixação definitiva. O Liceu foi um terreno de disputas intensas em torno das *estratégias* de

afirmação e prestígio social em meados do século XIX, cuja importância isolada somente se arrefeceria com a criação da Escola Modelo e o posterior estabelecimento dos Grupos Escolares, criados e regulados através do Decreto nº 36 de 1904.

No âmbito econômico as narrativas em torno do crescimento exponencial da indústria algodoeira - ressalte-se que tais discursos em torno do famigerado sucesso agroexportador dissimulavam também toda a violência exercida contra os povos indígenas habitantes das regiões mais férteis e os lucros obtidos pelo exercício da escravatura - estabeleceram as exportações de grãos e outros gêneros (arroz, cacau, gengibre etc.) como principal aporte econômico da então Província do Maranhão. Em geral, tais interpretações frigidificadas num conjunto amplo de publicações que se reproduzem ainda hoje, pontuam o êxito das exportações ocorridas a partir de 1760 como principal marco desse surgimento do Maranhão no contexto do comércio de destaque nacional.

Apenas sahido das trevas da gentilidade, elle não conhecia nem commercio, nem agricultura: os portos se achavão sem communição, os poucos effeitos da sua produção empatados; a cidade sem edificios; os moradores dispersos, e finalmente reputado como inutil este fertil torrão. (GAIOSO, 1818, p. 21).

Raimundo José de Sousa Gaioso se estabeleceria como versão oficial, “ortodoxa”, para utilizarmos o termo cunhado por Almeida (2008), na literatura sobre a história desse estado como período nascedouro do que viria a se tornar em “prodigiosa opulência” econômica (ABRANCHES, 1822).

As invariantes presentes nos marcos narrativos de interpretação desse passado glorioso se estabelecem como explicações autoevidentes do presente, sempre em torno das argumentações tautológicas de um estado de “decadência” como referência a um passado mítico próspero. Seja em relação à economia, política, cultura ou demais dimensões sociais, tais enunciados funcionam como premissas reificadas para as suas interpretações. No que tange às narrativas explicativas sobre a produção de livros no Maranhão, não ocorre de modo diferente: as referências ordinariamente retornam às referências que compõem a

mitologia do seu período áureo, sempre em busca de se reestabelecer como substituição à decadência do presente.

Essa odisséia invariavelmente inconclusa se estabeleceria por meio de narrativas que passam a adquirir um caráter performativo acerca dos encaminhamentos promovidos pelos nomes de destaque da história da produção bibliográfica nesse contexto. Esses marcos históricos produzidos em torno de personagens destacados na atuação tipográfica, produziu, ao lado dos Patronos e Clássicos da sua intelectualidade consagrada, também figuram os nomes de personagens ilustres e que lhes serviram como principais artífices, produtores e *publicadores* de suas obras. Não por acaso tem-se o nome de um desses tipógrafos inserido na publicação que demarca a composição do tão alardeado “Panteão da literatura maranhense”: Belarmino de Mattos, apelidado de “Didot maranhense” por seu biógrafo Antonio Henriques Leal, sobre cuja atuação tipográfica ratifica-se por diferentes versões que

Sem esse obreiro-editor não seria possível o movimento intelectual que no século XIX granjeou para o Maranhão o título de Atenas Brasileira, porque as obras dos grandes escritores dessa época não teriam publicidade. [...] Era muito para admirar a satisfação e entusiasmo que ele mostrava quando de seus prelos saiam escritos excelentes de seus comprovincianos ilustres. (LOPES, 1959, p. ???).

Ao lado deste, outro personagem se destaca nas narrativas consagradas sobre a produção tipográfica no Maranhão, José Maria Correa de Frias, que na posição de destaque que ocupava, produz ainda o livro “Memória sobre a tipografia maranhense”, tomado via de regra como principal documento explicativo sobre as dinâmicas de funcionamento da produção tipográfica nessa Província ao longo do século XIX.

O período áureo da literatura começa, talvez, com o aparecimento dos primeiros poemas de Gonçalves Dias no *Archivo Maranhense*, em meados da década de [18]40, e dura até a partida de Aluísio Azevedo para o Rio, no começo da década de [18]80. Durante esses anos São Luís não foi apenas o mais importante centro editorial das Províncias, e o único de importância nacional, mas também o lugar em que a qualidade do trabalho dos melhores impressores ultrapassava toda e qualquer realização da Corte nessa época. Dois nomes se destacam: Belarmino de Mattos e José Maria Corrêa de Frias, rivais amistosos, cujos contínuos esforços para superar as realizações do émulo foram a causa principal do desenvolvimento técnico e estético da produção de livros no Maranhão. (HALLEWELL, 1985, p. 96).

“Adversários amistosos”, as peripécias desses agentes e suas inventividades em torno das melhorias da qualidade e aceleração da produção tipográfica são frequentemente tomadas como referências pontuais para as construções narrativas desse percurso. Referências consagradas como principais responsáveis pelo apogeu da produção bibliográfica nesse contexto, volta-se a eles também como referência comparativa para a acusação do seu posterior declínio e restitui-se acerca da produção de livros o mesmo princípio legitimado de explicação das condições contemporâneas na produção de livros, exaltando um passado mítico sempre em vias de ser resgatado. Como observa Almeida, o Maranhão “é representado como não sendo, entretanto, já foi e deverá ser. O presente é indubitavelmente uma expressão do declínio (ALMEIDA, 2008, p. 58).

Como visto, em fins do século XIX já se havia cristalizado a noção de *decadência* como um princípio autoexplicativo sobre as condições socioeconômicas no Maranhão. E no que tange à dimensão cultural, que também não escaparia a essa premissa, a criação dos Grupos Escolares¹⁰⁹ seria um dos primeiros exercícios de especulação de um futuro promissor que se estabeleceria nestas paragens como um eterno estado de “porvir”. Esse projeto escolar “inovador” estaria afinado às propostas de disseminação de uma Instrução Pública atrelada aos ideais de progresso propalados pelos republicanos e seus adeptos no Maranhão, tendo

¹⁰⁹ Para uma leitura mais acurada sobre o processo de constituição e declínio dos grupos Escolares no Maranhão, leia:

entre os seus principais representantes o Senador Benedito Pereira Leite¹¹⁰. Representava pois esse projeto as pretensões de uma ampla reformulação no ensino, principalmente, em contraposição às representações de ineficácia que pairavam sobre as “escolas isoladas” do século XIX.

Havia uma “urgência” em mudar a configuração das instituições educativas, de modo a incorporarem os ideais de progresso emergentes com a República e a adoção de um novo regime político nacional. Benedito Leite exercia o cargo de Governador, estando provisoriamente substituído desde 1908 por Artur Quadros Colares Moreira devido a complicações de saúde que o levariam a óbito naquele ano. Com o falecimento de Benedito Leite, como observa Pereira, “deflagra-se um processo de disputas pela condição de chefe político regional” (2018, p. 43). Essa nova *configuração* das disputas políticas passaria a se estabelecer a partir das eleições de 1910 em torno dos embates de três legendas principais, que representariam as dissidências operadas no seio da política regional e seus respectivos sectos: magalhãesistas, marcelinistas e tarquinistas¹¹¹.

A reboque dessa ebulição política no Maranhão, que acompanhava as transformações em âmbito nacional, se operam uma série de mudanças em torno do sistema público educacional, cujos efeitos incidiriam também sobre as

¹¹⁰ Benedito Pereira Leite nasceu em Rosário, Maranhão (1857). Atuou como político, jurista e jornalista. Bacharel em direito pela Faculdade de Direito do Recife (1882). Atuou como promotor público no município de Brejo, juiz municipal de Coroatá e Itapecuru e Inspetor do Tesouro Público do Estado. Foi um dos diretores do jornal Debate, fundou o jornal O Nacional e exerceu a função de editor do Jornal Federalista. Era inicialmente filiado ao Partido Conservador sob a direção de Gomes de Castro, mas, com o advento da República, ingressou no Partido Nacional. Foi um dos membros da Junta governativa maranhense (1891-1892). Eleito deputado Federal do Maranhão (1892-1896). Foi eleito também senador pelo Maranhão (1896-1906). Exerceu o cargo de Governador do Maranhão, (1906-1908), quando se licenciou e viajou para a França para tratamento de saúde. Na ocasião fora substituído pelo segundo vice-presidente Artur Quadros Colares Moreira. Faleceu na França, em 1909. Fonte: CPDOC/FGV. Acessado em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LEITE,%20Benedito.pdf>.

¹¹¹ Para uma leitura aprofundada sobre as disputas faccionais operadas no Maranhão desse período, leia: PEREIRA, Ariel Tavares. **Disputas faccionais e construções de “ismos”: Inscrições político-jornalísticas no Maranhão (1930-1960)**. Tese de doutorado defendida junto ao PPGCSOC/UFMA, 2018.

condições de atuação intelectual e o acesso aos novos postos públicos como via de subsistência para aquela *elite letrada*¹¹².

Ao passo que essas dinâmicas se operam no âmbito político cultural, se tem um arrefecimento na produção de livros durante o final século XIX, cujo ápice havia se dado entre as décadas de 1860-70.

No que tange aos dados estatísticos populacionais sobre o início do século XX, mais especificamente em 1910, o Maranhão a possuía cerca de 657.453 habitantes¹¹³, dos quais 53.484 residiam na capital¹¹⁴. Havia ainda 19 jornais em circulação, cujas periodicidades variavam entre “diários” (4), “semanais” (7), “quinzenais” (2), “mensais” (2), “anual” (1) e “outros” (3)¹¹⁵. Em termos educacionais, ainda sobre esse mesmo período, funcionavam no Maranhão cinco instituições de nível “médio” - segundo as divisões e categorizações presentes no Anuário Estatístico Brasileiro -, divididas entre “Profissionalizantes de ensino sacerdotal” (1- católica), “Profissionalizantes de ensino pedagógico” (1- estadual), “Artístico liberal” (1- estadual) e “Artístico industrial” (2- uma privada e uma federal), não havendo até então nenhum registro para escolas de “nível superior”, “Ensino agrônômico”, “Ensino náutico” nem de “Ensino comercial” situada nesse estado, diferentemente do já ocorria noutros estados da região Nordeste.

Alguns escritores atuantes nesse período seriam posteriormente consagrados como grandes “vultos” da “intelectualidade maranhense”, constantemente reivindicados na bibliografia laudatória acerca dos grandes “vultos” desse estado. Munindo-se da escrita como arma, se valeriam dos usos da escrita através de artigos em jornais e da publicação de livros como principais mecanismos de intervenção os grupos aos quais se filiariam em seus embates político-intelectuais. Desde nomes arrolados entre os pioneiros da égide

¹¹² Para uma leitura aprofundada sobre o uso dessa noção, sob a qual se baseia a aplicação neste trabalho, leia Miceli (2001), destacadamente o segundo capítulo “Intelectuais e classe dirigente no Brasil, pp. 69-292”.

¹¹³ Anuário Estatístico Brasileiro, 1908 - 1912, v.1, p. 252.

¹¹⁴ Anuário Estatístico Brasileiro, 1908 - 1912, v.1, p. 261.

¹¹⁵ Anuário Estatístico Brasileiro, 1908 - 1912, v.3, p. 467.

“ateniense” aos “novos” intelectuais que se reivindicariam seus epígonos, todos fariam uso da escrita como principal instrumento de afirmação e disputas. Mas as mudanças em torno dos perfis das elites intelectuais seriam acompanhadas pelas transformações no mercado econômico e do sistema escolar, bem como da criação de uma série de instituições de atuação e consagração intelectual ocorridas na primeira metade do século XX¹¹⁶.

Assim, o processo de *reconfiguração* desse *espaço* de produção editorial incidirá sobre a constituição de noções, práticas e personalidades consagradas que serão reatualizadas a partir dos novos arranjos sociais operados ao longo do século XX, entre elas a figura do “editor”. As dinâmicas de produção tipográfica dos livros passariam a adotar novas formas com as melhorias no maquinário e consequente complexificação das tarefas na produção. Dentre essas mudanças é certamente a criação da Imprensa Oficial do estado que daria início a uma inflexão radical nos modos de produção de livros e reconhecimento dos *papéis* de “editor”.

Lentamente teremos um movimento de transição de uma dinâmica de produção centrada nas “casas tipográficas” para o estabelecimento do estado como principal financiador dessa produção. Nesse passo, os agentes ocupantes dos seus postos de gestão passariam a exercer as funções de *mediação* e acesso a essas novas condições de publicação, cujo intróito fora a criação da Imprensa Oficial, mas que terá o seu ápice pela atuação editorial promovida através do Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado / SIOGE, já na segunda metade desse século. Esse processo será objeto das análises expostas no 3º capítulo deste trabalho.

Os dados apresentados em torno das condições de funcionamento do sistema escolar, cujas mutações se dariam em par com as transformações político-econômicas mais amplas, nos permitem compreender algumas relações entre o processo de complexificação do exercício tipográfico, a aceleração e diversificação da sua produção. Nosso intuito até aqui fora indicar algumas das dimensões sociais que nos serviram para a identificação dos elementos que compõem a

¹¹⁶ A exemplo da Academia Maranhense de Letras (1908)

estrutura social mais ampla desse *espaço* de produção de livros, enfaticamente sobre seu universo escolar, e que, contribuiriam para a composição das condições e modos de atuação através da escrita e dos modos de reconhecimento dos agentes reconhecidos sob os *papéis* de “editor”.

Embora demonstrada essa tautologia entre progresso e decadência como um esquema regionalmente consagrado e ramificado nas narrativas explicativas sobre as mais diversas dimensões da vida social no Maranhão (ALMEIDA, 2008), resta-nos ainda, para os objetivos que orientaram esta tese, compreender as dinâmicas de produção e funcionamento das lógicas sobre as quais ela se impõe como princípio interpretativo.

Tendo em vista as transformações em torno do sistema escolar apontadas nesse capítulo e voltando-nos para o que mais nos importa nesse trabalho, a saber, os condicionantes de produção e exercício dos papéis de “editor” no Maranhão, vejamos no próximo capítulo como se deu o desenvolvimento da produção bibliográfica nesse estado. Considerando ainda a atuação através da escrita e conseqüentemente a produção de “livros” uma atividade que passa a se destacar entre as *estratégias* de afirmação nos âmbitos intelectual e político no Maranhão¹¹⁷, manteremos o foco sobre algumas questões prementes e que necessitam ser melhor compreendidas: por que a produção de “livros” passa a ser um investimento econômica e simbolicamente rentável? Sob que condições se produz a noção de “editor” como uma posição social especializada? Como e em que grau se deu o processo de institucionalização dessa atividade e quais os investimentos realizados pelos agentes em busca de afirmação no exercício desses postos?

¹¹⁷ Para uma leitura aprofundada sobre a relação entre os investimentos na escrita e atuação política de parlamentares no Brasil, leia: GRILL, Igor & REIS, Eliana T. **Elites parlamentares e a dupla arte de representar**: intersecções entre “política” e “cultura” no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

PARTE II

3. DO OFÍCIO NAS “CASAS TIPOGRÁFICAS” AO CONTROLE DAS EDIÇÕES PELA OCUPAÇÃO DE POSTOS ESTATAIS

O Maranhão inicia o seu período republicano (1889) sob a égide da “decadência”. Essa noção, inicialmente estabelecida a partir do âmbito econômico em torno dos “entraves” na produção e expansão da lavoura¹¹⁸ e do “retrocesso” agroexportador enfrentado pela Província em fins do século XIX, se ramificaria por toda a pauta político cultural no estado, ao ponto de ser “consagrada por várias instâncias sociais como intróito mítico e praticamente único legítimo (apesar de variações quanto à sua interpretação) para a compreensão/construção do trajeto sócio econômico do Maranhão, a princípio situada no século XIX se estenderia até aos dias atuais sob novos contornos e sentidos mobilizados.

Nesse processo, os lugares de edição, ainda no início do século XX concentrados entre as poucas tipografias em atividade, continuavam servindo aos intelectuais como locais privilegiados para suas tomadas de posição pela escrita, praticando um duplo jogo de representações entre a política e a literatura. Acionando e investindo aqueles “novos atenienses” num leque diversificado de recursos como a honorabilidade do nome familiar, a ampliação das redes familiares pelos matrimônios, a escrita de cunho literário etc. para manterem-se vinculados aos *grupos* gestores do estado em âmbito “regional” e “nacional”.

Porém, a crescente importância da atuação intelectual através dos livros não iniciaria o século XX acompanhada por um correspondente crescimento do número de edições, a esse decaimento também corresponderia uma diminuição do número de tipografias e livrarias em funcionamento no Maranhão. Como indicado por Hallewell,

¹¹⁸ Para uma percepção mais aprofundada sobre os efeitos ideológicos dessa noção no contexto maranhense, ver Almeida, 2008.

Já em *O mulato* Aluizio Azevedo satirizara as pretensões culturais de São Luís, e quando o jovem Graça Aranha e seu contemporâneo Coelho Netto estavam produzindo, os dias da Atenas brasileira haviam passado há muito, tanto que seus trabalhos foram publicados no Rio de Janeiro e na Europa. Mas mesmo em 1900 a cidade ainda possuía uma biblioteca pública de 19.000 volumes, cinco livrarias e trinta e cinco impressores trabalhando em oito estabelecimentos diferentes, sendo que um deles, o de Teixeira, estava equipado para fazer autotipias (clichês de retícula). (HALLEWELL, 1985, p. 109).

Hallewell se refere à publicação do “O mulato”, de Aluizio Azevedo, feita no início do século XX no Rio de Janeiro como indicação de um período de declínio da produção bibliográfica no Maranhão. Obra consagrada como intróito para o chamado “movimento naturalista” no Brasil. Porém, cabe observar que ela também fora publicada nesse estado, em 1881, através da Typographia do Paiz. A edição carioca saíra apenas em 1889, através da H. Garnier Livreiro Editor. De então, teria seguidas reedições e passaria por diferentes editoras.

Na perspectiva das versões consagradas pelos biógrafos dos escritores maranhenses e produtores da “história da literatura” nesse estado, esse percurso se divide em pelo menos três momentos e suas respectivas classificações literárias, a exemplo das circunscrições fixadas no “Apontamentos de literatura maranhense”¹¹⁹, também retomam e, de certo modo, atualizam as noções de “decadência” e expectativa de retomada de um passado glorioso da sua intelectualidade: 1) “Grupo Maranhense” (1832-1868); 2) “Um vigoroso sopro renovador” (1870-1890); 3) “Os novos atenienses e a regeneração intelectual” (1899-1930). Periodizações que também correspondem a mudanças nos âmbitos político e econômico desse espaço e que incidiriam sobre a composição dos perfis e modalidades de atuação dos “novos” agentes candidatos ao reconhecimento intelectual e que investiam na produção escrita.

No que tange ao que Jomar Moraes denominaria por “primeiro ciclo da literatura maranhense”¹²⁰, se trata de um período circunscrito entre o ano de

¹¹⁹ MORAES, Jomar. **Apontamentos de literatura maranhense**. São Luís: SIOGE, 1978.

¹²⁰ Op. cit. p. 53.

publicação do poema “Hino à tarde” (1832), autoria de Odorico Mendes, e o ano de encerramento das edições do periódico “Semanário maranhense” (1868).

[...] somente a partir desse período o Maranhão passa a ter sua literatura e São Luís, conseqüentemente, inicia uma vida literária considerável. Já agora não são europeus escrevendo memórias e observações sobre a terra e sua gente, mas poetas e prosadores maranhenses produzindo uma literatura que logo se fará digna da admiração nacional pela cultura e talento dos que a produzem. (MORAES, 1978, p. 63).

Sempre com os olhos e investimentos voltados para a capital do Império no Brasil, e posteriormente da República, os “escritores maranhenses” eram consagrados “regionalmente” na medida em que transitavam, e em alguns casos permaneciam entre os círculos de reconhecimento e publicação nacionais. Característica que se remodelaria por pequenas nuances entre os agentes que investiram nos usos da escrita durante esse período.

No tocante às representações estatísticas acerca da produção de livros realizada no Maranhão ao longo do século XX, buscamos inicialmente traçar algumas projeções a partir de materiais diversos, o que não se mostrou uma boa alternativa diante da inconsistência dos dados que aqueles materiais apresentavam. Em grande parte resultantes de processos de seleção social muito diversificado para a listagem das obras (listas presentes em antologias, trabalhos acadêmicos e relatórios bibliográficos dedicados a períodos muito resumidos em relação à abordagem que pretendíamos etc.).

Apesar do importante apanhado realizado por Hallewell (1985), largamente utilizado para essa tese, ele se mostrou insuficiente para verificações mais detalhadas sobre as regiões que não se constituem polo central do seu trabalho (Rio de Janeiro e São Paulo). Não nos permitia, por exemplo, identificar os principais pontos de publicação de “autores maranhenses” dentro e fora do estado, estabelecer periodicidades consistentes sobre o volume de publicações no estado, as diferenciações entre instituições privadas e públicas etc. Assim, diante de condições tão esparsas dos registros de publicações de livros no contexto “maranhense”, optamos pelo uso dos relatórios elaborados por instituições

dedicadas à aglutinação e disposição das obras ao acesso público (cujas condições de acesso vêm sendo também objeto de reflexão ao longo desse trabalho), a saber, o Gabinete Português de Leitura e a Biblioteca Pública Benedito Leite.

No Maranhão do século XIX, a prática de produção de catálogos das publicações não era - nem chegaria a ser - um artefato de lutas concorrenciais e espaços disputados para a consagração dos editores e escritores, tal como ocorria na França desde o período germinal do seu campo editorial¹²¹ e que no Brasil se iniciaria somente em período bastante avançado, ensejando as disputas intelectuais e a gênese do campo editorial brasileiro que, segundo Sorá (2010), se estabeleceria durante a década de 1930. Mesmo com a concentração da sua produção e das condições de consagração nacional centradas basicamente nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e, em menor grau, Rio Grande do Sul, os princípios estruturantes se estenderiam na forma de “cultura nacional” por todos os espaços “regionais” de produção editorial.

As observações feitas por Hallewell acerca do final do século XIX, tomando referência a publicação d’*“O mulato”*, de Aluízio Azevedo, e o fim dos “dias de Atenas”, coadunam marcos narrativos de um período de transição repetidamente reiterado e que se transformou em lugar comum reivindicado por parte da produção historiográfica “local”, em casos mais recentes retomando o próprio Hallewell como referência maior, se constitui uma espécie de circularidade argumentativa em torno dos períodos de maior atuação e decadência da produção intelectual no Maranhão, reatualizando esquemas interpretativos frigidificados em torno do semelhante movimento (auto)explicativo acerca do ápice e decadência do Maranhão com base no declínio da sua economia agroexportadora.

Pela investigação dos marcos narrativos produzidos entre o final do século XIX e meados do século XX em torno da produção bibliográfica nesse estado, submetidos a verificações conjugadas aos dados estatísticos que vimos produzindo, veremos que não se tratam de meras ondulações dessa produção bibliográfica e atuação literária, mas de fases de adaptações sociais referentes a um

¹²¹ Para uma leitura mais aprofundada sobre esse processo, leia Mollier (1999).

processo mais amplo de *reconfiguração* dos princípios adjacentes à atuação e lógicas de reconhecimento social, refletidos nas mudanças das modalidades de atuação escrita e publicação de livros.

Em seu aspecto mais evidente, as “casas tipográficas” seriam paulatinamente substituídas pelas instâncias estatais. Inflexão que abarca uma série de mutações em torno das condições de atuação pela escrita e constituição dos papéis de editor. Como vimos, ao longo do século XIX as possibilidades de ampliação e qualificação técnica na produção de livros seriam propiciadas pelos investimentos dos cofres públicos em pagamento pelos serviços de impressão e publicação dos seus atos administrativos.

Com a fundação da Imprensa Oficial, tais funções seriam transferidas para esse órgão, o que também estancaria essa saída de recursos públicos para as “casas tipográficas”. Essa nova instituição, a princípio encarregada exclusivamente pela impressão e publicação de documentos oficiais, passaria progressivamente a estender suas atividades para a publicação de livros e exercer, a partir dos anos 1960, um quase monopólio da produção bibliográfica nesse estado. Fosse diretamente, através de programas próprios voltados especificamente para a produção de livros, fosse cedendo seus parques gráficos para a confecção dos mesmos, o estado passava a concentrar as condições de publicação através desse órgão.

Conjuntamente a essa transição, objetivada por importantes mudanças nas condições de acesso a esses novos *lugares* de edição, bem como nas lógicas de constituição e reconhecimento dos *papéis* de editor, verifica-se ainda uma série de permanências no *modus operandi* entre essas mutações. Embora passassem a ser mediadas por critérios institucionais elaborados e instituídos no âmbito do estado, tratar-se-iam ainda de relações fortemente personalizadas, donde os *ritos* institucionais passariam a atuar como meros instrumentos de eufemização da força simbólica que a *reciprocidade* continuava a exercer. É em torno dessas mutações que incidiriam sobre a constituição de “novos” modos de atuação escrita, de produção editorial e as redefinições em torno dos modos de reconhecimento dos *papéis* de editor que nos dedicaremos nesse capítulo.

3.1. A dependência da edição no estado independente

Sob os efeitos da chamada “a abertura dos portos”, o advento da “liberdade de imprensa”¹²² e a progressiva demanda por impressos decorrentes desses eventos, os tipógrafos passavam também a requerer, e em certo grau depender, dos investimentos da Província que propiciariam as condições necessárias para os melhoramentos maquinários, a complexificação das atividades pelo emprego de auxiliares (em muitos casos pela compra de pessoas escravizadas e inserção de crianças nessas atividades) e a conseqüente ampliação e diversificação da produção de livros no Maranhão.

Ainda na primeira metade do século XIX, quando se observa as primeiras iniciativas do governo provincial para a fomento das impressões, os custos ficavam exclusivamente a cargo dos empreendimentos tipográficos privados, como vimos no capítulo 2 deste trabalho. A busca pela primazia no recebimento dessas prebendas constituía verdadeiros embates, que implicavam no envolvimento direto dos tipógrafos nos pleitos pelo exercício dos postos político eletivos ou nas suas inscrições em *grupos* de intelectuais que disputavam tais pleitos. Dimensões que serão demonstradas mais demoradamente no capítulo 4 deste trabalho. Tais disputas teriam lugar de destaque nas dinâmicas tipográficas do Maranhão por quase toda a segunda metade do século XIX e interfeririam fortemente nas *estratégias* de investimento e lógicas de reconhecimento dos tipógrafos.

A partir de 1889, declarada a famigerada “adesão” à independência, com o Maranhão sob novo Regime político, as iniciativas em torno da produção de livros transitarium das casas tipográficas para as instâncias públicas de fomento e/ou produção gráfica. A fundação da Imprensa Oficial do Maranhão em 1900¹²³, promovida pelo então 1º vice-governador do estado Cel. Alexandre Collares

¹²² Que funcionava sob os ditames da Real Mesa Censória Portuguesa (1808-1822).

¹²³ A Imprensa Oficial do Maranhão fora instituída a partir da lei nº estadual 245.

Moreira¹²⁴ em exercício na suprema magistratura¹²⁵, e sancionada pelo então governador Benedito Leite, representaria esse marco. Posteriormente, esse órgão daria origem ao Diário Oficial do Estado do Maranhão¹²⁶, destinado à publicação dos atos diários executados ou promulgados pelos poderes públicos estaduais, fazendo circular o seu primeiro número somente em 1º de janeiro de 1906.

Cerca de quatro décadas depois, em 1947, esses órgãos dariam ensejo à criação do Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado (SIOGE). Porém, somente em fins da década de 1960 esse órgão se estabeleceria como a principal instituição produtora das obras dos escritores maranhenses. Esse encadeamento (crono)lógico fora cristalizado através das narrativas sobre os encaminhamentos governamentais posteriores à “idade de ouro” (ALMEIDA, 2008) da produção tipográfica no Maranhão, reproduzidos a esmo por uma série de trabalhos dedicados à retomada dessa “memória da indústria gráfica”¹²⁷ ou da produção de livros no estado. Também sobre tais dimensões o tom de *decadência* como princípio explicativo se espraiava, nesse caso, com vistas àquele passado glorioso da sua intelectualidade, alegoria de um futuro a se concretizar. A atualização desse discurso também se constitui em argumento autoevidente para ressuscitarem a áurea “ateniense” então moribunda na parca produção literária comparada à de antanho.

Se para os tipógrafos a publicação dos atos oficiais da Província era buscada como arrimo econômico para a concretização dos anseios de investimentos na “arte tipográfica” - o que lhes possibilitaria extrapolar o atendimento das demandas vulgarizadas de impressos e diversificar o seu trabalho tipográfico

¹²⁴ Nascido no município de Codó-MA (1849-1917). Exerceu diversos mandatos eletivos pelo Maranhão: sendo Deputado Provincial (1874-1879), Deputado Provincial (1889), Vereador (1890-1892), Intendente (1897-1900), Vereador (1903), Senador (1909-1909).

¹²⁵ Diário Oficial, 19 de março de 1935.

¹²⁶ Criado pelo Decreto nº 57 de 1905.

¹²⁷ FERNANDES, José. **Apontamentos para a história da indústria gráfica no Maranhão**. São Luís, Gráfica Minerva, 2015; MARANHÃO. Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado. **História da Imprensa Oficial no Maranhão**. São Luís, 1983. Dentre uma diversificada gama de trabalhos de cunho historiográfico que acionam comumente os mesmos marcos temporais acerca da produção gráfica nesse estado.

entre a produção de periódicos e as obras simbolicamente mais rentáveis em vias de multiplicação devido aos anseios de publicação cultivados pelo “grupo maranhense” -, com o monopólio das condições de produção e publicação de livros a cargo das instâncias públicas os postos criados para a atuação em tais funções passariam a ser perseguidos por agentes que encontrariam nesses cargos medianos da política as condições para administrarem contatos privilegiados com as camadas dominantes no âmbito da política e da cultura: agentes que atuariam como “homens duplos”, entre as definições da política e as afinidades culturais.

Em período posterior, acerca dos ocupantes dos postos públicos vinculados à impressão dos atos oficiais inaugurados com a criação da Imprensa Oficial, o grau de dependência do estado para o acesso às condições de impressão de livros não se estabelecerão por vias muito diferentes. Exceto pelo eufemismo exercido através dos ritos institucionais e pela ausência de ganhos econômicos pessoais gerados diretamente pela venda dos livros editados, a manutenção desses postos exigiria um dispêndio notável de esforços para a administração dos laços pessoais e reciprocidades que lhes garantiriam esse acesso e sustentariam a sua permanência.

Retomando a importância econômica das impressões dos atos administrativos da Província pelos tipógrafos, vejamos a transcrição de um informe em jornal sobre uma “ordem de pagamento” direcionado ao tipógrafo José Maria Correa de Frias:

Ao inspetor do thesouro publico provincial. A' vista do que informa Vmc. em seu officio, n. 263, de 26 do corrente, mande pagar a José Maria Corrêa de Frias a quantia de **quinhentos e oito mil seiscientos e doze reis**, constante da conta annexa ao requerimento, que devolvo, pela impressão e papel da coleção de leis provinciaes do corrente anno. (O PUBLICADOR MARANHENSE. Anno XX, nº 298, São Luís, 1861). Grifo nosso.

Com essa quantia, segundo os gastos com todas as etapas e materiais empregados no trabalho de impressão, se poderia produzir, por exemplo, uma tiragem com cerca de 11.500 exemplares em formato 4º com volumes de até 496

páginas¹²⁸. As variações dos preços relacionados ao volume e formatos dos livros, bem como os valores sobre gastos e possíveis lucros com a sua venda podem ser observados na tabela de preços produzida pelo próprio José Maria Corrêa de Frias (vide tabela 03 acima).

Percebe-se pela referida tabela que tanto menor o formato do livro a ser impresso, menores seriam os seus custos com tiragens e conseqüentemente do seu valor unitário, alterações que se estenderiam ainda aos respectivos preços sobre o acréscimo de páginas, exemplares etc. Essas diferenças em torno da materialidade dos livros e a transição que se verifica na crescente preferência das demandas por formatos cada vez menores (8º), guarda importantes indícios sobre as tensões entre as condições de impressão e publicação dos livros e os anseios pelas possibilidades de usos *estratégicos* da escrita, o que incidiria fortemente sobre as lógicas de constituição do papel de editor, personificado pelos tipógrafos, como figuras importantes na arte de convergir esses anseios intelectuais em artefatos.

Com formatos menores cada folha de papel poderia gerar um número maior de páginas, a preços mais acessíveis e possibilitando progressivamente um duplo deslocamento acerca dos usos dos livros, entre os espaços de aglutinação e consumo e entre os perfis de usuários: dos gabinetes e bibliotecas como espaços de leituras privilegiados, cujos critérios de acesso selecionava um punhado muito restrito de usuários (como veremos mais detidamente no capítulo 4), para os usos pessoais no ambiente privado daquele que passavam a poder adquirir os livros em menor preço, propiciando ainda a incipiente especialização de um mercado livreiro. Sobre essa perspectiva, por exemplo, Febvre e Martin indicam algumas das condições de mudanças acerca de determinados formatos de livros na Europa do século XVI:

¹²⁸ Como o próprio Frias observa, “deve entender-se por folha de impressão cada 8 páginas sendo em 4º, ou 16 sendo em 8º. Quaisquer páginas que não chegarem a esses números são contadas como folha completa.

Contudo, graças à tipografia e à multiplicação dos textos, o livro cessa de ser visto como um objeto precioso que se consulta numa biblioteca: deseja-se cada vez mais poder levá-lo consigo e transportá-lo como facilidade a fim de consultá-lo ou lê-lo em toda parte e a qualquer hora. É daí que se origina o sucesso cada vez maior, na primeira metade do século XVI, dos “formatos portáteis” - numa época, aliás, em que os clérigos, os estudiosos e os grandes senhores cessam cada vez mais de serem os únicos a se interessarem pelos livros, em que muitos burgueses organizam uma biblioteca para si mesmos. (FEBVRE & MARTIN, 2017, p. 158-159).

No contexto maranhense, tais variações seriam devidas principalmente à problemática do acesso ao papel. Frias, a despeito do seu esmero em apresentar detalhadamente os gastos necessários ao exercício tipográfico no seu “Memória sobre a tipografia maranhense”, sequer menciona os valores pagos aos seus empregados. Outra observação importante se refere ao destaque dado por Frias para a produção específica de livros. Todos os seus exemplos referentes aos avanços tipográficos tomam os livros por exemplo, enfaticamente os produzidos por ele e o seu “colega adversário” Belarmino de Matos, assim como suas reivindicações acerca dos investimentos públicos para a melhoria dos seus serviços. O que nos reporta à importância e aos investimentos realizados por esses agentes na produção desse tipo de artefato durante a segunda metade do século XIX. De modo resumido, Frias apresenta também os cálculos para a composição do preço unitário, tomando a confecção de um livro de poesias para exemplo:

O livro que se quer imprimir custa 866 reis e tem 62 folhas: queremos papel melhor que custa 15\$000 a resma, mais 3\$000 que o comum, dividiremos 3\$000 reis, excesso do custo de papel, por 2:000 folhas da resma, custará mais cada folha 11/2 real, que multiplicando por 62 folhas que tem o livro dá 93 reis, os quaes reunidos aos 866, custo do livro, elevará este a 979 reis. (FRIAS, 1866, p. 32).

Cabe ainda lembrar que a contratação de jornais para a publicação dos atos oficiais da Província já havia sido de prática corrente. Porém, com o desaparecimento d'O conciliador do Maranhão¹²⁹ o governo provincial perderia a

¹²⁹ Primeiro periódico maranhense, inicialmente manuscrito (1821), passou a ser impresso em 1823 e fora editado até o mês de julho desse ano, através de uma tipografia importada de Portugal pelo então governador Bernardo da Silveira. Nesse ínterim abreviaria o seu nome para “O conciliador”.

sua “folha oficial”, passando a utilizar espaços de outros periódicos para a divulgação dos seus atos, assim ocorrera seguidamente com os jornais “A folha medicinal”, “O amigo do homem”, “O semanário oficial” e o “Publicador oficial”, estes dois últimos retomam o lugar de periódicos oficiais da Província. A partir de 1842, através de contrato estabelecido com o jornal “O Publicador Maranhense”¹³⁰, de propriedade de Inácio José Ferreira e redigido por João Francisco Lisboa, a Província conservaria a publicação dos seus atos administrativos em jornais de propriedade privada. Esse vínculo contratual perduraria até o fim da circulação desse periódico, posteriormente passando tais incumbências contratuais a serem exercidas pelo jornal “O Diário do Maranhão”, iniciada em 1873, já tendo por proprietário a José Maria Corrêa de Frias. Quanto mais esse órgão se burocratizava, ao ponto de se tornar uma “autarquia”¹³¹ - donde se originaria o SIOGE -, mais os ocupantes das suas funções de direção precisariam despender esforços para administrarem seus cargos.

Do cumprimento das demandas de publicações oficiais à promoção de edições comemorativas referentes a “personagens ilustres” da política e intelectualidade maranhenses bem como das suas respectivas obras, essa instância pública teria na construção do parque gráfico do SIOGE o ápice do monopólio estatal das condições de produção bibliográfica no Maranhão. Nesse passo as relações de interdependências pessoais como chave de acesso aos seus postos de direção se dariam num movimento proporcional ao seu processo de institucionalização.

¹³⁰ Sabemos o ano da sua fundação em 1842, mas desconhecemos ainda o seu período de funcionamento. Porém, as críticas feitas acerca do seu proprietário, o Sr. Ignácio José Ferrera, por J. M. C. Frias (no seu Memória sobre a tipografia maranhense, 1866) acerca do seu monopólio das impressões dos atos administrativos, nos levam a crer que seu funcionamento se estendeu, pelo menos, até o ano de 1866. Quiçá até 1873, quando a impressão desses atos passam à responsabilidade d’O diário do Maranhão”.

¹³¹ Lei n. 45, de 19 de dezembro de 1947: “Institui, com personalidade própria, de natureza técnica e autárquica, o Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado do Maranhão e dá outras providências”. Esse órgão seria extinto no ano seguinte através da Lei n. 173, de 05 de novembro de 1948. Ambas promulgadas pelo Governador Sebastião Archer da Silva (1947-1951). Apenas dez anos depois ele seria novamente instituído como Autarquia, através da Lei n. 1701, de 31 dezembro de 1958, promulgada pelo Governador José de Matos Carvalho (1957-1961).

À medida que se complexificavam suas atividades, se ampliava a “zona de incerteza” em torno do *dom* de editar, com isso a necessidade crescente de maior prestação de favores para a manutenção dos postos alcançados na sua burocracia. Com vistas a essas verificações, as condições de atuação e reconhecimento dos agentes editores foi pensado por nós em correlação ao *estado* de *reconfiguração* daquele *espaço* de produção editorial em vigor. Em outros termos, a partir das mutações verificadas nas condições e *estratégias* de atuação possíveis naquela nova configuração que se estabelecia em meados do século XX. Desse modo, esse universo que flutuava entre as instâncias públicas e o comércio de livros não era regido nem pelas regras estatais, nem pelas regras de mercado. Era o *dom* que se estabelecia como forma de constituição de identidades. Assim, o ato de “editar” e os *papéis* do editor se constituía ao mesmo tempo em oferta e demanda por reconhecimento, regidos por lógicas instituídas pelo princípio da livre obrigação de reciprocidade.

Cabe ainda observar que mesmo quando não concentrava as atividades diretamente relacionadas à produção de livros, exercida esporadicamente por alguma editora de direito privado, o financiamento público se fazia quase sempre presente na forma de custeio da produção. Nesses casos as possibilidades de publicação através desses órgãos poderiam ser fomentadas por editais públicos, concursos, co-participação etc. Mas estes postos aparentemente dominantes transferiam em suas prebendas o peso da dívida, posto que em sua grande maioria estariam diretamente vinculados aos laços e reciprocidades estabelecidas entre os candidatos ao reconhecimento intelectual e os agentes ocupantes daqueles cargos culturais estratégicos no âmbito da política.

Algumas características componentes dos perfis sociais dos agentes que passavam a ocupar os cargos de direção do então Diário Oficial podem ser melhor verificadas através do quadro abaixo. Inseridos em seus respectivos períodos de exercício que nesse vão desde o início do seu funcionamento, quando é lançada a primeira edição do Diário Oficial, até o período de eclosão da chamada “Revolução de 1930”, cujas transformações operadas no âmbito da política nacional incidiriam também fortemente nas alocações e posicionamentos político

culturais no Maranhão. A partir dele podemos observar alguns indícios sobre a atuação política desses agentes e suas vinculações aos círculos culturais demonstradas pelos seus pertencimentos a instituições de consagração intelectual e movimentos culturais.

TABELA 13 - Diretores da Imprensa Oficial (1906-1926)

Diretores	Períodos de direção	Cargos eletivos	Outros cargos públicos	Instituições de consagração
Máximo Martins Ferreira Sobrinho	1906, 1918.	- Dep. Fed. (1934-1935). - Suplente de deputado à Assembléia Nacional Constituinte.		
Domingos Quadros Barbosa Álvares	1908, 1912, 1913.	- Dep. Fed. (1921-1923, 1924-1926, 1927-1929; 1929-1930).	- Secretário Geral do Estado (1906-1910).	- AML.
Arthur Paraíso	1909, 1922.			
Benjamin de Mello	1913.			
José Ribeiro do Amaral	1913.		- Diretor do Liceu Maranhense (1896; 1910-1913).	- AML. - IHGB. - IHGM.
Theodoro Bernardino Rosa	1917, 1923.			
Raimundo Corrêa de Araujo	1918.		- Diretor da Biblioteca Pública do Estado (1930-1942; 1945-1947).	- AML. - Oficina dos Novos.
Fabiano Vieira da Silva	1919.			
Constâncio Clovis de Carvalho	1926.			
Alcides Jansen Serra Lima Pereira	1926.	- Prefeito de São Luís (1933).	- Membro do Conselho Administrativo do Maranhão (1947).	

Fonte: Repertórios biográficos produzidos pelo autor

No intervalo de 20 anos indicado pelo quadro, a Imprensa Oficial passaria por 15 eleições para o seu cargo de diretor. Em alguns casos com mais de uma mudança por ano, (em 1913, p. ex.). No entanto, com 11 nomes transitando por essa função, o implica na repetição de alguns casos no exercício dessa função. Aqueles que acumularam maior tempo de exercício na direção desse órgão são os mesmos que exerceram mandatos eletivos, como Deputados Federais e prefeito. Observe-se ainda que o exercício dos seus mandatos eletivos se iniciam após a

ocupação dos cargos de direção da Imprensa Oficial e permeiam o início da década de 1930. Dois deles se destacam também, segundo as proposições do quadro em questão, pelo exercício de cargos públicos comissionados.

Nessa leva dos primeiros diretores da Imprensa Oficial, três nomes figuram entre os membros fundadores da AML. José Ribeiro do Amaral¹³², nascido em São Luís (1853) e falecido na mesma cidade (1927), foi fundador da Cadeira 11, tendo a João Francisco Lisboa por patrono. Também fora o seu primeiro presidente, ocupando esse posto por 19 anos consecutivos (1908-1927). Semelhantemente participou da fundação do IHGM (1925) e foi membro do IHGB. Nomeado duas vezes ao cargo de diretor do Liceu Maranhense, onde também era catedrático de História e Geografia. Seu primeiro livro datado fora “O estado do Maranhão em 1896”, editado pela tipografia do Frias (1897).

Reconhecido por sua atuação como professor e um dos responsáveis pela transferência da Biblioteca Pública para o prédio da Rua da Paz, centro de São Luís, onde posteriormente se fixaria a AML. Tem copiosa produção de livros historiográficos sobre o Maranhão e Belém, além de textos esparsos e publicações de cunho didático. Através da Imprensa Oficial publicaria também o seu livro “Limites do Maranhão com o Piauí ou a questão da Tutóia” (1919).

Raimundo Corrêa de Araújo, por sua vez, fora o fundador (complementar) da Cadeira 16, cujo patrono seria Raimundo da Mota Correia. Nascido em Pedreiras (1885), donde herdara o nome e as posses dos familiares “enriquecidos da terra”, e falecera em São Luís (1951). Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela antiga Faculdade de Direito do Maranhão. Exercera a função de Lente de Sociologia e de História Universal no Liceu Maranhense. Estreou na literatura com o livro de poesias “Harpas de fogo”. Fora também titular da Cadeira 22 da Academia dos Novos, patroneada por Marques Rodrigues. Esse agente é também

¹³² Colaborou ativamente com o Diário do Maranhão. No período de 1911 a 1912 publicou diversos trabalhos através desse órgão, sob o título geral de Maranhão Histórico. Recentemente esses textos foram coligidos pelo escritor Luiz de Mello, resultando no livro **O Maranhão histórico** (2003), publicado pelo Instituto Geia.

comumente inserido na lista de escritores que se destacaram no “cenário intelectual nacional”

Muitos eram os maranhenses a fulgir no cenário nacional, nos mais distintos ramos do conhecimento. [...] Assim, Artur e Aluizio Azevedo, Coelho Netto, Humberto de Campos, Viriato Correa, Nina Rodrigues, Dunshee de Abranches, Graça Aranha, Raimundo Correa, Almeida Nunes, Mendes Pereira e tantos outros, [...] maranhenses de projeção nacional que, de um modo ou de outro, serviam de espelho para tentativas de renascimento cultural encabeçadas pelo *frutos selvagens*¹³³, que se irmanavam, em São Luís, na ambiência insulada e distante dos roteiros de chancela de reconhecimento nacional. (MARTINS, 2002, p. 93. Grifo do autor).

Por fim, Domingos Barbosa. O único dentre eles a acumular em seu perfil construído as dimensões de direção desse órgão (também foi o que obtivera maior número de nomeações), exercício de cargo eletivo, como Deputado Federal, e burocrático, como Secretário Geral durante o governo estadual de Benedito Leite, além do pertencimento a instituições de consagração fundador da Cadeira 02 da AML, tendo Aluizio Azevedo por patrono. Nascido no Município de São Bento (1880), viera a falecer no Rio de Janeiro (1945). Além da AML foi também um dos fundadores da Federação das Academias de Letras do Brasil. Atuou em diversos jornais, dentre eles “A pacotilha”, “Revista do Norte” e “Atenas”, todos situados no Maranhão. Estreou na literatura com o livro “Gonçalves Dias, *in polianteia*” (1904). Através da Imprensa Oficial do estado publicaria “As cruzadas: conferências” (1909), “Silhuetas” (1911) e “Contos da minha terra” (1911), e pela Imprensa Nacional publicaria “A Tocantina” (1923). Esse agente é um dos destaques do livro “História da Imprensa Oficial no Maranhão (1983)”. Único dentre os diretores homenageados situados no período que antecede a alçada desse órgão ao caráter de autarquia (1946).

¹³³ Refere-se ao livro homônimo de Inácio Xavier de Carvalho, publicado em São Luís (1894). Fundador da Cadeira 09 da AML, que tem a Gonçalves Dias por patrono. Posteriormente, com a ampliação do número de Cadeiras dessa instituição para 40 (inicialmente eram 12), fora tornado patrono da Cadeira 37. Junto a Antonio Lobo e Fran Paxeco foi um dos fundadores da Oficina dos Novos, “movimento de renovação literária” do Maranhão. A publicação de “Frutos selvagens”, seu livro de estréia, é constantemente ressaltada como um marco que denunciaria o início do “ciclo decadentista” da “literatura maranhense”.

Domingos Quadros Barbosa Álvares destacou-se no campo das letras maranhense devido sua impressionante versatilidade. Além de exercer cargos de relevância na administração de seu estado foi poeta, jornalista, contista e tribuno, tendo representado o Maranhão na Câmara Federal durante o período de 1922 e 1930. Figura muito estimada em sua época, desfrutou de notável popularidade entre os seus contemporâneos, sem distinção de classe social. Foi um dos primeiros diretores-escritor da Imprensa Oficial, onde teve oportunidade de introduzir reformas básicas e inovadoras no **Diário Oficial**, passando este a ter caráter político, literário, crítico e noticioso, e aplicando também métodos modernos de trabalho, o que lhe valeu sólido prestígio. (Grifo do original).

Como se vê muitos desses agentes que ocupariam os cargos de direção da Imprensa Oficial, que ascendia como principal espaço de publicação da literatura maranhense, compunham os quadros epígonos da insígnia de “geração” consagrada como os “novos atenienses”. Como observa Jomar Moraes, “o que une a geração destes autores que escreveram e publicaram durante os primeiros trinta anos do século XX é a vontade de estabelecer uma ação regeneradora diante de uma decadência literária visível em terras maranhenses (MORAES, 1977, p. 203)”.

Os investimentos pela escrita realizados pelos agentes em destaque podem ser melhor observados a partir das listagens abaixo, com indicações das suas “principais obras” e respectivos locais de publicação.

Domingos Quadros	José Ribeiro do Amaral	Raimundo Correa
<ul style="list-style-type: none"> • Gonçalves Dias, in Polianteia. São Luís, 1904. • Mosaicos, contos. Maranhão: Tip. Teixeira, 1908. • As Cruzadas, conferência. Maranhão: Imp. Oficial, 1909. • O dominó vermelho, Maranhão: L. Carvalho & C., 1909. • Silhuetas. Maranhão: Imp. Oficial. 1911. • Contos da minha terra. Maranhão, Imp. Oficial, 1911. • A Tocantina. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1923. • O Muro Maranhense, in Folha do Norte. Belém, março de 1934. • A Vida de Aluísio Azevedo, in Jornal do Comércio Rio de Janeiro, ed. de 11-4-1937. • Os Irmãos Azevedo (Artur, Aluísio e Américo), in Conferências. Rio de Janeiro, F. Brigueit & Cia., 1939. 	<ul style="list-style-type: none"> • O conde d'Escragnole. Rio de Janeiro: Livraria J. Leite, s/d. • O Estado do Maranhão. São Luís: Tipografia do Frias, 1879. • Apontamentos para a história da Revolução da Balaiada na Província do Maranhão. Primeira Parte, 1837-1839. São Luís: Tipografia a vapor da Alfaiataria Teixeira, 1898. • Apontamentos para a história da Revolução da Balaiada na Província do Maranhão. Segunda Parte, 1839-1840. São Luís: Tipografia Teixeira, 1900. • Apontamentos para a história da Revolução da Balaiada na Província do Maranhão. Terceira e Última Parte, 1840-1841. São Luís: Tipogravura Teixeira, 1912. • A fundação de Belém; ligeira resposta ao estudo histórico do Sr. Cândido Costa. reivindicação histórica. São Luís: J. Pires, 1916; • Limites do Maranhão com o Piauí ou a questão da Tutóia. São Luís: Imprensa Oficial, 1919. • As revoluções do Segundo Império e a obra pacificadora de Caxias. São Luís: Tipogravura Teixeira, 1922. • Efemérides maranhenses, 1ª parte – Tempos Coloniais. São Luís: Tipogravura Teixeira, 1923. • Publicados postumamente: O Maranhão histórico. São Luís: Instituto Geia, 2003 (coletânea de artigos históricos originalmente publicados no Diário Oficial do Estado entre 1911 e 1912. • Fundação de Belém do Pará; jornada de Francisco Caldeira de Castelo Branco. Brasília: Senado Federal, 2004. 	<ul style="list-style-type: none"> • Harpas de Fogo (1903). • Evangelho do Moço. São Luís: Tipografia de Ramos d'Almeida, 1906. • Pela Pátria (1908). • Ode a Rui Barbosa (1918). • O Canto da Cigarra (1946). • Publicado postumamente: Acrópole. São Luís: Ed. da Academia Maranhense de Letras, 1960.

Fonte: Repertórios biográficos produzidos pelo autor.

Tais casos se mostram também interessantes por representarem uma forte característica em transição no âmbito das atividades exercidas pelos agentes que exerceram os *papéis* de “editor” (a partir da fundação da Imprensa Nacional as

funções e reconhecimentos de editor passavam a se confundir entre as incumbências dos seus diretores) nesse estado: o acúmulo entre o exercício desse posto público e os autoinvestimentos na atuação literária pela publicação de livros. Também é desse período, mais especificamente no ano de 1914, a autorização promovida pelo então Governador do estado Luís Domingues para que se publicassem no Diário Oficial, além dos atos oficiais, artigos políticos, literários e científicos¹³⁴. A partir dessas mudanças o próprio Diário Oficial passaria a uma feição que combinaria os informes oficiais e os conteúdos comuns aos demais periódicos.

A imprensa do estado, com a mudança para o prédio que lhe construí, tirei ao Diário Oficial a serventia de mero registrador dos actos publicos, para lhe dar a feição e circulação dos jornaes diários, pelo interesse da leitura. [...] E ainda porque, n'essa nova feição, o Diário tem receita propria no maior numero de publicações pagas e no augmento da circulação, exactamente pelo interesse da leitura.¹³⁵

Assim, a criação da Imprensa Oficial do Maranhão (1900)¹³⁶, realizada ainda sob o vácuo das mudanças instauradas com a implantação do regime republicano, demarcaria a um passo o início dos investimentos estatais para a publicação dos atos dos Poderes Públicos estaduais e do monopólio progressivo acerca das novas condições de investimentos pela escrita no Maranhão, destacadamente acerca da publicação de livros. Fundada sob o objetivo de “informar ao público dos seus fatos diários”, função até então cumprida de modo oficial por alguns jornais correntes e de pertencimento privado¹³⁷, como vimos. Contudo, as atividades desse órgão não se restringiriam às ditas publicações oficiais. Desde o seu nascedouro, esse órgão funcionaria como importante espaço de atuação também “literária”.

¹³⁴ D. O. 05 de fevereiro de 1914.

¹³⁵ *Ibidem*, op. cit.

¹³⁶ Circulando o seu primeiro número apenas em 1º de janeiro de 1906 (D.O. de 19.03.1935).

¹³⁷ Entre os que cumpriam essa função, identificamos: O Conciliador do Maranhão; A Folha Medicinal; O Amigo do Homem; O Semanário Oficial; Publicador Oficial; Novo Brasil e o Diário do Maranhão.

[...] segundo Antonio Lopes, o órgão oficial passou a ser o jornal político, literário, crítico e noticioso em 1908, sob a direção de Domingos Barbosa e de 01.07 a 09.09.1931, quando pela primeira vez, Joaquim Vieira da Luz foi diretor da Imprensa Oficial (CARNEIRO Filho *et. al.*, 1983, p. 53).

A partir de 1912, sob a direção de Domingos Barbosa, a Imprensa Oficial passaria também a publicar números destinados à homenagem de personalidades destacadas na política e cultura “local”. A primeira dessas “edições especiais”¹³⁸ é dedicada ao então Governador Luiz Domingues (1910-1914) e a segunda¹³⁹ ao Lord Cochrane¹⁴⁰, enfatizando o seu papel político no processo de “independência do Maranhão”. Essas edições especiais seriam interrompidas na década seguinte e retomadas somente em fins da década de 1930, passando a ser publicadas com intervalos intermitentes. Seus números seguintes foram dedicados a nomes proeminentes na atuação política e literária do estado: Epitácio Cafeteira (1939), Gonçalves Dias (1984), Corrêa de Araujo (1985), Nauro Machado (1985), Humberto de Campos (1986), ao SIOGE (1986), Aluizio Azevedo (1987) e a José Sarney (s.d.). Outras dessas edições especiais foram alusivas a datas comemorativas aos professores (1984), à cidade de São Luís (1984) e ao dia das crianças (1985).

Já em 1912 o Diário Oficial passaria a publicar entre os informes dos atos administrativos do estado várias publicações de artigos de cunho político e literário¹⁴¹, versando sobre os contextos “estadual” e “nacional”. Pouco depois se veria os registros dos primeiros livros editados e impressos por aquele órgão, entre eles, “No paiz do direito” (1914), de Godofredo Mendes Viana e “A língua portuguesa: dificuldades e dúvidas” (1915), do Conselheiro Felipe Franco Sá, prática que se tornaria cada vez mais intensa, principalmente a partir de 1958,

¹³⁸ D.O. de 11.06.1912

¹³⁹ D.O. de 28.07.1913.

¹⁴⁰ Thomas Alexander Cochrane. Nasceu 1775 na cidade de Annsfield, Escócia, faleceu em Londres, no ano de 1860. 10o Conde de Dundonald e marquês do Maranhão, título que efetivamente recebeu de D. Pedro I a 25 de novembro de 1823, em recompensa pelos “bons serviços prestados” na Bahia e no Maranhão.

¹⁴¹ Nos primeiros anos grande parte deles trazem as assinaturas de Frederico Figueira, Astolfo Marques e Ribeiro do Amaral. Todos pertencentes à AML.

após a reestruturação desse órgão promovida pelo Governador José de Matos Carvalho através da reinstituição da sua “personalidade autárquica”.

Entre mudanças de direção, dos formatos das edições, de regimes jurídicos e oscilações dos proventos e recursos de manutenção, a Imprensa Oficial e o seu respectivo Diário chegavam à década de 1930 sob um misto de correntes declarações de um parque gráfico em “defasagem tecnológica”, bem adequada à já espalhada noção de “decadência”, e sua ascendente importância como veículo de propagação política e cultural.

Tomado o poder pela Aliança Liberal, com a chamada Revolução de 1930, o Maranhão seguiria sua marcha sob a interventoria do Major Luso Torres, anunciada pela Imprensa Oficial com o título “O novo governo”¹⁴², em substituição à Junta Governativa Revolucionária. Logo em seguida, assumiria a sua Interventoria¹⁴³ o Pe. Astolfo Serra¹⁴⁴. Nesse passo, o Diário Oficial - mantendo ainda em suas colunas de destaque informações econômicas, educacionais e literárias - funcionaria cada vez mais um órgão dedicado à propagação dos “interesses da Revolução”. Como exemplifica o trecho abaixo:

¹⁴² D.O. 16.04.1930.

¹⁴³ D.O. 08.01.1931.

¹⁴⁴ Membro e ex-presidente da AML, ex-diretor da Imprensa Oficial, por onde publicou o seu livro de poesias **A Gleba que canta** (1927).

Do gabinete do Interventor Federal recebemos a seguinte nota para publicar:

Não é verdade que o Governo do Estado tenha resolvido reformar, ou reorganizar a Imprensa Oficial. O que está determinado é que de 1º de julho vindouro o Diário Oficial, órgão da Imprensa Oficial, terá novo aspecto material e nova orientação, como o que corresponderá não somente aos interesses do Estado, como também aos dos princípios vitoriosos da Revolução, ainda não assaz propagados e conseqüentemente pouco assimilados pelas classes onde até agora não se têm agido com efficientes resultados. (D.O. 18.06.1931).

Semelhantemente ao longo das décadas de 1930 e 1960¹⁴⁵, outro período de intensas disputas políticas nacionais e cujos efeitos interfeririam também nos rearranjos *faccionais* no estado¹⁴⁶, diversas direções transitaram pela Imprensa Oficial, que passaria então por uma série de reformas na estrutura administrativa e dos equipamentos do seu parque gráfico. Alguns desses diretores chegaram a ocupar lugares de destaque entre os “intelectuais maranhenses”, como são os casos de Joaquim Luz, Neiva Moreira, Fernando Perdigão, Nascimento Moraes, Antenor Bogéa, e Erasmo Dias, atuando pela escrita através de jornais e livros e inseridos em instituições de consagração como a AML.

O quadro abaixo nos informa sobre o pertencimento desses agentes a instituições de consagração, seus exercícios em postos públicos e períodos de atuação à frente da Imprensa Oficial entre as décadas de 1930 e 1960.

¹⁴⁵ Tomamos como referência os marcos temporais construídos por Ariel Tavares Pereira. Para uma leitura mais aprofundada sobre as disputas faccionais e os usos de categorizações relativas às lutas políticas acionadas através da atuação jornalística no Maranhão entre as décadas de 1930-1960, leia: PEREIRA, Ariel T. **Disputas faccionais e construções de “ismos”**: inscrições político-jornalísticas no Maranhão (1930-1960).

¹⁴⁶ Para uma análise mais aprofundada acerca da constituição desses grupos faccionais e suas atuações através dos jornais entre as décadas de 1930 e 1960 no Maranhão, leia: PEREIRA, Ariel Tavares. **Disputas faccionais e constituição de “ismos”**: inscrições político-jornalísticas no Maranhão (1930-1960). Tese de doutorado defendida no âmbito do PPGCS/UFMA, 2018.

TABELA 14 - Diretores da Imprensa Oficial (1930-1957)

Diretores	Períodos de direção	Cargos eletivos	Outros cargos públicos	Instituições de consagração
José Arimatêa Cisne	1930	- Deputado Federal (1913; 1914).	- Professor do Liceu Maranhense, onde assumiu a cátedra de Português, Latim, Francês e Matemática (1916).	
Guilmar Valle	1931			
José Lucas Mourão Rangel	1931		- Juiz Estadual.	
Joaquim Vieira da Luz	1931, 1937			- AML.
Joaquim Costa	1932			
Joel de Andrade Servio	1933			
José Ribamar Pinheiro	1933			- AML.
Manoel Neiva Moreira	1933			
Hermenegildo Meireles	1935			
Vicente Medeiros	1935			
Wilson Soares	1935			
João Chrysóstomo de Souza	1936			
Agnelo Franklin da Costa	1937			
João Alfredo de Mendonça	1939			
Fernando Eugênio dos Reis Perdigão	1940			- AML. - IHGM.
José de Nascimento Moraes	1940			- AML.
Antenor Mourão Bogéa	1941	- Deputado Federal (1945; 1950). - Prefeito de Grajaú (1930-31).	- Promotor Público. - Chefe da Polícia Civil. - Diretor regional do Serviço de Defesa Civil do MA. - Secretário Particular do Interventor Paulo Ramos no MA. - Chefe de Gabinete da Interventoria. - Vice-Diretor da Faculdade de Direito do MA. - Membro do Conselho Estadual de Cultura.	- AML. - IHGM.
Antonio José Cordeiro	1941, 1945			
Antonio de Pádua Resende	1943			
José Erasmo Dias	1943			- AML.

Carlos Alberto Mota Cardoso	1945		
Miécio de Miranda Jorge	1945, 1957		
Omar Ferreira Carvalho	1946		
Raul Martins de Freitas	1949		
Adauto Braúna	1950, 1955		
Joel Barbosa Ribeiro	1951	<ul style="list-style-type: none"> - Deputado Estadual (1954). - Deputado Federal (1962). 	<ul style="list-style-type: none"> - Secretário do Interior e Justiça do MA (1951). - Presidente da Caixa Econômica Federal (1956). - Secretário de Agricultura do MA (1959). - Secretário do Interior e Justiça do MA (1964). - Conselheiro do Tribunal de Contas do MA (1967).
Mário Flexa Ribeiro	1951	<ul style="list-style-type: none"> - Deputado Estadual (1958). 	<ul style="list-style-type: none"> - Diretor do Departamento Estadual de Estatística. - Diretor do IBGE-MA.

Fonte: Repertórios biográficos produzidos pelo autor

Nota-se pelos dados da tabela que essa leva de agentes que ocuparam o cargo de direção da Imprensa Oficial, tinha o bacharelado em Direito como destaque na sua formação escolar. São os casos de José Lucas Mourão Rangel, Fernando Eugênio dos Reis Perdigão, Antenor Mourão Bogéa e Joel Barbosa Ribeiro. Assim como o pertencimento a instituições de consagração, destacadamente a AML. Em geral estiveram envolvidos nos pleitos políticos locais, haja vista as acirradas disputas que se estenderiam entre as décadas de 1930 e 1960 no Maranhão. Notadamente nessa última se envolveram nos embates em torno das disputas entre “Viorinistas” e “oposicionistas”. Alguns desses agentes chegaram também a ocupar outros cargos públicos e a exercerem mandatos eletivos. Porém, em relação à produção bibliográfica esses agentes não realizaram grandes investimentos, diferentemente do que se verifica entre os casos que compõem a tabela anterior. Alguns deles atuaram pela escrita através de jornais e aqueles que publicaram livros se dedicaram em geral à produção de trabalhos de

cunho biográfico ou memorialístico. O quadro abaixo nos auxilia na visualização dessa produção bibliográfica e seus respectivos autores.

Joaquim Vieira da Luz	<ul style="list-style-type: none"> - Aluízio Azevedo. - Fran Paxeco. - Fran Paxeco e sua influência no Maranhão. - Dunshee de Abranches e outras figuras. - Fran Paxeco e as figuras maranhenses.
Fernando Eugênio dos Reis Perdigão	- José Cândido Moraes e Silva: discurso de posse na Academia Maranhense de Letras.
José de Nascimento Moraes	<ul style="list-style-type: none"> - Puxos e repuxos (1910). - Vencidos e degenerados (1915). - Aluízio Azevedo. Seus processos e sua arte (1919). - Neurose do medo (1923). - Discurso (1935).
Antenor Mourão Bogéa	Encontro com o passado (1982).
Miécio de Miranda Jorge	Álbum do Maranhão - 1950 (1951).
Joel Barbosa Ribeiro	Caminhos por onde andei - memórias.

Fonte: repertórios biográficos produzidos pelo autor.

No correr da década de 1940 as instalações da Imprensa Oficial passaram um curto período abrigando também o Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda - DEIP¹⁴⁷ (1942-1945) - que logo após é transformado em Departamento Estadual de Informações, com a sua Divisão de Imprensa e Obras Gráficas¹⁴⁸.

Mesmo com as constantes reformas realizadas a cada novo governo as avaliações acerca do funcionamento da Imprensa Oficial tendiam a ser depreciativas por parte dos consecutivos governantes, cujas transições provocariam também substituições na sua direção. As condições de funcionamento deixadas por seus antecessores eram alvo de constantes reclamações e denúncias, apontando constantemente à necessidade de novos melhoramentos no seu maquinário e na formação técnico dos seus operários. A exemplo das intervenções dos consecutivos governantes citadas abaixo.

Governador Sebastião Archer da Silva (1947-1950):

¹⁴⁷ D.O. 10.06.1942.

¹⁴⁸ Decreto de Lei nº 1099 de 28.11.1945.

[...] Posteriormente, verificou, porém, o governo que o novo sistema [autárquico], por motivo de várias ordens, não se ajustava à necessidade da Administração, pelo menos enquanto não se operasse uma reforma geral na máquina administrativa do estado¹⁴⁹.

Governador Eugênio de Barros (1951-1951):

[...] Torna-se, em consequência, cada vez mais premente a necessidade de reaparelhamento das oficinas, de modo a permitir o aceleração da produção, já que com o maquinário existente não se alcançará esse objetivo, por grandes que sejam os esforços do pessoal, cuja proficiência, aliás, nada deixa a desejar¹⁵⁰.

Governador José de Matos Carvalho (1957-1960):

O serviço de Imprensa Oficial vinha lutando, nos últimos anos, contra sérias dificuldades de ordem financeira, não só para a recuperação e manutenção do seu maquinário, como para aquisição dos elementos necessários à confecção de material gráfico destinado ao fornecimento das repartições do Estado.

No período de 1975 a 1980, esse órgão passaria novamente por grandes mudanças no seu maquinário e dinâmicas do seu funcionamento institucional. Sob a direção de Jomar da Silva Moraes inicia-se o Programa de Ação Cultural que lançou mais de oitenta títulos. Esse programa seria continuado até o ano de 1983, sob iniciativa de Francisco Alves Camêlo, que assumiria em 1983 a direção do SIOGE. Camêlo inauguraria ainda o Plano Editorial Gonçalves Dias, que, além da publicação de obras de “autores maranhenses da capital e do interior”, visava ainda a sua ampla divulgação “por todo o país, através de um orgânico trabalho de distribuição e comercialização das obras publicadas, usando da prerrogativa de convênio com distribuidores do Sul do país”¹⁵¹. Cabe ressaltar que a referência ao “Brasil” se exemplifica na citação pela referência direta ao “Sul do país”. Segundo Carneiro, entre os anos de 1979 a 1983 “essa Casa publicou cerca de cem títulos” (1983, p. 298). Essa instituição passaria ainda a dispor de recursos para o aperfeiçoamento profissional dos servidores em parceria com o Serviço Nacional

¹⁴⁹ D.O. 08.08.1949.

¹⁵⁰ *Apud*, Alberico filho *et. al.*, 1983, p. 211.

¹⁵¹ Vide regulamento do Plano Editorial Gonçalves Dias.

da Indústria - SENAI, em muitos casos enviando seus funcionários para treinamentos de duração média (entre dois e três meses) realizados em São Paulo. Nessas idas a São Paulo, mesmo se tratando de um período dedicado ao aperfeiçoamento gráfico voltado para o SIOGE, o sentido estendido de “família”, “casa” etc. se reafirmava através do acolhimento desses funcionários pelos parentes consanguíneos de Jomar Moraes, que à época residiam em São Paulo.

Como recorda Julia Moraes¹⁵², “esses gráficos, na época, foram pra São Paulo se especializar e alguns deles ficavam hospedados na casa da minha tia [pelo lado materno]”. Proximidade que se afirmaria pelas mais diversas áreas de funcionamento desse órgão, principalmente durante a gestão de Jomar Moraes, como veremos de modo mais detalhado no capítulo 6 deste trabalho.

Ainda com relação à assistência dos trabalhadores, foi fundada a Associação Beneficente dos Servidores do SIOGE – ABSS, que além dos espaços de lazer, que compunha um amplo clube de recreação, estabelecia auxílios como os de moradia e funeral para todo o corpo de funcionários. Semelhantemente seria fundada em 1976 a Associação dos Servidores do SIOGE - ASERGE, associação de “natureza social e recreativa sem fins lucrativos com personalidade jurídica de Direito Privado”, segundo asseverava o seu regimento. Implanta-se também nesse período uma nova estrutura de salários com participação dos trabalhadores nos lucros anuais e amplia-se o quadro de servidores daquela autarquia.

Dentre essas inovações trabalhistas, no âmbito cultural criam-se o Museu de Artes Gráficas e o Coral do SIOGE, que inclusive gravaria um EP¹⁵³. Sediou ainda em 1980 a realização da 4ª reunião da Assembléia Geral da Associação Brasileira de Imprensas Oficiais – ABIO, além de passar por uma ampla “modernização” do seu parque gráfico. “O Jomar era um cara avançado no tempo. A *composer*¹⁵⁴

¹⁵² Filha de Jomar Moraes. Entrevista concedida em dezembro de 2016.

¹⁵³ Extended Play (EP). Sigla que se refere a uma gravação em disco de vinil, e mais recentemente em formato digital ou “Compact Disc”, que é longa demais para ser considerada um “single” e muito curta para ser classificada como um álbum musical.

¹⁵⁴ Impressora gráfica que teria como principal avanço tecnológico a possibilidade de supressão e inserção de caracteres e modificações em toda a sua configuração, prefigurando as inovações que seriam trazidas pelo uso de computadores nas indústrias gráficas.

chegou nessa época e era a maior modernidade possível num parque gráfico”¹⁵⁵. Hallelwell também faz menção a esse período como o ápice da produção quantitativa de livros no estado até a década de 1980. A tabela abaixo foi extraída do seu “O livro no Brasil” (1985, p. 524).

TABELA 15 - Quantitativo de títulos publicados no Brasil (1976-1978)

Ano/Títulos			Exemplares (milhares)		
1976	1977	1978	1976	1977	1978
7	22	32	4	25	70

Fonte: Hellewell, 1985, p. 524.

No entanto, mesmo esse crescimento quantitativo das publicações não parece justificar qualquer dedução em favor de uma valorização social ampliada referente à produção bibliográfica e um sufrágio pela leitura nesse estado. Se levarmos em conta o contingente populacional do estado em 1970 (2.992.682), ou mesmo considerando-se apenas a capital São Luís (265.486)¹⁵⁶, e retomando os dados apresentados acima acerca da sua expansão escolar em nível fundamental e médio, nota-se ainda um fosso muito grande entre o quantitativo populacional e a disponibilidade de escolas no estado. A título de exemplo, São Luís, que na década de 1980 registrava uma população total de 449.432 habitantes, cuja concentração urbana se aproximava de 248.000 habitantes, contava ainda com apenas 62 escolas de ensino do 2º grau em todo o município (atualmente ensino médio) e registrava em 1985 matrícula de 29.893 alunos¹⁵⁷.

Porém, no âmbito mais específico referente à produção de livros, essa expansão e dinamização no estado promovida através do SIOGE conferiria a Jomar Moraes, seu principal expoente, importantes contatos com intelectuais atuantes em níveis regional, nacional e internacional, ensejando a sua inserção numa ampla rede de editores e escritores. As verificações em torno da

¹⁵⁵ Entrevista realizada com “Bentivi” em agosto de 2019. Agente que exerceu a função de regente do Coral do SIOGE desde a sua fundação.

¹⁵⁶ **Anuário Estatístico Brasileiro**, 1979.

¹⁵⁷ MARANHÃO. **Sinopse estatística municipal (1979-1989)**. São Luís: IPES, 1990.

administração desses laços e reciprocidades cultivadas através do exercício editorial desse agente se encontram no capítulo 6 deste trabalho.

Entre 1975 a 1983, período que compreende a elaboração de três livretos sobre a atuação desse órgão com suas respectivas listas de publicações (Catálogo de publicações, 1992; Relatório de atividades, 1975-1980 e Bibliografia maranhense de publicações oficiais, 1983), o SIOGE havia publicado cerca de 270 títulos¹⁵⁸ através do seu Programa de Ação e Difusão do Fundo Cultural próprio, entre trabalhos acadêmicos e “literários” (inéditos, reedições), tais poesias, contos, dramaturgias, romances etc. Estabelecendo várias “parcerias” para planos editoriais com outras instituições situadas no estado, públicas e privadas, entre elas a FUNC, SECMA, SEDUC, UFMA, UEMA, FEBEM, AML, ALUMAR, Global Editora, Legenda etc.

Outros serviços foram estabelecidos por esse Programa, como convênios com distribuidoras comerciais “loais” e de outros estados; investimentos na produção de catálogos; organização de uma livraria, teatro e biblioteca próprios; a reedição de “obras clássicas da literatura européia”, “americana” e “russa” também através do Plano Editorial Gonçalves Dias; criação do Prêmio Gonçalves Dias; e a criação em 1987 do seu “suplemento cultural” Vagalume.

Cabe observar que ao longo das décadas que antecederam o estabelecimento do SIOGE como principal instituição publicadora de livros no Maranhão, tais funções foram exercido pelos ligeiros investimentos na constituição de revistas, vinculadas aos diversos “grupos literários” em atividade. Sob tais condições de publicação dos seus escritos, depreende-se um importante contributo para a forte “preferência” conferida ao gênero poesia pelos intelectuais que aqui permaneceriam, em vista da carência de condições materiais para empreenderem publicações mais exigentes como romances (do ponto de vista do volume de páginas necessários à sua publicação).

¹⁵⁸ Optamos aqui por inserir apenas o resultado da contagem de obras *simbolicamente rentáveis*, como as de cunho “literário”, “acadêmicas” (história, direito, economia etc.) e de teor biográfico. Exceções o montante relativo à produção de relatórios e dados estatais (educacionais, econômicos, administrativos etc.).

Assim, até a década de 1960 essas revistas se constituíram em alguns dos principais espaços de investimentos pela escrita. A exemplo destas revistas, algumas delas funcionando como “suplementos literários” de periódicos, e seus respectivos “grupos”, se destacam “O ateniense” (1920-1921), iniciativa originada da fusão entre a “União Silvio Romero” e a “Legião dos novos” ocorrida durante o Congresso Estudantil de Ciências e Letras e que geraria a “Legião dos atenienses”; a “Legião dos novos” já possuía outro periódico, intitulado “A inúbia” (1914); a “Revista maranhense” (1916-1922); a “Sociedade de Estudos Maranhenses”, cuja revista leva o mesmo nome (1931-1933); “Parnaso” (1932); “Athenas” (1939); Revista do Norte (1939); “Cadernos” (1945-1947), vinculado ao “Centro Cultural Gonçalves Dias”, dentre outras. Houve também alguns investimentos na constituição de editoras, das quais se destacam a “Edições Afluente” (1951-1956) e “Legenda” (1956). Ainda sobre esse tipo de investimento literário circularam diversos jornais de duração também efêmera durante esse período. Tendo sempre esses jornais e revistas entre os seus “objetivos”, as noções de “renovação literária”, “renovação estética”, “nova efervescência cultural” etc.

Entre o final de 1950 e meados de 1980, a Imprensa Oficial já funcionando como autarquia e denominada SIOGE, órgão estabelecido como principal órgão de publicações do estado, passaria novamente por algumas mudanças entre os seus diretores, embora como uma lista já bem menos extensa e as idas e vindas desses nomes já não se repetiria tal noutros períodos, mesmo com as excessões ocorridas nos anos de 1962 e 1966, o tempo médio de permanência na gestão também se apresentaria mais extenso.

Diferentemente daquela primeira leva de gestores, os perfis dos agentes que ocuparam esse posto ao longo dessas últimas décadas já não acumulavam muitos recursos socialmente valorizados.

Alguns deles exerceram as funções de jornalista, atuando em alguns periódicos de São Luís, como são os casos de Miécio de Miranda Jorge, que publicara o “Álbum do Maranhão” (1950); Abraão Sekeff filho, que compunha o cast de comentaristas esportivos da Rádio Ribamar, e Reginaldo Carvalho Telles de

Souza. Esse último fora o único dentre eles a exercer um mandato eletivo, como prefeito do município de Tutóia (1977-1983).

Elpídio Dias Pereira também alimentou uma certa atuação política, foi um dos redatores do manifesto-programa do Partido Socialista Radical do Maranhão (PSR), surgido em São Luís em 23 de dezembro de 1932. O mesmo também assinavam Reis Perdigão, João Veras, Honório Z. Pedro, Raimundo Bogéa, Francisco de Paula Gomes, Manuel Neiva Moreira, nomes de destaque na história da política regional.

Francisco Alves Camêlo, a despeito dos seus investimentos pela ampliação dos serviços do SIOGE e do seu “Programa de Ação Cultural” e do seu pertencimento ao IHGM (1984), também parece não ter logrado grande êxito na projeção do seu nome para além da gestão nesse órgão. Se insere nos pleitos eletivos e o seu posto mais elevado fora a suplência de Deputado Estadual (1988). Posteriormente se voltaria para as atividades eclesiais em torno do chamado “Movimento de Renovação Carismática”. Atualmente exerce a função de diretor espiritual da Renovação Carismática Católica do Maranhão (RCCMA).

Segue abaixo uma tabela com os nomes dos diretores do SIOGE e seus respectivos períodos de gestão:

TABELA 16 - Diretores do SIOGE (1957 - 1983)

Diretores	Período
Miécio de Miranda Jorge	1957
Capitulino Lázaro Amorim	1960
Renato Carvalho	1962
Elpídio Dias Pereira	1962
Abrão Sekeff filho	1962
Mário Leonardo Pereira	1963
José Sales de Andrade Souza	1966
Reginaldo Carvalho Telles de Souza	1966
José Queiroz de Carvalho	1969
Merval de Oliveira Melo	1971
Jomar da Silva Moraes	1975
Ruy Ilayno Coelho de Abreu	1980

Roberto Correia de Albuquerque	1982
Francisco Alves Camêlo	1983

Fonte: dados biográficos produzidos pelo autor.

Dentre os casos mencionados acima, Jomar Moraes foi o que exerceu por mais tempo a direção do SIOGE e a partir desse cargo passou a ocupar lugar de destaque na literatura sobre a produção bibliográfica no estado. Sobre este caso desenvolvemos algumas análises mais aprofundadas apresentadas no capítulo 6 deste trabalho, tomando por foco sua origem social, processos de socialização com o meio intelectual e investimentos realizados através da atividade escrita e publicação de livros ao longo da sua trajetória, destacadamente à frente do SIOGE e da AML.

A partir de 1993, o SIOGE perderia a sua “personalidade jurídica” de autarquia e seria vinculado à Casa Civil do estado do Maranhão. Seriam os últimos passos de um definhamento que se alastrara nessa instituição por toda aquela década, até a sua extinção no ano seguinte, através de decreto estadual promulgado pela então Governadora Roseana Sarney.

Esse breve panorama sobre as dinâmicas de produção editorial no estado e suas inflexões, verificadas a partir do trânsito entre as principais instâncias de publicação e os seus respectivos agentes que exerceram as funções de editor, nos fornecem elementos históricos fundamentais para as verificações apresentadas no tópico adiante. Tendo em vista essas transformações, poderemos observar melhor alguns elementos que contribuíram para a reconfiguração das lógicas editoriais que se estabeleceriam no Maranhão ao longo do século XX. À revelia do ligeiro processo de estruturação dos mercados editoriais que se destacavam nacionalmente, seguia sob lógicas concorrenciais circunscritas a restritos grupos de candidatos à consagração intelectual através dos seus investimentos pela escrita.

Porém, essa dimensão mais aparente compõe um processo muito mais complexo sobre as lógicas de reconhecimento intelectual e condições de atuação dos agentes “editores” nesse estado. É preciso compreender esses modos de atuação *periféricos* de modo comparativo e relacional a uma perspectiva mais

ampla de produção editorial, nacional e internacionalmente. É preciso atentar, por exemplo, que muitos dos agentes consagrados nesse contexto têm entre os seus principais trunfos a sua atuação e recursos obtidos “fora”, noutros estados ou países. Semelhantemente ocorre nos modos de constituição das lógicas de reconhecimento e mesmo sobre as condições de atuação. E nos parece mesmo uma máxima: quanto mais *periféricos* determinados espaços de produção cultural, tanto mais os modos de consagração interna se constituem com os olhos voltados pra fora. Por isso mesmo ainda mais restrita são as condições de *entrada* nesses *espaços*, dadas as barreiras para a aquisição dos recursos suficientes.

3.2. O Maranhão no século das grandes transformações nacionais

Os dados discutidos até aqui nos permitiram traçar algumas verificações congruentes às transformações educacionais que se inauguravam no bojo do período republicano que também se iniciava, cujas refrações incidiriam também sobre as formas de atuação intelectual e as condições de produção bibliográfica.

Como vimos no capítulo II desse trabalho, a desigualdade de condições de acesso ao ensino em seus níveis primário, secundário e universitário é certamente uma das principais formas de reprodução da hierarquia de posições estabelecidas no cenário intelectual maranhense do século XIX. Contudo, a despeito da ampliação do sistema escolar brasileiro, cuja contabilidade de matrículas terá um crescimento notório a partir dos anos 1920, as possibilidades de apropriação e acesso aos títulos escolares mais valorizados não serão as mesmas para as diferentes camadas sociais.

Mesmo tomando a ênfase sobre a alfabetização como um dos pilares propagados pelos arautos do republicanismo brasileiro, as altas taxas de analfabetismo verificadas nas últimas décadas do século XIX irão prosseguir em níveis ainda muito elevados atravessando todo o século XX, chegando a taxas de 20% como veremos nas tabelas adiante. Em fins do período imperial, no contexto brasileiro, as taxas de analfabetismo se aproximavam de 85%, fosso cada vez mais profundo no que tange às condições de acesso ao sistema escolar e que somente

terá os seus primeiros ensaios de nivelamento da alfabetização em âmbito nacional com o advento das políticas educacionais promovidas a partir dos anos de 1920.

TABELA 17 - Taxas de analfabetismo no Brasil (1872-2000)

Períodos	Taxas de analfabetismo (% acima de 15 anos)
1872	84,3
1880	84,4
1890	85,2
1900	65,1
1910	65,0
1920	64,9
1930	60,0
1940	56,0
1950	50,5
1960	39,7
1970	33,6
1980	25,0
1990	19,0
2000	17,0

Fonte: PNE-MEC (Tabelas adaptadas de Cahiers du Brésil Contemporain, 2000, n° 40, vol. III, Education et Culture).

Podemos destacar dois eventos que contribuíram decisivamente para essa diminuição - proporcional ao aumento populacional em curso no Brasil - do analfabetismo: a abolição da escravatura (1888), posto que a educação escolar era vetada às pessoas escravizadas, e o movimento educacional que ficou conhecido como “escola nova” ocorrido a partir da década de 1920. Em relação ao ensino secundário, será somente a partir dos anos 1930 que teremos um crescimento mais consistente de matrículas. Uma proporção de quase 28 milhões de jovens não avançariam seus estudos para além do nível primário. N o tocante ao ensino universitário, a Europa como destino comum para os investimentos escolares dos filhos das elites agrárias no país - tratamos no capítulo II sobre os casos de maranhenses que saíram para a Europa, destacadamente para a Universidade de Coimbra, afim de realizarem seus estudos superiores - passaria

a ser substituído pela permanência no Brasil, matriculando-se nas universidades que passavam a se multiplicar a partir dos anos 1930.

Mas essa inflexão não representaria uma generalização das condições de acesso ao ensino superior no Brasil, principalmente entre as universidades públicas, antes se configuraria em nova alçada de “seleção dos eleitos”, intelectuais que ocupariam os postos reservados à *classe dirigente* do país (MICELI, 2003). De modo mais abrangente e comparativo as notações acerca dessa evolução escolar no contexto nacional podem ser verificadas pelos dados expostos adiante.

TABELA 18 - População escolarizada no Brasil (1872-1997)

Anos	Ensino Primário	Secundário	Universitário	Mestrado e Doutorado	Universitários idade 20 a 25
1872		9 389			
1883		10 427			
1888	258 302				
1907	638 378	20 000	5 792		
1910			8 285		
1915			10 000		
1920	1 250 729	50 000			
1925	1 700 000		12 000		
1930	2 084 000	83 000	15 000		
1935	2 413 594	105 080	26 887		
1940	3 302 830	195 208	20 017		0,53
1945	3 496 664	283 615	26 757		
1950	5 175 887	440 356	44 100		
1955	6 292 599	663 804	66 072		
1960	7 458 002	1 177 427	95 691	2 489	1,53
1964	10 217 324	1 892 711	142 386	1 959	
1970	12 812 029	4 086 117	425 487	4 995	
1975	19 549 249	1 935 903	1 072 548	16 002	
1980	22 598 254	2 189 182	1 377 286	31 957	11,96
1985	24 769 359	3 016 138			
1991	29 203 724	3 770 230	1 540 080		11,32
1995	32 668 738	5 371 837	1 759 703	31 442	

1996	33 131 270	5 739 077	1 943 305		13,49
1997	34 229 388	6 405 057	2 085 120		

Fonte: Cahiers du Brésil Contemporain, 2000, n° 40, vol. III, Education et Culture.

Pelos dados apresentados acima, percebe-se o acelerado crescimento quantitativo promovido sobre o ensino secundário, mesmo em correlação ao crescimento do ensino primário. Cabe ainda observar que o Brasil havia atravessado quase um século para superar uma taxa nacional de 84,3%¹⁵⁹ de analfabetismo em 1872 para 33,6% em 1970, decaindo para 17% no ano 2000.

Embora muito abaixo dos seus vertiginosos 65% no início do século, essas taxas ainda eram altíssimas considerando-se uma população que já ultrapassavam 90 milhões de habitantes na década de 1970 e ultrapassaria 150 milhões em fins da década de 1990. Como se pode observar pelos dados apresentados na tabela abaixo:

TABELA 19 - Taxas de analfabetismo no Brasil - considerando a população com idade acima de 15 anos (1872-2000)

Períodos	Taxas de analfabetismo (% acima de 15 anos)
1872	84,3
1880	84,4
1890	85,2
1900	65,1
1910	65,0
1920	64,9
1930	60,0
1940	56,0
1950	50,5
1960	39,7
1970	33,6
1980	25,0
1990	19,0
2000	17,0

¹⁵⁹ Considerando-se os jovens com idade acima de 15 anos.

Fonte: Tabela composta a partir de dados apresentados no Cahiers du Brésil Contemporain, 2000, n° 40¹⁶⁰.

A despeito do aumento verificado acerca da oferta de vagas e matrículas escolares no Brasil, as condições de acesso aos diferentes níveis de formação¹⁶¹, e destacadamente ao universitário, continuariam sendo uma das principais bases de sustentação das hierarquizações sociais no país. As novas possibilidades de investimento escolar continuaram disponíveis de forma muito desigual entre as diferentes camadas sociais.

Além do que, os princípios de valorização desses recursos se estenderiam e adquiririam diferentes contornos e modalidades de reconhecimento nos mais diversos âmbitos de atuação social, com diferentes nuances e graus de institucionalização atrelados aos diferentes contextos (“nacional”, “regional”, local”) de atuação dos agentes e universos sociais tomados como referência analítica. Porém, se verifica uma congruência estruturante acerca das dinâmicas de atuação intelectual e produção editorial no Brasil: o predomínio da política como dimensão reguladora das suas lógicas de funcionamento.

O ensino universitário também ampliou a oferta de vagas e de instituições, sobretudo se tomarmos por referência a região Sudeste a partir da década de 1930. Porém, num ritmo muito inferior à multiplicação que ocorrera em torno do ensino de nível secundário, como indicado nos dados apresentados acima. Esse movimento desigual entre oferta de cursos preliminares e a escassez de vagas para

¹⁶⁰ Os produtores desses dados tecem duas observações importantes. 1) Esses dados foram produzidos a partir de recenseamentos e disponibilizados pelo Ipeadata, exceto para os anos de 1910 e 1930, calculados por projeções; 2) Consideram a população residente para a produção dos dados referentes aos anos de 1970 a 1996. Sobre o período anterior, os recenseamentos brasileiros consideravam a população presente nos domicílios, sem levar em conta a condição de residente ou não.

¹⁶¹ Como chamam à atenção os organizadores do **Cahiers du Brésil Contemporain, 2000, n. 40**, As reformas sucessivas do sistema de ensino brasileiro alteraram os modos de categorização e divisão da população escolarizada entre os níveis primário, secundário e superior, na forma como os compreendemos hoje. Particularmente a partir da reforma inaugurada em 1971, que transferiu o “ginásio” da categoria “secundário” para “primário”. Semelhantemente ocorrera com as categorias empregadas para o recenseamento nacional a partir daquela data. Após 1971 os estudantes inscritos no “ginásio” seriam computados sob a categoria “primário”. Por essa razão as cifras disponíveis para o ano de 1970 se distanciam fortemente da tendência observada ao longo das demais série expostas.

os candidatos ao ensino superior, principalmente entre as universidades públicas do país, promoveria um verdadeiro afunilamento sobre as condições de aquisição desses títulos.

Outra dimensão a ser destacada diz respeito aos períodos médios de continuidade nos investimentos escolares. A nível nacional, as desiguais condições de permanência dos estudos contribuiria fortemente para as caracterizações regionais entre polos mais “industrializados” e distribuidores de títulos universitários mais valorizados, exemplificado pelo Sudeste, em contraposição às regiões mais “tradicionais”, notadamente o Nordeste.

TABELA 20 - Médias de anos de estudos por regiões (1960-1990)

Regiões/Décadas	1960	1970	1980	1990
Nordeste	1,1	1,3	2,2	3,3
Sudeste	2,7	3,2	4,4	5,7
Sul	2,4	2,7	3,9	5,1

Fonte: Cahiers du Brésil Contemporain, 2000, nº 40, vol. III, Education et Culture.

Essas observações se fazem importantes para compreendermos a posição periférica que o estado do Maranhão ocuparia em relação ao mercado editorial nacional em vias de constituição na década de 1930 acompanhando o seu desenvolvimento ao longo do século XX. Condições que incidiriam também sobre o estabelecimento de novas modalidades de atuação e lógicas de reconhecimento sobre a atuação dos agentes “editores” e daqueles dedicados à produção escrita. Embora caminhem a par e participem mutuamente dos seus processos de reconhecimento e posicionamentos sociais, “editores” e “escritores”, como categorias de definição de *papéis* sociais distintos, estariam também submetidos a princípios de visão e divisão diferenciados a partir dos universos sociais em que ambos se inserem e atuam.

Essas diferenças regionais incidiriam ainda sobre os tipos produção editorial promovidos pelo estado. Nesse aspecto são bastante significativos os investimentos em publicações que compõem os amplos catálogos de publicações de instituições públicas voltadas para o “desenvolvimento do Nordeste”, como

Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE (1959-1994)¹⁶², “com o objetivo de subsidiar os estudiosos dos problemas do Nordeste brasileiro”. Contabilizando 2.509 referências bibliográficas, onde o assunto “Agricultura”, aglomera o maior número de títulos (229), em contraposição a “Ciência e Tecnologia com 7 títulos¹⁶³.”

3.3. Condição periférica e exclusão historiográfica

Dentre os trabalhos geralmente usados como grandes manuais sobre a produção editorial no Brasil e as antologias historiográficas sobre esse tema, se verifica, sem grandes esforços, pelo menos duas constantes: a centralidade dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo como representantes de um “mercado editorial nacional” e o degrado dos estados da região Norte e Nordeste ao lugar de exemplos inacabados daqueles modelos estabelecidos. Isso decorre fundamentalmente da adesão a uma concepção predominante de mercado, baseada num princípio concorrencial econômico entre empresas.

Segundo esse ponto de vista reproduzido por aqueles materiais de referência, somente com o acesso aos espaços editoriais situados naquele “centro”, os autores de origem “periférica” seriam reconhecidos como “autores nacionais”.

Em outros termos, as editoras nacionais, diferentemente alocadas segundo as variações dos *estados* desse *campo*, serviriam como vias de acesso aos espaços de consagração e constituição dos “cânones” da “literatura brasileira”. Perspectiva que se reproduz em cadeia até as funções mais restritas desse amplo complexo que envolve a produção circulação e apropriação dos livros, como as exercidas pelos agentes bibliotecários.

Não será possível adentrarmos em verificações mais detalhadas sobre essas práticas, mas nos parece bastante exemplar uma das observações feitas pela

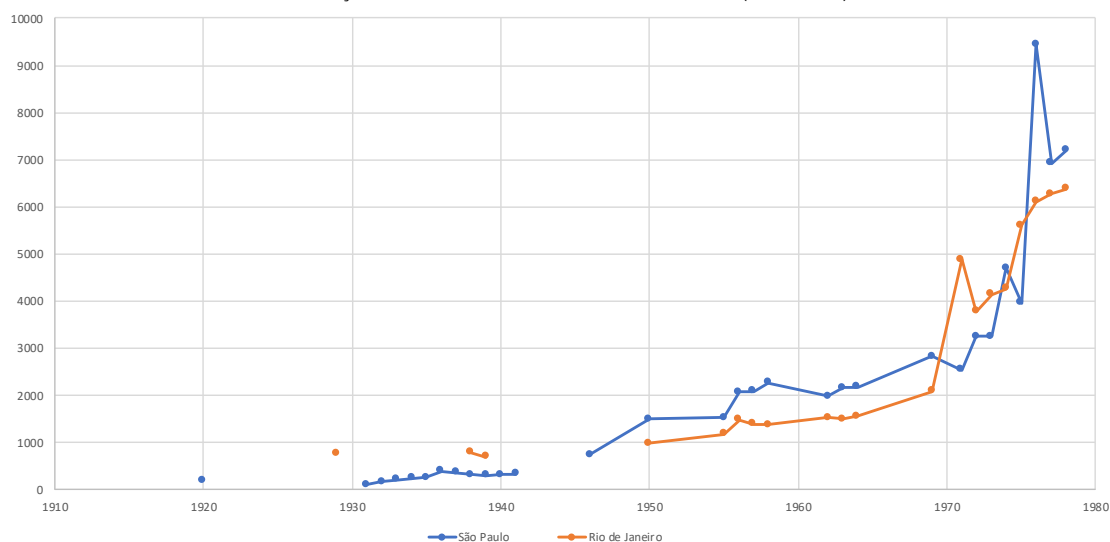
¹⁶² **Catálogos de edições publicadas pela SUDENE 1959-1994.** Recife: SUDENE, 1994.

¹⁶³ Pretendemos o desenvolvimento futuro de pesquisas acerca dos usos da noção de “desenvolvimento” e os investimentos editoriais operados em torno dessa categoria, tomando por principais fontes esse tipo de catálogo bibliográfico.

pessoa encarregada da organização do acervo bibliográfico da BPBL, a quem o autor desse trabalho recorreu solicitando o acesso ao relatório dos livros constantes naquela instituição: “Olha, é muita coisa, são mais de 10.000 páginas. Porquê tu não olha só a seção de obras raras? Lá estão os mais importantes da nossa literatura e que são reconhecidos nacionalmente”¹⁶⁴. Destaque-se ainda que essa inscrição nos “cânones nacionais” foram também mediados por uma série de agentes que, localizados no “centro”, se dedicaram à produção escrita da história da literatura nacional.

GRÁFICO 03 - Produção editorial no RJ e SP (1920-1978)

Publicação de livros em São Paulo e Rio de Janeiro (1920-1978)



Fonte: Adaptado de Rivron, 2005, p. 563.

No que tange à produção bibliográfica, o Maranhão também não escaparia aos impactos das grandes transformações ocorridas no Brasil ao longo do século XX. No entanto, constituindo uma dinâmica peculiar, continuou mobilizando os princípios dominantes importados predominantemente da Europa, agora sob um filtro ainda maior dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, haja vista o lugar destacado que passavam a exercer para os investimentos intelectuais e publicação de livros no Brasil. Exemplo corrente dessa importância é a pesquisa realizada por Hallewell (1985) acerca do mercado editorial brasileiro: intitulado “O livro no

¹⁶⁴ Notas de caderno de campo.

Brasil”, deixa evidente, pelos dados que apresenta, a centralidade exercida pelos estados do Rio de Janeiro e São Paulo. O “Brasil” editorial, quando muito, se estende além das fronteiras de São Paulo e Rio de Janeiro a vagas menções de outros estados e regiões em períodos específicos.

Acerca do Nordeste, o Maranhão se destaca durante o século XIX ao lado dos estados da Bahia e Pernambuco. Pela constante apropriação dos autores consagrados como representantes de uma “literatura nacional”, e conseqüentemente dos seus editores, as pesquisas sobre a produção editorial desenvolvida no Brasil ao longo do século XX passaram a se centrar majoritariamente sobre aquele contexto, de certo modo contribuindo para reforçar uma concepção de inexistência de mercados editoriais que extrapolassem o eixo Rio/São Paulo. Não apenas em relação ao volume de produção, mas também pela concentração das editoras estabelecidas como espaços de reconhecimento e consagração intelectual e literária e dos editores que disputavam as possibilidades de publicação daqueles autores simbólica e economicamente mais rentáveis.

Tanto as concepções em torno dos *papéis* sociais do editor quanto suas condições de constituição e atuação atendiam a concepções de “mercado” que não se efetivariam sob semelhantes modelos em outras “regiões” do país. Como vimos, ao longo da década de 1970 o Maranhão vivenciaria um importante aumento na sua produção de livros. No entanto, essa multiplicação de títulos, gêneros e autores publicados acompanharia um processo inverso no que tange aos espaços e condições de produção, que passavam a se centralizar na figura do estado, enfaticamente a partir do seu órgão gráfico oficial, o SIOGE.

A partir da tabela abaixo podemos perceber alguns indicadores sobre as diferenças entre esses estados no contexto nacional da produção de livros, o que nos permite tecer algumas verificações mais efetivas sobre as dinâmicas de funcionamento entre os mercados editoriais do país, tomando por referência seus estados “centrais”, concentrados entre o Rio de Janeiro e São Paulo, e o Maranhão, na periferia desse campo editorial periférico.

TABELA 21 - Produção de livros por estados e regiões (1976-1978)

Estado	Títulos			Exemplares (milhares)		
	1976	1977	1978	1976	1977	1978
NORTE						
Amazonas	-	1	1	-	5	6
Pará	35	-	-	77	-	-
NORDESTE						
Maranhão	7	22	32	4	25	70
Piauí	17	15	19	33	31	56
Ceará	87	160	43	54	160	188
Rio Grande do	71	32	73	62	79	76
Paraíba	19	65	72	18	59	143
Pernambuco	59	63	78	78	80	96
Alagoas	4	3	2	6	3	1
Bahia	119	24	16	387	56	29
CENTRO E SUDESTE						
Minas Gerais	924	1.087	1.045	10.924	9.671	8.744
Espírito Santo	-	-	-			
Rio de Janeiro	5.292	5.292	5.293	56.559	54.294	56.757
São Paulo	3.608	4.495	5.019	62.954	94.199	113.997
SUL						
Paraná	118	164	317	1.525	1.311	1.731
Santa Catarina	21	76	56	75	304	201
Rio Grande do Sul	533	549	601	1.683	1.638	4.293
CENTR-OESTE						
Mato Grosso	7	14	11	8	18	64
Goiás	45	52	57	86	71	101
Brasília	573	202	145	11.210	798	365
BRASIL	11.539	12.317	12.880	145.743	162.802	186.918

Fonte: Hallewell, 1985, p. 524.

Nota-se por esses dados a proeminência dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo acerca da produção bibliográfica no Brasil. Embora essa predominância se estendesse desde a gênese do campo editorial brasileiro em meados de 1930 (SORÁ, 2010), o recorte aqui centrado na segunda metade da década de 1970 nos é oportuno para a contextualização do Maranhão nesse cenário em um período chave para a compreensão das suas dinâmicas editoriais. Dispensadas as

descrições numéricas, já destacadas na tabela, queremos ressaltar o final dessa década como o ponto ápice, de um ponto de vista quantitativo, das produções editoriais nesses estados. Ressalte-se ainda que mesmo em seu momento de maior produção bibliográfica, o Maranhão não alcançara 0,60% do quantitativo de publicações de títulos realizadas pelas editoras localizadas no Rio de Janeiro e de 0,63% em relação a São Paulo.

Esse quantitativo se faz ainda mais irrisório se levarmos em conta o total de exemplares (em milhares) publicados por esses estados. Porém, essa aparente defasagem de títulos penumbra o potencial produtivo do parque gráfico do Maranhão, à época em plena atividade. Dos 70.000 exemplares produzidos, segundo as indicações de Hallewell, mais de 81% corresponderia ao SIOGE, como se verifica a partir do quantitativo de volumes indicado no seu relatório de produção, o que demonstra o seu potencial centralizador das condições de publicação à época e que corresponderia ao grau de importância conferido aos seus gestores. Cabe lembrar que entre os anos de 1975 a 1980 o SIOGE esteve sob a presidência de Jomar da Silva Moraes.

No ano de 1978 identificamos 25 títulos lançados por esse órgão, o que representa cerca de 78% de todas as publicações feitas no Maranhão durante aquele ano (segundo os dados apresentados em HALLEWELL, 1985). Essa centralização das condições de publicação representaria na mesma proporção a processos de seleção muito restritos no que tange às possibilidades de acesso àquele espaço de publicações, como se nota entre os autores que publicaram os 25 títulos lançados naquele ano. A tabela abaixo nos auxilia na identificação desses casos.

TABELA 22 - Livros publicados pelo SIOGE (1978)

AUTOR	TÍTULO
Bandeira Tribuzi	Breve Memorial do Longo Tempo
Carlos Cunha	Lado Visível
Cunha Santos Filho	Meu Calendário em Pedacos
Emílio Azevedo	Canto de Sisne

Francisco Tribuzi	Verbo Verde
Frederick G. Williams e Jomar Moraes	Sousândrade: Prosa
Graça Garcez	Sombra da Liberdade
H. Dobal	Cidade Substituída
Hélio Lopes	Franco de Sá
João Alípio	Velho Gato da Tapera
Lúcia Brandão	O outro Lado da Meia Noite
Lucy Teixeira	Primeiro Palimpsesto
Manoel Caetano Bandeira de Mello	Romance Contra Mito
Maria das Graças de Mello Rocha	Ontem sem Deus
Maria Marluce Ferreira Corrêa	Odóceas Mar. Bentônicas do Lit. Oriental do Estado do Maranhão
Maria Nazaré Cassas de Lima Lobato	A Revelação de Nauro Machado
Milson Coutinho	Subsídios Para a História do Maranhão
Mont'Alverne Frota	entre o timibira e o pastor serrano
Roselane Murad Col Debella	Curto-Circuito
Tereza Braúna Moreira Lima	Busca Existencial
Ubiratan Teixeira	História de Amar e Morrer
Viegas netto	Última Esperança
Viegas netto	Velhos Retratos
Waldemar Santos	Perfil de Na Ana Jansen
Waldemiro Viana	Graúna em Roça de Arroz

Fonte: Relatório de atividades do SIOGE, (1975-1980).

Em termos mais sucintos, poderíamos resumir as distinções entre essas duas dinâmicas de produção editorial a partir de dois parâmetros principais: nos estados do de Rio de Janeiro e São Paulo se firmaria a partir de 1930 uma dinâmica concorrencial entre empreendimentos editoriais privados, o que não implicaria na constituição de uma relativa autonomia sobre as imposições e vinculações com o âmbito da política; no Maranhão o desenvolvimento da sua produção bibliográfica fincaria suas bases numa dupla dependência com relação ao estado, dos seus postos e prebendas como via de sustento dos autores e editores, das suas instâncias e parques gráficos para a produção dos livros.

Em ambos os casos seus períodos de maior produção e publicação de livros corresponderam ao maior estreitamento dos laços pessoais, porém, com diferentes graus e lógicas de (inter)dependências com a política. Sobre o contexto maranhense esses laços e *estratégias* mobilizadas pelos agentes editores, bem como as composições de redes e lógicas de sociabilidades em torno dos investimentos pela escrita, se encontram analisadas no capítulo 4 deste trabalho.

Os dados apresentados especificamente nesse item foram extraídos do relatório de livros da Biblioteca Pública Benedito Leite - daqui em diante BPBL - (2016)¹⁶⁵. Esse volumoso documento reunia pouco mais de 10.000 páginas, organizado em diferentes sessões (obras raras, acervo geral, escolar etc.), dentre elas a seção “autores maranhenses” que à época da sua produção catalogava 9.525 exemplares, organizados segundo os critérios da ABNT então vigentes. Grande parte desse acervo fora composto pela doação de bibliotecas particulares (COSTA 2013; Castellanos, 2017), mas também pelos denominados “depósitos legais” ou voluntários efetuados pelos autores.as e editores.as. Após a transcrição dos 9.525 exemplares realizamos uma triagem para a identificação dos títulos que se repetiam e restaram 3.740. São estes os casos com os quais trabalhamos aqui.

Tendo em vista que esse tipo de documento são nossas principais fontes para a produção de dados sobre a produção de livros no estado do Maranhão, faz-se imprescindível o cuidado na operacionalização das questões apresentada por Sorá a respeito da tendência à naturalização dos arquivos como fontes de pesquisas:

[...] contra esse mágico perigo, o aproveitamento dos seus conteúdos surge ao aplicar a dúvida metódica sobre os arquivos como espaços de pesquisa: como, quando, onde surgem essas reservas documentais? Qual é sua especificidade e de que modo exigem esquemas de interpretação apropriados? (SORÁ, 2015, p. 16-17).

Mesmo tendo por intuito inicial a construção dos perfis dos *lugares de edição*, partimos das identificações referentes aos “livros”, devido à quase inexistência de

¹⁶⁵ Cabe observar que semelhante trabalho fora desenvolvido a partir de outros catálogos, como o do Gabinete Portuguez de Leitura (1867), da Tipografia do Frias (1866), do Serviço de Imprensa e obras Gráficas do Estado do Maranhão - SIOGE (1975-1980; 1983) e da Casa de Cultura Josué Montello (2018) e de relatórios como os da Biblioteca Pública e de Jornais do Maranhão.

materiais catalográficos produzidos por editoras. O relatório disponibilizado pela BPBL, assim como os demais documentos que mobilizamos para essa tese, têm nos servido como fontes duplamente relevantes: como *lugares de memória* que registram e contribuem para a seleção e definição de quem são os “autores maranhenses”, bem como nos permitem um levantamento geral e amplo dos livros que vêm sendo produzidos por esses escritores desde o século XIX (o registro mais antigo do referido relatório data de 1873)¹⁶⁶ até o início do século XXI (a publicação mais recente data de 2015) e editados “dentro” ou “fora” do Brasil ou do estado do Maranhão.

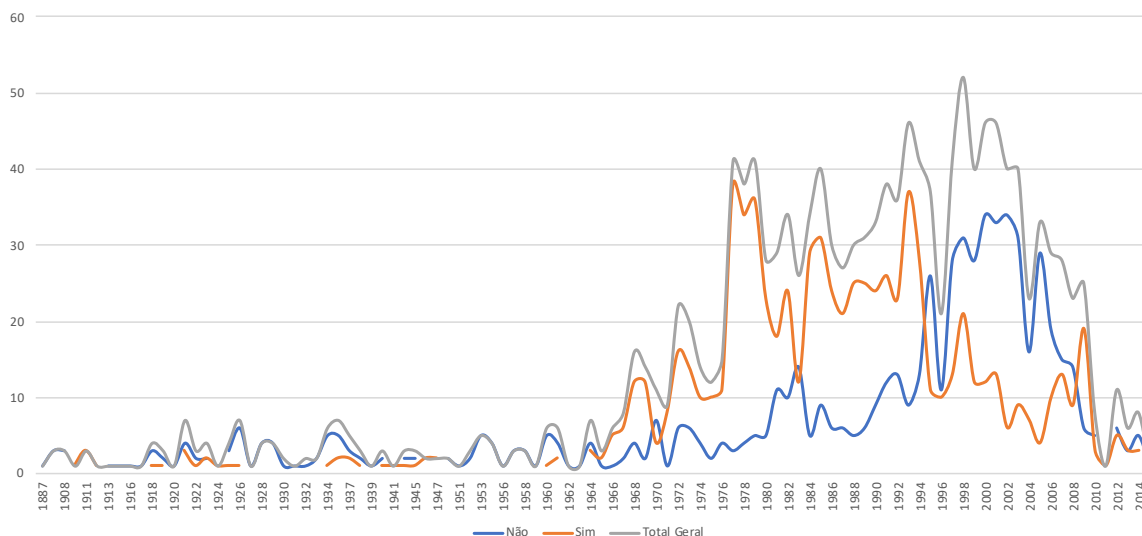
Fazendo uso do método prosopográfico, construímos a princípio um banco de dados nos apropriando dos critérios de classificação presentes no relatório da BPBL: editora, estado, cidade, ano, autor, título, edição, coleção, assunto e coleção. A partir deles desdobramos algumas outras informações que identificamos como relevantes: gênero de publicação (verificados a partir das indicações contidas em “assunto”), língua original e tradutores - no caso de originais em língua estrangeira -, país, reedição (incluindo a quantidade de reedições), sexo dos/as autores/as e tipo de instituição editorial como pública ou privada¹⁶⁷.

A primeira organização que realizamos nos permitiu verificar algumas frequências mais gerais, dentre elas a identificação de um período de inflexão das casas tipográficas às instâncias estatais como lugares privilegiados para a edição e produção de livros, como indicado no gráfico que segue, onde a legenda “não” se refere à linha dos lugares de edição privados e “sim” aos lugares de edição pertencentes às instâncias públicas. Demonstrando ainda um acentuado relevo na produção de livros que se acentuaria entre fins da década de 1960 e início de 1970.

¹⁶⁶ As obras mais recuadas no tempo são em geral inseridas em outra sessão do mesmo relatório, denominada “obras raras”. Grande parte dessas obras fora mobilizada para verificações apresentadas nos capítulos anteriores.

¹⁶⁷ Paralelo à construção dos perfis dos lugares de edição vimos elaborando também os perfis dos autores/as identificados/as, categorizando-os/as por variáveis como: nome, ano de nascimento/morte, cidade natal/falecimento, escolaridade, influências literárias, escolaridade dos pais e avós, publicações (primeira e última), filiações institucionais, cargos públicos, cargos eletivos, movimentos culturais, premiações, profissões. A expectativa é de poder correlacionar posteriormente essas duas dimensões na forma de rubricas estatísticas.

GRÁFICO 04 - Publicações de livros no MA (1887-2014)



Fonte: Relatório da obras da Biblioteca Pública Benedito Leite (2016).

Essa observação inicial nos chamou ainda mais a atenção ao relacionarmos esse período de declínio da produção tipográfica, iniciado em meados do século XIX (com destaque para a já mencionada atuação de alguns tipógrafos¹⁶⁸) e que seria consagrado como o “período áureo” da intelectualidade no Maranhão, ao progressivo protagonismo das instâncias públicas na produção literária e bibliográfica em geral, processo se iniciaria em meados de 1960.

O período áureo da literatura começa, talvez, com o aparecimento dos primeiros poemas de Gonçalves Dias no *Archivo Maranhense*, em meados da década de [18]40, e dura até a partida de Aluísio Azevedo para o Rio, no começo da década de [18]80. Durante esses anos São Luís não foi apenas o mais importante centro editorial das Províncias, e o único de importância nacional, mas também o lugar em que a qualidade do trabalho dos melhores impressores ultrapassava toda e qualquer realização da corte nessa época. Dois nomes se destacam: Belarmino de Mattos e José Maria Corrêa de Frias, rivais amistosos, cujos contínuos esforços para superar as realizações do emulo foram a causa principal do desenvolvimento técnico e estético da produção de livros no Maranhão (HALLEWELL, 1985, p. 96).

[...] A São Luís de 1960, não obstante ter uma população seis vezes maior [comparativamente ao final do século XIX] (bem mais de 250.000 habitantes), ainda possuía apenas cinco livrarias e cinco firmas impressoras privadas (as quais ocasionalmente produziam opúsculos ou livros esporádicos) (Ibdem, p. 109).

¹⁶⁸ Em geral alusivas a Belarmino de Mattos e José Maria Corrêa de Frias.

Assim, esse trajeto construído analiticamente por nós não se atem apenas a uma perspectiva quantitativa mas se correlaciona aos marcos históricos consagrados em narrativas de cunho historiográfico sobre o período de apogeu e declínio, “idade de ouro” e “decadência” das publicações no Maranhão. Essas verificações mais gerais nos permitiram elaborar algumas hipóteses que passamos a adotar como principais referências acerca dos movimentos mais amplos que caracterizaram as dinâmicas de produção e publicação dos livros dos “autores maranhenses”. Marcadas em sua gênese pelas concorrências estabelecidas entre casas tipográficas e seus próceres e posteriormente pela imposição do Estado como principal financiador para a produção de livros ao longo de todo o período em pauta (meados do século XIX e segunda metade do século XX).

Assim, em posse de um montante de fontes e dados muito diversificados qualitativa e quantitativamente, decidimos pelo desenvolvimento estatístico como recurso metodológico complementar para investigação das dimensões apontadas nas questões acima. Diversos problemas foram enfrentados acerca das possibilidades de usos, limites e ganhos para uma exploração dessas fontes de forma conjugada entre dimensões mais qualitativas, baseadas na etnografia de arquivos e narrativas, e os dados estatísticos sobre a produção editorial no estado do Maranhão, produzidos basicamente a partir dos relatórios e catálogos já mencionados.

Dentre as dificuldades enfrentadas, destacamos as condições de produção de dados quantitativos sobre a produção editorial num contexto onde não se verifica a existência de empresas editoriais duráveis, donde a raridade dos catálogos editoriais é um efeito. Isso nos forçou à identificação dessa produção através de um processo inverso, a partir dos livros publicados. Desse modo, recorreremos às instituições de aglutinação e classificação dos livros produzidos no Maranhão, como a BPBL e o RGPL, sobre cujos períodos de inauguração e funcionamento se produziram também narrativas memoriosas, acompanhando as dinâmicas na produção de livros no Maranhão.

Tais limites nos ofereceram também pistas importantes sobre os critérios de classificação vigentes a cada período, frigidificados por essas instâncias. Seguimos

o processo de construção das primeiras frequências mantendo a atenção sobre esse duplo sentido das fontes documentais que fazemos uso e compreendendo os diferentes *estados* do *espaço* de produção editorial aos quais correspondem esses diferentes arquivos. Desse modo, pudemos então produzir as variáveis e dimensões mais relevantes para a construção de um primeira “rubrica”, à qual denominamos “produção editorial”, e que nos orientaram à reorganização e reagrupamento dos casos (lugares de edição) em função dessas variáveis. Como seguem abaixo:

- **Períodos de publicação:** modalidades organizadas em três blocos: 1873-1969, 1970-1999, 2000-2015;
- **Países:** modalidades organizadas em função da sua publicação no Brasil ou não;
- **Estados:** modalidades organizadas em função da sua publicação no Maranhão ou não;
- **Cidades de publicação:** modalidades organizadas em função da sua publicação em São Luís ou não;
- **Tipos de instituição:** modalidades organizadas em função do caráter público ou privado do lugar de edição;
- **Tipos de edição:** modalidades organizadas em função da sua identificação dos livros nos referidos catálogos como gênero literário ou não.

A construção dessa rubrica mais geral nos possibilitou a identificação dos casos mais representativos referentes às variáveis listadas acima. A partir dessa identificação conjugamos os resultados dessa análise a outras variáveis relacionadas aos perfis dos autores referentes aos livros catalogados. Isso nos permitiu verificar a existência ou não de variações concomitantes ou “paralelismos” entre as características proeminentes na produção de livros e as mudanças dos perfis daqueles agentes que investiram nos usos da escrita como *estratégias* de atuação.

As congruências verificadas nos permitiram compreender alguns *efeitos de estrutura* importantes que se impuseram às lógicas de reconhecimento intelectual e sobre as condições de produção editorial. Também nos forneceram subsídios para

compreender as mudanças nos modos de instituição e formas de reconhecimento dos *papéis* de editor no Maranhão ao longo do período em pauta, da produção tipográfica em meados do século XIX ao monopólio da produção editorial pelo estado na segunda metade do século XX.

Cabem ainda algumas observações prévias acerca dos principais documentos que utilizamos para a produção dos dados que serão apresentados. Acerca da produção de catálogos ao longo do chamado período provincial no Maranhão, tivemos conhecimento apenas do catálogo de publicações da Tipografia do Frias e do catálogo de obras do Gabinete Portuguez de Leitura. De modo que o mapeamento das publicações correntes naquele período e suas informações referentes aos autores, gêneros, locais de edição e publicação etc. foi possível somente através de um extenuante e demorado trabalho de coleta a partir de trabalhos esparsos dos mais variados tipos (jornais, almanaques, relatórios provinciais, livros de cunho biográfico etc.) e pelo aproveitamento de semelhantes mapeamentos já desenvolvidos por outros pesquisadores.

Os investimentos catalográficos, comparados ao desenvolvido pelo tipógrafo José Maria Corrêa de Frias (1867), somente voltariam a se desenvolver cerca de um século depois, por meio do SIOGE. Sob iniciativa de Jomar da Silva Moraes, que exerceria a sua direção entre os anos de 1975 a 1980¹⁶⁹, passa-se a elaborar alguns relatórios referentes às atividades daquele parque gráfico, destacadamente sobre a sua produção de livros. Só muito recentemente algumas outras editoras privadas começariam também a rascunhar a elaboração e exposição dos seus catálogos.

Porém, esse artefato que se estabeleceu como pedra de toque dos embates editoriais no Rio de Janeiro e São Paulo desde o início do século não exerceria por aqui a mesma potência. E não nos custa muito identificar sua causa principal: não se verifica nesse contexto a constituição de um mercado editorial sob moldes semelhantes àqueles estados, donde a composição dos catálogos se afirmaria como principal trunfo mobilizado nos embates e *estratégias* de afirmação. Assim, a

¹⁶⁹ Principalmente: Relatório de atividades (1975-1980); Bibliografia maranhense de publicações oficiais (1983); Catálogo de publicações (1993).

identificação dos lugares de edição das obras de “autores maranhenses” realizadas pelas tipografias, instâncias estatais ou a partir de editoras localizadas noutros estados ou países, a despeito de tornar essa etapa demasiado lenta e laboriosa, nos possibilitou a identificação de alguns indícios bastante interessante em torno dos processos diferenciados de constituição e inserção em catálogos como tomadas de posição e *estratégia* de afirmação.

A ausência desses catálogos como peculiaridade nas dinâmicas de publicação dos “autores maranhenses” não implica, no entanto, na ausência de lógicas e dinâmicas concorrenciais que envolvia escritores e editores como figuras distintas, resultantes dos processos de complexificação e definição de papéis sociais. Suas modalidades de produção e publicação recorreriam, porém a outras estratégias e meios, vinculados aos tipos de materiais que nos servimos para a produção dos dados bibliográficos que mobilizamos aqui. Em sentido averso a uma suposta apatia ou inoperância editorial apressadamente concluída pela ausência de um mercado editorial, a variedade desses materiais exemplifica a complexidade e multiplicidade dos recursos mobilizados e dos contextos de interação nos quais os agentes que investiam nos usos da escrita como suporte para afirmação social precisavam investir.

Ao longo do século XIX, a produção de livros no Maranhão que segue concentrando as suas edições e impressões nas tipografias, sustentando o seu auge em (termos quantitativos) na década de 1860, iniciaria o seu período de decréscimo na medida em que se elevaria a centralidade do estado como financiador e impressor de livros, inicialmente através de instâncias específicas voltadas para a impressão dos seus “atos oficiais”, que posteriormente se estenderiam a outros gêneros, como “literatura” e “trabalhos acadêmicos”, publicados conjuntamente aos seus relatórios, regimentos, promulgação de leis etc. remodelando-se progressivamente.

Nesse contexto, as relações - que poderiam ser tomadas por heterogêneas se comparadas a outros universos sociais nos quais tais dinâmicas editoriais se constituíram separadamente - que se davam em torno dos encaminhamentos editoriais passavam a ser cada vez mais dependentes das expensas e instâncias

públicas. Processo que se daria enfaticamente a partir da criação do SIOGE, acompanhado dos demais órgãos vinculados à produção e fomento “cultural” que foram sendo criados, assim como incidiriam sobre os investimentos pessoais na constituição de laços de reciprocidade entre “editores” e “escritores” (atividades por vezes acumuladas pelos mesmos agentes, como vimos). No Maranhão, o *espaço editorial* não se estruturaria fundado em sólidas “leis de mercado” sob lógicas de funcionamento regidas por critérios de atuação e reconhecimento próprios a um microcosmo social específico, na forma d’ “As regras da arte”. As dinâmicas de trocas onde as relações pessoais e a capacidade de retribuir prebendas em livros seria o motor da *dádiva*, condição estruturante das lógicas de funcionamento desse *espaço*. A *dádiva* institui a figura do editor. Daremos maior ênfase a essas dimensões no próximo capítulo.

4. SOCIABILIDADES EM TORNO DAS EDIÇÕES DE LIVROS NO MARANHÃO

Instituições como Gabinete Português de Leitura, a Biblioteca Pública e outros espaços de leitura que circundavam o chamado Largo do Carmo, situado no centro da cidade de São Luís, se estabelecera como local privilegiado onde se encontravam os intelectuais atuantes no Maranhão ao longo do século XIX, funcionavam como um espaço de autoafirmação individuais e dos grupos aos quais se vinculavam. Suas tertúlias giravam em torno dos debates das leituras de autores consagrados e das críticas em torno dos escritos de um restrito número de agentes que atuavam politicamente através da escrita.

A partir de minucioso trabalho arquivístico, tomando por fontes desde os relatórios provinciais a anúncios em jornais, almanaques e outras obras afins, Galves (2015, 2019) e Castellanos (2017) realizaram extensos trabalhos de mapeamento dos livros em circulação e à venda no Maranhão ao longo do século XIX. As fontes e dados indicados nesses trabalhos, agrupados aos dados que vimos produzindo, nos possibilitaram a construção de um quadro parcial das tipografias localizadas no Maranhão e que investiram na produção de livros ao longo das décadas de 1820 a 1880.

A composição e leitura desse espaço geográfico fora complementada pela verificação das mudanças em torno das dinâmicas e locais onde se identificava a venda de livros. Inicialmente improvisados entre materiais de toda espécie, com a progressiva multiplicação dos anúncios de ofertas de livros apresentados nos jornais - em muitos casos com a oferta de venda antecipada referente a obras ainda “no prelo” - até a criação de lugares especializados para a sua comercialização. Conjuntamente à ampliação do comércio livreiro, donde os anúncios em jornais se apresentam como principal motor, tem-se a criação de espaços dedicados à leitura, destacadamente o Gabinete Português de Leitura e a Biblioteca Pública, e de grupos literários.

Esse mapeamento nos permitiu traçar geograficamente seus núcleos de concentração e analisar algumas dinâmicas em torno desse espaço geográfico onde

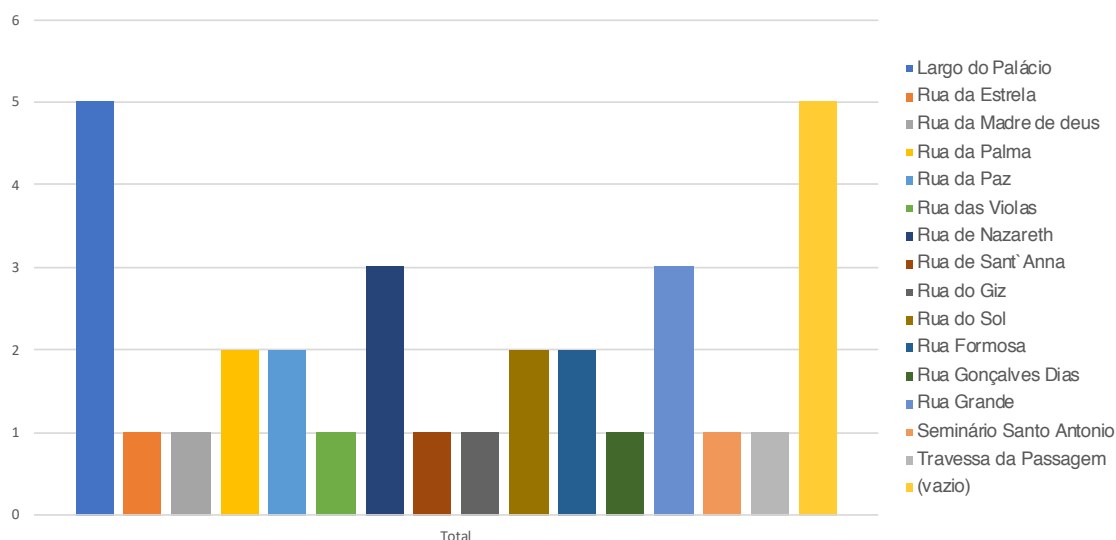
se encontravam as elites intelectuais da época - cujos perfis se adaptavam às mudanças *configuracionais* mais amplas, como indicamos anteriormente.

Na busca por afirmação social aqueles aspirantes ao reconhecimento intelectual glosavam-se uns aos outros pelo acionamento dos recursos escolares acumulados que lhes permitiam tecer comentários sobre temas políticos e cultura geral. Fosse nas tipografias, praças, livrarias e mesmo nas bibliotecas, estas “lhes servindo mais como local de encontro dos jovens do que de leitura ou estudo”¹⁷⁰, segundo descreve Gonçalves Dias. Além da compra e venda de livros, esses locais, além de servirem à promoção de diálogos e aproximações pessoais, lhes permitiam uma circularidade de ideias e princípios dominantes entre autores e impressores de livros.

Em paralelo às verificações em torno da composição geográfica desse espaço e dos seus *lugares* de sociabilidades, traçamos algumas correlações com as ondulações referentes ao quantitativo de livros produzidos pelos tipógrafos mencionados, seus gêneros e autores privilegiados e as dinâmicas de comercialização dos mesmos. A partir desse mapeamento complexo entre instâncias e lugares voltados para a produção, circulação, apropriações e sociabilidades em torno do livro, verificamos algumas lógicas de afirmação e disputas que constituiriam a gênese desse período de estruturação desses *espaço social* (tipógrafos destacados, autores e obras de destaque, círculos de sociabilidades etc.).

¹⁷⁰ DIAS, Gonçalves. Relatório da Instrução pública. In: PRIMITIVO, Moacyr. Instrução pública no Império. São Paulo: Martins Fontes, 1973, vol. 2, p. 8.

GRÁFICO 05 - Endereços das tipografias em São Luís (1821-1899)



Fonte: Compilação de endereços recolhidos a partir dos Almanques do Maranhão para os anos de 1849, p. 189 (Tipografia Maranhense, 1848); 1866, p. 229 (Tipografia de Belarmino de Mattos, 1866; 1875, p. 381 (????); 1878, p. 92 (Tipografia de Frias, 1877); mapeamentos expostos em GALVES et al, 2019 e CASTELLANOS, 2017) e de informações anunciadas em jornais diversos.

Inicialmente, através da identificação dos seus endereços de funcionamento, pudemos localizar pelo menos três centros de concentração das tipografias, segundo indicados no quadro abaixo.

Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3
<p>Rua Grande: J. A. G. Magalhães; José Matias A. Serrão; Tipografia da situação.</p> <p>Rua da Paz: Constitucional; Tipografia Progresso.</p> <p>Rua do Sol: I. J. Ferreira; Constitucional.</p> <p>Travessa da Passagem: Joaquim F.S. Jacarandá</p>	<p>Rua de Nazareth: Frederico Schlegel; J. C. M. Da Cunha Torres; Gonçalves Pinto.</p> <p>Largo do Palácio: Temistocles da Silva Maciel Aranha; Tipografia Maranhense; Tipografia Liberal; Luiz Magalhães & C^a.; Tipografia Comercial.</p>	<p>Rua Formosa: Tipografia Temperança.</p> <p>Rua da Palma: José Maria Corrêa Frias; A.P. R. de Almeida & C^a.</p> <p>Rua de Sant'Anna: Tipografia Independente.</p> <p>Rua do Giz: Constitucional;</p>

Fonte: ibid, op. cit.

Posteriormente, retomando os anúncios de livros à venda, passamos a identificar as tipografias dentre esses grupos que mais se sobressaíam em volume de livros publicados. O princípio subjacente para esta escolha é o de que os casos mais destacados funcionem como vetores de dispersão das lógicas dominantes que passavam a estruturar esse espaço: gêneros e autores mais valorizados, temáticas predominantes etc.

A observação dessas variações nos permitiu iniciarmos a construção de uma *topologia social* (CHARLE, 1977) a partir do espaço geográfico onde elas se situam. No que tange aos seus endereços, embora tenhamos uma variação razoável entre as ruas, suas aglomerações terminam por compor pequenas áreas, destacando-se como referências para o Grupo 1 as proximidades com a Igreja de São João; o Largo do Palácio para o Grupo 2 e o Convento das Mercês Para o Grupo 3. Não temos aqui a pretensão de induzir sobre tais verificações uma espécie de homologia entre situação espacial e posição social, posto que não temos ainda densamente sistematizados um conjunto de dados que nos permita esse tipo de análise¹⁷¹. Mas alguns apontamentos podem ser feitos aqui sobre a localização dessas tipografias, dos locais de vendas de livros que passavam a ser criados e dos espaços de leituras como elementos na composição de círculos de sociabilidades em torno dos livros. Ressaltamos que essas dimensões encontram-se melhor desenvolvidas no capítulo 4 deste trabalho.

Entre os três grupos mapeados encontra-se o Largo do Carmo, local que serviria como sede provisória de importantes instituições militares e culturais do Maranhão ao longo do século XIX, além da sua vocação religiosa original com a fundação do Convento do Carmo¹⁷². Destacamos entre as instituições que ali se abrigaram provisoriamente, a Biblioteca Pública provincial, criada em 1829 e inaugurada em 1831, e o estabelecimento inicial do Liceu Maranhense¹⁷³ no ano de 1838, cujo funcionamento se daria apenas um ano depois devido às necessárias modificações no prédio do Convento para a adaptação dessa escola. Segundo Castro, essa instituição teria por finalidade,

¹⁷¹ Pretendemos seguir com esse essa análise em estudos futuros.

¹⁷² O Convento do Carmo foi construído em 1627, na antiga colina de Santa Bárbara, atual Praça João Lisboa. No século XIX, entre as funções estranhas à sua finalidade, o Convento do Carmo serviu de quartel da polícia provincial; de primeira sede da Biblioteca Pública Provincial (1831); do Instituto Literário Maranhense (1865); e do Liceu Maranhense (1838) (MORAES, 1995, p. 67).

¹⁷³ O Liceu Maranhense foi criado pelo presidente da Província Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo através da Lei n. 77 de 24 de julho de 1838.

[...] educar seus alunos através do ensino moderno, voltado para as línguas¹⁷⁴, o ensino literário e o científico, com o intuito de ser preparador para o ensino superior, mais especificamente dos filhos de famílias abastadas do Maranhão que, ao término dos sete anos do curso na instituição, ingressavam no ensino superior, nas universidades europeias, notadamente em Portugal e França, ou nas faculdades de Medicina no Rio de Janeiro e na Bahia; e de Direito em Olinda e São Paulo mediante exames de preparatórios. (CASTRO et al. 2019).

A Biblioteca Pública, inicialmente provincial, entraria em desuso alguns anos após a sua criação e o seu já minguado acervo¹⁷⁵ passaria por uma longa perambulação sem um prédio definitivo para a sua concentração. Como se vê no roteiro de parte dessa peregrinação resumido por Castro:

A biblioteca apresentava estado deprimente e não havia condições de ser mantida pelo Estado, quando a Assembleia Legislativa Provincial aprovou a Lei no 752, de 1o. de junho de 1866, transferindo-a para o Instituto Literário Maranhense. Em 1872, (Lei no 991 de 10 de junho), passa a ser tutelada pela Sociedade Onze de Agosto. Devido à falência dessa última instituição, em 1880, a biblioteca, sem verba para a sua manutenção, mais uma vez foi esquecida por dois anos em umas das suas salas. Tentando reverter esse quadro, o presidente da província do Maranhão transferiu o que restava do seu acervo no dia 1o, de julho de 1882, para uma sala da Igreja da Sé, quando foi dado início, pela primeira vez, ao processo de organização pelo Sr. Augusto da Silva Fontes, nomeado para tal função. Em 1886, os administradores da Igreja pediram a sala onde a Biblioteca estava instalada e, sem mais alternativas, o acervo abrigou-se novamente na instituição onde tudo havia começado (Convento do Carmo). (Castro et al. p. 260).

Após o seu retorno ao Convento do Carmo a Biblioteca Pública passaria o seu acervo ao Liceu Maranhense (1892), acompanhando a mudança deste para o seu prédio definitivo, localizado na Rua Formosa. As instituições culturais citadas no trecho acima (Instituto Literário Maranhense, Sociedade Onze de Agosto) que

¹⁷⁴ Na edição de 1838 do jornal “Publicador oficial”, são listadas as cadeiras correspondentes a cada uma dessas áreas; Línguas: Grego, latim, francês, inglês”; ensino literário: “Retórica e poética, gramática filosófica da língua e análise dos clássicos” e ciências: “Filosofia racional e moral, geografia e história, álgebra, cálculo mercantil, trigonometria esférica, dentre outras”.

¹⁷⁵ “Ela ocupava uma das salas do Convento do Carmo e tinha como acervo 1448 volumes, adquiridos com dinheiro arrecadado da subscrição popular e com doações dos ilustres ludovicenses, entre os quais se destacou o seu idealizador Dr. Antônio Pedro da Costa Ferreira, que doou 300 volumes do seu acervo pessoal”. (CASTRO et al, 2011, p. 259).

funcionaram como sedes provisórias dessa Biblioteca. As composições desses grupos e instituições, seus modos de funcionamento e importância para as dinâmicas na produção de livros e estratégias de afirmação em torno da leitura serão retomadas adiante.

Como já apontado, acompanhando o baixo grau de institucionalização do universo em pauta identifica-se nesse contexto uma forte pessoalização dos recursos sociais mobilizáveis, o que significa que o peso dos capitais simbólicos em jogo está intimamente ligado a quem os possui e se vincula ainda aos *grupos* sociais aos quais pertencem estes agentes. Isso também justifica a importância das relações sociais identificadas nesta tese e o quanto tais características interferem nos deslocamentos posicionais operados neste *espaço*.

O trânsito desses agentes estaria intimamente relacionada à administração dos laços pessoais e na lealdade mediados pelas trocas de favores e *reciprocidades* em torno das dinâmicas editoriais. Isso implica na compreensão de que os vínculos estruturantes da vida social nesse *espaço* funcionam através da mediação de uma *rede* de relações que conectam os diversos domínios, segmentos sociais e agentes que o compõem.

Essas características institucionais tornaram necessária a utilização de um referencial teórico que nos auxiliasse à análise das dinâmicas sociais em seu nível mais pessoalizado, que nos permitisse compreender as lógicas adjacentes à constituição de grupos com diferentes modalidades de inserção. Porém, sobre o universo que analisamos destaca-se a força da “amizade” como elo das relações, como eufemismo condicionante das obrigações de editar retribuindo favores. Aqui, as obrigações de reciprocidade se inauguram pela oferta de reconhecimento do editor: editar é um *dom* em pagamento às demandas por reconhecimento. São as verificações acerca das condições de estabelecimento das relações e razões em torno desse *dom* que discutiremos aqui.

Na esteira do desenvolvimento tipográfico operado na segunda metade do século XIX e conseqüente ampliação da produção de livros e impressos em geral, foram se estabelecendo vários locais dedicados ao compartilhamento dos códigos

e costumes legitimados para a atuação intelectual e de sociabilidade através da leitura.

Em 1869, alguns moços empregados, como eu, no comércio construíram no Largo do Carmo (hoje Praça João Lisboa), por baixo do Gabinete Português de Leitura, um teatrinho a que deram o arrogante e pomposo título de “Teatro Normal”. (Aluizio Azevedo. In. MÉRIAN, 2019, p. 49).

Dentre esses espaços dedicados à leitura e aglutinação dos livros a serem lidos destacam-se, como apontado anteriormente, a Biblioteca Pública (1838) e o Gabinete Português de Leitura (1853). Este último, além de livros, recebiam também diariamente os jornais a serem disponibilizados para leituras locais e empréstimos. Mais adiante (1873), funda-se ainda a Biblioteca Militar, para uso interno do exército e a Biblioteca Popular, criada a partir de doações de livros e jornais de vários países, principalmente oriundos da Europa e Estados Unidos.

Além deles, grupos e associações literárias passariam a compor a atmosfera intelectual que passava a gravitar em torno desses locais como principais pontos de sociabilidades. No entanto, cabe lembrar que já havia em funcionamento alguns acervos bibliográficos vinculados a congregações religiosas, denominadas “bibliotecas conventuais”, a exemplo das bibliotecas do convento de Santo Antonio, da Igreja do Carmo e a dos Jesuítas¹⁷⁶.

¹⁷⁶ DIAS, Gonçalves. Relatório da Instrução Publica. In: PRIMITIVO, Moacyr. Instrução pública no Império. São Paulo: Martins Fontes, 1973. v. 2, p. 8.

IMAGEM 04 - Planta de São Luís em 1858 com indicação das tipografias em funcionamento (1821-1882)



Fonte: imagem extraída do site do IHGB¹⁷⁷.

Na contramão desse dinamismo tipográfico, seguia o Maranhão em sua minguada expansão¹⁷⁸ e acesso à formação escolar, processo que não se equalizava à produção bibliográfica em ascensão, verifica-se ainda a criação de grupos¹⁷⁹ e instituições de cunho “literário” e voltados à atuação cultural em sentido amplo, afrontando-se acerca do papel dos “intelectuais” para a “revolução cultural” e contra o “desânimo cultural latente” em fins do século XIX.

¹⁷⁷ Endereço para a imagem: <http://ihgm1.blogspot.com/2017/12/desvendando-sao-luis-planta-da-cidade.html>

¹⁷⁸ Apenas 1/6 da arrecadação provincial era direcionada para a expansão escolar.

¹⁷⁹ Tomaremos essa noção segundo compreendida por Offerlé como tipos particulares de organização e como matrizes de produção de bens simbólicos (OFFERLÉ, 1998).

“Todos bocejão par falta de assumpto para a conversação, e ninguém se atreve a perguntar o que ha de novo, pelo receio de uma resposta atravessada e vazia de novidade. Infelizmente, porem, só posso anunciar a próxima publicação do primeiro volume das obras posthumas de Gonsalves Dias, e o terceiro do Curso de Litteratura do Sr. Sotero dos Reis. Entretanto, onde estão tantas obras, qua o publico espera impaciente; e o que fazem tantos escriptores festejados e bem queridos em o nosso mundo litterario? Uns dormem o somno da morte, e as suas obras jazem esparsas, máo grado a anciedade publica; outros descansão mergulhados em um ócio reprehensivel, quando competia-lhes apresentar os fructos, que forão prophetisados por lindissimas flores. [...] Entre os poucos que ainda trabalhão, conta-se Souza Andrade a preparar os ultimos cantos do seo imaginoso Gueza Errante, e Gentil Braga que completa a traducção da Eloa e a sua delicadíssima Clara Verbena. [...] Não posso acreditar na deserção que elles hajão feito do santuario, onde já fizerão morada; não quero conformar-me com a triste certeza de que elles para sempre abjurarão da religião de que forão apóstolos”. (O Semanário Maranhense, 1867, nº 1, p. 8)¹⁸⁰.

4.1. Mutações na produção bibliográfica e reposicionamento das elites intelectuais no Maranhão

Como recurso para a verificação mais geral das alocações dos grupos atuantes em torno das edições de livros, mobilizamos alguns recursos estatísticos aplicados principalmente aos relatórios bibliográficos (catálogos, lista de títulos pertencentes a instituições etc.) que conseguimos acumular ao longo da pesquisa. Tal empreendimento foi de suma importância na construção analítica e verificação das mudanças operadas em dois *momentos* do espaço editorial em pauta. Os dados produzidos tiveram por finalidade a sua aplicação ao modelo de Análise Geométrica de Dados, nos moldes desenvolvidos por Benzécri¹⁸¹ a partir da década de 1960.

Recentemente os usos dessas ferramentas estatísticas vêm sendo amplamente difundidos e aplicados por uma gama de pesquisadores.as,

¹⁸⁰ Jornal de cunho literário, fundado em 1867. Tinha entre os seus colaboradores Gentil Braga, Celso Magalhães, Sotero dos Reis, César Marques, Sabbas da Costa e Sousândrade.

¹⁸¹ Para uma leitura abrangente sobre o desenvolvimento das análises de correspondências múltiplas na França, veja: BONNET, Phillippe. **Pour une histoire sociale de l'analyse des données**. In: LEBARON, Frédérick; LEROUX. **La méthodologie de Pierre Bourdieu en Action: espace culturel, espace social et analyse des données**. Paris: Dunod, 2015.

notadamente entre aqueles/as de orientação “bourdieusiana”¹⁸². Dentre eles, destacamos aqui as contribuições recentes desenvolvidas por Vassili Rivron (2005), Frédéric Lebaron (2015), e Julien Duval (2016), pelas quais em muito nos orientamos para a construção das verificações aqui apresentadas.

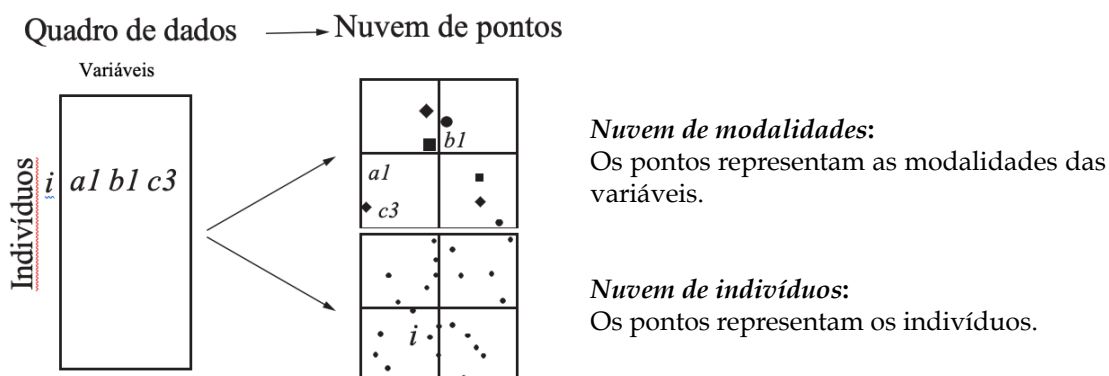
Como primeira observação para a sua leitura, tomando um dos princípios fundamentais para a construção das análises geométricas de dados, podemos dizer que, em suma, uma AGD consiste, fundamentalmente na construção de nuvens de pontos, em buscar os eixos principais e em estudar as nuvens projetadas sobre os primeiros eixos e sub-espacos mais destacados.

Não sendo nosso intuito fazer aqui uma explanação demorada acerca dos critérios e protocolos necessários para a operacionalização desses recurso estatístico¹⁸³, nos ateremos apenas à indicação dos seus elementos fundamentais para a compreensão das tabelas demonstradas adiante e dos caminhos que percorremos para a sua produção. Para tanto, retomaremos a três ideias-chaves sintetizadas por Lebaron e Leroux (2015).

A primeira corresponde ao princípio de interpretação dos dados. Expostos em quadros cuja apresentação se dá na forma de nuvens de pontos, estes resultam das correlações entre variáveis e indivíduos (ou unidades estatísticas, que tanto podem se referir a pessoas quanto a instituições, grupos etc.), dispostos na forma de distribuição geométrica das variáveis categóricas ou dos indivíduos, conforme ilustrado na figura abaixo, onde se ilustra um quadro de dados e as duas nuvens produzidas pela ACM.

¹⁸² Sobre o uso de ACM's para análise do campo editorial francês aplicadas por Pierre Bourdieu, leia: BOURDIEU, Pierre. **Uma revolução conservadora na edição**. In: Política & Sociedade, v. 17, nº 39. Florianópolis, mai./ago. de 2018.

¹⁸³ Registramos aqui nosso profundo agradecimento às contribuições de Alseny Niare, por toda a sua disponibilidade e auxílio no tratamento estatístico dos dados e construção dos quadros de análises de correspondências múltiplas aqui disponibilizados, produzidos no âmbito da Plate-forme Universitaire de Données - PUDC de Caen durante o estágio doutoral do autor desse trabalho, realizado junto ao Musée de Recherches sur les Sciences Humaines - MRSH/Unciaen/França.



Fonte: adaptado de LEBARON et LEROUX, 2015, p. 7.

Dadas as características geralmente muito variadas entre os indivíduos, essas nuvens tendem a adquirir uma dimensionalidade muito grande, o que praticamente inviabilizaria a leitura dos quadros. Desse modo, é quase sempre recorrente a busca por estratégias para a sua redução, de modo a realçar as variáveis componentes dos seus eixos principais. Cabe ainda observar que os procedimentos estatísticos descritivos, necessários para o posterior retorno às categorias que lhes representa, encontram-se expostos no seu anexo intitulado “Procedimentos estatísticos descritivos para o desenvolvimento das Análises de Correspondências Múltiplas - ACM”. Ali se encontra desenvolvido o trabalho de construção das frequências, médias, quantitativos, percentuais etc. utilizados para identificarmos o peso referente à “contribuição” das categorias para a composição de cada eixo.

A segunda ideia-chave corresponde à concepção de que “as estruturas comandam os procedimentos”. O que implica num esforço pela harmonização entre a construção geométrica resultante do trabalho estatístico resumido acima e a razão estrutural do *espaço social* em questão, que só pode resultar de um intenso trabalho etnográfico. A leitura da razão gráfica das ACM’s é um tipo de exercício etnográfico lido sob a forma geométrica das combinações matriciais entre variáveis categóricas dos indivíduos. Portanto, tais figuras são uma *representação* da razão estrutural desse *espaço social*.

Por fim, a terceira ideia-chave se refere ao processo indutivo de interpretação dos dados e que pode ser resumido sob a máxima de que “o modelo deve seguir os dados, não o inverso” (Ibdem, p. 9). Desse modo, compreendemos que são as hipóteses de pesquisa que orientam a produção dos dados e, por consequência, a construção do espaço geométrico, cujas inferências sobre suas lógicas de funcionamento somente poderão se dar a partir de uma densa descrição dos seus quadros. Aqui novamente se faz imprescindível a razão etnográfica e as condições de interpretação das dinâmicas sociais em jogo que ela dispõe ao.à pesquisador.a. Aqui as deduções próprias à estatística cedem lugar à interpretação, lhes fornecendo suporte para a expansão dessas verificações.

4.1.1. Produção de dados estatísticos e elementos para a leitura dos quadros

Como já indicado, uma série de obstáculos foram enfrentados no processo de identificação e tratamento das fontes durante o desenvolvimento do trabalho prosopográfico. Aqui apontaremos alguns dos impasses enfrentados e as soluções definidas no âmbito das escolhas metodológicas em torno da produção desses dados com fins ao tratamento estatístico¹⁸⁴. A princípio imbuídos ainda de uma concepção predominantemente “regional” acerca da produção bibliográfica dos “autores maranhenses”, um primeiro problema se apresentou no processo de organização da razoável lista de autores e livros publicados noutros estados e países.

À medida que avançávamos na produção das variáveis, a persistência de um relevante volume dessas obras nos dobrou (no duplo sentido) a atenção para o volume de publicações nacionais e internacionais como um dado importante, o que nos motivou a reagrupar essas informações sob a variável “países de publicação” e suas respectivas cidades. Por fim, acabamos identificando essa

¹⁸⁴ Para que a leitura do texto não se tornasse cansativo pela presença excessiva de tabelas estatísticas, que no entanto se fazem importantes para a demonstração dos caminhos percorridos para a produção das verificações que seguem, optamos por alocar os resultados e etapas estatísticas mais densas no final desse trabalho sob a forma de Anexo. À medida que se fizerem relevantes suas referências serão indicadas no transcorrer do texto.

variável como determinante para a constituição de um terceiro polo de classificação dos lugares de edição, de grande importância na composição e oposição entre os eixos representativos desse espaço editorial, como indicaremos adiante.

Veremos também que o quantitativo de casos verificados por seus estados de publicação¹⁸⁵ se apresenta como outro elemento destacado para a constituição de outros dois polos em oposição, cujas condições se definem basicamente por agentes que publicaram a partir de editoras situadas no Maranhão ou em outros estados, respectivamente com ênfase sobre as instituições públicas e privadas. Essas classificações acompanham ainda as análises relacionais em torno das frequências de outras variáveis como os períodos de produção, gêneros de escrita e tipos de instituição e suas respectivas modalidades.

A noção de “escritores maranhenses”, segundo a classificação adotada pela BPBL, se refere ao local de nascimento dos autores. No entanto, em alguns casos essa noção extrapola essa definição, expandindo-a àqueles que reconhecidamente atuaram através da escrita e publicaram suas obras no Maranhão. O mesmo ocorrendo às avessas, tomando por “autores maranhenses” àqueles que, mesmo tendo nascido nesse estado foram reconhecidos como escritores a partir dos seus investimentos literários e edições realizadas noutros estados.

Vê-se que essa vinculação ao estado, embora atrelada ao local de nascimento, se efetiva de modo muito mais estendido e atrelada aos esforços de constituição de uma noção de regionalismo que não se confina aos limites geográficos do estado. Assim, tomando os locais de publicação dos 3740 livros¹⁸⁶ de “autores maranhenses” identificados através do relatório de livros constantes no acervo da BPBL, encontravam-se distribuídos da seguinte forma: 61% haviam sido publicado através de instituições situadas no Maranhão. Percentual que corrobora a observação sobre a complexidade que envolve as lógicas de

¹⁸⁵ Cabe lembrar que todos os casos considerados para essas tabelas fazem parte da sessão “autores maranhenses”, extraídos do relatório de livros da Biblioteca Pública Benedito Leite.

¹⁸⁶ Após extração dos títulos repetidos, presentes no relatório. No total, somavam cerca de 9.000 títulos.

constituição desse princípio de divisão regionalista. 29% se originavam de outros estados, o que nos chama a atenção para a busca pelos centros de investimentos editoriais mais destacados nacionalmente, haja vista que em grande parte se concentraram no RJ (59%) e SP (23%), destacando-se ainda DF com 13% dos casos. Havendo ainda 1% originados em outros países e 9% sobre os quais não identificamos informações sobre a sua cidade ou estado de edição.

TABELA 23 - Edições realizadas fora do Maranhão

Estados/Países	Quantidade de títulos
AM	3
Argentina	1
BA	6
CE	15
DF	134
ES	1
GO	4
ING	2
Madrid	1
MG	24
MS	1
PA	11
PB	2
PE	11
PI	8
Portugal	37
PR	15
RJ	594
RS	7
SC	7
SP	238
n.i.	319
Total geral	1441

Fonte: repertório bibliográfico produzido pelo autor.

Dentre as cidade situadas no Maranhão, São Luís, capital do estado, continuaria a centralizar a produção editorial. Durante quase todo o século XX ela concentrou cerca de 54% da produção de livros. Apenas 4% deles teriam sido editados em outras cidades desse estado. Mas essa informação adquire contornos mais interessantes quando combinada aos tipos de publicação (que inclui a categorização por gêneros “literários” - aqui compreendidos analiticamente, para fins de tratamento estatístico, por simbolicamente rentáveis ou não - e os tipos de instituição onde foram publicadas (públicas ou privadas).

Tipo de instituição	Quantidade	Percentual
Privado	1852	50%
Público	1107	30%
i.n.i.	781	21%
Total geral	3740	100%

A tendência apontada é que há uma forte correlação entre as publicações feitas em São Luís de gêneros não literários e a partir de instâncias públicas do estado, principalmente durante a segunda metade do século XX. É somente a partir de uma terceira periodização (2000 - 2015) que se iniciaria uma descentralização da cidade de São Luís e concomitante aumento das edições promovidas por editoras privadas no Maranhão¹⁸⁷, porém, ainda sob intenso suporte financeiro do estado, acessados através dos seus editais de fomento.

Esses elementos nos despertaram interesse por caracterizarem, junto a outros, um período de transição fortemente marcado pelo protagonismo das instâncias públicas, como visto anteriormente. Não apenas como produtoras mas também financiadoras da produção de livros nesse estado, acompanhando uma série de outras mudanças em torno dos perfis dos *lugares* de edição, dos gêneros produzidos e, para o que mais nos importa aqui, dos elementos que compõem as funções e constituem os *papéis* de editor. Essas informações serão retomadas adiante para compreendermos melhor as mudanças em torno das lógicas de reconhecimento e *estratégias* de atuação dos agentes investidos dos *papéis* de “editor” no Maranhão.

¹⁸⁷ Em período mais recente se destacam em termos quantitativos o Instituto Geia, Clara Editora e a Ética Editora, esta última situada no município de Imperatriz.

TABELA 24 - Distribuição das cidades segundo os tipos de edição

Cidades	Literatura		Não literário		Total geral
Cidades de outros estados	490	45,0%	600	55,0%	1090
Cidades de outros países	30	76,9%	9	23,1%	39
Outras cidades do MA	71	43,8%	91	56,2%	162
São Luís	738	36,8%	1267	63,2%	2005
c.n.i.	164	36,9%	280	63,1%	444
Total geral	1493	39,9%	2247	60,1%	3740

Fonte: repertório bibliográfico produzido pelo autor.

Cabe retomar que mesmo se tratando de um percentual bastante elevado de instituições de tipo “privadas”, suas publicações tiveram em grande parte a participação de instâncias públicas para a sua impressão ou financiamento ou mesmo através de publicações conjuntas. A exemplo da produção de livros realizada através das tipografias que se intensificava à medida que os seus tipógrafos responsáveis eram encarregados das publicações dos chamados “atos oficiais” do estado e que através de tais subsídios poderiam então se dedicar também à publicação de livros.

Se num primeiro estado desse espaço de produção editorial (1873-1969), tinha-se uma produção de livros concentradas em instituições privadas (57,5%), concentradas nos estabelecimentos tipográficos, publicar os atos oficiais através dessas tipografias significava também poder publicar livros. Num segundo (1970-1999), com 41,1% dos investimentos editoriais concentrados pelo estado (percentual que seria bem maior entre as décadas de 1960-70, como já destacado), será a ocupação de cargos públicos estratégicos vinculados à cultura que proporcionará o destaque editorial e as possibilidades de publicação de livros a determinados agentes. Já num período mais recente (2000-2015) se verifica, ainda que sucintamente, uma retomada das instâncias privadas como lugares de edição na forma de empresas editoriais, concentrando cerca de 60% dessa produção. No entanto, não se estabelecem sob a forma de uma dinâmica concorrencial de mercado, mas permanecem aliançadas por vias pessoais às expensas do estado

como principal financiador das duas publicações. Considerando-se ainda que 19,7% dos casos não possuía identificação sobre suas instituições editoras.

Ainda com base na leitura das tabelas estatísticas produzidas, notamos que os investimentos simbolicamente rentáveis, que incluem as publicações de cunho literário (dentre elas as produções biográficas, relatos de viagem etc.) se mantiveram sempre com relativa minoria em relação a outros gêneros ao longo de todo o período em pauta, com suave destaque para o primeiro período (45%). Percentual que tenderia a diminuir mais recentemente para 33,9%, devido à ênfase nas publicações de trabalhos acadêmicos promovidos pelas novas editoras, embora as produções de cunho literário continuassem a compor os seus catálogos.

Em relação às edições realizadas em outros países, 73,2% se referem a publicações simbolicamente rentáveis, o que indica uma forte correlação entre os investimentos editoriais no exterior e as lógicas de reconhecimento e consagração literária de “autores maranhenses”, destacadamente no intervalo de vinte anos entre 1906 e 1926, entre os quais se registram 32 do total de 41 títulos publicados em outros países. Registra-se ainda 24 publicações (11 com mais de uma edição) de Henrique Maximiliano Coelho Netto realizadas em Portugal ao longo desse período, todas elas realizadas na cidade de Porto e através da livraria e editora Chardron (posteriormente denominada Lello & Irmão).

Essas observações ligeiras denotam a necessidade de se desenvolver um estudo minucioso sobre esse trânsito transatlântico de impressos do Brasil para a Europa, e talvez Portugal tenha sido mesmo uma das principais portas de entrada para o ingresso de autores brasileiros no velho continente em fins do século XIX e início do XX¹⁸⁸. Essa Livraria “internacional”, segundo autodenominada nas capas dos seus catálogos, é reconhecida por Camilo Castelo Branco como a principal responsável pela importação dos livros brasileiros para Portugal e introdução dos seus autores nas dinâmicas de sociabilidade literária de Porto e Braga, onde

¹⁸⁸ Sobre esse aspecto, Marcia Abreu e Marisa Midori Deaecto organizaram recentemente uma importante publicação com um apanhado abrangente de trabalhos, sob o título **A circulação transatlântica dos impressos - Conexões**. Campinas, SP: UNICAMP/IEL/Setor de Publicações, 2014.

mantinham suas filiais e onde habitavam seus respectivos proprietários, os irmãos Ernesto Chardron e Eugênio Chardron, respectivamente.

O mercado dos livros portuguezes abiu-se, ha poucos mezes, em Portugal. Devemol-o á actividade intelligente do snr. Enesto Chardron. Foi elle quem primeiro divulgou um catalogo de variada litteratura, em que realçam os nomes de mais voga n'aquelle florentissimo paiz. (BRANCO, 1874, p. 50).

A partir de 1903 Coelho Netto passaria a compor os catálogos da Chardron e teria suas obras divulgadas quase sempre em destaque ao lado de Camilo Castelo Branco, principal expoente de vendas daquela Livraria.

IMAGEM 05 - Henrique Maximiliano Coelho Netto



Fonte: Catálogo da Livraria Chardron, 1903. p. 197.

Henrique Maximiliano Coelho Netto. Nascido no município de Caxias-MA, em 1864, faleceu no Rio de Janeiro, em 1934. Filho dos portugueses Antônio da Fonseca Coelho e Ana Silvestre Coelho. Iniciou os cursos de Medicina no Rio de Janeiro e de Direito, na Faculdade de Direito de São Paulo, ambos inconclusos. Atuou como jornalista na “Gazeta da Tarde” e no “Cidade do Rio”. Exerceu os cargos de Secretário do Governo do Estado do Rio de Janeiro e Diretor dos Negócios do Estado. Exerceu também os cargos de Secretário-geral da Liga de Defesa Nacional e membro do Conselho Consultivo do Teatro Municipal e foi Redator de Debates do Senado (1893). Eleito deputado Federal pelo Maranhão em três legislaturas (1909-1921). Estreou na literatura como o livro “Rapsódias” (1891) Em 1892 foi nomeado professor de História da Arte da Escola Nacional de Belas Artes (1892) e, mais tarde, professor de Literatura do Ginásio Campinas (1901) e do Ginásio Pedro II (1907). Em 1910, foi nomeado professor de História do Teatro e Literatura Dramática da Escola de Arte Dramática, posteriormente assumindo o cargo de diretor dessa instituição. Polígrafo, foi membro da Cadeira 2 da Academia Brasileira de Letras, para a qual também foi eleito presidente (1926). Escolhido a Patrono da Cadeira 24 da Academia Maranhense de Letras.

Fonte: Repertórios biográficos coletados pelo autor.

O destaque nos catálogos da Livraria Chardron era evidenciado pela apresentação de fotografias dos autores que também poderiam acompanhar resumos das suas principais obras à venda. A exemplo da importância desse autor, se registra no seu catálogo de 1906, em texto de retomada e louvor à importância dessa livraria “que prestou imensos serviços á instrução e á educação nacional”: “para lembrar-se a Livraria Chardron, bastavam as obras de Camillo, que o grande livreiro francez tanto admirava e cujas obras editou quasi todas”. Nesse mesmo catálogo constariam de Coelho Netto os livros “Sertão”, “Água de juventa”, “Bico de penna”, “Romanceiro” e “Theatro”. Sete anos mais tarde seria 18 a quantidade de títulos dispostos no catálogo da então Livraria Chardron Lello & Irmão (1913). Uma observação salta aos olhos acerca da relação entre Coelho Netto e Camilo Castelo Branco. Em seu texto “Noites de insônia...”, Camilo, ao passo que elogia a “literatura brasileira”, menciona, além da Chardron, várias outras editoras pelas quais ele e Coelho Netto editariam suas obras. Cabe lembrar que tais editoras, Laemmert, Francisco Alves, Garnier etc. vão compor um

momento embrionário da gênese do *campo* editorial no Brasil, como demonstrado por Gustavo Sorá (2010).

As dimensões apontadas aliadas a uma série de outras verificações estatísticas que realizamos (dispostas de forma mais detalhada no documento em anexo), cujos resultados mais representativos foram apresentados sinteticamente acima, pudemos identificar melhor o peso relativo entre determinadas variáveis que correspondem a dimensões sociais relevantes para a compreensão das lógicas de funcionamento do *espaço* de produção editorial em pauta.

A leitura dos quadros apresentados adiante se dará pela análise dos eixos, que correspondem a dimensões de análise (dim) constituídas pelas correlações entre as variáveis mais significativas para a representação das condições estruturantes desse *espaço* de produção editorial no Maranhão e seus processos de reconfiguração¹⁸⁹. Com a construção dos agrupamentos dispostos adiante pudemos elaborar um espaço gravitacional a partir das correlações entre algumas propriedades sociais dos *lugares de edição* que compõem o universo social que analisamos.

Optamos pela demonstração dos eixos 1, 2 e 3 por se apresentarem como os mais significativos para a estruturação desse espaço social, como se observa na descrição estatística em anexo. Cabe lembrar que essas verificações mais gerais foram ainda combinadas a uma leitura mais específica das propriedades sociais dos/as autores/as que ocuparam posições proeminentes nesse *espaço*, bem como dos agentes que exerceram os papéis de editores vinculados aos *lugares de edição* mais representativos dos polos analisados.

Ainda sobre uma leitura preliminar de cada eixo “separadamente”, destacamos duas observações: a primeira trata da configuração que se verifica a

¹⁸⁹ Para uma verificação mais atenta sobre as etapas desenvolvidas para a construção das variáveis e seus agrupamentos, bem como dos testes de correlações que realizamos para a identificação das variáveis mais relevantes e elaboração de cada eixo, veja os dados expostos no Anexo “Procedimentos estatístico-descritivos para o desenvolvimento das Análises de Correspondências Múltiplas - ACM”.

partir das dimensões predominantes no eixo principal¹⁹⁰, que, por definição, “fornece a melhor aproximação unidimensional da nuvem, nesse sentido é o eixo pelo qual a variação da nuvem projetada ortogonalmente sobre esse eixo é máxima; o primeiro plano principal fornece a melhor aproximação para uma nuvem situada em um plano etc.” (LEBARON et LE ROUX, 2015, p. 7).

Constituído por uma oposição entre os perfis dos “lugares de edição” que constituem os eixos 1 e 2, ela se caracteriza de um lado por agentes situados no Brasil e mais destacadamente na cidade de São Luís do Maranhão, com ênfase sobre livros voltados para gêneros “não-literários” e em sua maioria publicados durante o período de 1970 a 1999. Em oposição direta a esse polo, temos os perfis dos agentes situados em outros estados e cidades no Brasil, cujas publicações foram majoritariamente de livros dedicados a gêneros “simbolicamente rentáveis” e a partir de instituições “privadas”, características que se mostram mais acentuadas entre os anos 1873 a 1969.

O eixo 3 se destaca pela posição isolada que ocupa o perfil dos lugares de edição fortemente caracterizados pelas publicações realizadas em “lugares de edição” “privados” localizados em outros países. Porém, quando observamos a representação geométrica constituída pelos eixos 2 e 3 se apresenta um outro tipo de oposição. Nesse caso, acentua-se no eixo 3 a importância dos lugares de edição “privados” situados em outros estados do Brasil, atuantes durante o período de 1873 a 1869 e mais dedicados à produção de gêneros simbolicamente rentáveis dentre os “autores maranhenses”. Em oposição a eles destacam-se as publicações realizadas em outros países e vinculadas a instituições “públicas” e gêneros “não-literários” entre os anos 1970 a 1999.

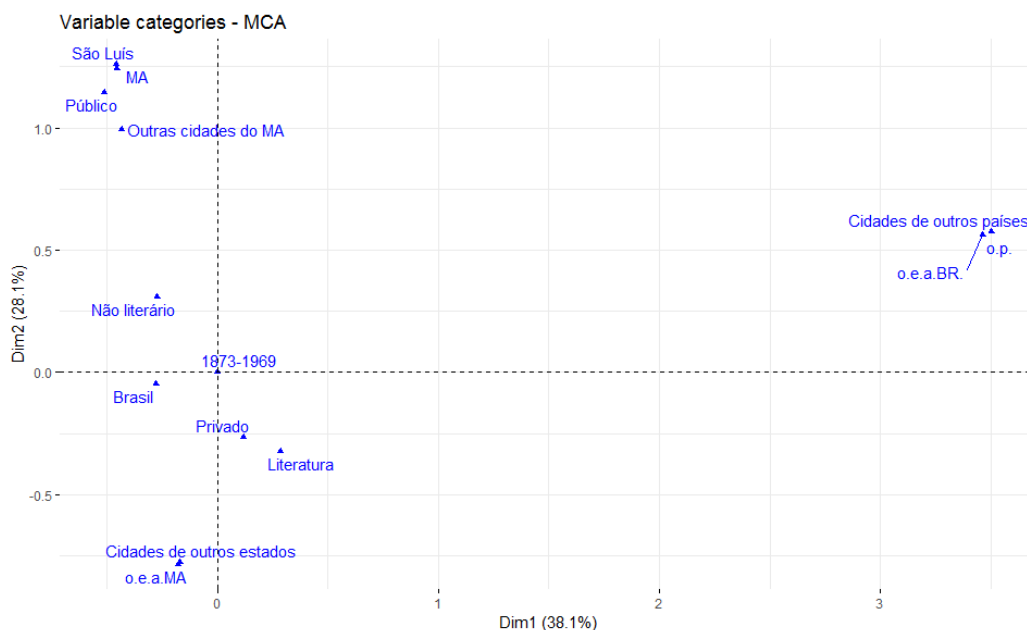
Essas verificações preliminares nos serviram de base para a construção de agrupamentos, inseridos num espaço gravitacional a partir do qual pudemos analisar as correlações entre algumas propriedades sociais e as posições ocupadas

¹⁹⁰ “fournit la meilleure approximation unidimensionnelle du nuage, en ce sens que c’est l’axe pour lequel la variance du nuage projeté orthogonolament sur cet axe est maximum; le premier plan principal fournit la meilleure approximation par un nuage situé dans un plan, etc.” (LEBARON; LE ROUX, 2015, p. 7).

pelos *lugares de edição* que compõem o universo analisado nesta tese. Optamos aqui pela demonstração das correlações referentes aos eixos 1, 2 e 3, por demonstrarem as condições mais significativas para a estruturação desse *espaço social*. Como se observa nos gráficos 5 e 6, referentes à contribuição e peso relativo das variáveis que mobilizamos.

Assim, realizando uma leitura preliminar sobre as propriedades que mais se destacam em cada eixo, apontamos duas verificações: a primeira trata da configuração que se estabelece no plano principal, definido por uma oposição entre os perfis dos *lugares de edição* que constituem os eixos 1 e 2. Ela se caracteriza de um lado por agentes situados no Brasil e mais destacadamente na cidade de São Luís do Maranhão, com ênfase sobre livros de cunho “não-literário” e em sua maioria publicados durante o período de 1970 a 1999. Em oposição direta a esse polo, temos os perfis dos agentes situados em outros estados e cidades no Brasil, cujas publicações foram majoritariamente de livros simbolicamente rentáveis, de cunho “literário” e a partir de instituições privadas, características que se acentuaram no transcorrer dos anos 1873 a 1969. O eixo 3, no entanto, se destaca pela posição isolada que ocupa o perfil dos autores que publicaram através de instituições privadas localizadas em outros países, destacadamente em Portugal, mas também Argentina, Inglaterra e Espanha. Os casos mais representativos desses perfis serão retomados para análises mais específicas.

GRÁFICO 06 - ACM correspondente à estrutura do espaço social dos produtores de livros no Maranhão (1870-1969): eixos 1 e 2



Fonte: Dados produzidos pelo autor a partir dos relatórios de livros da BPBL (2016)

GRÁFICO 07 - ACM correspondente à estrutura do espaço de produção de livros no Maranhão (1970-1999): eixos 1 e 2



Fonte: Dados produzidos pelo autor a partir dos relatórios de livros da BPBL (2016)

A construção dos casos mais representativos desses polos a partir dos parâmetros apresentados, que acumulavam as propriedades mais significativas na constituição dos posicionamentos e oposições, nos possibilitou a realização de algumas verificações mais aprofundadas acerca das lógicas estruturantes desse espaço, principalmente entre a segunda metade do século XIX final do século XX - dados os limites apresentados pelas fontes aqui exploradas para análises estatísticas sobre um período mais recuado ou mais recente.

Em vista de tais propriedades construídas, flexionamos as definições categóricas para a construção dos seus agrupamentos e identificação dos seus agentes coletivos e individuais mais destacados e que atendem às características apontadas acima. A partir dessa verificação mais geral, passamos a mapear a inserção dos agentes mais destacados em grupos voltados para a atuação “cultural” nas duas configurações em pauta.

Com ênfase nos investimentos bibliográficos, optamos pelo destaque aos agentes que investiram no exercício da escrita como recurso de consagração a partir da segunda metade do século XX, haja vista que nesse bojo se dá também o ingresso de Jomar da Silva Moraes, agente cuja análise da trajetória será apresentada no capítulo seguinte.

4.2. Ocupação de cargos públicos estratégicos à atuação intelectual

Antecedendo o processo de estatização da produção bibliográfica que se firmaria ao longo das décadas de 1960-70, identificamos também a criação de outras importantes instituições dedicadas à consagração e atuação “literária”, fundadas no primeiro quartel do século XX. Dentre elas destacam-se a Oficina dos Novos (1900), a Renascença Literária, o Gremio Litterario (1908); a Academia Maranhense de Letras (1908), a Sociedade Jornalística o Canhoto (1912) e o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (1925).

Para além das suas especificidades relacionadas aos modos de gestão e princípios organizacionais, queremos destacar a importância que o pertencimento a essas agremiações passava a exercer como *estratégia* de atuação e afirmação social

através da escrita e as novas condições de acesso aos círculos de consagração intelectual.

Os “movimentos literários” dos quais participaram os agentes que tiveram suas publicações de estréia entre os anos de 1945 a 1964 cumpriram pelo menos duas importantes funções. Ao passo que serviram aos agentes como espaços de mobilização e constituição de coalizões *faccionais* (TAVARES, 2018) que se caracterizavam fundamentalmente pela fragilidade das organizações internas, das interdependências e compromissos mútuos entre os indivíduos, sua instabilidade, efemeridade e centralização das suas lideranças.

Através dos usos dos recursos sociais de que dispunham, os membros destas coalizões tenderiam a agir atendendo a seus objetivos momentâneos, constituindo repertórios próprios em torno de noções estético-literárias, políticas e ideológicas. Tais ações se manifestariam, por exemplo, na forma de reivindicações da posse legítima dos modos de ser e do estilo literário mais autêntico “ser-poeta”, além de outras noções reivindicadas. Por outro lado serviriam também como importantes espaços de sociabilidades e constituição de sentidos, promovendo similaridades e oposições entre os grupos diversos, ainda que atendendo a interesses esporádicos, em torno de crenças e afinidades práticas e literárias (encontros frequentes, gostos culturais, discussões em torno dos grandes autores etc.).

Importa ressaltar que não apenas estes movimentos serviram à construção e partilha das dinâmicas de pertencimento e gozo de sociabilidades, mas também os encontros, tão informais quanto frequentes, em bares e residências são verificados como importantes espaços de socialização e constituição de redes sociais, importantes deslocamentos de postos, decisões sobre apoios etc. em torno das dinâmicas de produção cultural em sentido amplo eram definidas nessas tertúlias e esbórnias. Ilustra um pouco esta assertiva o trecho abaixo:

[...] bebi com Chagas durante cinquenta anos, era nossa trindade aqui: eu, José Chagas e o pintor Antonio Almeida, você não conheceu? Nós éramos três irmãos aqui, durante anos e anos nós bebemos [...] o Chagas é um grande poeta, basta dizer que ele é o autor dos Canhões do Silêncio, aquilo vale tudo, aquilo abrange todo aquele bairro do desterro, as madames, as meretrizes, ele abarca tudo isso. O Almeida também foi um grande pintor, um intuitivo, porque não tinha uma formação, vamos dizer, “acadêmica”, mas era outro também que lia! O Almeida leu uma vez o Thomas Mann, rapaz, José e Seus Irmãos, ele lia aquilo e discutia até com as prostitutas e conversava com elas, sobre o que? Modigliane e sobretudo “Jesus Cristo”! [...] Nós passamos a mocidade no Bar do Castro, no Hotel Central, no Bar do Pataquinha, mais de quinze ou vinte bares que existiam aqui [...] nós bebíamos e conversávamos sobre cinema, literatura, artes plásticas, música, Erasmo Dias não saía do Bar do Castro, nem Erasmo nem Bernardo Coelho de Almeida [...] ¹⁹¹.

A progressiva drenagem dos produtores da capital, conjugada às experiências literárias trazidas de “fora” por agentes que experimentaram o trânsito entre outros estados e países, também incidiu em algumas transformações estéticas, no estabelecimento de novos referenciais literários e conseqüentemente na valorização e produção que priorizava novos estilos de escrita.

Se em meados do século XIX temos presente na literatura maranhense a valorização do simbolismo, parnasianismo e do romantismo presentes na evocação de poetas como Castro Alves, Paul Verlaine, Charles Baudelaire e Camões¹⁹², os referenciais do vigésimo século – tomados a partir dos agentes aqui analisados –, são, em sua maioria, o modernismo, o realismo, o concretismo e neoconcretismo, reverenciando autores como Fernando Sabino, Flaubert, Dostoievski, Edgar Allan e Thomas Mann, dentre outros. O saudosismo romântico, no entanto, não se descola totalmente deste conjunto de agentes, servindo sua referência como parâmetro das tradições literárias de um apogeu sempre resgatado: fonte legitimadora entre os mais *estabelecidos*; ponto de partida renovador entre os *outsiders* (ELIAS, 2000).

¹⁹¹ Nauro Machado em entrevista concedida ao autor. Trecho reproduzido de Silva, 2018, p.82.

¹⁹² Referenciais reivindicados como referência de inspiração pelos agentes que ingressaram na carreira literária antes de 1945, cujos perfis biográficos constituem nosso banco de dados mais amplo.

Arraigados a este processo surgem novos “movimentos culturais” e o acirramento das disputas em torno da “literatura”, fosse reclamando a “nova poesia” (modernismo, concretismo, neo-concretismo etc.), fosse pela rendição ao culto das tradições primevas (romantismo, parnasianismo etc.), o que, no decorrer das disputas em torno dos estilos e métricas poéticas distintas, acompanharia a concorrência pelo monopólio dos espaços de atuação e afirmação concorrencial.

Neste embate entre forças de conservação e de renovação em torno da “literatura”, pretende-se impor, junto aos estilos reivindicados, um panteão que os referencie e diferencie, seja pela auto reivindicação como seus herdeiros ou epígonos nos casos mais tradicionais, ou investindo contra aqueles vultos estabelecidos exigindo sua renovação. Quanto ao primeiro caso é exemplar a forma como se estruturariam instituições como a Academia Maranhense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão em sua relação com os Patronos, Fundadores de cadeiras e Ocupantes, cuja genealogia funciona à espécie de um *sistema de parentesco*, conforme descreve Alfredo Wagner:

Tem-se um conjunto de autores, representados como personalidades e figuras tutelares da historiografia regional, que ampara a criação das cadeiras e seus respectivos fundadores e demais ocupantes. Por disposições estatutárias³⁵ a cada cadeira corresponde um *patrono*, uma figura como “autoridade em história, ou geografia e ciências afins”, e um *fundador*, que representa aquele que evoca o *patrono* ao criar um assento na instituição. O nome dos *patronos* jamais poderá ser substituído pelos vindouros ocupantes das cadeiras conforme reza o art. 31, § Segundo¹⁹³. Seus nomes mantêm vivas e encarnam os fundamentos das tradições letradas, permitindo aos que aspiram lugares nos panteons e galerias de “vultos maranhenses” uma relação em linha direta com os seus protetores. (ALMEIDA, 2008, p. 29).

Ocorre que, dada a já mencionada frágil institucionalização dos espaços de produção cultural em contextos semelhantes ao que analisamos aqui, condicionando as lógicas de concorrência e as *estratégias* de afirmação à incidência

¹⁹³ Veja o Estatuto do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão In: *Revista do IHGM*, ano xxviii, n.o 3. São Luís, agosto de 1951, pp. 145-154.

de princípios e lógicas de reconhecimento produzidas e diversos âmbitos, esses agentes geralmente transitariam por diversos movimentos, buscando melhor posicionar-se através dos usos do exercício literário combinados a outros domínios, sendo a política o principal deles.

Como recurso para demonstração das condições de institucionalização desse espaço em período recente e que conformaria as condições de atuação intelectual e produção editorial nesse estado, recorreremos aos dados produzidos em uma pesquisa anterior¹⁹⁴, dedicada à análise dos perfis sociais de um conjunto de agentes que ingressaram na carreira literária entre os anos de 1945 e 1964 no Maranhão. Na ocasião investigamos os critérios e condições sociais relativos às entradas na literatura de 37 agentes que fizeram suas primeiras publicações em tal período. Dentre as problemáticas que orientaram aquela investigação, nos dedicamos à construção social dos perfis daqueles.as agentes, identificando os trunfos e recursos acionados por eles.as e investidos no momento de ingresso na carreira literária. Além disso, buscamos relacionar os usos desta atuação literária no decorrer dos processos de afirmação social e as funções por eles.as desempenhadas no espaço do poder político do Maranhão.

Não possuindo formas de recrutamento e mecanismos de consagração autônomos, bem como a constituição de instituições ligadas à produção especificamente literária, recorriam às possibilidades ensejadas pelas posições ocupadas, principalmente em órgãos públicos vinculados à “cultura”, para a publicação de suas obras e dos grupos aos quais se vinculavam. Observa-se em vários casos que muitas destas posições ocupadas na administração pública devem-se às relações políticas herdadas de familiares cujo “passado áureo”, bem como a administração das relações sociais eram reconvertidas e utilizadas estrategicamente para a atuação intelectual amparada pela máquina pública.

Em tais casos, o que estava em jogo era a ligação existente entre as expectativas dos grupos familiares a que pertencem e seus projetos de reprodução

¹⁹⁴ Os resultados dessa pesquisa encontram-se em SILVA, Franklin Lopes. **Intelectuais e política no Maranhão**: perfis sociais e posições no espaço intelectual maranhense (1945-1964). São Luís: EdIFMA, 2018.

de um certo *capital simbólico* herdado em um contexto específico. Quanto a eles, foi-nos possível demonstrar, através de microanálises de casos exemplares, uma estreita relação entre o processo de declínio político e desclassificação social enfrentada por seus grupos familiares e a *reconversão* dos capitais herdados (notoriedade, relações sociais etc.) para a atuação literária. Noutros casos ocorreria um processo inverso, de ascensão econômica e social (empreendimentos empresariais, investimentos escolares, etc.) e o investimento em recursos acumulados pela atuação política e intelectual, possibilitando-lhes o acesso a postos públicos mais elevados ou mesmo pela posse de trunfos valorizados em períodos de crises políticas (alguns deles exilados do país) e, em decorrência desses, a aquisição da capacidade de falar em nome de questões “nacionais” (através de experiências e contatos qualificados em outros estados e no exterior), fazendo a ponte entre as regiões mais “centrais” e a “local” em torno das pautas culturais, conseguindo ascender socialmente e usufruir elevado reconhecimento intelectual chegando a ocupar postos públicos medianos.

A ocupação de cargos públicos vinculados a atividades culturais como a Secretaria de Cultura, FUNC, SIOGE, Conselho Estadual de Cultura e instituições culturais e patrimoniais, como o IPHAN, constituíram-se em lugares privilegiados para as relações de alianças que implicam em relações de trocas e retribuições entre os “intelectuais”, num trânsito entre os domínios político e cultural. Observe-se que em todas estas instâncias Jomar Moraes teve destacada atuação, principalmente com respeito ao SIOGE que, durante a década de 1970, sob sua direção, se firmou como principal polo de publicações do estado, como já sublinhado anteriormente.

Assim considerados, justifica-se o percentual elevado dos agentes que ocuparam tais funções administrativas, buscando através do granjeamento das instâncias culturais do estado, condições de sobrevivência física e principalmente do exercício literário. Em todas as instituições estatais citadas Jomar Moraes exerceu alguma função administrativa, em sua maioria cargos de direção, além de presidir a Academia Maranhense de Letras por 22 anos consecutivos. No capítulo

5 desse trabalho retomaremos esse agente, tomando-o como um caso exemplar para análise da sua trajetória.

4.3. Frias e Belarmino de Matos: “Adversários amistosos”

Como apontado ao longo desse trabalho, as versões estabelecidas sobre a história da produção de livros no Maranhão, cujo tempo áureo tem sido vinculado às últimas décadas do século XIX, é marcada pelos lugares de destaque conferidos a Belarmino de Matos e José Maria Corrêa de Frias, dois agentes que exerceram as funções de tipógrafos e editores. Um olhar mais acurado, no entanto, nos permite verificar uma série de indícios sobre os condicionantes sociais que possibilitaram a seleção social e consagração desses agentes como principais expoentes acerca da atuação tipográfica nesse período, perpassando o complexo de investimentos realizados e posições por eles ocupadas, destacadamente por suas importâncias na produção de livros.

A despeito da importância conferida a eles por suas atuações como tipógrafos, são raras as fontes biográficas referentes a esses agentes. De modo mais específico encontram-se apenas um breve relato, produzido por David Corrêa Sanches de Frias no livro “Memórias Literárias”¹⁹⁵, donde se encontra um breve capítulo reservado a José Maria Corrêa de Frias, seu “primo em segundo grau”. Além de um verbete dedicado a ele, constante na “Galeria photographica-biographica luzo-brazileira” (1884).

¹⁹⁵ FRIAS, David Corrêa Sanches de. **Memórias Literárias**: apreciações e críticas. Lisboa: Tipografia da Empresa Literária e Typographica, 1907.

IMAGEM 06 - Busto de José Maria Corrêa de Frias



Fonte: FRIAS, 1907, p. 140.

Ademais, encontramos um breve relato biográfico com não mais que duas páginas de texto, incluso na revista *Convergência Lusíada*¹⁹⁶. Tem-se ainda a conhecida obra do norte americano Lawrence Hellewell, “O livro no Brasil” (1985), publicada originalmente nos Estados Unidos¹⁹⁷, que reserva o seu sexto capítulo para abordar a produção de livros no Maranhão durante o século XIX, com ênfase sobre a atuação de Belarmino de Matos e José Maria Corrêa de Frias e o artigo intitulado “Belarmino de Matos: o Didot da imprensa maranhense no Império”, publicado recentemente¹⁹⁸. Além dele, o próprio relato produzido por este último

¹⁹⁶ NEVES, João Alves das. **José Maria Corrêa de Frias**: um editor português no Brasil. Revista *Convergência Lusíada* (do Real Gabinete Português de Leitura-RJ). Edição nº 10, de 1993, pp. 139-141.

¹⁹⁷ HALLEWELL, Lawrence. **Books in Brazil**: a history of the publishing trade. London: The Scarecrow Press, 1982, pp 93-112.

¹⁹⁸ Rev. Dig. Bibliotec. e Ci. Info. Campinas, v. 18, 2020.

como documento apresentado à Comissão Diretora da Exposição Provincial do Maranhão (1866)¹⁹⁹.

Afora apontamentos diversos espriados em jornais, almanaques e outros, são estas as fontes biográficas que dispomos até o momento, o que também muito nos informa sobre a (des)importância social conferida às atividades que exerceram esses agentes. De modo geral, tais fontes não só dialogam como em muitos trechos se repetem, o que de modo semelhante ocorre com os trabalhos publicados no Brasil no que tange às investigações recentes dedicadas à análise das dinâmicas editoriais no contexto maranhense.

De modo não calculado esse complexo de fontes que dialogam em unísono terminam por contribuir para uma espécie de construção lógica das suas “histórias de vida”, cuja ênfase dos eventos tomados como significativos contribuem para a tessitura de um fio que vincula o “fim” às “origens” dos seus trajetos como um todo coerente e bem acabado (BOURDIEU, 2005)²⁰⁰.

No intuito difícil de escapar a essa armadilha, realizamos um mapeamento dos elementos expostos nesses materiais relacionados à suas origens sociais, escolarização, investimentos profissionais, redes de pertencimento e adjetivações que nos permitiram traçar algumas verificações comparativos voltadas para os tipos de reconhecimento lançados sobre tais agentes. Tal sistematização também nos possibilitou algumas verificações mais amplas acerca da importância dos vínculos pessoalizados nas dinâmicas de funcionamento do *espaço* de publicações de livros no Maranhão em fins do século XIX.

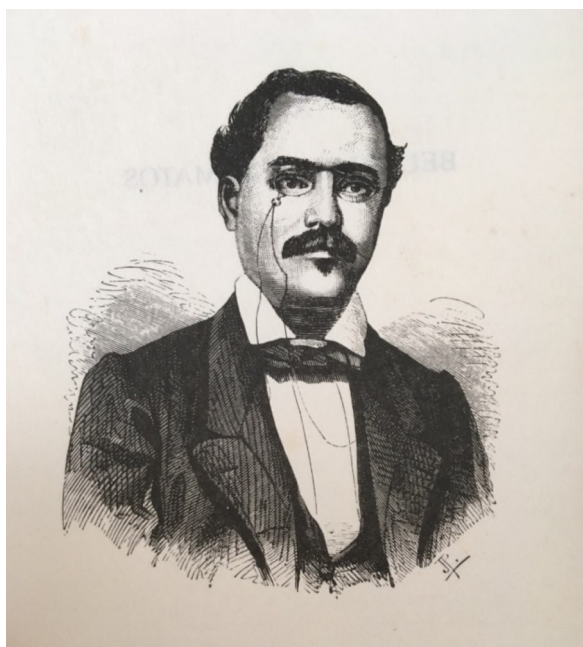
Desde origens sociais e percursos muito diferentes, o conjunto de posições que ambos ocupam, verificadas pela recomposição das suas trajetórias, nos permitiram traçar algumas correlações entre os tipos de investimentos e disposições para tal e as condições de reconhecimento social estabelecidas nesse

¹⁹⁹ FRIAS, José Maria Corrêa de. **Memoria sobre a typographia maranhense**. São Luís: Typ. Do Frias, 1866.

²⁰⁰ Pretendemos tomar os modos de produção biográfica desses agentes como objeto de investigações futuras.

espaço editorial durante a segunda metade do século XIX. O “Didot²⁰¹ da imprensa maranhense²⁰²”, assim intitulado por Henriques Nunes Leal em seu “Pantheon Maranhense” - alcunha reproduzida por diversos autores que vêm se dedicando mais recentemente ao estudo da imprensa e produção de livros no Maranhão²⁰³ - tem sua trajetória bem mais explicitamente atrelada aos embates políticos desencadeados pelas disputas entre os grupos políticos “locais”, inclusive engajando-se em pleitos eleitorais e tendo a sua atuação política marcada pela aproximação ao grupo de intelectuais que seriam estabelecidos como grandes “vultos” da intelectualidade maranhense.

IMAGEM 07 - Busto de Belarmino de Matos



Fonte: LEAL, 1987, p. 302.

Exemplos desse vínculo foram a sua inserção no rol de “maranhenses ilustres” que seleciona e consagra o citado “Pantheon Maranhense” e o lugar de

²⁰¹ Resumir o termo Didot

²⁰² A exemplo de CASTRO e SANTOS (2020).

²⁰³ LEAL, Antônio Henriques. **Pantheon maranhense: ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos**. 2^a ed. Coleção Documentos Maranhenses, 2^a edição, Tomo I. Editora Alhambra, 1987.

“quinta estrela” - precedido por Gonçalves Dias (primeira estrela), João Lisboa (segunda Estrela), Odorico Mendes (terceira estrela) e Gomes de Souza (quarta estrela) - a ele reservado no poema “Glórias”²⁰⁴ de Celso Magalhães. Disponibilizamos adiante o trecho referente a Belarmino de Matos cujas qualificações acionadas nos permite uma mirada ligeira sobre a posição e formas de reconhecimento social que se impunham ao Belarmino de Matos.

Sem qualquer pretensão a uma análise formal do poema, destacamos tais elementos em **negrito**, donde se nota pelo menos três dimensões importantes: 1) A inteligência e o prelo. Uma nítida separação entre o reconhecimento intelectual e literário - conferido às quatro “estrelas” que o antecedem no poema. Definindo-os inclusive como esferas distintas e hierarquizando tais formas de reconhecimento pondo o “braço que executa” a serviço da “cabeça nobre” que ordena. 2) A menção às origens sociais distintas entre o “poeta nobre” e o “estatuário”, cuja “nobreza” do labor se valeria dos serviços prestados àqueles nobres por herança. 3) O Engajamento nas disputas políticas, com destacado suporte tipográfico àqueles intelectuais que atuavam através da escrita. Tais dimensões em muito se afinam às principais características da trajetória desse agente, construída por nós a partir do relato biográfico produzido por Antônio Henriques Leal e apontamentos esparsos entre almanaques, jornais, revista²⁰⁵ e trabalhos de cunho historiográfico.

²⁰⁴ Publicado no jornal Paíz, nº 62, a 19 de maio de 1870. Recorte do jornal com o referido poema encontra-se no Anexo III.

²⁰⁵ Revista Typographica. São Luís, n. 7, ano 2, 31/01/1908.

VI

A quinta estrella finalmente surge.
Deixai que eu prenda num estreito élo
as glórias dos poetas ás do artista,
a intelligencia ao prélo.

Nem desdoura que a par de tantos genios
um tambem se colloque **de outra esphera;**
o artista possui o seu reinado,
aonde o braço impera.

Já longe vai o tempo em que somente
tinham valor dos nobres os brazões,
nobreza herdada, estulta que cobria-se
de sedas e galões.

**Hoje a nobreza existe na ferrugem
que cobre a mão callosa do operario,**
consiste no talento, e o poeta é nobre,
como é o estatuario.

Junto a Gonçalves Dias, João Lisboa
o alumno pode vir de Guttemberg.
Bellarmino de Matos, dessa campa,
em que descansas, te ergue.

Vem, oh! **vem tu que tanto te esforçaste
Para honrar tua Patria estremecida,**
Tu que em tua officina trabalhando
lhe déste tanta vida.

Vem, traze o teu emblema de Typographo-
o rôlo, o prélo, as chapas, as vinhêtas-
e te encarna n' aquella estrella ultima,
ali entre os poetas.

Tu foste a providencia das escholas,
e da litteratura que tropeça
foste a columna forte, **braço valido
que ajudava a cabeça.**

Deixa pois que eu te preste o meu respeito
á ti que não temeste entrar na luta;
**a cabeça que pensa e ordena é nobre,
e o braço que executa.**

A ti, oh minha hatria! Meu canto pobre e rude:
perdoa si esta oferta vae marear teu brilho:
ella é de coração e tem uma virtude-
dictou-a um pêito franco que te ama e que é teu filho-.

07 de maio de 1870.

Celso Magalhães.

Nascido em Axixá, povoado
então pertencente ao município de Icatu-MA²⁰⁶, em 24 de maio do ano de 1830.
Das suas origens familiares se sabe muito pouco além do nome da sua mãe,
Silvina Rosa Ferreira e sobre o seu pai não se tem notícia (tipo comum de

²⁰⁶ Tornado município em 1824, situava-se na região que durante o século XVII era denominada por "Arrayal de Santa Maria de Guaxemduba", fundada por Jerônimo de Albuquerque e que ocupara um lugar de destaque político e econômico às margens do Rio Munim.

abandono paterno há mais de século no Brasil). Pela necessidade de deslocamento para outras paragens que lhes possibilitassem melhores condições de sobrevivência e algum acesso ao aprendizado de um ofício explicitam sua inserção na penúria da gente de origem pobre no Maranhão. Tinha seis anos de idade quando junto aos irmãos vieram trazidos pela mãe para a capital da Província. Ano seguinte ingressou na escola pública de instrução primária, à época regida por Alexandre José Rodrigues, situada na então chamada Freguesia de Nossa Senhora da Conceição.

Concluída a “instrução primária”, fora incluído em 1840, aos 11 anos de idade, como aprendiz na Typographia Temperança, propriedade de Manoel Pereira Ramos. Passados dois anos de aprendizado (à base de exploração do seu trabalho infantil não remunerado), fora admitido como operário na oficina tipográfica de Sátiro Antônio de Faria, pelo salário de 200 réis diários, firmando-se como o arrimo da família. Dispensando por insuficiência das demandas a essa tipografia, fora empregado na similar Francisco Nunes Cascais, posteriormente adquirida a sua posse pelos redatores do jornal O Progresso, acompanhando a transferência do seu endereço para a Rua Gomes de Sousa, situada no centro comercial e administrativo da cidade. Alguns anos depois, em 1849, esta tipografia d’O Progresso passaria a ser de propriedade a Antônio José da Cruz, que já atuava como seu administrador, conservando-lhe o nome e jornal homônimo que mudaria a sua frequência de publicação diária para três vezes por semana.

A precariedade do trabalho e mísera remuneração, que explicitam o lugar nada nobre conferido a tais operários tipográficos, se evidencia pelas narrativas biográficas sobre Belarmino de Matos - que em geral eufemizam essa precariedade - e o seu cotidiano. Como se exemplifica pelo trecho abaixo:

Vendo Belarmino de Matos, que o que ganhava não era suficiente para ajudar a mãe, não se contentava só em trabalhar de sol a sol por conta da oficina, e continuava, daí às 9h da noite, empregando-se na composição de orações e outros repositórios milagreiros de que é tão sedenta a beata credulidade. Tinham muita procura esses pequenos avulsos, com cuja a venda engrossava o seu salário. Terminado esse serão voluntário, não vinha para casa descansar ou entregar-se a qualquer passatempo que fosse agradável diversão a tão aturado labor; trazia consigo outra tarefa. Não havia no mercado papel de impressão do formato do Progresso, pelo que era forçoso emendarem-se as folhas. Belarmino, em obséquio a seu antigo mestre e ora patrão, tomava sobre si esse afanoso encargo, e curvado até alta noite sobre a mesa, não ia procurar o repouso sem que tivesse grudado pelo menos uma resma²⁰⁷ de papel. (LEAL, 1987, p. 306).

Tal relato associado, associado às coincidências presentes nas menções destacadas no trecho poema “Glórias” citado acima, ambos publicados após o falecimento do agente em questão, podem ser tomados por ensejo para o destaque a uma outra dimensão cuja importância se evidencia em seu envelhecimento social: os vínculos pessoais estabelecidos com os intelectuais e os favores deles recebidos tornados em dependências, compensados através dos seus investimentos editoriais. Desde a precoce aprendizagem e inserção no ofício de editar, perpassando a aparente autonomia profissional com a fundação do empreendimento tipográfico que levava o seu nome, até a inserção *post mortem* do seu nome no rol do “panteão maranhense” e suas “estrelas”, cada passo narrado pelos investimentos biográficos acerca desse agente o figuram atrelado a outros que lhe subsidiam e aos quais retribui com seus préstimos editoriais. Dentre eles, podemos destacar Antônio Henriques Leal, cuja relação de amizade entre ambos e todo o auxílio por ele prestado se sobressai em seus relatos biográficos sobre Belarmino de Matos, mas que a um olhar mais atento não deixa escapar as retribuições dessa relação. Não sendo o nosso intuito aqui um estudo sobre a sua trajetória²⁰⁸, nos ateremos adiante aos laços pessoais administrados no âmbito da sua atuação como tipógrafo e sua inserção em grupos de intelectuais cujas

²⁰⁷ Equivalente a 500 folhas de papel.

²⁰⁸ Pretendemos que esta seja objeto de uma investigação futura.

contribuições na forma de edições se converteram em prebendas e reconhecimento social.

De par com a atuação desse agente, destaca-se um outro, seu contemporâneo, também já mencionado neste trabalho. Trata-se de José Maria Corrêa de Frias, com quem manteve uma ambígua relação de cumplicidade no ofício e disputas no âmbito político, que interferiam, como temos demonstrado, diretamente nas possibilidades de acesso aos subsídios públicos para fomento das suas publicações. Ambos tiveram os seus trajetórios como tipógrafos marcados pelos eventos políticos transcorridos ao longo da segunda metade do século XIX em torno das eleições no Maranhão.

A 10 de janeiro de 1857, o próprio José Maria Corrêa de Frias, sofrera perseguições devidas às impressões que do jornal “Conciliação”, órgão de oposição ao governo estadual. Narra Henriques Leal (1987, p. 309) que ao saírem da tipografia no final daquele expediente, foram abordados violentamente por forças policiais, o mesmo ocorrendo simultaneamente na tipografia de Carlos Fernando Ribeiro, chefiada por Belarmino de Matos e onde imprimiam o jornal O Progresso, também de oposição. Na ocasião dois auxiliares foram presos, Falcão e Luís Carlos Barbosa. Tal evento provocou o fechamento das tipografias que imprimiam os jornais de oposição. Tal feito teria gerado uma série de protestos em cadeia, com repercussão para outros municípios e estados, levando o governo imperial a expedir em 24 de fevereiro daquele ano determinando a substituição de Antônio Cândido da Cruz Machado por Manuel Gomes da Silva Belfort (seu vice-presidente) para a presidência da Província. Foi nessa conjuntura então que Belarmino iniciaria o seu protagonismo nos seus empreendimentos tipográficos e incitaria um dos principais movimentos na sua atuação política pela fundação da Associação Tipográfica Maranhense.

Em justaposição a Belarmino de Matos, José Maria Corrêa de Frias também investiria na fundação de tal órgão de representação dos trabalhadores tipográficos e dele participaria em vários momentos na composição da sua diretoria. Semelhantemente é enfatizado nas narrativas historiográficas sobre a produção editorial de livros no Maranhão como um dos seus principais expoentes.

De origem portuguesa, nascido em Concelho de Arganil a 2 de novembro de 1828, filho de Antonio Corrêa de Frias e Cecília Tereza do Vale. Se pai, membro do chamado da comunidade portuguesa denominada “Casa dos 24”²⁰⁹, que funciona à semelhança de uma assembléia municipal, conferindo aos seus membros certo poder deliberativo sobre as corporações de ofícios. Criada na cidade de Lisboa pelo mestre de Avis (1384), posteriormente rei D. João I, tais corporações somavam 12 segmentos e cada um poderia ocupar dois assentos representativos na referida assembleia, daí a sua alcunha de Casa dos Vinte e Quatro, formato representativo que seria reproduzido em praticamente todo o território de domínio português, o que conferia aos seus membros certa notoriedade nos limites da sua representação, não raro ocorria entre os afiliados da Casa dos Vinte e Quatro a escolha de alguém para representar a cidade junto da Corte.

[...] instituição que assegurava a participação dos oficiais mecânicos no governo econômico da cidade desde o século XIV. A Casa costumava ser consultada em questões envolvendo arrecadação de impostos, abastecimento e higiene pública, contribuindo também com ajuda financeira em casos de guerra.⁴⁰ Na maioria das cidades, os oficiais mecânicos elegiam anualmente dentre os membros da sua corporação doze representantes (conhecidos como os Doze do Povo), e no caso de Lisboa, Porto e algumas outras cidades, vinte e quatro homens que formavam a Casa dos Vinte e Quatro. (MATTA, 2013, p. 89).

A 7 de maio de 1834 tais “Casas” seriam extintas, em decorrência da implantação do regime liberal português. Os efeitos dessa mudança nos âmbitos político e econômico português provocaria a derrocada econômica e da relevância social vinculada às funções exercidas pelos membros dessas corporações, dentre eles Antonio Corrêa de Frias, já aposentado pela carreira militar que exercera como veterinário. Tais transformações fomentariam a sua decisão de mudança,

²⁰⁹ Para uma leitura mais acurada sobre a Casa dos Vinte e Quatro, veja: MATTA, Glaydson Gonçalves. **Culturas de Ofícios na Lisboa Setecentista**. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/7mares/wp-content/uploads/2018/11/v02n03a08.pdf>. Também: OLIVEIRA, Lysie Reis. **A liberdade que vem do ofício: práticas e cultura dos artífices na Bahia do século XIX**. Salvador: Tese de Doutorado em História, Universidade Federal da Bahia, 2006. p. 230-243. MEDEIROS, Vasco. **O Pan-Corporativismo e a Casa dos Vinte e Quatro de Goa: Novas perspectivas à luz da leitura de um documento inédito**. ????

junto à família, para o Brasil, desembarcando em São Luís do Maranhão no ano de 1842. Tinha José Maria Corrêa de Frias 14 anos de idade.

Foi um jornalista de raro critério e um patriota dos que, melhor e mais dignamente, bem merecem a gratidão da pátria; foi, por cima de tudo isso, que é muitíssimo, um homem, como trabalhador emérito, de elevada probidade e requintada modéstia, que é mais ainda.

Assim David Corrêa de Sanches Frias inicia a apresentação biográfica do primo José Maria. Como de praxe nesse tipo de relato, as características socialmente estabelecidas e diretamente vinculadas ao nome próprio são postas de pronto. Em par com os relatos do seu esmero e perfeccionismo tipográfico, o que se identifica nos registros acerca dos espaços de atuação desse agente e seus investimentos pessoais se encontram em grande medida atrelados a realizações no âmbito de um pertencimento nacionalista português²¹⁰. O que se exemplifica por sua filiação a instituições como a Sociedade Humanitária 1º de dezembro²¹¹, o Gabinete Português de Leitura e ao grupo que fundaria o Hospital Português²¹². Foi também um dos fundadores da Associação Tipográfica Maranhense (1857), da qual também participou da sua primeira diretoria e em mandatos seguintes, que tinham a duração de um ano, ocupando postos diversos. Para uma verificação dos postos ocupados por ambos nessa Associação, vejamos o quadro de composições das suas diretorias, exposto abaixo.

²¹⁰ Entendemos que as lógicas de constituição de uma dinâmica “comunitarista portuguesa” exigiria um nível de aprofundamento que não seria possível no tempo para a conclusão desta tese. Esperamos poder desenvolver essa análise em pesquisas posteriores.

²¹¹ Associação beneficente de filiação exclusiva para pessoas de nacionalidade portuguesa.

²¹² Inaugurado em 31 de outubro de 1869, o Hospital Português de São João de Deus foi construído para atender a comunidade lusitana no Maranhão. Antes da fundação do Hospital Português, o atendimento à comunidade lusitana de São Luís era prestado pelo dr. José Maria Faria de Matos em sua casa, de forma gratuita para uns e a preços muito reduzidos para outros. Outros portugueses acometidos de malária e outras doenças comuns àquela época em São Luís, eram tratados em casa pela Real Sociedade Humanitária 1º de Dezembro. Para a construção do hospital que pudesse atender de forma mais cômoda a comunidade portuguesa de São Luís, foi adquirida uma grande propriedade conhecida por Quinta do Monteiro, da qual foi aproveitada a casa já ali existente para a reedificação da unidade de saúde, conforme o plano de José Maria Corrêa Frias. O amplo terreno escolhido para sediar o novo hospital limitava-se com as ruas do Passeio, onde fica até hoje a entrada da casa de saúde, Outeiro e Apicum. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=435115&view=detalhes>.

TABELA 25 - Diretorias da Associação Tipográfica Maranhense

PERÍODO	NOMES	POSTOS
1858-1859 (1ª diretoria)	Bispo Dicioesano, D. Manoel Joaquim da Silveira	Protetor
	Belarmino de Mattos	Presidente
	José dos Reis Raiol	vice-Presidente
	João Francisco Bezerra de Menezes	1º Secretário
	Joaquim Mauricio Silva	2º Secretário
	Antonio Justino de Mesquita	Tesoureiro
1860-1861	Bispo Dicioesano, D. Manoel Joaquim da Silveira	Protetor
	Antonio Henriques Leal	Presidente Honorário
	Ignácio José Ferreira	Presidente
	Belarmino de Mattos	vice-Presidente
	Joaquim Mauricio Silva	1º Secretário
	Satyro Antonio de Faria	2º Secretário
	Antonio Justino de Mesquita	Tesoureiro
1862- 1863	Arcebispo da Bahia, D. Manoel Joaquim da Silveira	Protetor
	Antonio Henriques Leal	Presidente Honorário
	José Maria Correia de Frias	Presidente
	João Francisco Bezerra de Menezes	vice-Presidente
	Antonio da Rocha Borba	1º Secretário
	José Theodoro da Silva e Souza	Tesoureiro Conselho Fiscal
	Inácio José Ferreira	Conselho Fiscal
	Antonio Justino de Mesquita	Conselho Fiscal
	Manoel Francisco Pires.	Conselho Fiscal
	Antonio Henriques Leal	Presidente
	Antonio da Rocha Borba	vice-Presidente

1864-1865	João Francisco Bezerra de Menezes	1º Secretário
	Mauricio Jose Colles	2º Secretário
	José Theodoro da Silva e Souza	Tesoureiro
	Antonio Raimundo Barbosa	Comissão de Sindicância
	Luiz Raimundo de Azevedo	Comissão de Sindicância
	Joaquim Canuto Lapa	Comissão de Sindicância
1866-1867	Arcebispo da Bahia, D. Manoel Joaquim da Silveira	Protetor
	Antonio Henriques Leal	Presidente Honorário
	Ignácio José Ferreira	Presidente
	César Augusto Borges de Pádua	vice-Presidente
	Guilherme Pereira Ramos	1º Secretário
	Joaquim de Faria Guimarães	2º Secretário
	José Theodoro da Silva e Souza	Tesoureiro
	Joaquim Canuto Lapa	Comissão de sindicância
	Antonio da Rocha Borba	Comissão de sindicância
Antonio José dos Anjos Paiva	Comissão de sindicância	
1874-1875	Antonio da Rocha Borba	Presidente
	Joaquim de Farias Guimarães	vice-Presidente
	João José F. de Menezes	1º Secretário
	Antonio Francisco de Barros Luna	2º Secretário
	Antonio Justino de Mesquita	Tesoureiro
1878- 1879	Antonio Henriques Leal	Protetor
	Themistocles da Silva Maciel Aranha	Presidente de Honorário
	João Francisco Bezerra de Menezes	Presidente
	João Francisco Bezerra de Menezes	vice-Presidente
	Joaquim Antonio Luz da Paz	1º Secretário

Joaquim de Farias Guimaraes	Tesoureiro
Cristino Vicente de Castro	Comissão de sindicância
José Joaqui, Pinheiro Lima	Comissão de sindicância
Antonio Florindo de Sousa Castro	Comissão de sindicância

Fonte: edições do Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial (1858; 1859-1; 1859-2; 1860; 1861; 1862; 1864, 1865; 1866; 1868) e adaptações de Santos (2019, p. 48).

Em seu terceiro ano de existência²¹³ (1860) a Associação Typographica contava com 30 “sócios efetivos” - todos residentes na capital da Província - 35 “sócios honorários” situados nas Províncias do Maranhão (19), Teresina (1), Ceará (5), Bahia (1), Pernambuco (2), Rio de Janeiro (3), Pará (2) e em Portugal-Lisboa (2). Contava também com 9 “sócios correspondentes”, residentes nas Províncias do Maranhão (1), Pará (2), Rio de Janeiro (2) e Pernambuco (4²¹⁴).

Os extratos reproduzidos em várias edições do Almanak Mercantil e Industrial do Maranhão evidenciam o principal intuito na criação e expansão desse órgão de representatividade dos trabalhadores tipográficos: o auxílio financeiro aos tipógrafos e suas famílias e a resistência às perseguições políticas aos jornais de oposição e seus impressores, em curso desde o fatídico episódio do dia 10 de janeiro de 1857, quando os operários da Tipografia do Frias, onde se imprimia *O Conciliação*, assim como os da Tipografia dirigida por Carlos Fernando Ribeiro, onde se publicava *O Progresso*, foram tomados de assalto pela ação da polícia²¹⁵. Na ocasião foram presos os tipógrafos Falcão e Luís Carlos Barbosa e obrigados a “assentar praça”, como se dizia acerca dos serviços militares obrigatórios. No entanto, mesmo a criação e desenvolvimento da Associação Typographica não impediria a continuidade das perseguições e posterior prisão de Belarmino de Mattos, um dos seus principais alvos devido à sua vinculação e publicação dos escritos dos intelectuais opositores, uma década depois da sua criação efetuada a 11 de maio de 1857. Às preocupações resultantes de tais

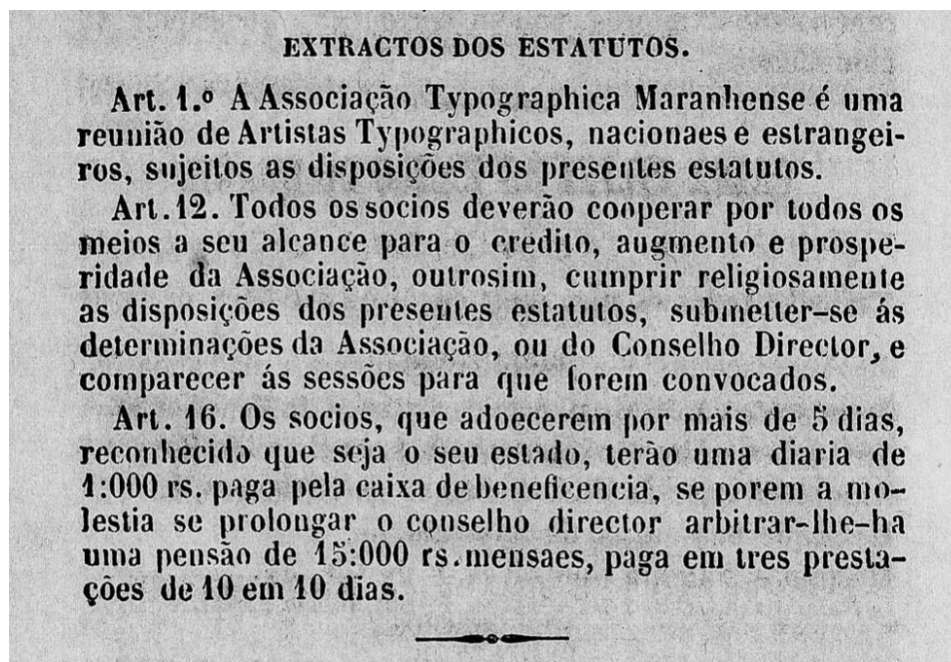
²¹³ A Associação Typographica Maranhense fora fundada em ?? 1857.

²¹⁴ In: Almanak administrativo, mercantil e industrial do Maranhão, 1860, pp. 99-104.

²¹⁵ Uma das versões sobre esse evento encontra-se em Leal (1987), p. 309.

perseguições, somavam-se os seus efeitos na escassez de empregos gerada pelo fechamento de várias tipografias.

IMAGEM 08 - Extratos dos estatutos da Associação Typographica



Fonte: Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial para o anno de 1858: Organizado por Belarmino de Mattos. Ano I. São Luiz: Typographia do Progresso, 1858, p. 80.

Foi nessa conjuntura que Belarmino de Mattos pensou na fundação de uma sociedade de auxílio mútuo para proteger os tipógrafos nas doenças, na falta de trabalho e em outras eventualidades da vida que os podiam lançar em extrema penúria, ou quanto acaso se vissem perseguidos pelas autoridades e poderosos da terra. (LEAL, 1987, p. 310).

Os jornais eram os principais veículos das disputas políticas em curso naquelas décadas. Em 1857 o dois principais grupos oposicionistas, representados pelos jornais O Progresso e Estandarte, fundiriam-se dando origem ao jornal A Imprensa, iniciando suas publicações em 4 de julho daquele ano. Inicialmente a impressão desse jornal ficaria então sob a responsabilidade de Carlos Fernandes Ribeiro e J. J. Ferreira Vale, pela tipografia de que eram proprietários. Mudando-se

estes do Maranhão para assumirem postos políticos em outras Províncias (Amazonas e Rio de Janeiro, respectivamente), tal tipografia seria arrendada a Belarmino de Mattos, sob a condição de dar continuidade à publicação d'A Imprensa, tendo a sua redação aos cuidados de Antonio Henriques Leal.

Com o retorno de Carlos Fernandes Ribeiro em 1861 e sua guinada política agora em apoio ao governo provincial, cuja administração cabia ao major Primo de Aguiar, Antonio Henriques Leal abandona a Imprensa e decide retomar a redação do jornal O Progresso, que passava a ser publica pela Tipografia do Frias. Cinco meses depois, entre março e julho de 1861, receoso pela depredação do seu empreendimento devido a novas ameaças e intervenções nas tipografias e sob o o fantasma das deportações em curso, José Maria Correa de Frias interrompe a publicação desse jornal.

No intuito de dar continuidade à impressão do jornal O Progresso, vendo-se atado acerca do alcance das suas intervenções políticas, que Antonio Henriques Leal, prestando-lhe crédito adquirido junto ao Banco Comercial do Maranhão²¹⁶, propõe então a Belarmino de Mattos o provimento dos recursos necessários à instalação da sua própria tipografia, donde se tornaria à estabilidade na impressão daquele periódico. Daí que a sua atuação como tipógrafo, que já se destacava pelas impressões dos "Almanaks" e outras literaturas, alcançaria o seu ápice, porém de curta duração. Vê-se em todo esse trajeto a forte presença de Antonio Henriques Leal, apresentando-se na forma de seu tutor e amigo e sob cujos relatos os investimentos na força e qualidade do trabalho tipográfico de Belarmino de Mattos deixam transparecer seu interesse nos usos dessas qualidades como investimentos políticos na forma de impressos.

Seria também dos novos prelos adquiridos por esse tipógrafo que sairia o avultado volume de publicações cuja "elegância, nitidez e execução artística" dariam destaque ao Maranhão no âmbito das publicações de livros desse período.

No entanto, 10 de julho de 1866 este seria conduzido à prisão, sob acusações de crime de apropriação indevida dos bens deixados pelo Cônego Rocha Viana

²¹⁶ Fundado em 1846.

após o seu falecimento, posto que não deixara herdeiros. O que se evidenciou depois de seis longos meses de encarceramento ter sido uma prisão política, pois o cuidado de tais bens lhe eram de direito, assegurado por um testamento deixado pelo Cônego Rocha Viana, escrito a próprio punho alguns meses antes daquele fatídico 10 de julho. Mesmo liberto, Belarmino de Mattos já não vivia como antes.

Como observa Antonio Henriques Leal,

“tinha ele, porém um crime imperdoável para alguém: deixara de publicar a ‘Coalição’ e da sua imprensa começou a sair o ‘Conservador’. Se houve, todavia, nisso culpa, foi somente minha, que lhe aconselhei que cessasse a publicação desse jornal que era um sorvedouro de boa parte do rendimento de sua indústria sem que o partido, de que era órgão, contribuísse desde o seu primeiro número quer com quantias ou com assinaturas que desse para correr com as despesas da sua publicação. (LEAL, 1987, p. 318).

Sufocado pelas dívidas acumuladas com os gastos no seu processo de absolvição e a desmoralização que ele lhe produzira, se faria cada vez mais recluso e limitado em suas condições de trabalho e sobrevivência. Pobre, desmoralizado e acometido de beribéri “viria a falecer no dia 27 de fevereiro de 1870.

As homenagens a Belarmino de Mattos extraídas de notas de jornais e clubes, anexadas ao relato biográfico produzido por Antonio Henriques Leal nos dão um ideia do seu reconhecimento como tipógrafo, no Maranhão e em outras Províncias: jornais e clubes como “O País”, “O Publicador Maranhense”, “Monitor”, “Nação”, “Constitucional”, “Apreciável”, o Gabinete de Leitura do Maranhão “Vinte e Oito de Julho” e o “Clube Científico do Pará”, nos dão uma mostra sobre a repercução da notícia de sua morte. Mais ainda, nos oferecem subsídios para uma verificação dos tipos de reconhecimento enfatizados pelos autores de tais homenagens, cujo trabalho de compilação fora realizado pelo seu principal biógrafo e tutor.

Ademais, o exercício da escrita biográfica pode ser compreendido também como um investimento de autoconsagração por quem o produz. Seguindo essa perspectiva vejamos alguns dos elementos mais enfatizados dentre os relatos reunidos por Antonio Henriques Leal em seu “Pantheon Maranhense”: quase sempre vinculados ao seu esmero no ofício tipográfico, “grande artista”,

“dedicado”, “amante do trabalho”, “incansável” etc. além do destaque conferido ao próprio biógrafo e os auxílios prestados por ele a Belarmino de Mattos:

O ilustre a quem nos referimos, todos sabem, é o Sr. Dr. Antonio Henriques Leal.

O seu nome não poderia ser esquecido neste lugar. Foi ele quem, também artista pelo brilhante talento, descobrindo em B. de Mattos os raros dotes necessários para a regeneração da arte tipográfica, estendeu-lhe mão protetora e o habilitou para a grande reforma por tanto tempo meditada.

Desde então a mais íntima e fraternal amizade ligou o protetor e o protegido, o artista e o escritor.

Retomando o poema acima, nota-se um roteiro semelhante: de origem simples, destacou-se no exercício tipográfico por seu esmero e perfeccionismo “artístico”, inserido no pórtico das “estrelas” e intelectuais aos quais serviu com seu ofício. Dentre os livros produzidos por Belarmino de Mattos, Antonio Henriques Leal destaca em seu “Pantheon Maranhense”:

Títulos	Autores	Ano de publicação
Almanachs administrativos, mercantis e industriais	Belarmino de Mattos	1858 a 1870 (13 volumes)
Curso de Litteratura Portuguesa e Brasileira	Francisco Sotero dos Reis	1867 (4 vol.)
Postillas de Gramatica Geral	Francisco Sotero dos Reis	
Compendio de Gramatica Portuguesa	Pedro de Souza Guimarães	
Curso Elementar de Matemática	João Antonio Coqueiro	1870
Versos	E. Laboulaye	
Comentários	Julio Cesar	(6 fascículos)
O mundo marcha	Eugenio Pelletan ¹⁷³	1866
Eloá	Vigny	
Poesias	A. Franco de Sá	
Comédias	Dr. Luís M. Quadros	
Confidencias	F. C. de Figueiredo	1 vol.
Um coração de mulher	Joaquim Serra	
Obras póstumas	Antonio Gonçalves Dias	6 vol.
Obras	João Francisco Lisboa	1866 (4 volumes)
Parnaso Maranhense	Gentil Homem de Almeida Braga Antonio Marques Rodrigues Raymundo de Brito Gomes	1861

Fonte: LEAL, Antonio Henriques. Documentos Maranhenses. Pantheon Maranhense: ensaios biográficos dos maranhenses ilustres já falecidos. 2. ed, tomo I. Rio de Janeiro: Editorial Alhambra, 1987.

Se por um lado inserção de Belarmino de Mattos no “Panteão”, que lhe firmaria ainda entre os “vultos consagrados da intelectualidade maranhense”, esteve estreitamente vinculada aos vínculos pessoais constantemente reivindicados por Antonio Henriques Leal, autor daquela obra-monumento, a consagração de José Maria Corrêa de Frias se dera por relações pessoais mais diversificadas. Sua inserção no âmbito do que podemos chamar, nos moldes do que argumenta Luiz Coradini (2003), de um “comunitarismo português”, cuja plasticidade se estendia a modalidades de identificação nacionalistas, posicionamentos político-partidários, filantrópicos de cunho religiosos e étnicos. Essa diversidade de investimentos e trânsitos entre esferas da vida social pode ser verificada a partir das instâncias em que esse agente se inserira, apontadas pelos momentos destacados na sua trajetória construída abaixo:

TABELA 26 - Trajetória construída de José Maria Corrêa de Frias

Ano	Marcos familiares	Atuação editorial	Cargos burocráticos	Política eletiva	Inserções institucionais
1828	Nascimento em Concelho de Arganil. Filho de Antonio Corrêa de Frias e Cecília Tereza do Vale. Primo em segundo grau de David Corrêa Sanches de Frias				
1834	Fim da Casa dos Vinte e Quatro, da qual seu pai era membro.				
1842	-Muda-se com a família para o Brasil aos 14 anos. -Sustentou os pais.				

		Empregado na Tipografia de Joaquim Corrêa Marques da Cunha.			-Sócio do Gabinete Português de Leitura. -Membro da Sociedade Humanitária 1º de Dezembro (associação
1851					Um dos fundadores da Associação Tipográfica Maranhense.
1855		Fundou o Diário do Maranhão. Dirigido por Antonio Rêgo. Suspendeu sua publicação em 1858. (se declarava imparcial)			
1857		Assume a Tipografia após a morte de Joaquim Corrêa Marques da Cunha.			
1865		Inaugura o primeiro prelo mecânico na Província.			
1866		Publica o Memória da Tipografia Maranhense.			
1867		-Introduz o primeiro aparador mecânico de papel. Introduz o motor a gás na Tipografia. -Publica o Catálogo de Livros do Real Gabinete Português de Leitura.			
1869					Fundação do Hospital Português, sob sua direção.
1873		Retoma a publicação do Diário do Maranhão.			
1874					1º Secretário da Sociedade Humanitária Primeiro de Dezembro.

1878	-Viagem ao Pará, para conhecer o seu primo de segundo grau Sanches Frias. -Primeiro retorno a Portugal.				
1882	Contraí beribéri.				
1891	-Morte do filho, Sizinio. -Morte da esposa, Caetana Maria de S. Bernardo.				
1903	Seu falecimento.				

Fonte: dados biográficos produzidos pelo autor.

Desde a participação em “grupos humanitários” exclusivos para portugueses, como a Sociedade Humanitária 1º de Dezembro, onde ocuparia diversos postos de direção e a partir da qual seria também o principal entusiasta na construção do Hospital Português. Semelhante destaque na ocupação de cargos se repetira acerca do Gabinete Português de Leitura e da Associação Tipográfica Maranhense. Essa diversificação dos tipos de investimentos e *domínios* de atuação se nos apresenta como a característica mais marcante nos trajetos sociais dos agentes reconhecidos e consagrados sob os *papéis* de editor nesse estado.

5. TORNAR-SE EDITOR: origens sociais, socialização e reciprocidades na trajetória de Jomar da Silva Moraes

Sem dúvida temos o direito de supor que a narrativa autobiográfica inspira-se sempre, ao menos em parte, na preocupação de atribuir sentido, de encontrar a razão, de descobrir uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, de estabelecer relações inteligíveis, como a do efeito com a causa eficiente, entre estados sucessivos, constituídos como etapas de um desenvolvimento necessário.
(Pierre Bourdieu, 2010, p. 75)

Para a compreensão das lógicas constituintes do mundo social é imprescindível a investigação rigorosa de sua realidade empírica, historicamente situada. As posições sociais ocupadas ao longo de um trajeto social encerram um conjunto de *estratégias*, a meio caminho entre o cálculo sistemático e o acionamento não plenamente consciente de *disposições* incorporadas ao longo dos percursos de vida dos agentes, todavia ensejadas por uma relação dialética entre condicionantes estruturais e suas ações individuais. Sua necessária localização histórica não desconsidera, porém, o fato de que estão sempre em processo os terrenos de disputas onde os agentes se situam. Portanto, o que pretendemos com o estudos da trajetória adiante é a compreensão das condições de transformação e permanência de determinadas características sociais analisadas em perspectiva comparada entre dois estados desse *espaço* de produção de livros, verificadas a partir de um caso particular inserido nesse *campo dos possíveis* (BOURDIEU, 1992).

Nos deteremos aqui sobre verificações mais específicas acerca dos efeitos das dimensões estruturantes desse *espaço* e seus condicionantes de atuação, tomando a trajetória social de um agente que ocupou posições destacadas no exercício das funções de “editor” a partir do universo social em pauta. No capítulo anterior fizemos alguns apontamentos sobre dois agentes cujas alegorias narrativas em torno dos seus trajetos editoriais se constituíram em paralelo, a saber, José Maria Corrêa de Frias e Belarmino de Matos. Aqui nos deteremos de forma mais aprofunda sobre a figura de Jomar da Silva Moraes, cujo nome consagrado no âmbito editorial logrou êxito às custas de investimentos incessantes em retribuição às *dívidas* pessoais contraídas no seu processo de ascensão social. Em

muitos aspectos as noções acionadas no bojo das reivindicações que constituem os *papéis* de editor analisados aqui se entrecruzam nas duas configurações onde estão situados esses agentes, seja num processo de reatualização das qualificações acionadas num tempo pretérito, situado cronologicamente em meados do século XIX, seja pelas suas atualizações, remodeladas a partir de referências editoriais contemporâneas. Desse modo, acreditamos poder transpor - ao menos fora nosso intuito - as percepções em jogo acerca dos modos de constituição dos *papéis* de editor a partir de uma análise processual das suas condições de produção e acionamento, optando por uma perspectiva de investigação mais fluida acerca dessas mutações e escapando a uma narrativa de rigidez sincrônica.

5.1. “Eu não fui muito longe, mas eu venho de muito longe”: Jomar Moraes e a condição periférica de uma posição destacada

Jomar Moraes optou pela cordialidade afetuosa, a boa vontade prestativa, a coerência suave das amizades, como se tivesse vindo realmente ao mundo com a missão de ser amigo
(Josué Montello, 1990, p. 34.).

Em algum grau a herança lusitana dos avós incidiu nas condições de origem de Jomar Moraes. Seus avós portugueses talvez houvessem legado algum recurso aos futuros netos, não fossem os percalços e mudanças conjunturais que constituiriam um fosso geracional que atravessaria a trajetória do pai. José Alípio de Moraes filho, numa prole de dezoito filhos, descendentes do magistrado e maestro José Alípio de Moraes junto a Tereza Porciúncula de Moraes. Ele, filho de José Gil de Moraes, que aportara no Maranhão em meados do século XIX junto ao irmão Manuel Gil de Moraes. Ela, Tereza, trazia junto ao nome as heranças geracionais de uma família de grandes proprietários de terras e do destacado político José Tomás de Porciúncula²¹⁷.

²¹⁷ Um dos fundadores do Partido Republicano Fluminense, exercera o cargo de Governador do Maranhão por seis meses no ano de 1890. Posteriormente exerceu o cargo de Governador do Rio de Janeiro (1892 - 1894) logo em seguida o de Deputado Federal (1895-1897), encerrando sua carreira como Senador Pelo Rio de Janeiro no período de 1897 a 1901, ano do seu falecimento. Fonte: CPDOC/FGV. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PORCIÚNCULA,%20José%20Tomás%20da.pdf>.

Não sabemos ainda as razões da permanência de Tereza Porciúncula no Maranhão ou mesmo o grau de parentesco mais exato com o político José Tomás da Porciúncula. Mas é certo que o “Moraes” e não o “Porciúncula” se estendera às origens familiares diretas de Jomar, com a única herança que poderia adquirir dos avós: o espírito aventureiro que os trouxera das paragens lusitanas para o Nordeste brasileiro²¹⁸.

Aos quarenta anos de idade, separado da esposa adoentada Francisca Holanda Cavalcanti com quem tivera três filhos, José Alípio de Moraes filho viaja com destino a Guimarães. Lá, sustendo-se através dos serviços prestados como músico²¹⁹, se estabelece por tempo suficiente pra conhecer Maria Cyriaca da Silva que na época tinha quinze anos de idade, filha de um mestre de barcos local e mãe costureira. Durante uma curta temporada em Cumã, “povoado” de Guimarães, tiveram o primeiro dos sete filhos que viriam. Jomar, provável junção entre os primeiros nomes do pai (Jo) e da mãe (Mar), de praxe entre os filhos maranhenses, seria o único da prole a nascer naquele município e acompanharia, junto à mãe e os irmão nascidos no caminho, os devaneios e desvarios de José Alípio por uma peregrinação constante entre diversos municípios do Maranhão. Entre essas idas e vindas, Jomar permaneceria sob os cuidados do pai para o seu letramento. O que parece não ter funcionado a princípio, mas serviria como um primeiro motor de animosidade para o seu “autodidatismo”. Dizia ele: “isso mexia muito comigo, e me sentia desafiado o tempo inteiro”(LIMA, 2016)²²⁰. Segundo narrava, cobria as letras do hino nacional enquanto o cantava e ia assim deduzindo o som das letras e sílabas.

Aprendeu primeiro a ler, e praticava rigorosamente pela leitura da bíblia, mas “somar” seria outro desafio. A convivência paterna se estenderia até o ano de

²¹⁸ Outro dos irmãos José e Manuel Gil de Moraes teria desembarcado na Bahia e lá permanecido.

²¹⁹ Professor de música, nascido em São Bento (MA) em 1883. Ocupou a Cadeira de instrumentos de sopro da antiga Escola de Belas Artes do Maranhão e ensinou música e canto orfeônico no Instituto Cururupuense do Desenvolvimento Humano. Fonte: Repertórios biográficos produzidos pelo autor.

²²⁰ Disponível em: <http://oredemoinho.blogspot.com/2016/08/fragmentos-de-algumas-conversas-com.html>.

1967, quando falece Alípio de Moraes filho aos 78 anos. Tinha Jomar vinte anos de idade e moravam há cerca de um ano em São Luís. Sobre essa relação de proximidade que se estenderia num duplo de constante pressão pela inculcação de um certo saber erudito e afeto, Jomar costumava enfatizar, “aprendi muito com ele. O gosto pela literatura vem daqueles tempos. O período em que ficamos juntos foi de muitas conversas, muito aprendizado.”²²¹ Como resumido por Lima (2016), “Jomar não herdou do pai patrimônio material, mas o gosto pela literatura, a arte de fazer amigos, a alma boêmia e a vocação de amante”. Do pai a literatura e vida mundana, da mãe a missão cristã pelo cuidado da casa como primogênito, tal se lê nesses trechos do seu poema “Conselho materno”, dedicado a D. Marcolina Cyriaca:

*E disse-me: - Querido filho meu,
Louva ao Senhor, porque te concedeu
Que em teu fértil jardim
Colhesses dezenove primaveras...
E se confiante em Sua graça esperas
Terás o Céu por fim.*

*Palmilha sempre a senda do Evangelho,
Sendo tu de meus filhos o mais velho,
Aos teus irmãos darás
O exemplo de fidelidade a Cristo.
Afirmando-te que se fizeres isto,
Teus galardões verás.²²²*

Jomar Moraes teve sua *entrada*²²³ na carreira literária em 1963, com a publicação de um livro de poesias, “Seara em flor”, lançado pela editora evangélica CPAD que, a despeito da sua permanência em seus resumos bibliográficos, seria relegada ao degredo das suas narrativas autobiográficas referido como um livro do qual sentia certa vergonha. Por influência do pai, Alípio

²²¹ Ibid. op. cit.

²²² MORAES, Jomar. **Seara em flor**. Rio de Janeiro: CPAD, 1963, p. 59.

²²³ Utilizamos a noção de *entradas na literatura* como uma adaptação à perspectiva elaborada por Michel Offerlé de *entradas na política*. Como esclarece Eliana Reis, este recurso nos permite “apreender as mutações e transfigurações dos agentes em sua diversidade de *sites* de interação acessados ao longo da vida, bem com as estratégias de reconversão dos domínios nos quais eles investem, tomando as condições de origem e os trunfos acumulados e investidos nas posições ocupadas ao longo de suas trajetórias” (REIS, 2007, p. 58).

de Moraes filho, havia se “convertido” ao segmento religioso cristão protestante e em 1958 Jomar passou a escrever regularmente para a revista evangélica “Mensageiro da Paz”. Ainda residindo em Buriti Bravo foi correspondente da revista “A seara”, periódico oficial da igreja Assembléia de Deus, com sede no Rio de Janeiro. Ali assinava a coluna “Crônica do coração”, além de escrever versos para a seção “Nossos Poetas”. Antes da sua primeira publicação Jomar Moraes já se encontrava no rol do membros da Academia Brasileira de Trovas, fundada, dentre outros, por Félix Aires²²⁴, que também prefacia o seu livro de *estréia*.

Os seus investimentos pela escrita já haviam se iniciado bem antes, enveredando principalmente pela poesia, dentre outros gêneros, indica no seu “Seara em flor” a existência de pelo menos outros seis títulos concluídos ou já em andamento como, “Flores de rimas”, “Cânticos do Sião”, “Flores do deserto”, “Coração tropeiro”, “Panorama da Poesia Evangélica Brasileira”, “Crônicas”, “Salve Buriti Bravo” e ainda a coletânea Antologia de poetas evangélicos. Nenhum deles chegou a ser publicado. Volume amplo e diversificado, que já indiciava a disposição vigorosa desse agente à escrita. Mais tarde reconhecendo não ser

²²⁴ Cognome literário de Felício Alves. Nasceu em Buriti Bravo - MA (1904) e faleceu no Rio de Janeiro (1979). Médico Veterinário. Um dos fundadores da Academia Brasileira de Trovas. Fez parte da Academia Maranhense de Letras ocupando a Cadeira 32. Publicou, entre outros, Buriti Bravo (1931) e Relâmpagos, (1960). Poeta “Folclorista”, considerado por Godofredo Viana “um poeta experiente de belo e vigoroso espírito”. Foi funcionário público junto ao Ministério da Agricultura. Fonte: BRASIL, Assis. A Poesia Maranhense no Século XX: SIOGE/Imago, 1994.

poeta²²⁵, “abandonou” esse gênero para se dedicar aos investimentos pela escrita de cunho histórico-biográfico e crítico-literário²²⁶.

Com a sua primeira publicação em livro, insere-se numa leva de escritores.as que ingressaram na literatura entre os anos de 1945 a 1964. Ressalte-se que não intencionamos dar conta de todos os nomes que porventura se reivindicuem ou foram inseridos pela crítica e historiografia local na categoria de “escritores”, ou que tenham atuado através da escrita a partir desse período. Limitamo-nos à análise dos casos que pertencem a um banco de dados composto de quadros sinópticos referentes às propriedades sociais de 137 casos de “escritores maranhenses”. Para as verificações que seguem, filtramos aqueles que publicaram suas primeiras obras entre os anos de 1945 a 1964, período em que vigoram relevantes transformações configuracionais no cenário político e cultural em âmbito nacional e regional e que coincide com o ingresso de Jomar Moraes na literatura.

Uma fase inicial da organização desse banco de dados - que agora se encontra ampliado -, já fora utilizado para uma investigação acerca da composição social e posições ocupadas no *espaço intelectual maranhense* ao longo da segunda

²²⁵ “Só depois caí em mim que não era um poeta. Ninguém me disse, ninguém me desvalorizou ou desestimulou. [...] Havia gente generosa, que elogiou o livro. Gente de fora, mas sabe como é generosidade...” In: LIMA, 2016. Disponível em <http://oredemoinho.blogspot.com/2016/08/fragmentos-de-algumas-conversas-com.html>. Em parceria com Félix Alberto Lima, autor do artigo citado, editou **Canção do abandono (versos)**, de Olympio Cruz, lançado em 2010 (2ª edição. A 1ª edição fora editada em 1953 pela Tipografia M. Silva) pela Clara Editora. Planejaram também outras edições “que ficaram na poeira da estrada”. Segundo informado na “orelha” assinada por Félix Lima para essa 2ª edição, “*Canção do abandono* ressurgiu agora numa edição que principia o alvissareiro ciclo de publicações conjuntas das editoras Clara [de sua propriedade] e Legenda [que tinha Jomar Moraes por proprietário] Félix Alberto Lima é membro da AML, Cadeira 25, empossado em 2018.

²²⁶ **Graça Aranha**. São Luís: Legenda, 1968; **Vida e obra de Antônio Lobo**. São Luís: Legenda, 1969; **Bibliografia crítica da literatura maranhense**. São Luís: Departamento de Cultura do Estado, 1972; **Guia histórico da Biblioteca Pública Benedito Leite**. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1973; **Tributo & desenvolvimento**. São Luís: Sec. da Fazenda, 1975; **Apontamentos de literatura maranhense**. São Luís: Sioge, 1976; **O físico e o sítio. São Luís**: Sioge, 1980; **O rei touro e outras lendas maranhenses**. São Luís: Sioge, 1980; **Guia de São Luís do Maranhão**. São Luís: Legenda, 1989; **Ana Jansen, rainha do Maranhão**. São Luís: Edições AML, 1989; **No império dos incas; notas e impressões de uma viagem ao Peru, levando, a tiracolo, O Guesa, de Sousândrade**. São Luís: Legenda, 1991; **Gonçalves Dias: vida e obra**. São Luís: Alumar, 1998.

metade do século XX²²⁷. A partir deste estudo se pode perceber três dimensões que se destacavam entre os critérios de hierarquização desse *espaço*: a ligação existente entre as expectativas dos grupos familiares a que pertenciam alguns daqueles agentes e seus projetos de reprodução de certo *capital simbólico* herdado, havendo uma estreita relação entre o processo de declínio e desclassificação social enfrentada por seus grupos familiares e a *reconversão* dos capitais herdados (notoriedade, relações sociais etc.) para os seus investimentos pela escrita. Em outros casos ocorrendo o inverso, um processo de ascensão econômica e social (empreendimentos empresariais, investimentos escolares etc.) e os investimentos do capital simbólico acumulado na atuação política e intelectual, possibilitando-lhes o acesso a postos públicos mais elevados, ou mesmo pela posse de trunfos valorizados em períodos de *crise política* (DOBRY, 2014) (exílios, engajamento etc.) e, em decorrência desses, a aquisição da capacidade de falar em nome de “questões nacionais” (através de experiências e contatos qualificados administrados em outros estados e no exterior), fazendo a ponte entre as “regiões” mais “centrais” e a “local” no que tange à pauta cultural. Tais perfis chegaram a ascender socialmente e usufruir de enlevado reconhecimento “intelectual” e a ocupar postos públicos medianos. Observe-se que em todos os casos incidem os rearranjos *faccionais* operados em âmbito político e cultural no período de *entradas* daqueles agentes pretendentes à carreira literária.

Naquele segundo perfil de agentes, situamos as posições ocupadas por Jomar da Silva Moraes e o conjunto de *estratégias* por ele acionadas em um contexto crítico de reconfiguração estrutural, incidindo sobre os critérios relevantes aos seus posicionamentos e postos ocupados no *espaço editorial* que analisamos agora. O nosso intuito aqui é compreendermos o social no seu estado *individualizado*, mas focados na análise da sua *trajetória*, o que implica na sua investigação a partir de um universo social específico, no entanto, sem pretendemos reduzir o estudo de um caso em particular ao conhecimento das

²²⁷ Silva, 2018.

regularidades sociais mais amplas. Sobre esse ponto concordamos com a observação de Neris:

“não se pode compreender efetivamente uma trajetória sem levar em conta o conjunto de relações objetivas que vincularam o agente considerado ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo espaço e que se defrontam no mesmo espaço dos possíveis” (NERIS, 2011, p. 256).

Sobressaem-se nas narrativas autobiográficas de Jomar Moraes uma série de momentos (ideo)logicamente encadeados. Desde o seu nascimento, passando por sua ascendência familiar e origem humilde, até sua escalada do posto de soldado da polícia militar do Maranhão à ocupação de importantes cargos vinculados às atividades culturais do estado, tudo parece se encadear como uma espécie de “jornada do herói”. Todas as variantes narradas por ele ou seus biógrafos são conectadas como se as pontas entre o seu nascimento e morte tivessem uma conexão predestinadas. Segue abaixo um resumo desse fio narrativo, produzido a partir de entrevistas realizadas com esse agente²²⁸.

Nascido em 6 de maio de 1940 na Praia de Cumã, localizada no Município de Guimarães. Filho de um relacionamento extraconjugal do pai, José Alípio de Moraes filho, professor de música e Marcolina Cyriaca da Silva, filha de um mestre de barcos, analfabeta. De origem humilde, desloca-se em 1959, junto à família para “tentar a vida” na capital maranhense, tendo à época 19 anos. Nesse período ingressa na Polícia Militar, permanecendo na função de soldado por oito

²²⁸ A maior parte das citações apresentadas ao longo desse texto, resultam de uma série de quatro entrevistas realizadas com Jomar Moraes. Sempre que não acompanharem uma outra referência das fontes, são aos trechos delas que nos referimos. Todas as entrevistas realizadas com Jomar Moraes ocorreram em sua residência, no salão de sua biblioteca, em datas previamente marcadas. Geralmente pela manhã, nossos encontros foram sempre muito tranquilos, interrompidos apenas vez por outra por uma visita ou telefonema, em muitos casos de personagens políticas ou escritores interessados em seus serviços editoriais. O Acidente Vascular Cerebral sofrido em 2006 trazia-lhe ainda sequelas, principalmente à voz, o que em alguns momentos dificultava-nos sua compreensão, mas em nada chegara a intervir em sua lucidez e desejo de continuar pesquisando. De humor comedido e informal, sempre solícito em dispor das informações e fontes que necessitávamos; vagaroso, mas sempre exato, gostava de destacar de suas estantes, sem titubeios, os livros e documentos que comprovavam sua fala. Optamos por manter nas transcrições suas pausas e expressões tal qual expressas. Esse trabalho deve muito a ele, pelas entrevistas e fontes compartilhadas naquelas manhãs e tardes sempre muito agradáveis em sua companhia. Registramos aqui um profundo agradecimento e homenagem à sua memória.

anos até sua promoção a cabo em 1967, mesmo ano da morte de seu pai. Filho mais velho que era de sete irmãos (cinco homens e duas mulheres), conseqüente encargo de “arrimo da família”. Em 1969, já alçado ao posto de Terceiro Sargento, solicita seu licenciamento do serviço efetivo, por ocasião de sua aprovação em concurso para Postalista dos Correios. Novo concurso e se torna Fiscal de Rendas do Estado, função que intercalava com outros tipos de prestação de serviço vinculados a cargos públicos estratégicos junto a Institutos, Secretarias ou Fundações públicas voltadas para a produção cultural do estado, geralmente exercendo funções de direção: Diretor do Serviço de Administração da Secretaria de Educação e Cultura (1970-71); Diretor da Biblioteca Pública do Estado - então vinculada, assim como o Teatro Arthur Azevedo, à Secretaria de Estado da Cultura do Maranhão/SECMA (1971-73); Diretor do Departamento de Assuntos Culturais da Fundação Cultural do Maranhão (1973-75).

Foi também Diretor do Departamento de Assuntos Culturais da UFMA (1981- 85); Secretário da Cultura do Estado do Maranhão (1985-87); pertenceu ao Conselho Estadual de Cultura e ao Conselho Universitário da UFMA; Advogado desta última, exercendo por dez anos consecutivos o cargo de Procurador-Chefe; Estagiário da Escola Superior de Guerra; Membro do conselho de Administração do Instituto de Previdência do Estado do Maranhão e do Conselho Estadual de Cultura, presidindo-o na função de Secretário de Estado e da Cultura. Integrou a Comissão Nacional do Centenário da Abolição, e do Guia Brasileiro de Fontes para a História da África e da Escravidão Negra e do Negro na Sociedade Atual.

Entre suas titulações e condecorações recebidas destacam-se as de Cidadão honorário de São Luís, de Buriti Bravo e de Alcântara; as Medalhas Santos Dumont, Brigadeiro Falcão, João Lisboa, do Sesquicentenário da Adesão do Maranhão à Independência, do Mérito Timbira, da Ordem de Rio Branco, da Ordem Nacional do Mérito de Portugal (grau de comendador), da Ordem dos Timbiras (grau de grande oficial) e Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras. Distinguido com 11 prêmios literários (três deles pela AML) e com diplomas de Personalidade Cultural (1980) e de Mérito Cultural (1981 e 1988), todos da união Brasileira de Escritores - ABE do Rio de Janeiro. Membro

correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí e do Distrito Federal; da Academia Paraibana e Paranaense de Letras. Em 2008 foi-lhe Conferido o título de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade Estadual do Maranhão/UEMA. Junto à Academia Maranhense de Letras/AML, exerceu sua presidência de 1984 a 2006, dela abdicando por motivos relacionados à saúde.

Com pequenas nuances os itens dessa lista são reproduzidos a esmo nos resumos biográficos sobre esse agente. Mas, a despeito da multiplicidade de funções exercidas por ele²²⁹ como administrador público de instâncias voltadas para a produção cultural e escritor, destaca-se, tanto em seus textos autobiográficos quanto nos escritos por terceiros, a ênfase sobre sua atuação como editor e como um dos principais historiadores da “literatura maranhense”²³⁰. À guisa de exemplos:

²²⁹ “Ao lado escritor, do editor de textos e do administrador cultural, atua o homem de imprensa, que já assinou mais de 500 trabalhos, aí compreendido artigos, reportagens e crônicas”. In: HOLANDA, Pergentino. O cinqüentão Jomar Moraes. São Luís: Legenda, 1990, p. 65.

²³⁰ Adiante veremos como a seleção das suas obras disponibilizadas na Biblioteca Pública Benedito Leite reforçam esse tipo de reconhecimento, dispondo em seu acervo quase que exclusivamente seus trabalhos de cunho historiográfico.

Como editor publicou mais de 50 livros com notas ou introduções dos quais citamos: de Antonio Lobo, Os Novos Atenienses; de Antonio Lopes, Dois Estudos Maranhenses; de Jerônimo de Viveiros, Alcântara e seu passado econômico, social e político; de Simão Estácio da Silveira, Relação sumária das cousas do Maranhão; Obras de João Francisco Lisboa; Almanak do Maranhão de 1843; O Cativo e a Esfinge do Grajaú de Dunshee de Abranches; Dez Estudos históricos de Mario Meireles; Mensagem de Fernando Pessoa; Poesia e Prosa escolhidas de Gonçalves Dias e Machado de Assis; História dos animais e árvores do Maranhão de frei Cristóvão de Lisboa.

[...] Jomar Moraes trabalhou por dez anos e superou um severo AVC para concluir a 3ª edição do Dicionário Histórico e Geográfico da Província do Maranhão, para o qual escreveu 1508 notas de retificação, esclarecimentos ou atualização e 809 novos verbetes.

[...] O trabalho de Jomar Moraes no campo editorial, *só pode ser comparado aos de José Maria Correa de Frias, dono da Tipografia do Frias, que publicou a 1ª edição do Dicionário de César Marques e Belarmino de Matos, fundador da Tipografia B. de Matos que publicou Gonçalves Dias e João Lisboa Felizmente para nós maranhenses, Jomar Moraes, viveu no século XX e XXI. (MORAES, s/d - no prelo).*

[...] Grande parte de minha vida consagrei-a aos livros, fervorosa e devocionalmente, na incansável faina de adquiri-los, guardá-los, lê-los e editá-los ou reeditá-los em quantidade que de longe ultrapassa uma centena de títulos. *Muito de propósito deixei para referir secundariamente em relação a meu trabalho de editor, o de autor, que é modesto, porém digno, razão por que tenho dele justo orgulho. (MORAES, 2010. Grifo nosso).*

Já a algumas décadas o escritor, crítico literário e cronista Jomar Moraes vem também acumulando o título de *nosso maior pesquisador sobre a literatura maranhense*. [...] Nunca é demais reverenciar o pesquisador Jomar Moraes, pois a revisão e a crítica literária produzida por esse “moço da Academia” tem papel basilar no trabalho acadêmico que nós, aprendizes, sempre acabamos por ir ao encontro quando não temos um argumento mais consistente e mais problematizador. E é através dessas pesquisas, hoje, publicadas em jornais [...] que Jomar Moraes situa seu trabalho *dentre as grandes obras de pesquisa sobre a nossa literatura maranhense*. (MENEZES, 2012. Grifos nossos).

Quanto ao período em que ocupara a direção do Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado/SIOGE (1975-80), esta instituição se destaca nas referências sobre a produção editorial do Maranhão como um dos mais importantes espaços para as publicações dos “escritores maranhenses”. Conforme a observação feita por Arlete Nogueira da Cruz Machado:

[...] teremos um saldo de aproximadamente 150 novos títulos de autores maranhenses, entre edições e reedições, juntando-se aí poetas, ficcionistas, ensaístas, historiadores etc., que estavam à espera de quem publicasse seus livros. *Nunca se publicou tanto no Maranhão*, em que pese alguma subliteratura incluída aí. (CRUZ, 2003. p. 59. Grifo nosso).

Não são expostas fontes que Arlete da Cruz utilizou para a estimativa que apresenta na citação acima. Mas a partir do exame do Relatório de Obras da Biblioteca Pública Benedito Leite (2016), Sessão “autores maranhenses”, pudemos identificar um montante aproximado de publicações realizadas através do SIOGE no período em que Jomar Moraes ocupara a sua direção. Entre publicações exclusivas e algumas parcerias com outras instituições públicas, esse órgão chegou a produzir cerca de 109 títulos.

TABELA 27 - N° de publicações do SIOGE (1975-1980)

FUNC / SIOGE / MARATUR	1
FUNCMA/SIOGE	7
SIOGE	99
SIOGE/EDUFMA	4
SURCAP / SIOGE	3
Total geral	109

Fonte: Relatório de obras de da Biblioteca Pública Benedito Leite

Durante esse período Jomar publica também algumas das suas obras, entre elas três edições de “apontamentos de literatura maranhense” (1976), dedicado a Antonio de Oliveira, Frederick G. Williams, José Chagas, Josué Montello e Mário Martins Meireles, esse livro, um misto de sínteses biográficas de escritores consagrados da literatura maranhense e contextualização histórica, segundo ele, partiu de um “desejo de escrever uma história da literatura maranhense”. Desejo certamente ligado ao seu projeto maior de ser reconhecido como o “quem mais sabe das coisas do Maranhão”, como veremos adiante.

Nas primeiras páginas do seu “Apontamentos”, traz ainda, seguindo uma identificação que seria de praxe em praticamente todas as suas publicações, uma lista dos seus livros já publicados, “do autor”, “inéditos” e “edições de texto”.

Montante sofrerá diversas modificações na sua composição. A exemplo disso, constam na listagem apresentada nesse livro, sessão “do autor”, dois títulos que seriam excluídos²³¹ das listagens presentes em publicações posteriores, mesmo nas que acompanham as edições de “Perfis acadêmicos” da AML e a que se encontra em uma das últimas publicações autorais empreendidas por Jomar Moraes²³² e que tem um caráter de escritos exumados do que considerava suas principais produções publicadas como complementos das obras de outros autores.

Abaixo segue uma tabela de publicações desse agente, construída a partir do cruzamento de dados informados pelo Relatório de Obras da Biblioteca Pública Benedito Leite - BPBL e da bibliografia constante na sessão “Do autor”, do seu livro “Pretexto para pré-textos”.

TABELA 28 - N° de livros autorais publicados por Jomar Moraes e suas respectivas editoras

Editoras	1963	1968	1969	1970	1972	1973	1975	1976	1977	1979	1980	1989	1990	1991	1995	1998	1999	2007	2008	2012	Total Geral
Alumar																1	1				2
AML											1						1			1	3
CPAD	1																				1
SECMA					2																2
Étca																		1			1
Ética																			1		1
FUNCMA						1															1
Legenda		1	1	1							2	1	1	1	1						9
SEFAZ							1														1
SIOGE								2	2	3											7
Total	1	1	1	1	2	1	1	2	2	2	3	2	1	1	1	1	2	1	1	1	28

Fonte: Repertório biográficos produzidos pelo autor

A partir dele podemos perceber melhor o destaque quantitativo das suas publicações concentradas entre o SIOGE, durante o período que abrange a sua gestão, e a editora Legenda, de sua propriedade. A partir da comparação entre as

²³¹ **Bronzes eternos**, s/ed. 1968 (Prêmio da AML); **Joaquim Nabuco, reformador social**, s/ed. 1973.

²³² **Pretexto para pré-textos**. São Luís: EDUFMA, 2015. Apanhado de 13 conteúdos “pré-textuais” presentes em alguns dos livros que editou, que, segundo nota do autor, “representam cerca de 50% da sua produção cultural”.

obras listadas nas duas fontes utilizadas para a produção dessa tabela, nota-se também uma espécie de “seleção” de um Jomar Moraes como *autor*²³³ mais “histórico” e suas obras de conhecimentos gerais sobre a “cultura maranhense” para a composição do acervo da BPBL²³⁴. Considerando que a incorporação de livros ao acervo da BPBL poderia se dar por “depósito legal”²³⁵ àquela instituição ou por doação voluntária, compreendemos haver uma propensão de Jomar a disponibilizar e publicizar através daquela instituição as obras que reforçariam as qualidades que lhe queriam que representassem, a de um grande conhecedor da “cultura maranhense”.

Sem dúvidas um agente cioso dos seus investimentos autobiográficos²³⁶. Sabia como queria ser lembrado e investiu muitos esforços nesse projeto - “o que mais sabe das coisas do Maranhão”. Seus investimentos editoriais eram também um autoinvestimento biográfico.

Dentre os títulos que seleciona para compor sua bibliografia “textos editados” é um outro autor que se destaca: o de preservador da memória das personagens ilustres da história do Maranhão. Assim, investe também fortemente na reedição de livros e jornais por onde atuara os intelectuais da “Atenas

²³³ Cabe lembrar que também as concepções de “autor”, “obra”, “livro”, “texto” etc. acionadas ao longo desse capítulo têm sempre de fundo a perspectiva analítica desenvolvida por Luiz de Castro Faria apresentada no capítulo 1 desse trabalho.

²³⁴ Sob autoria de Jomar Moraes encontra-se no referido Relatório os títulos: **Bibliografia crítica da literatura maranhense; Guia histórico da Biblioteca Pública "Benedito Leite", Apontamentos de literatura maranhense, De Píndaro à Raposa ou Castro Alves! quem diria... acabou num aranhol, Guia de São Luís do Maranhão, Livro do sesquicentenário de Celso Magalhães: 1849-1999, Mano a mano** e, único título a coincidir entre as duas ‘bibliografias’ desse autor, **Gonçalves Dias: vida e obra**.

²³⁵ “O Depósito Legal foi instituído na Biblioteca Pública do Maranhão pela Lei no. 496, Art. 13, de primeiro de agosto de 1898” (CASTRO, 2011, p. 267).

²³⁶ Na publicação em homenagem aos seus 50 anos, “**O cinquentão Jomar Moraes**”, incluiu-se uma seção intitulada “Bibliografia de e sobre Jomar Moraes”, onde indica se apresenta uma síntese da sua atuação pela escrita, mencionando as revistas e periódicos por onde publicou (A seara; Ilha; Legenda; Projeção; AML; suplemento Sete dias; PH Revista; Jornal do dia; O imparcial; O estado do Maranhão) e dos seus trabalhos como editor (“abarca ainda a edição de 150 títulos, no total, e a assinatura de orelhas, prefácios, apresentações, a direção editorial, apresentações, a direção editorial, a preparação de textos e/ou sua revisão final”). As referências indicadas nessa seção somam 94 títulos.

maranhense”. Assim ele inicia o texto de introdução à reedição do “Semanário Maranhense”²³⁷: “Depois de esforço editorial que já possibilitou mais de sessenta títulos em primeiras edições, o Programa de Ação Cultural SIOGE vai, no corrente ano, dispensar atenção especial a reedições”. Esse intuito de preservação se evidencia pelas repetidas reedições “fac-similares”, na expectativa de uma aproximação mais genuína com os originais em questão, como comenta ainda na “Introdução” da reedição do “Semanário”: “A partir do microfilme e através de cópias sucessivamente ampliadas, chegou-se ao formato correspondente ao do original”.

TABELA 29 - Livros editados²³⁸ por Jomar Moraes (1969-2014)

Editoras / Títulos	1969	1970	1975	1978	1979	1980	1984	1987	1988	1989	1990	1999	2001	2007	2008	2012	2013	2014
Alumar																		
Ana Jansen, rainha do Maranhão												2 ^a						
AML																		
30 sonetos de amor, ternura e encantamento							1 ^a											
Almanack do Maranhão 1849												1 ^a						
Ana Jansen, rainha do Maranhão										1 ^a						4 ^a		
Os novos atenienses		2 ^a													3 ^a			
Perfis Acadêmicos								2 ^a 3 ^a	4 ^a									5 ^a
Relação sumária das cousas do Maranhão																	9 ^a	
Ética																		
Ana Jansen, rainha do Maranhão														3 ^a				
FUM																		
Harpa de oiro		1 ^a																
FUNC																		
Dois estudos maranhenses de Antonio Lopes			1 ^a															
Sousândrade: inéditos		1 ^a																

²³⁷ Semanário Maranhense (1867-1868). São Luís: SIOGE, 1979.

²³⁸ o sentido usado nessa tabela sobre o termo “editados” segue a nomenclatura utilizada por Jomar Moraes em suas listagens bibliográficas.

SECMA									
Fanfarras									1 ^a
Jornal Echo da juventude (1864-1865)									1 ^a
Siciliano									
Relação sumária das cousas do Maranhão									8 ^a
SIOGE									
A casca da caneleira									1 ^a
Jornal A flecha (1879-1880)									1 ^a
Jornal O archivo (1846)									1 ^a
Jornal O censor maranhense (1825-1830)									1 ^a
Jornal Os argos da lei (1825)									1 ^a
Jornal Semanário Maranhense (1867-1868)								1 ^a	
O Guesa de Sousândrade									1 ^a
Sousândrade: prosa								1 ^a	
SIOGE/UFMA									
Relação sumária das cousas do Maranhão									7 ^a

*As numerações nos quadrinhos indicam as suas respectivas edições.

Fonte: Repertórios biográficos produzidos pelo autor.

A posição destacada no posto editorial se constitui como sua principal forma de reconhecimento. Pelo ensejo editorial, ligam-se a Jomar Moraes uma série de escritores, por sua vez atuantes em diferentes instâncias das atividades políticas e culturais do estado, cujas atividades escritas possuiriam também gêneros e teor bastante diversificados (política, literatura, jornalismo, história, biografos etc.), investindo-o assim de uma função de *mediação* de grande importância neste *espaço*. A partir dessa posição, atuaria através da produção editorial não apenas em âmbito regional, mas também como intermediário entre os agentes que comporiam o polo dominante desse contexto e a *periferia* dos polos dominantes em âmbito nacional²³⁹.

²³⁹ É nossa intenção desenvolver posteriormente um estudo aprofundado sobre essas redes e contatos estabelecidos entre as dimensões regional e nacional a partir de um volumoso acervo de cartas e documentos diversos que temos arquivado sobre esse agente, contabilizando mais de 300 itens.

Foram muitos e diversos os laços pessoais estabelecidos a partir do SIOGE. Desde a atualização de experiências vividas no tempo da sua vivência evangélica, através da fundação de um Coral próprio daquela instituição, até a administração de relações com editores, personalidades políticas e escritores do Maranhão e de outros estados.

Desdobradas as possibilidades ensejadas pelo complexo de relações e recursos sociais em jogo no *espaço editorial maranhense*, vejamos, munidos dos dados e referenciais analíticos apresentados nos capítulos anteriores e outros mais específicos acerca das diferentes posições que ocupara esse agente, alguns elementos destacados nas narrativas (auto)biográficas de Jomar Moraes relacionando-os às dimensões de análise que vimos desenvolvendo. As inflexões operadas em sua trajetória em correlação com os principais postos que ocupara são as referências que utilizamos para compreender as condições sociais de constituição dos *papéis* sociais que esse agente exerce a partir das suas funções de editor.

TABELA 30 - Trajetória construída de Jomar da Silva Moraes

Períodos	Trajeto familiar	Trajeto escolar	Consagração	Postos públicos
1940	Nascimento em Guimarães			
1940	Muda-se com a família para Cururupu			
1941	Muda-se com a família para Carutapera			
1954	Muda-se com a família para São Luís			
1954	Muda-se com a família para Vitorino Freire			
1958	Muda-se com a família para Santa Inês			
1959	Muda-se com a família para São Luís			Soldado da Polícia Militar
1963				Delegado em Buriti Bravo
1967	Falecimento do pai		Prêmio literário - AML	Cabo da Polícia Militar
1968			Prêmio literário - AML	Terceiro Sargento da Polícia Militar

1969			Prêmio literário - AML Posse na AML	Postalista dos Correios
1970		Conclusão dos “exames de madureza”		Diretor do Serviço de Educação da Secretaria de Educação e Cultura
1971				Diretor da Biblioteca estadual
1972			Prêmio literário Cidade de São Luís	
1973				Diretor de Assuntos Culturais da FUNC
1975				Diretor do SIOGE
1976		Bacharel em Direito - UFMA		
1977		Especialista em Direito Empersarial		
1979			Prêmio Nacional ANEDI	
1980			Prêmio Personalidade Cultural - ABE; Prêmio do Concurso Maranhense de Folclore	Estagiário na Escola Superior de Guerra
1981			Prêmio de Mérito Cultural - ABE	Diretor do Departamento de Assuntos Culturais da UFMA
1984		Especialização em Comunicação Social - UFMA/INCRA/UnB		Advogado da UFMA
1985				Secretário de Cultura
1988			Prêmio de Mérito Cultural - ABE	
2000			Prêmio de Mérito Cultural - ABE	
2002		Mestrado em História - UFPE		
2005			Prêmio de Mérito Cultural - ABE	
2006	Falecimento da mãe			
2010			Doutor <i>Honoris Causa</i> - UEMA	
2016	Falecimento de Jomar Moraes em São Luís			

Fonte: repertórios biográficos produzidos pelo autor.

Nosso objetivo é demonstrar as correlações existentes entre o processo de ideologização do seu percurso de vida e o conjunto de determinações estruturais

condicionantes de suas “escolhas” e posições ocupadas ao longo do seu envelhecimento social. Assim, pretendemos tornar mais clara as correlações entre as disposições incorporadas por esse agente, principalmente a partir do convívio e educação familiar, inicialmente restritos ao âmbito caseiro, os investimentos feitos ao longo da sua trajetória - compreendida a partir das diferentes posições ocupadas - no âmbito escolar e profissional, com ênfase sobre os postos que passa a ocupar e que lhe possibilitaram realizar múltiplos investimentos editoriais e que forjaram sua condição social mais evidente, a de editor.

Ressalte-se ainda que a seleção dos fragmentos de entrevistas realizadas com Jomar Moraes aqui apresentados tem por único intuito a tentativa de demonstração das correlações perceptíveis entre as transformações operadas no *espaço social* construído analiticamente e o conjunto de recursos gradativamente adquiridos e investidos por este agente, objetivando melhor alocar-se no mesmo. O que em nada se confunde com qualquer compreensão moralizante acerca das suas relações pessoais ou posicionamentos por ele tomados.

Jomar Moraes nasceu em Guimarães em 1940, tendo permanecido ali somente por seus primeiros meses de vida. Seu pai, descrito por ele como um “aventureiro”, seguiu com a família pelas praias da região até chegar ao extremo oeste do estado, na fronteira com o Pará, na cidade de Carutapera. Ali se estabeleceram e fora onde Jomar permaneceu com a família até os 14 anos.

Sobre esse período, são muitos os elementos de sua trajetória que merecem destaque, tendo em vista ser este o período convencionalmente destinado à formação escolar inicial e também a fase em que as vivências familiares compõem parte importante na constituição de *disposições*, indicando os determinantes de classe, renda, relações sociais etc. Em conjugação com toda a força da trajetória familiar sobre a socialização dos filhos, nos casos em que este convívio se dá.

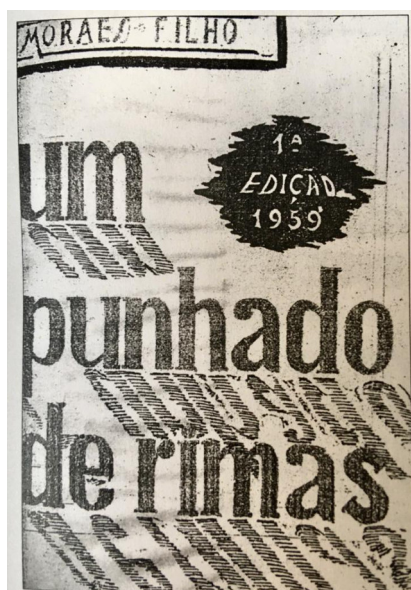
Bastante heterogênea, o núcleo da configuração familiar na qual Jomar Moraes nasce é formada pela mãe, Marcolina Cyriaca da Silva, “vimarense”, iletrada, filha de um mestre de embarcações em Guimarães e pelo seu pai, professor de música, “ludovicense”, cujos pais tinham “certa procedência”, nas palavras do escritor.

Eu sou filho de um homem, que era professor, de música, um homem muito preparado, um homem culto, meu pai era José Alípio de Moraes Filho. Um homem preparado, mas um homem doidão. Uma espécie de *hippie*, quando não havia *hippie*. Minha mãe era de uma família de Guimarães, bem humilde, minha mãe era filha de um mestre de barcos. Antonio Alcides da Silva, que morreu num desastre, num desastr... naufrágio. [...] Minha mãe era uma mulher inteligente, mas não tinha preparo. Tinha o preparo que ela... hauriu de meu pai. Minha mãe era tão inteligên... meu pai era músico, minha mãe chegou a tocar violino, tocava muito bem, lia música, tocava violino. Mas meu pai era uma figura meio abstrusa, uma figura singular.

Sobre a escolaridade dos familiares o eruditismo do pai, embora informal, era constantemente reforçado, em contraposição à dependência cultural maternal cuja minguado acúmulo cultural teria sido haurido da relação com Alípio de Moraes filho:

Minha mãe não era... Meu pai, eu já falei, era um homem... não tinha curso formal, mas era um homem de bastante cultura, um homem preparado. [...] Meu pai era um intelectual e, tinha livros... Meu pai sabia falar espanhol, sabia falar francês, sabia falar italiano, sabia falar árabe. Até árabe! Era músico. Mas era doidão, num sabe, era um *hippie*, depois eu vou até mostrar pra você um livro de poesia dele.

IMAGEM 09 - Capa do livro de Alípio Moraes filho



Fonte: LIMA, 2018. "Galeria de fotos".

Infelizmente o referido livro não fora encontrado naquela ocasião e poucas semanas depois o estado de saúde de Jomar Moraes se agravaria, impossibilitando a continuidade das nossas entrevistas. Mas nos relatos de Lima (2016) encontramos uma breve descrição desse livro, intitulado **Um punhado de rimas**, lançado em 1959 quando residia na cidade de Santa Inês. Apesar da observação de que o fizera “por iniciativa de amigos”, a indicação destacada de que se tratava de uma “1ª edição” sugere a expectativa para semelhantes empreendimentos no futuro. Composto de quase trinta poemas, dedicados a Concepción, Sinhá e outras “musas”. Segundo Félix Lima, tais poemas “denotam a personalidade extravagante de um homem refém da incerteza, ora vagando na felicidade, ora expondo-se às amarguras do cotidiano”. E exemplifica essa impressão com alguns trechos:

[...] Pelos cuidados da vida
É tolo quem se molesta.
O que bem sabe viver
Traz a alma sempre em festa.
(Em Trovas alegres)

[...] Ai! Deus meu, tem piedade!
É grande o meu desconforto!
De tanto sofrer na vida,
Não sei se estou vivo ou morto!
(Em Trovas tristes).

Publicaria ainda alguns poemas em jornais de algumas localidades por onde passou - a exemplo do jornal paraense “Folha do Norte” e do maranhense “A pacotilha”. A exemplo do poema “?Crimen o no? Publicado inicialmente no “Folha do Norte” (1914) e posteriormente no “A pacotilha”, “a pedido do poeta Corrêa de Araújo²⁴⁰. Segue:

Cerraste para siempre, con ternura,
Tus ojos refulgentes de alegría,
Cejida por la muerte prematura
Quedé com vida y muerto de agonía.

Pero el silencio de la sepultura,
esa morada lúgubre, sombría,
?te lo daría acaso una locura?

²⁴⁰ Fundador da Cadeira 16 da AML. Nascido no município de Pedreiras (1885). Foi diretor da Biblioteca Pública Benedito Leite. Estreou na literatura com o livro ‘**Harpas de fogo**’ (1903).

Nadie logro saberlo todavia.

?Tendrias, pues, con manos criminales,
cambiado el ciclo (gozos divinales)
por mi ardiente y apasionado amor?

?Juzgar de ti tan cruda ingratitud?...

!No! Seria dudar de tu virtud.

Solo al destino devo mi dolor.

Se por um lado o próprio Jomar descreve seus genitores destacando as oposições de caráter hierárquico quanto às competências detidas por eles, destacando o *iletrismo* de sua mãe em oposição à erudição de seu pai, ele mesmo chama a atenção para as capacidades da mãe. Menciona ainda a profissão de seu avô materno, cuja precariedade é amenizada pelo qualitativo de “mestre de barcos”, sugerindo alguma valorização no contexto “local”.

Aqui, para a análise pretendida, ora as hierarquizações são irrelevantes, do ponto de vista de que tais competências exercem força na formação de um patrimônio de disposições detido por Jomar, ora ganham importância, quando dessas hierarquias e oposições se compõem arranjos acerca do que deve ou não deve ser valorizado em cada contexto dos quais Jomar participaria (familiar, escolar, profissional, político, literário etc.) e de como ele as aciona. Como veremos, isto se expressa, entre outras formas, no contraste entre os postos destacados que seriam ocupados por esse agente e a forma coloquial como se comunica e se porta na relação com os seus “subordinados”.

Durante a sua gestão à frente do SIOGE (1975-1980) eram frequentes a promoção de banquetes juntos aos funcionários daquele órgão, por exemplo em homenagem a aniversariantes, datas do calendário cristão etc.

O SIOGE era um órgão que funcionava como uma grande família, as pessoas que lá trabalhavam [...] eles todos se conheciam. O SIOGE era uma família. E eu entrei nessa família. [...] Todo mundo conhecia todo mundo. Todo mundo conhecia as famílias dos funcionários. Praticamente o SIOGE não tinha segredos. Você sabia tudo de todo mundo. Era uma família mesmo, era uma família²⁴¹.

IMAGEM 10 - Festa comemorativa do Natal no SIOGE



Fonte: Arquivo pessoal de Júlia Moraes

²⁴¹ João Melo e Sousa, conhecido como Bentivi. Nascido em Pedreiras - Maranhão. Médico, advogado e jornalista. Foi o primeiro regente de coral de empresa no Maranhão (SIOGE). Entrevista concedida em agosto de 2019.

IMAGEM 11 - Comemoração de aniversário no SIOGE



Fonte: Arquivo pessoal de Júlia Moraes²⁴²

Essa postura também se fazia presente durante as nossas entrevistas, sempre solícito na disposição do seu acervo enquanto pedia que me servissem algo, reforçando constantemente nos gestos (nunca austero e de postura quase cabisbaixa) e palavras sua “origem pobre”, do “interior” etc.

A postura simples em tom amistoso certamente lhe conferiria uma via de acesso facilitado no trato diário com os funcionários do SIOGE. Sempre disposto a participar de todas as etapas de produção dos livros, da revisão dos originais aos encaminhamentos para a sua confecção gráfica: escolha dos materiais, encadernação etc.

²⁴² Filha de Jomar Moraes.

Ele trabalhava administrando o SIOGE, mas ele também trabalhava junto com os gráficos, faziam 'serão', eles todos juntos, na composição dos livros, ele trabalhava com tudo aquilo [...] Ele era tão obcecado por livros que ele tinha uma coisa assim de, desde a confecção mesmo, mais elementar que fazia a composição das chapas, das páginas, o *layout*, e até escrever, então, revisar... ele fazia tudo, realmente. Tudo²⁴³.

Retomando suas origens familiares, Jomar reitera sempre os eventos marcantes (no duplo sentido) presentes em suas biografias sobre o modo como seus pais se conheceram e casaram. Sua condição de filho gerado fora do matrimônio do seu pai pesaria sobre ele na forma de constrangimentos impostos pelo lado familiar paterno. Renegado, esses laços o acompanhariam por toda a vida, e boa parte das suas narrativas sobre conquistas tomaria esse isolamento - "eu me fiz do nada" - e degrado familiar por referência.

Minha mãe era bem humilde, e meu pai era casado, aqui em São Luís. E... a esposa dele teve uma doença, teve "eclamps", uma coisa assim, uma doença que impedia ela de engravidar, imagina, naquela época... é difícil. Então ele saiu de casa, e foi lá no interior. Uma certa aventura. Ele que já era aventureiro mesmo! Gostava de andar para cá e pra ali. Tá gravando? Vou dizer... tá gravando? E comeu essa, essa menina lá! Era minha mãe, tinha 16 anos, meu pai tinha 40 e tantos anos. Era um pedófilo (risos), quase um pedófilo. Comeu minha mãe. Dessa "comilança" nasceu Jomar. Minha mãe era mais velha do que eu só 16 anos. Eu brincava muito com ela e dizia: olha, eu vou lhe passar, eu vou ficar mais velho do que a senhora. Era engraçado.

São muitos os momentos em que Jomar recorta episódios de sua vida em que se mesclam o trágico e o pitoresco. No trecho acima, novamente chama a atenção para as oposições entre seus pais, tais como a diferença de idade, que tornava o filho cronologicamente tão próximo da mãe. Outra característica frequente em seus relatos é o destaque dado à forma como seu pai agia, definida por ele como a de uma pessoa com "espírito aventureiro", "abstruso", "sonhador", "hippie", "doidão" etc. E sua paradoxal reprovação/admiração quanto a estas características.

Ao passo que demonstra reprovar tal postura, narrando as consequências e as inseguranças geradas ao longo de sua infância - "Porque, de certo modo, eu

²⁴³ Julia Esmeralda. Entrevista concedida em dezembro de 2016.

vou dizer pra você, uma coisa inconsciente, essa coisa de meu pai ser... andar pra cima e pra baixo, fazer o que deu na cabeça... me traumatizou” –, narra estes episódios com humor, reforçando sempre essa lembrança de seu pai com um tom admirado. Além de apresentar a si mesmo como filho dessas “aventuras”, enfatizando que “dessa comilança nasceu Jomar”.

Toda a narrativa autobiográfica de Jomar Moraes é marcada pela relação ambígua com o pai. Desde um plano mais objetivo referente às dificuldades enfrentadas, aos desejos e realizações no plano intelectual, como a entrada para a Academia Maranhense de Letras (AML), são narradas com algum vínculo às lembranças da figura paterna. Sobre sua posse nessa instituição, a construção alegórica em torno desse evento se encarregaria de cristalizar os elementos de um rito que representaria a passagem da vida anônima de um tal “mulato-genipapo” - segundo se repete a alcunha criada por Erasmo Dias - para a vida pública do Jomar Moraes, “o escritor por vocação e aplicação [...] sempre a serviço do Maranhão”²⁴⁴. Todas as radículas do fio ideológico que encerra a biografia desse agente retorna a esse *momento* como um ponto central.

O estreitamento dos elos entre o seu envelhecimento social e a atuação na AML seria tamanho a ponto de se ratificarem no enunciado de uma simbiose, “a ponto de passarmos a identificá-lo com a Academia e vice-versa”²⁴⁵. Sebastião Moreira Duarte²⁴⁶ relata ainda que após a eleição de Jomar para a presidência da

²⁴⁴ Montello, Josué. **Os 50 anos de Jomar Moraes**. In: HOLANDA, 1990, p. 34.

²⁴⁵ In: LIMA, 2018, p. 93.

²⁴⁶ Membro da AML, Cadeira 01. Em seu discurso de posse também ratifica: “Jomar Moraes [...] materializa aos nossos olhos o grande maranhense que deu seu nome a esta Casa”. Referindo-se a uma comparação entre Jomar e Antonio Lôbo.

Academia se ouvia então de Mário Meireles: “Casa de Antônio Lobo²⁴⁷! Casa de Jomar Moraes! De agora por diante, assim deveria chamar-se a Academia.” Conferida tamanha importância a esse feito, é também a partir dele que analisamos as posições ocupadas por esse agente na construção analítica da sua trajetória.

O caráter performático desse rito de origem do “acadêmico” Jomar Moraes é enredado por uma série de elementos que o situam num tempo mítico particular, no qual toda a atmosfera da cidade parecia estar envolvida por aquele momento de eleição.

A tarde de chuva intensa apontava para uma eleição com desfecho imprevisível. Por trás das cortinas da academia estavam os apoiadores dos candidatos a cabalar votos. De lado a lado, faziam as contas e somavam adesões de última hora para uma guerra de nervos forjada na combustão de torcedores apaixonados²⁴⁸.

Assim como a respeito do seu rito de eleição, as ascensões aos postos internos àquela e noutras instituições também seriam cristalizadas numa memória construída e compartilhada nas conversas em casa, nos bares ou em textos de cunho biográfico, pontuando as etapas que seriam fixadas no *projeto criador* desse personagem. A exemplo disso, assim Sebastião Duarte constrói o ambiente do departamento onde Jomar se encontrava lotado²⁴⁹, no momento da sua eleição para a o cargo de Secretário-Geral da AML: “Havia um ar de transfiguração no Departamento de Assuntos Culturais da UFMA, à Rua das Hortas. Uma atmosfera de feriado, de festa grande”.

²⁴⁷ Patrono da Cadeira 26 da AML. Nasceu em São Luís, a 4 de julho de 1870, e faleceu na mesma cidade, a 24 de junho de 1916. Jornalista, poeta, romancista, professor, tradutor, publicista e polemista compulsivo. Dirigiu a Biblioteca Pública, o Liceu Maranhense e a Instrução Pública. Diretor d’**ARevista do Norte** (1901/1906), periódico ricamente ilustrado, e do jornal **A Tarde** (1915/1916); colaborou em diversos outros órgãos da imprensa maranhense. Antônio Lobo é, sem favor nenhum, uma das mais importantes figuras de sua geração. Amigo da mocidade, foi o principal agitador de idéias de seu tempo e o entusiasta da renovação mental do Maranhão. Um dos fundadores da Academia, onde, curiosamente, não teve papel relevante, ali instituiu a Cadeira Nº 14, patrocinada por Nina Rodrigues. Informações disponíveis no *site* da AML: <http://www.academiamaranhense.org.br/antonio-francisco-leal-lobo/> .

²⁴⁸ In: LIMA, 2016.

²⁴⁹ Diretor do Departamento de Assuntos Culturais da UFMA (1981-1985).

Acerca do seu processo de escolarização, Jomar Moraes sempre relatava a decisão de Alípio Moraes Filho em não levar seus filhos à escola, onde não encontrariam a formação projetada por ele, o que justificava com argumentos sobre baixa qualidade de ensino na cidade de Carutapera, que resultaria da má formação dos professores.

Meu pai dizia o seguinte: não, meus filhos. Filho meu não vai estudar com estas professoras bestas daqui, estas burras, estas professoras não sabem nada. Eu me lembro dele dizer “se eu pegar uma professora dessas e fizer um exame, racho a mão delas de bolo”. E realmente, tinha alguma razão.

Além disso, apresentavam uma vida reservada em relação ao contato com as pessoas da localidade. “Nós fomos criados lá. Pobres, mas com um certo recolhimento”. Deixando a entender que esse “recolhimento” se devia a um tipo de preservação promovida pelo pai, mantendo um isolamento em relação aos moradores daquela cidade que ele tomava por ignorantes.

Nas palavras de Jomar:

Pois bem, meu pai nos criou numa certa... a mim, meu irmãos, eu sou o mais velho de uma, uma ninhada de sete, e manteve um certo isolamento nosso, assim pra dizer “não, não se metam com esses moleques, esses moleques não sabem falar, tudo analfabeto”, não sei o quê. “E professora também! Eu vou ensinar, eu vou te ensinar, vou ensinar meus filhos aqui em casa”. Meu pai, ele tinha o propósito de me ensinar, mas aí eu não a... não aceitei. Ele me chamava pra uma lição, era uma coisa assistemática, eu ia de má vontade. “Venha cá!” Eu já ia de má vontade. Ele se irritava. “Seu moleque! Como é isso aqui?” Eu num sei! Eu sabia, mas num dizia. Aí ficou uma coisa impraticável. Até que ele se cansou e disse: “Eu não vou mais ensinar esse moleque! Deixa esse moleque ficar analfabeto!” Fiquei. Mas eu tinha uma curiosidade intelectual muito grande, sobretudo lá em casa. Era uma casa pobre, mas era uma casa que tinha livros, meu pai era um intelectual, e tinha livros... [...] E aí, fui deixado de lado, “o Jomar não quer estudar, deixa, deixa ficar aí... não quer!”.

Se sua infância e adolescência não compreenderam o processo de escolarização, um fato atípico ao quando se trata de alguém que se torna conhecido como escritor e membro da AML, outras foram as vias de acesso tardio para “letrar-se”. Sempre sob a influência do pai e seu recorrente intento de desafiá-lo, de cumprir um *projeto* e reconhecimento “intelectual” cujos recursos ainda lhe faltavam.

E eu tinha uma curiosidade intelectual muito grande e meu pai, uma das coisas que, além dos livros lá da biblioteca, da biblioteca dele, ele assinava a revista "O Cruzeiro", então essa revista me espicava a curiosidade. Porque a revista era toda ilustrada. Eu pegava a revista, abria e ficava... não me contentava em ver as figuras, queria saber o que estava dito sobre as figuras, e não sabia. Aí ficava, e fiquei... Perguntava "o quê que tá dizendo aqui? Dizia "tu não sabe ler? Lê! Não quer estudar! Eu fiquei... Aí, o que fiz: num tem aquele caderno escolar, nas costas do caderno escolar tem o hino nacional, não tem? Eu peguei o papel de seda, superpus ao hino e, com um lápis, comecei a cobrir as letras do hino nacional brasileiro. E eu sabia a letra. Cobria aqui "o, u, v, i, ouviram. Aí, "ouviram", do Ipiranga..." Foi uma coisa assim, eu num sei como aprendi. Aí, num determinado momento eu tinha uma dificuldade de saber o que era "b" e o que era "d", porque não atinava bem qual era o que tinha a barriga pra dentro, qual era a barriga virada pra fora. Foi indo, foi indo... Até que com 13 anos! 13 anos que eu vim a ler! Foi minha mãe que descobriu e disse pra meu pai: "Seu Moraes, o Jomar tá lendo!"

- "Não é possível, esse moleque tá lendo?"

- "Tá!"

Me chamou... Aí eu sabia ler, mais ou menos, mas não sabia escrever e não sabia fazer conta. Aí foi uma coisa danada. O certo que, assim foi indo... Aí eu comecei a ler, li como um desesperado. Era uma leitura feia, era uma leitura assistemática, leitura de autodidata que você sabe que não tem orientação, mas eu me parabeno por isso [...] e daí comecei. Eu li a bíblia todinha, tá ali até uma versão da bíblia, essa é uma versão moderna. Eu li a bíblia do gênesis ao apocalipse e depois reli. Li, li, loucamente nessa... O que foi que eu li, direi a vocês que eu não sei, me lembro bem da bíblia. Lia muito, lia, lia, lia, aquilo parece que libertou minha curiosidade, aí comecei a ler. Aí eu tinha também o apoio de meu pai. Meu pai falava bem, nos corrigia, não dizia "pra mim fazer", ou "isso é pra mim fazer", é "pra eu fazer!". Ele tinha um preconceito, dizia: "quem diz 'pra mim fazer' é moleque!". Essas coisas assim a gente aprendeu.

Tal episódio é contado com um certo tom de romantismo de uma genialidade inata, mas principalmente apontando para certo heroísmo presente no esforço. Aliás, a despeito das muitas publicações autorais e outras tantas reedições de autores "ilustres" do Maranhão, seria essa sua postura "heróica", trabalhadora etc. tornada uma das suas características e elogios mais recorrentes, uma espécie de intelectual destacado como grande "operário" das edições.

Ademais, não dispensa o reconhecimento das lacunas deixadas com o processo de alfabetização alternativo. E investiu nisso como um exemplo de auto superação:

Eu como já mencionei, eu aprendi a ler praticamente por mim mesmo. É difícil dizer “por mim mesmo”, claro, por maior o esforço que eu fiz pra aprender a ler, mas claro que alguém me ensinou o que era “A”, o que era “B”, o que era “C”, eu não podia adivinhar. Mas até chegar a ler, foi um esforço muito pessoal e eu cheguei a ler mais ou menos com uns treze anos, já tardiamente. Agora foi uma tardança que de certo modo foi compensada porque desde que aprendi a ler eu tive uma leitura muito intensa e muito variada e também, naturalmente, assistemática, como a leitura de qualquer... do geral dos autodidatas. Lia o que me caía às mãos, principalmente a bíblia e muitos livros que comentam livros da bíblia. Li muitos autores bíblicos, e por aí fui, fiz leituras variadas, lia... Eu fiz uma formação irregular, assistemática... Eu sabia num determinado tempo, eu tinha conhecimento em parte avançado, em parte atrasado. Havia um tempo em que eu não sabia fazer conta, não sabia nada de matemática, sabia escrever muito pouco, sabia mais ler. Mas que depois, com o tempo, foi se homogeneizando.

Reafirmando sempre a importância do pai como referência em sua formação intelectual, considerada, embora “assistemática”, uma boa formação: “eu acho que se eu tivesse estudado pelos cânones legais, acho que eu seria mais besta do que eu sou”. Entre os períodos de tensão naquela relação paterna, frisa também os indícios da sua propensão ao interesse e aprendizado pelas noções de “cultura musical” e “geral”.

Muito do que eu sou hoje, eu devo a ele [pai]. Informalmente ele terminou me ensinando, houve aquele negócio, aquele conflito de querer me ensinar formalmente, eu resisti, não deu certo, mas nós convivíamos, eu aprendi muita coisa com ele. Porque depois, geralmente à noite, ele... Ficávamos conversando nós dois, conversando até tarde. Ele tinha um costume de, gostava que a cabeça dele fosse coçada, e eu coçava a cabeça dele, fazia aquele cafuné... Tempo, tempos a fio, eu ficava conversando, conversando, eu devo muito do que eu sei a meu pai. Eram aulas informais, porém muito proveitosas. Aprendi alguma coisa, a falar português, alguma coisa de cultura, cultura musical, cultura geral, meu pai era um homem muito preparado.

Aos 14 anos de Jomar, sua família deixa Carutapera²⁵⁰. Seguem para Vitorino Freire e depois para Santa Inês, acompanhando as decisões de seu pai, que “era aquele sonhador. Ele dizia ‘em tal lugar tem muito... é muito bom pra viver lá, corre dinheiro lá’. Ele era... meio doido, ele fazia assim uma ideia que parece que a gente achava dinheiro na rua”.

²⁵⁰ Município maranhense, localizado na foz do rio Gurupi a 560 km da capital São Luís.

Em 1959 sua família fixa moradia em São Luís. Seu pai trabalhava então dando aulas de música. Jomar, aos 19 anos, trazia como recursos seu letramento autodidata e um acúmulo de leituras “assistemático”. Sabia escrever, mas não contar e já ensaiava suas primeiras poesias. Pretendia também “tentar a vida” na capital, trabalhar. Sem qualquer certificação escolar, sua primeira profissão foi no quadro da polícia, como soldado. Ainda em 1959, prestou os exames de admissão e assumiu o posto em 1º de dezembro daquele ano.

Neste período seu pai vinha buscando entre os contatos da sua rede de relações pessoais uma indicação de emprego para o filho mais velho. A dependência dos contatos, que marcaria toda a sua trajetória e lhe permitiria o ascenso aos postos mais altos que ocupara, é, no entanto, narrada como um exemplo de resistência às projeções que o pai nutria sobre ele no tocante à dependência de favores para o exercício de atividades de grande destaque. É relevante frisar que as projeções da mesma figura paterna são tomadas como exemplo maior de realização, quando se referem a posições socialmente destacadas. Retomaremos isso adiante.

Uma vez ele disse “eu estou arranjando um emprego pra ti”. Eu disse, “onde?” “Eu falei com fulano de tal”, era um amigo dele, até me lembro quem era, Deputado Santos Neto [...] “Eu falei com Santos Neto, ele vai arranjar um emprego pra ti na Assembleia”. Eu digo, “não, não meu pai, eu não quero isso não”, “você não quer trabalhar? Eu disse, quero! Eu vou trabalhar, mas eu não vou trabalhar pedindo, eu vou...” “pra onde é que você vai trabalhar?” Eu digo, “eu quero lhe comunicar que eu fiz um, um... exame pra polícia [militar], já fiz o exame e fui aprovado na polícia”. Era um exame muito difícil, era um ditado e uma conta de somar, eu fiz, passei. E meu pai disse “ah! Você quer ser mata-cachorro?” Eu digo “é o que eu posso ser, meu pai”. “Não você não vai ser!” Eu digo “vou, vou sim senhor, eu acho humilhante - (trecho incompreensível) - por um pedido, esse eu num vou não. Lá eu vou entrar, meu pai, é uma coisa humilde, mas... é soldado de polícia mas eu num pedi pra ninguém pra entrar, eu fiz o exame, passei”. Aí entrei na polícia. Fiquei na polícia. Essa é uma data cara pra mim... 01 do 12 de 59. Eu entrei na polícia, com o número 947, era o soldado 947, aí fiquei lá até junho de 67. Eu... fari... depois fiz um curso de cabo e fui aprovado em primeiro lugar, aí fiz um curso de sargento, fui aprovado em quarto lugar.

Permanecendo na polícia militar durante 8 anos, Jomar investiu constantemente em postos mais altos, fazendo o curso para cabo, posteriormente a

seleção, sendo aprovado em primeiro lugar. Depois o curso de sargento, no qual também teve êxito. Nesse processo o que se percebe é a reafirmação *disposições* para investimentos na ideia do mérito por esforço, para uma condição autônoma, recompensada na admiração e respeito gerada pela superação, pelo improvável e pela segurança que parecia querer transmitir, especialmente à família, em oposição às inconstâncias e “aventuras” do pai. Isso se confirma em sua postura de irmão mais velho, aquele que substitui o pai e passa a “dirigir a casa”.

Quando eu estava fazendo o curso de cabo, meu pai morreu... Foi aquela coisa... Eu tinha direito ao que se chama de “nojo”, aquele período em que morre um parente, a gente tem oito dias, né. Entre os militares é chamado “Nojo”. Mas eu estava fazendo o curso, se eu gozasse o *nojo* eu era reprovado... Aí, no dia seguinte, meu pai morreu, no dia seguinte eu me preparei, eu passei um dia em casa, no outro dia, cedo me preparei. Minha mãe “meu filho, você já vai pro serviço? Seu pai morreu anteontem!”. “Minha mãe, o que é que eu vou fazer? Meu pai morreu e eu tenho obrigação, eu sou o mais velho! Eu tenho que dirigir a casa, e esse curso vai melhorar nossa situação”. Aí fui, no segundo dia provei concurso, fiz, passei em primeiro lugar!

Sua preocupação com a família o levou, em 1964, a ser delegado em Buriti Bravo e em Colinas. Aceitou o cargo no “interior” para receber suas correspondente gratificação, deixando o vencimento básico para ser recebido por sua mãe, por procuração.

Eu me tornei policial aqui, aqui eu fui Cabo, aqui fui Sargento, eu fui para Buriti Bravo pra ser Delegado de Polícia. Eu fui pra Buriti Bravo porque... Por uma decisão em favor de minha família, a família, não a com que eu casei, mas a família dos meus pais. Meu pai morreu, eu o irmão mais velho, eu precisava dar o máximo de apoio à minha mãe, e eu aqui não podia fazer isso porque eu tinha que fazer despesas pessoais, eu tinha minhas despesas, e eu queria dar o máximo que tinha pra minha mãe. O que eu fiz, eu fui para o interior, deixei meus vencimentos todos pra ela, quando eu digo “todo”, era muito pouco, mas era o que eu tinha, era todo. Não era muito, mas era tudo o que tinha. Minha mãe ficou com a procuração, recebendo o que eu recebia e eu fiquei em Buriti Bravo vivendo lá do ordenado de Delegado de Polícia. A estória foi essa.

Jomar decide permanecer em Buriti Bravo, mantendo assim o arranjo familiar em que se colocava na condição de provedor e decidindo estabilizar-se naquela profissão, agora exercendo o cargo de delegado. E lá constitui família, tendo esposa e filhos. Por meio de sua cunhada, consegue um posto paralelo de

estafeta dos correios, podendo ser conciliada ao cargo de delegado. Sua intenção era ser efetivado nessa atividade após cinco anos, como era de praxe à época. Esse plano fora interrompido com os açoitamentos promovidos pela ditadura militar, iniciada em 1964, na já consolidada democracia brasileira e as consequentes mudanças em níveis nacional e regional dos quadros políticos eletivos e nomeados.

Fui pro interior e casei no interior. Pra Buriti Bravo, lá que eu constituí família. E por isso eu pensei um dia em ficar lá, morar em Buriti Bravo. Eu queria ser estafeta dos correios [carteiro], trabalhando de Buriti Bravo para Colinas e deixar a polícia. Mas veio aquilo que eu falei, veio a Ditadura e aí esses contratos que havia foram todos desfeitos, mas... Aí, não deu certo. Eu vim pra São Luís como policial e deixei a família lá. E... Há uma coisa interessante que aconteceu durante uns 9 anos... foi, uns 9 anos. Eu fui casado com minha mulher e não vivíamos juntos, porque ela ficou no interior e eu vim pra cá em função do meu trabalho, primeiro para a polícia, e eu fiquei por aqui sem poder trazer a família, porque o que ganhava não dava pra manter minha família aqui, a não ser com muito sacrifício e eu não estava disposto a fazer esse sacrifício. Minha mulher tinha mãe e uma situação lá, uma pensão, tinha um comérciuzinho, uma casinha de comércio, na própria casa dela, então eles moravam relativamente bem, e eu resolvi que não traria minha família pra cá pra passar dificuldades. Fiquei nessa situação, ficamos, ficamos... Até que, finalmente, eu trouxe a família já com todos os meus filhos nascidos, todos nascidos: quatro, 1 homem e 2 mulh... e 3 mulheres. Todos os filhos, então, nascidos. Foi quando eu vim.

Em 1967 retorna para São Luís. É aprovado no concurso para Postalista dos correios e se exonera da carreira policial como 3º sargento. Neste período, preocupado com o obstáculo que se tornou o fato de não ter passado pela escolarização formal - chegou a iniciar o 1º ano ginasial no Liceu, mas abandonou quando da sua ida para Buriti Bravo -, começa a prestar os chamados “exames de madureza”, que correspondem hoje aos cursos supletivos, na expectativa de acelerar o período para o recebimento dos certificados escolares cuja posse ele compreendia como necessária para a concretização das expectativas profissionais que nutria.

Eu comecei nesse tempo a ter uma angústia enorme porque eu não tinha nenhum estudo formal, aí comecei: “meu deus, como é que eu faço? Eu tenho que estudar!”. Mas eu achava que estava adiantada a idade pra fazer seriadamente, aí eu fiz aquele “exame de madureza” que se chamava, que era o supletivo, que é um curso... Acho que tá hoje meio esculhambado, tem uns colégios vendendo o curso, os diplomas de supletivo e, naquele tempo, não é porque eu tenha feito, mas era aquela coisa, era no Liceu. Era uma coisa séria. Exame de

supletivo, “artigo 99” que eles chamavam. [...] Mas era uma época que me doía na cabeça: “meu deus, o tempo tá indo e minha família lá no interior e eu não tenho curso nenhum”. Não era porque eu achava que o curso ia me ensinar, era porque o curso me dava um título que eu não tinha. Um dia eu abro o jornal e tem um negócio, “aberto na Fazenda concurso pra auxiliar de Fiscal de Rendas”, eu disse: “oh, meu deus, eu vou já me inscrever!”. Fui lá, falei com a moça e disse “o que é necessário pra se inscrever?”, “o certificado do ginásial”. Eu não tinha porra nenhuma! Aí não consegui ser auxiliar de Fiscal de Rendas. Voltei calado. O certificado de ginásio eu não tinha. Naquela época se dissessem “me dá o teu diploma de doutor do ABC”, eu não tinha! Não consegui ser... Então, aí eu ficava... angustiado, quase todo dia eu acordava, me lembrava: “o tempo tá passando”. Vinte e tantos anos, mas eu achava que o tempo tava passando e eu não tava fazendo alguma coisa de concreto. Aí lutei, lutei, fazendo os exercícios da “madureza”, fiz o de científico, também “madureza”, e foi nessa época, nessa época eu entrei na Academia!

Neste período Jomar Moraes participara de vários “concursos literários” promovidos pela AML, ficando em primeiro lugar em três deles²⁵¹. As narrativas biográficas tendem a sugerir que tais premiações o foram tornando conhecido entre os membros da Academia e que ao surgir uma vaga para a eleição de novo membro, Jomar considerou candidatar-se, contando com o incentivo de amigos que já pertenciam ao rol de membros da AML. Com o desenvolvimento das entrevistas e o acesso ao seu amplo acervo de cartas trocadas com membros proeminentes dessa instituição, pudemos traçar uma compreensão de tais coincidências como uma conjunção de esforços individuais e coletivos em prol do seu acesso à AML.

Houve uma fase na Academia, a Academia fez uns concursos literários, eu participei de todos. O primeiro concurso que participei, ganhei; o segundo, ganhei; terceiro, ganhei, quarto, ganhei. Aí, me tornei conhecido e respeitado na Academia. O professor Luís Rêgo, que era o presidente da Academia, houve uma vaga, eu disse: “rapaz - professor amigo meu - eu vou me candidatar à Academia”. [...] Josué²⁵² morava em Paris, toquei uma carta pra lá! Veio uma resposta dizendo: “voto em você”.

²⁵¹ Nos anos de 1967, 1968 e 1969.

²⁵² Refere-se a Josué Montello. Escritor maranhense que nessa época exercia o cargo de Conselheiro Cultura da Embaixada Brasileira em Paris e já ocupava posição destacada no cenário literário nacional no Brasil. Membro da ABL desde 1955, foi também fundador da Cadeira 31 da AML em 1948. Havia publicado alguns livros por editoras consagradas como a Pongetti (donde iniciara a sua carreira literária com o romance “**Janelas fechadas**” em 1941); Editora Nova Fronteira; José Olympio; Martins Fontes, dentre outras.

No discurso de posse do prêmio de primeiro lugar no concurso oferecido pela AML em que logrou êxito (Prêmio Clemente de Faria, 1967), Jomar engasta a memória do pai naquele momento que iniciaria a sua caminhada ascendente por aquela instituição:

Volvo agora instintivamente às minhas raízes e encontro a figura veneranda e querida do meu Pai, sempre a me incentivar, sempre a me guiar pelos caminhos que ele trilhou. Caminhos da inteligência e do talento que nele abundaram, e que ele os esbanjou prodigamente na sua vida de poeta e de boêmio espiritual. Esse homem, que para os outros foi o Poeta e Maestro Moraes Filho, e que para mim foi guia, crítico austero, incentivador da publicação do meu primeiro livro de versos e, sobretudo, meu Pai. A ele, pois, o preito de minha mais profunda saudade.²⁵³

O momento de ingresso na Academia Maranhense de Letras era sempre narrado por Jomar Moraes como uma grande vitória, enfatizada por ele ao considerar os fatores que tornam sua entrada improvável, diferenciando-se do perfil esperado para ocupar tal lugar, referindo-se diretamente a Fernando Braga²⁵⁴, seu então concorrente à Cadeira 10. Destaca os preconceitos pela profissão antes exercida, a falta de um diploma de curso superior, a ascendência familiar, a sua precária condição econômica, sua cor, todas essas dimensões são enfatizadas como elementos que valorizam e particularizam o seu acesso à Cadeira 10.

Olhe, imagine, eu deixei de ser Sargento da Polícia em 67, ingressei na Academia em 69, então ainda tava “fedendo a cáqui”, numa cidade dessa que era muito mais preconceituosa do que é, foi um salto, foi um salto! Foi uma conquista! [...] E concorreu comigo um rapaz branco, da sociedade, Bancário do Banco do Estado, Fernando Braga, sobrinho de um acadêmico. Eu ganhei dele.

²⁵³ In: Jornal Pequeno. Edição de 9 de dezembro de 1967.

²⁵⁴ Fernando Braga tinha nessa época 25 anos. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Distrito Federal. Também havia ingressado na literatura com um livro de poesias, intitulado **Silêncio branco** (1967). Freqüentador das “tertúlias literárias do Bar Atenas e da república dos Apicuns (refere-se à sua residência, situada na Rua dos Apicuns, no centro de São Luís) infestada dos acólitos de Erasmo Dias”. In: LIMA, 2016. Em 1975 lançou o seu segundo livro de poesias, **Do sapato ao pé descalço**, prefaciado por Erasmo Dias: [...] “mais uma força que eclode, partindo solitária, porém muito forte no atual momento renovador da arte maranhense.” (In: ALL em Revista: Revista da Academia Ludovicense de Letras. Vol. 3, n. 3, 2016.).

O fato de ter ocupado a Cadeira número 10 da AML é também mencionado por Jomar Moraes como um elemento simbólico importante. Grande parte dos seus esforços sobre a ocupação dessa Cadeira se fazem no sentido de evidenciar as semelhanças entre ele e os seus predecessores, principalmente acerca do seu Fundador, Raul Astolfo Marques.

RAUL ASTOLFO MARQUES (1876-1918)
NESTA CASA COMEÇOU HUMILDE
E NELA SE GLORIFICOU O SEU NOME
NAS LETRAS MARANHENSES.
HOMENAGEM DO GOVERNO DO ESTADO
EM 11.04.1976

Assim o resume a placa de bronze fixada em sua homenagem na entrada do salão principal da AML. É retomando esses dizeres que Jomar Moraes inicia, por exemplo, a “síntese biobibliográfica de Astolfo Marques”, publicada junto à reedição do seu livro “Natal”²⁵⁵.

Toda essa “síntese” transcorre evidenciando que esse escritor “enfrentou muitas dificuldades na vida”, destacando o racismo, pobreza e a ausência de escolaridade como os grandes obstáculos com os quais “Astolfo Marques precisou lutar e, mais que isso, vencer e superar” (MARQUES, 2008, p. 11). Negro, nascido ainda sob regime escravocrata (1876), não passou pela educação formal. Foi servente na Biblioteca Pública do Estado, onde participou da reunião de fundação da AML, alocado no rol dos seus “membros fundadores, entre suas publicações se destacam os textos presentes na revista dirigida por Antônio Lobo²⁵⁶. O que nos

²⁵⁵ Essa publicação foi uma iniciativa da AML intitulada “Publicações do centenário - série fundadores”, como alusão ao centenário dessa instituição em parceria com a Universidade Estadual do Maranhão-UEMA: “voltadas, portanto, ambas para o engrandecimento cultural de nossa terra - natural é nossa associação num empreendimento como este” (p. 9). O seu “comitê de seleção das obras a publicar” era composto por Jomar Moraes, Lino Moreira e Mont’Alverne Frota. “Natal” fora o 9º título publicado, de um total de 12 obras, respectivas aos 12 “fundadores pioneiros” da AML.

²⁵⁶ Antônio Lôbo é o nome literário de Antônio Francisco Leal Lôbo. Nascido em São Luís, (1870), atuou como jornalista e escritor de ensaios, poesias, romances e traduções. Como funcionário público exerceu os cargos de Oficial de Gabinete do Governo do Estado, da Biblioteca Pública Benedito Leite (1898-1910), do Liceu Maranhense (1910) e da Instrução Pública (1910). Fundador da Cadeira 14 da AML, tendo Nina Rodrigues por Patrono.

levou a cotejar os elos reificados a partir dos encadeamentos genealógicos entre Patronos, Fundador, Antecessores e sua identificação como Ocupante, como referências que funcionam como investimentos de autoconsagração à medida que consagram o fundador das Cadeiras ocupadas na AML²⁵⁷ e noutras instituições congêneres.

A reedição de “Natal” traz ainda em sua “Apresentação” - assinada por Lino Raposo Moreira²⁵⁸ e José Augusto Silva Oliveira, presidente da AML e reitor da UEMA, respectivamente - algumas observações referentes à trajetória de Jomar Moraes, destacando sua atuação durante a presidência da AML²⁵⁹, como escritor, pesquisador e “consagrado editor”.

A direção do trabalho ficou a cargo de Jomar Moraes, ex-presidente da Academia e consagrado editor maranhense, além de historiador, ensaísta e cronista, com dezenas de livros publicados, entre eles a terceira edição do “Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão”, de Cesar Marques, com centenas de novos verbetes, mais de 1.200 notas e índice remissivo, acréscimos ausentes da edição anterior²⁶⁰. Temos, assim, a garantia de que os livros ora reeditados, além do valor intrínseco de que se revestem, foram graficamente produzidos com sensibilidade, rigor técnico e competência profissional, segundo os modernos padrões editoriais brasileiros.

Veja-se que, a despeito das menções aos seus variados investimentos pela escrita, é como “editor maranhense” que se estabelece a consagração desse agente. A excessiva quantidade de notas e verbetes complementares ao “Dicionário²⁶¹” mencionado e as qualificações atribuídas ao seu trabalho dão o tom do tipo de reconhecimento alcançado e administrado por esse agente no exercício das funções de editor a partir dos postos que ocupara.

²⁵⁷ Pretendemos tomar esse tipo de construção genealógica a partir de instituições de consagração como objetos de investigações futuras.

²⁵⁸ Ocupante da Cadeira 08.

²⁵⁹ Em 2008 a AML encontrava-se sob a presidência de Lino Raposo Moreira.

²⁶⁰ 2ª edição, patrocinada pela SUDEMA, publicada pela Editora Fon-Fon e Seleta: Rio de Janeiro, 1970. Incluída na Coleção São Luís - 3.

²⁶¹ 3ª edição, patrocinada pela Alumar, publicada pela AML, 2008. Incluída na Coleção Documentos Maranhenses - 20.

Atribui a notoriedade da sua posse na AML²⁶² por ter sido presidida pelo então Governador do estado José Sarney (1966-1971), que também era membro daquela instituição desde 1952²⁶³ e que naquele período presidia a AML (1966-1969). Presença que também resultou do seu desejo de abrilhantar aquela cerimônia com a figura notável que José Sarney representava.

Era 6 de agosto, quase dois meses depois da eleição. Na véspera, Jomar fora ao Palácio dos Leões, sede do governo, convidar José Sarney para a solenidade. O governador parabenizou-o pela eleição e confirmou presença. E com Sarney quase todos os secretários de estado foram à sede da AML. A sessão ganhara ainda mais importância para Jomar Moraes e para muitos que o olhavam com certa indiferença. “Um governador vai presidir a posse de um ex-soldado na Academia”, pensava alto Jomar, entre incrédulo e assustado²⁶⁴.

A relação de “proximidade” com José Sarney seguiria sendo cultivada por uma série de investimentos editoriais da parte de Jomar e pelo reforço da figura política e intelectual destacado que reconhecia em José Sarney. Não são raros os seus registros biográficos acerca dessa relação (em grande parte mediada pelo pertencimento de ambos à AML), como a imagem abaixo.

²⁶² Ocorrida em 06 de agosto de 1969.

²⁶³ Ocupante da Cadeira 22. Observe-se que a sua estréia na literatura se daria apenas em 1954, com o livro de poesias “**A canção inicial**”.

²⁶⁴ In. LIMA, 2009. Disponível em: <http://oredemoinho.blogspot.com/2016/08/fragmentos-de-algumas-conversas-com.html>

IMAGEM 12 - Jomar Moraes e Sarney na sua primeira visita a São Luís após tomar posse na Presidência do Brasil



Fonte: HOLANDA, 1990. Caderno iconográfico.

Ela compõe o “caderno iconográfico” de um livro publicado por sua editora particular, a Legenda, e dedicado ao seu aniversário de cinquenta anos. Junta-se a ela outra que também destaca a presença do então presidente da República, se referindo à representatividade de Jomar Moraes “à frente dos membros da AML que foi cumprimentar o acadêmico José Sarney em sua primeira visita a São Luís depois de investido da presidência da República”.

Com o ingresso nessa instituição de consagração e a proximidade de conclusão dos “exames de madureza”, a formação superior apresenta-se como um misto de desejo, necessidade e como recurso para solidificar o prestígio social que se iniciava. Tornando-se conhecido e no meio intelectual e político, tal investimento proporcionaria chances maiores e mais sólidas de inserção e permanência nos círculos de relações ali formados e que alimentavam certa valorização sobre a formação universitária (vide cap. 4 deste trabalho). Com a

formação em Direito e posterior mestrado em História, além de ter sido aprovado em concurso para o cargo de fiscal de rendas do Estado (hoje denominado por auditor fiscal), pôde ser indicado para cargos que lhe exigiriam a formação superior.

Eu entrei na Academia, e como acadêmico eu já mais ou menos fui ficando conhecido na cidade. E fazendo esses “exames”, que coisa interessante! Quando eu entrei na Academia é claro que houve uma certa atenção pra meu nome... E a minha posse foi muito concorrida porque foi presidida pelo Governador Sarney, que era o Presidente da Academia, e ele foi à posse, o Governador, ele com muito prestígio. Então a Academia encheu, não por mim, mas pelo Governador, certamente. O Governador andava, onde ele andava... ele teve uma face, ele fez um governo muito importante e de muito brilho aqui, você não testemunhou isso, acho que você ainda não era nem nascido, então eu me beneficieei desse brilho quando tomei posse lá, quer dizer, parcela importante da sociedade são-luizense me viu lá tomando posse. E isso mudou minha vida radicalmente. A partir do dia seguinte, as coisas mudaram, gente que não me conhecia começou a falar na rua, “Jomar!”, algumas portas começaram a se abrir.

Cabe ressaltar os investimentos de uma série de amigos para que se concretizasse a sua entrada na AML. A exemplo de Benedito Buzar, como narra Jomar Moraes no seu livro “Cinzas das quartas-feiras”²⁶⁵, em crônica intitulada “20 anos depois” (referindo-se aos passados vinte anos da sua posse na AML). Em publicação recente, relembrando sua predileção²⁶⁶ e atuação em favor da eleição do amigo através da coluna “Roda Viva”²⁶⁷ que redigia e publicava no “Jornal do dia”, Benedito Buzar reproduz as palavras de Jomar:

Buzar torcia abertamente por mim e por minha eleição. Isso provocou ciúmeiras e estimulou confrontos naquele e em outros jornais. Sem falar no jornal falado, ou melhor, bebido diariamente, em edições extras e notícias de última hora, na alegre redação do Bar Atenas, em que Erasmo Dias pontificava afirmando que jamais o mulato-jenipapo venceria Nandinho, o filho de sua alma.

O referido “Bar Atenas”²⁶⁸, além de outros muito frequentados por esse agente, e a residência de Erasmo Dias (José Erasmo Dias) eram importantes pontos

²⁶⁵ São Luís: Legenda, 1990.

²⁶⁶ FÉLIX, et al. Jomar Moraes o encantador de palavras. São Luís: Clara editora, 2018, p. 86.

²⁶⁷ Atualmente a coluna faz parte do jornal O estado do Maranhão, mantendo o mesmo nome.

²⁶⁸ Para uma retomada sobre a importância desse e de outros espaços de sociabilidades importantes entre as décadas de 60 a 80 em São Luís, veja-se o capítulo 4 desse trabalho.

de encontro e sociabilidades entre os escritores maranhenses candidatos à consagração literária entre as décadas de 1960 e 1970. Assim comenta José Sarney acerca da importância dessa figura e esses lugares de sociabilidade onde os novos candidatos à intelectualidade gravitavam ao seu redor:

Erasmus Dias era um intelectual brilhante, jornalista e contista do Maranhão, ídolo de minha geração. Ainda com saudades do tempo da boemia intelectual do século XIX, costumava, toda noite, reunir-se com os poetas e intelectuais da terra no bar do Pataquinha, um português que tinha uma cervejaria popular no Maranhão (SARNEY, 2018, p. 267).

São constantes as menções a ambos, lugar e personagem, nas reminiscências biográficas de agentes que viriam a se firmar entre nomes de uma “nova geração” de escritores. A exemplo do próprio Fernando Braga, Nauro Machado, Benedito Buzar, dentre outros.

Quem primeiro me falou do Maurice Druon foi Josué Montello, em casa do escritor e jornalista José Erasmo, nos Apicuns, em São Luís, quando ele, o autor de “Cais da sagração”, era reitor da Universidade Federal do Maranhão, ao tempo Fundação, cuja conversa depois se prolongou em Paris, quando eu ali realizava estudos especiais em Direito Penal Comparado, pela Universidade de Paris, Pantheon I e ele, Josué, como embaixador do Brasil junto à UNESCO (BRAGA, 2016, p. 29).

Em texto autobiográfico, Herbert de Jesus Santos²⁶⁹ relata a importância da convivência na residência de Erasmo Dias. Ex morador da Apicum, mudou-se com a família em 1970 para o bairro do Anjo da Guarda, “sem deixar os laços com a Rua do Apicum, onde o velho Erasmo Dias, jornalista e escritor de mão cheia, exercia influência em moços, jornalista e poetas, sobretudo”²⁷⁰.

Dentre tantos outros exemplos possíveis de serem retomados aqui, nenhum teria maior peso nesse processo do que o voto declarado de Josué Montello. Como

²⁶⁹ A partir de 1975 assumiu a função de Revisor Literário no SIOGE, “através de pedido do poeta José Chagas ao diretor do órgão, o escritor Jomar Moraes”. *Ibidem*, *op. cit.* Graduado em Comunicação Social pela UFMA (1980). Estreou atuação literária com o livro de poesias “Uma canção para Madre Deus” (1984). Por quatro vezes se candidatou para a ingressar na AML, sem êxito, na última tentativa obteve apenas três votos, pleito que elegeu o então Deputado Estadual Joaquim Haickel. Membro do IHGM, Cadeira 36.

²⁷⁰ In: Revista da Academia Ludovicense de Letras, 2018, p. 438. Mesmo texto biográfico constante em Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, 2013, p. 294.

orgulhosamente relembra: “Josué Montello morava em Paris, toquei uma carta pra lá! Veio uma resposta dizendo: “voto em você”.

A posição destacada de Montello no cenário nacional de escritores se evidencia pelo volume de publicações efetuadas por editoras bem alocadas, nos postos públicos que ocupou e pelas instituições de consagração que participou, dentre as quais destaca-se a ABL. Na posse da Cadeira 29 dessa instituição, fundada por outro maranhense “ilustre” Artur Azevedo, fora “recebido” em 1954 por Viriato Corrêa, outro escritor de renome.

O peso do seu voto ou das suas indicações de voto parecia ser de praxe nos processos eleitorais das instituições de consagração às quais pertencia. Também a título de exemplo, assim ocorrera no pleito em que se inscrevia José Sarney para o ingresso naquela instituição. Como narra o próprio Sarney, rememorando as horas que antecederam a votação sobre sua candidatura à ABL: “O Josué, que era portador de nove dos meus votos - antecipadamente enviados por alguns acadêmicos que não poderiam comparecer no dia da votação -, procurando desviar a minha tensão, contava-me histórias de eleição” (SARNEY, 2018, p. 266).

Polígrafo, **Josué Montello** publicou mais de uma centena de livros entre ensaios históricos, romances, novelas, crônicas, contos, teatro, biografias etc. Em 1936 transferiu-se para Belém-PA, onde fez sua estréia em livro, com *História dos homens de nossa história*, de parceria com Nélío Reis. No fim desse ano mudou-se para o Rio de Janeiro, ali participou da redação de diversos jornais e revistas. Seu primeiro romance foi publicado em 1941: *Janelas fechadas*. Integrou o movimento cultural "Graça Aranha". Entre os títulos de consagração recebidos, destacam-se Possui as seguintes comendas e condecorações: da Ordem do Sol (Peru), da Ordem do Infante Dom Henrique (Portugal); da Legião de honra da França; da Ordem do Mérito Naval; Medalha do Sesquicentenário do Arquivo do Exército; Medalha Anchieta; Medalha Cultural Alexandre de Gusmão; da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada (Portugal); da Ordem de Andrés Bello (Venezuela); da Ordem do Congresso Nacional; Medalha Cultural Pedro I; Medalha Marechal Hermes; do Mérito Timbira e João Lisboa; do Estado do Maranhão; Medalha Sousândrade do Mérito Universitário, da Universidade Federal do Maranhão. Catedrático Honorário da Universidad Nacional Mayor de San Marcos, do Peru, e Doutor *Honoris Causa* da UFMA. Distinguido com os prêmios literários de Teatro, Romance e Ensaio da ABL; de Intelectual do Ano, da UBE; Fernando Chinaglia da UBE/RJ e Luiza Claudio de Souza, do *Pen Club* do Brasil, por *Os degraus do paraíso*; de Romance da Fundação Cultural de Brasília, por *Cais da sagração*. Atuou em alguns do Maranhão e Rio de Janeiro dentre os quais Colaborou em diversos jornais a exemplo de *A tribuna*, *Folha do povo* e *O Imparcial*. Foi colaborador permanente da revista *Manchete* e do *Jornal do Brasil*. Pertenceu à Academia Brasileira de Letras, ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, à Academia Internacional de Lisboa, à *Association Internationale des Critiques Littéraires* de Paris, ao Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, ao Instituto Histórico e Geográfico do Pará, à Academia das Ciências de Lisboa, à Academia Portuguesa de História. Membro da AML (1993), Fundador da Cadeira nº 31. Dentre os postos públicos ocupados por esse agente destacam-se em suas sínteses biográficas: Técnico do MEC em 1936; Adido cultural do Brasil em Lima, Lisboa, Madri e Paris; Diretor da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, do Serviço Nacional de Teatro, do Museu Histórico Nacional e Subchefe da Casa Civil do Presidente da República; fundador e primeiro diretor do Museu da República; fundador e primeiro presidente do Conselho Federal de Cultura; membro dos Conselhos Federal de Educação, Social Rural; do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; do Conselho de Orientação Nacional do Livro; membro Consultivo do Instituto Cultural Brasil-Argentina de Desenvolvimento do Nordeste; membro do Conselho Estadual de Cultura do Maranhão; Reitor da Universidade Federal do Maranhão; Embaixador do Brasil junto à Unesco, de 1985 a 1989.

Fontes: MORAES, Jomar. *Perfis Acadêmicos*. Edições AML, 1993; Repertórios biográficos produzidos pelo autor; *site* da Academia Brasileira de Letras: <http://www.academia.org.br>.

Tornando ao caso de Jomar Moraes, podemos citar outro semelhante processo desse tipo de mediação, nesse caso envolveria o escritor Viriato Corrêa em prol da eleição de Cândido Mota filho à ABL, como descreve em seu diário no dia 19 de abril de 1978²⁷¹:

Certa noite, em meio às suas visitas de candidato, procurou-me ele com uma ponta de aflição. Precisava do voto de Viriato Corrêa e sabia

²⁷¹ In: MONTELLO, Josué. *Diário da noite iluminada* (1977-1985). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p. 59-60.

que Viriato em meu amigo fraterno. [...] No dia seguinte, cedo, Viriato me telefona:

[depois de narrar o recebimento de um texto escrito por Cândido Mota e enviado por Josué Montello a Viriato Corrêa]

- Podes dizer ao Mota que o meu voto é dele.

Mesmo à distância Josué Montello atuava no Maranhão como um agente cujo peso se mostrava definidor para as alocações das posições em disputa. Um tipo de *mediador* entre os espaços nacional e local e que interferiria fortemente, no que tange aos graus e condições de reconhecimento, nas condições de permanência e trânsito dos “escritores maranhenses entre esses contextos”²⁷². Posição que carecia de agentes que atuassem nas funções de *intermediários locais* para o exercício das suas definições. Posição que lhe daria as senhas de acesso a determinados postos destacados no âmbito cultural, mas que se constituiria em dívida a ser paga pelo exercício deles. No caso de Jomar, um serviço incessante entre coleta e envio de fontes a revisões textuais, impressão e mediação com editores nacionais e regionais para a publicação de livros.

Eu, para escrever alguns dos meu romances, contei sempre com ele. De longe, bato-lhe à porta, e ele, solícito, vem ao meu encontro, para substituir outro velho amigo, Domingos Vieira Filho, que sempre examinava por mim os velhos jornais e os velhos almanaques, trazendo dali os subsídios de que necessito. Foi Jomar quem me deu as preciosas informações sobre os jovens compositores maranhenses a que aludi, ou retratei, em **Um beiral para os bentevis**. De Paris, onde eu então morava, mandei-lhe minha consulta, e a resposta veio tão rápida que me deu a sensação de que ele já a tinha pronta, à espera de meu apelo²⁷³. (grifo do autor).

O ciclo de retribuições ligado ao seu ingresso na AML, assim como ocorreria durante a gestão do SIOGE, lhe permitiu o acesso a círculos de relações e contatos importantes no contexto intelectual do estado e para além dele, antes mesmo da conclusão da sua graduação em direito, que acreditava ser fundamental para a obter o reconhecimento e ocupar os postos que almejava. Essa rede de contatos lhe

²⁷² Exemplo desse tipo de intervenção foram as dezenas de artigos publicados no “Jornal do Brasil” (RJ), em coluna exclusiva intitulada “Areia do Tempo”. Recentemente grande parte desses artigos foram reunidos para publicação em livros, organizados em dois tomos: 1- Escritores Maranhenses (1955-1965); 2- Escritores Maranhenses (1966-1993). Publicação promovida pela Casa de Cultura Josué Montello.

²⁷³ MONTELLO, 1990, p. 34.

permitira atuar como *mediador* entre os escritores maranhenses e os *centros* de produção e publicação literária da época no Brasil, destacadamente Rio de Janeiro e Sao Paulo.

Com os cargos de direção que viria ocupar, os laços de amizade permitiriam aos “seus” não apenas o acesso às expensas do estado para suas publicações, mas o ingresso de *amigos de amigos* para os quadros funcionais. A exemplo das funções exercidas por Herbert de Jesus (que se tornaria o revisor ortográfico ao longo dos seus cinco anos de gestão) e Pedro da Costa Moraes, ambos amigos de Erasmo Dias. Veja-se acerca deste segundo a transcrição de um pedido encaminhado por carta a Jomar Moraes:

São Luís, 28 de abril de 1975.

Meu amigo, imortal
Jomar Moraes:
Um abraço.

Recomendo-te e encareço-te a nomeação do nosso particular e estimado amigo Dr. Pedro da Costa Moraes, para a Superintendência de tua Assessoria no Serviço de Imprensa e Obras gráficas do Estado. Grato não te ficarei, grato ficarás a mim por te haver recomendado pessoa de alta valia, honesto trabalhador e eficiente como, o que acabo de te recomendar, com o alto apreço que a mim mereces.

Cordialmente.
Erasmo Dias

Verifica-se porém certo grau de homologia entre a condições que incidiam sobre o seu acesso aos “centros”, atuando a partir de uma “região” *periférica*, e a extensão dos contatos que estabelecia, limitada a agentes em semelhantes posições, atuantes naqueles *contextos exportadores*. Mostra da *qualidade* desses contatos, cultivados pela “cordialidade afetuosa” que lhe caracterizava, pode ser dada pelo seu acolhimento frequente de escritores, as que vindos de outros estados se hospedavam em sua residência.

Nessa época o SIOGE passou a ser um lugar de descoberta dos escritores da época, de incentivo à editoração de livros [...] A Estela Leonardos, escritora do Rio de Janeiro, ela é carioca, esteve aqui no Maranhão várias vezes e teve muitos livros da Estela que foram feitos pelo SIOGE [...]. A Carmen Vargas, que era sobrinha-neta do Getúlio Vargas, que era do Rio de Janeiro, também esteve aqui por essa época. Eles ficavam aqui na nossa casa, ficavam hospedados aqui. Depois veio o Fred²⁷⁴, né, que é aquele americano, que tinha todo aquele interesse por Sousândrade, também as primeiras edições do Sousândrade foram feitas pelo SIOGE. E depois a Luiza Lobo, que também é carioca, também esteve aqui, hospedada na minha casa. [...] O Fred passou uns três meses aqui na nossa casa, na época. [...]

Não se verifica entre os exemplos acima o pertencimento a instâncias de consagração ou publicações de livros a partir de editoras destacadas nacionalmente. Participavam, no entanto, dos círculos literários e editoriais periféricos oriundos do centro. É também aos laços de amizade construídos a partir do seu ingresso na AML que Jomar Moraes atribui grande parte das suas conquistas. A exemplo dos seus relatos acerca da amizade com o “professor Cabral”²⁷⁵.

Começou uma amizade que perdura até hoje e que me foi também muito útil. O Dr. Cabral tem sido, foi um amigo muito grande”. Nesse tempo eu era do correio ainda, aconteceu que o professor Cabral, que era Secretário da Educação... Tempos depois eu passei a cruzar com ele na rua e começamos a nos falar, “oba!”, “oba!”, “como é que vamos?”. Não demorou muito ele me mandou um convite pra eu ir falar com ele, lá na Secretaria, aí eu fui, o convite era pra ser Diretor do Serviço de Administração Geral, chamava SAG, Serviço de Administração Geral da Secretaria, e isso eu sei claramente que se deveu a meu ingresso na Academia. Então eu assumi esse cargo lá e não tinha nem um curso formal, a não ser... Estava fazendo “exames”, acho que na época eu fazia “exames” ainda de Ginásio aí quase... Aí, como eu estava num órgão da Secretaria de Educação, e é uma Secretaria de professores, começaram a me apelidar de “professor”, e eu ficava constrangido. “Eu não sou professor, não sou nem aluno,

²⁷⁴ Refere-se a Frederick G. William, à época Diretor do Departamento de espanhol e Português d Universidade da Califórnia, Campus de Santa Bárbara - EUA. Doutor em Literatura Brasileira e autor do livro **Sousândrade: vida e obra**. São Luís: Sioge, 1976. Em parceria editariam os livros **Sousândrade: inéditos**. São Luís: Departamento de Cultura do Estado, 1970 e **Sousândrade: prosa**. São Luís: Sioge, 1979. E, livro comemorativo aos 70 anos de Jomar, Frederick William observa: “Jomar, com sua modéstia e humildade, sempre me repete que nosso trabalho conjunto teve importância fundamental para suas atividades culturais, sobretudo no campo da pesquisa”. In: HOLANDA, 1990, p. 63.

²⁷⁵ Trata-se de José Maria Cabral Marques, professor de direito e um dos fundadores daquela Faculdade. Foi reitor da Universidade Federal do Maranhão na década de 1980 e Secretário de Educação durante o governo estadual de José Sarney (1966-1970).

quanto mais professor!", "professor!, professor! Eu digo, "puxa, tá danado isso aqui!". Aí, eu estava fazendo os "exames", conhecido por todo mundo daquele grupo, e esse cargo de, esse SAG, era um órgão muito, muito importante. Na época a estrutura organizacional das Secretarias davam uma importância muito grande ao SAG, esse SAG não existe mais, agora existe uma Unidade não sei o que de administração, que é mais... que é menos, tem menos atribuições. Mas as transformações que se operaram em minha vida [...] com a minha ida pro SAG já, quer dizer, em consequência da Academia, depois da Academia, o SAG, foram muito grandes, porque aí eu passei a dirigir um órgão que era importante e que na Secretaria era muito mais importante porque esse órgão tinha uma frota de veículos e tinha inclusive avião, dois aviões subordinados à minha repartição, ao meu SAG, tinha Departamento de Engenharia...

Com a sua posse na AML, os ganhos não se restringiram à notoriedade, prestígio, capital de relações e ocupação de cargos. Era também um retorno à relação com o pai, reafirmando sobre si aquela disposição à superação que já vinha se cumprindo com o desejo de "se fazer sozinho", ao mesmo tempo em que cumpria sobre si as projeções inculcadas na relação com Alípio de Moraes. A cena descrita abaixo, exemplifica a projeção e inculcação dessas expectativas.

Mas houve o seguinte, uma vez, uma coisa emocionante, uma vez subindo pela Rua da Paz com meu pai. Papai era bem mais velho do que eu, claro, meu pai já tinha uns setenta e tantos anos e eu com vinte anos ou desen... Vinte e um, soldado de polícia, fardado com ele, passamos ali naquela porta da Academia, e eu disse pra meu pai: "olhe meu pai, a Academia Maranhense de Letras", e ele disse, "meu filho você ainda virá pra cá", eu digo: "não meu pai, não virei nada!", e ele disse, "virá!", eu digo: "soldado de polícia, meu pai, o que que um soldado de polícia vem fazer aqui? Besteira, o senhor está dizendo isso pra me confortar. Eu não virei nunca!". No dia em que entrei pra Academia eu lembrei de meu pai... Uma coisa emocionante.

Esta cena, cujos limites entre imaginação e realidade não se pode mensurar, nem nos cabe, seria reproduzida a esmo com sensíveis alterações em textos de cunho biográfico sobre esse agente. A exemplo do que escreve Sebastião Moreira Duarte em seu artigo "Jomar Moraes, o homem-dicionário"²⁷⁶, referência clara ao

²⁷⁶ Terceiro capítulo do livro "Jomar Moraes, o encantador de palavras". Publicado em homenagem póstuma. O livro recebeu o prefácio de Luiza Lobo, organizadora d'"O Guesa" (São Luís/Rio de Janeiro: Edições AML/Ponteio, 2012), no qual esteve responsável pela "revisão técnica". Os dois primeiros capítulos do "Jomar Moraes, o encantador de palavras" foram escritos por Felix Alberto Lima e Benedito Buzar. LIMA et al. Jomar Moraes o encantador de palavras. São Luís, Clara editora, 2018.

pseudônimo que o próprio Jomar havia conferido a César Augusto Marques²⁷⁷ desde o título da sua dissertação de mestrado²⁷⁸. Seus investimentos pessoais como editor foram tão intensos e constantes a ponto do nome Jomar se transmutar nas principais instituições onde se destacou por essa atividade: na direção do SIOGE, “que o tornou figura quase única na história editorial brasileira (em especial das Províncias periféricas)” e na presidência da AML.

era com alguma saudade, aliás, que ele recordava que o seu pai, Alípio de Moraes, o predissera acadêmico. quando um dia passavam diante da Casa de Antônio Lobo, da qual, por longo tempo, veio a ser secretário-geral e, depois, presidente por 22 anos, a ponto de passarmos a identificá-lo com a Academia e vice-versa.

Posteriormente, como é de praxe, os discursos de posse e recepção proferidos no ato da sua posse na AML, foram editados em livro pelo próprio Jomar, publicado pela editora Legenda²⁷⁹ que ele havia inaugurado em 1968, e impressa pelo SIOGE junto à publicação do ensaio “Graça Aranha”. Chegou a lançar outros livros seus por essa mesma editora²⁸⁰ que manteria em paralelo às suas atividades editoriais através do estado.

O seu “Cadeira 10”, trazendo os discursos de posse e recepção fora lançado apenas alguns meses após ocorrida a celebração na AML. Registro importante, traz ainda em seu bojo uma série de elementos que podemos tomar por *indícios* para a verificação da posição que ocupava naquele momento. A começar pela curiosa escolha da epígrafe com o fragmento de um poema do seu concorrente à eleição, Fernando Braga: “Cheguei e não trouxe flores, trago em meu rosto o sangue de todos os inconformismos”. Intenção que parece mesclar um tom irônico dos

²⁷⁷ Autor do “Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão”. Obra frequentemente citada por Jomar Moraes e seus biógrafos como a mais importante dentre os seus investimentos como editor.

²⁷⁸ “O homem dicionário”. Dissertação de mestrado, UFPE, 2002.

²⁷⁹ Fundador dessa editora, junto a Bernardo Coelho de Almeida.

²⁸⁰ A exemplo de Vida e obra de Antonio Lobo (1969); Cadeira 10 (1970); No império dos Incas: notas e impressões de uma viagem ao Peru, levando a tiracolo, o Guesa, de Sousândrade (1979, com segunda edição no mesmo ano e 3ª em 1991); Guia de São Luís do Maranhão (1989); Cinzas das quartas-feiras (1990); Frutuoso Ferreira, o poeta devolvido (1991); O alienista, de Machado de Assis (1991); I-Juca-Pirama, de Gonçalves Dias (1991); A festa de Nossa Senhora dos Remédios, folhetim de Francisco Lisboa (1992).

“inconformismos” de uma parcela da Academia (e de outros espaços em que atuava) que não queria lhe admitir entre os “pares” e uma postura de conciliação com eles, suavizando em seu discurso a exclusão daquele seu concorrente que teriam por predileto: “Desejaria ser, aqui, intérprete e porta-voz dos anseios e das aspirações dos que ficaram lá fora, a provar que, em se tratando de maranhenses, 40 cadeiras²⁸¹ não bastam para quantos sejam ilustres e inteligentes”.

Ainda sobre esse livro²⁸², na página que antecede a letra do seu discurso, encontra-se a fotografia reproduzida abaixo, sob a qual se lê: “solenidade de imposição da insígnia acadêmica pelo Secretário Luiz Rêgo, sob as vistas do Presidente (da AML) José Sarney”.

IMAGEM 13 - Jomar Moraes em sua posse na AML ao lado de José Sarney



Fonte: MORAES, Jomar. Cadeira 10. São Luís: Legenda, 1970, p. 11.

²⁸¹ Na sua fundação a AML contava com 20 Cadeiras. A partir da sua reforma estatutária ocorrida em 1946, a AML passou a contar 40 Cadeiras com a instituição de outros 20 patronos, fundadores e respectivos membros.

²⁸² Os comentários das “orelhas” ficaram a cargo de Ribamar Carvalho: “inegavelmente um novo sopro espiritual sacode a velha Província que tantas glórias deu ao Brasil. [...] Nas páginas vigorosas que se nos oferecem ao gosto, vibra a certeza de que o menino de Guimarães e seu irmão mais velho, são ambos da mesma cepa, herdeiros dignos de uma história literária gloriosa [...]”.

O seu discurso segue inicialmente como um documento laudatório da importância conferida a Antonio Henriques Leal²⁸³, o “Plutarco maranhense” [...] “cuja luminosidade não carece de adereços para ser realçada” (p. 16), e posteriormente fazendo semelhante exercício acerca de Astolfo Marques²⁸⁴ e Henriques Costa Fernandes seu antecessor direto. Reproduz alguns episódios consagrados pela bibliografia hagiográfica sobre o Maranhão do século XIX, também ele invocando a égide de “Atenas brasileira”. Nesse passo, retoma algumas reminiscências também frigidificadas em torno do seu trajeto até aquela cerimônia, perpassando a origem humilde e as dificuldades enfrentadas até ali. E conclui o seu enredo com um veemente compromisso, que pode ser também compreendido como expressão das *dívidas* pessoais que acumulou e que seriam *retribuídas* a partir do seu labor editorial.

Recebo o simbolismo da imortalidade da imortalidade acadêmica, bem certo de que ele me foi conferido mais como estímulo, que por merecimento, representando avultado crédito de confiança a que desejo corresponder. [...] haverei de saldar esse débito contraído - sem nenhum vexame ou incômodo aos bondosos avalistas.

Lutarei, através do estudo e do trabalho intelectual que humilde mas honestamente realizo, para não permitir que fantasmas do remorso de uma ação mal praticada perturbem o sono bom dos que votaram em mim. E aos que não me sufragaram o nome, empenhar-me-ei, de corpo e alma, por levar a certeza de que, se o fizessem, não haveriam desgraçadamente caído em pecado mortal.

²⁸³ Patrono da Cadeira 10 da AML. Destaca-se entre as suas publicações o “Pantheon Maranhense”. Obra que também utilizamos por fonte para a construção de alguns perfis aqui analisados, destacadamente sobre o caso do tipógrafo Belarmino de Matos.

²⁸⁴ Fundador da Cadeira 10. Foi um dos fundadores da AML junto a Antônio Lobo, Alfredo de Assis Castro, Barbosa de Godois, Corrêa de Araújo, Clodoaldo Freitas, Domingos Barbosa, Fran Paxeco, Godofredo Viana, I. Xavier de Carvalho, Ribeiro do Amaral e Armando Vieira da Silva. Instituída no ato da fundação com 20 cadeiras, somente com a reforma estatutária de 1946 a AML passou a contar com o número atual de 40 cadeiras.

IMAGEM 14 - Membros da AML no encerramento de sessão comemorativa (1969)



Fonte: MORAES, 2015, p. 88.

Bem adiante no tempo, indagado sobre a relação de dívidas regradas desde o seu ingresso na AML e considerando todos os seus serviços prestados a essa instituição, “quem deveria mais a quem”, Jomar Moraes comenta: “acho que esse jogo sai empate. Devo muito à AML, mas, sem modéstia, ela também me deve. Fiz muito por ela, reconheço. Na verdade dei à Academia uma presença que ela não tinha”.²⁸⁵

O convívio com as elites intelectuais e políticas do estado, associado à *disposição* para se impor desafios e superá-los, constituída pelas condições de sobrevivência enfrentadas desde a infância, lhe possibilitou mobilizar recursos e encontrar sentido para os altos investimentos e sacrifícios feitos, entre eles os

²⁸⁵ LIMA, 2016. Disponível em: <http://oredemoinho.blogspot.com/2016/08/fragmentos-de-algumas-conversas-com.html>.

esforços para estudar, persistindo em concluir todos os “exames de madureza” e almejar o ingresso em cursos superiores, além dos conflitos enfrentados por manter distante a família, que permanecera por longo período (9 anos) ainda em Buriti Bravo.

Mesmo depois de ter saído da polícia e ingressado nos Correios, ocupando cargos comissionados importantes como o de diretor da SAG, Jomar Moraes se manteve geograficamente distante dos filhos e da esposa, “sacrificando” esse convívio em nome de “um projeto”. Em entrevista, Jomar destaca a dor de ver que em uma de suas viagens de férias, sua filha não o reconhecia mais. Menciona também reconhecer em si um lado “bandalha”, namorador, na época em que esteve em São Luís sem a família. Mas destaca a fidelidade ao propósito de manter o casamento e buscar a família assim que conseguisse comprar uma casa. Havia uma fidelidade a um projeto que mesclava a seguridade econômica para a família e o reconhecimento público, o que paradoxalmente lhe exigia o distanciamento do convívio familiar.

A influência dos encontros e do convívio com jornalistas, médicos, professores, escritores e políticos se manifesta de muitas formas, especialmente na escolha do curso superior a seguir. Jomar se munia dos argumentos acerca das superações que alcançara, e que ganhavam sustentação nas situações indicativas de êxito e coerência, entre elas as expectativas geradas pelos novos círculos de amizades, ao perguntarem com frequência qual a sua formação, bem como os ocasionais “incentivos” vindos dali. Novamente surgiria a figura do professor Cabral.

Dr. Cabral, pela amizade [...] me estimulava sempre, “faz teu curso, rapaz”, “Dr. eu tô lutando pra fazer”. Aí ele me encontrava, “rapaz, eu já te disse pra ti fazer teu curso!”, eu digo, “Dr. Cabral o senhor tá pensando que eu tô brincando? Eu não posso entrar na Universidade sem ter o curso Médio, eu tô fazendo os ‘exames’, não se preocupe!” [...]. Aí, uma vez, quando finalmente tirei o diploma, o diploma não, o certificado de curso Médio pra me inscrever, eu estou numa fila da Caixa Econômica pra pagar o boleto da inscrição, Dr. Cabral estava na outra fila eu olhei, aí fui lá e disse “taí, olha, eu vou fazer o vestibular”, aí ele disse “ah! Ótimo! Vai fazer pra que?” Eu disse “pra Letras”, ele disse “não, faça pra Direito”, eu digo “que nada, siô, eu não vou fazer pra Direito!” Eu não tinha noção do que era Letras, eu não... não tinha noção de nada. Aí ele disse “não, Jomar, faça pra Direito!” Eu digo, “não, siô, eu sou afeiçoado à literatura”. E

ele me disse “rapaz, deixe de ser besta, rapaz! Tu não já é escritor? Eu digo “eu não sei... eu sou? “Tu és! Tu vai fazer o que com Letras?” Aí me disse “tu não vais ser escritor, a Universidade não dá título de escritor pra ninguém, tu vai fazer pra Letras tu vai ser é professor de Segundo Grau, ou então, se tu conseguires, tu vai ser professor universitário, não faz isso, faz Direito!”. Eu até brinquei com ele “pra ser o que?”, ele disse “olhe, pra ser ou Ministro do Supremo ou taxista”, mas se tu for taxista formado em Direito, tu sabes defender teus direitos e os de teus passageiros, faz Direito que eu tô te dizendo!”. Realmente, me salvou! Eu sou hoje Procurador Federal, devo isso a ele. Mas uma vez Cabral na minha vida!

O peso da formação em Direito, investido a reboque das exigências sociais que acompanhavam o seu trajeto, era ainda suficiente. Fora preciso acumular e investir em outros recursos em seu seu esforço “prometício” de aprumar-se numa posição destacada.

Jomar Moraes, funcionário dos correios e colocado à disposição do Estado, permaneceu na SAG durante dois anos. Posteriormente dirigiu a Biblioteca Pública do Estado (1971-73), o Departamento de Assuntos Culturais da Fundação Cultural do Maranhão (1973-75) e o SIOGE (1975-80)²⁸⁶. Em 1976 compra uma casa - na qual residiu até o seu falecimento - e onde nos recebeu diversas vezes, para as entrevistas ou conversas informais enquanto disponibilizava materiais biográficos diversos -, e traz a família para morar consigo.

Porque eu botei na cabeça, eu disse pra ela, “Aldeni, enquanto nós não tivermos casa em São Luís, nós não nos mudamos! Não nos mudaremos. [...] Pois bem, eu dizia pra ela, “enquanto nós não tivermos uma casa, a gente... tu não vais pra lá”. Ela uma vez ensaiou uma vinda pra cá, arrumou as coisas, veio. [...] “Aldeni, volta, não dá certo, eu não vou alug...”, “não, mas tu aluga uma casa!”, “não, não alugo! Não alugo casa”. [...] Aí até que chegou um natal que chegou aquele 13º, aquela coisa... eu fui à construtora e comprei essa casa, e aí trouxe meus filhos, todos já eram nascidos, todos, aí a gente veio pra cá. Foi assim, passamos os 9 anos, ela lá e eu aqui, e quando eu tirava férias ia lá, aí comecei a trabalhar noutros lugares, quando saí da polícia comecei a ganhar melhor e a gente começou a fazer uma certa economia, até que eu pude comprar esta casa. Foi uma... de certo modo, é um exemplo até de resistência, né? E de fidelidade a um projeto.

²⁸⁶ Através da implantação do Programa de Ação Cultural promovido sob sua gestão publicou 84 títulos de livros. Também investiu na reedição de “fac-similar” de alguns jornais que circularam durante o século XIX no Maranhão, dentre eles: **O argos da lei**; **O censor maranhense**; **O arquivo**; **A flecha** e o **Semanário Maranhense**. Tomados por ele como “os mais importantes da nossa imprensa no século XIX”. Vide nota na edição fac-similar de **Echo da juventude** (1987), publicado por ele através da Edições SECMA, quando do seu exercício à frente da Secretaria de Cultura.

Se, como reivindica esse agente, a sua entrada nos serviços públicos - em geral através de concursos para cargos pouco valorizados socialmente (policial, postalista etc.) - resultava dos seus esforços pessoais, não fora sem o auxílio dos amigos que conseguiu ascender a postos mais elevados nas instâncias públicas voltadas para a cultura. Dentre esses contatos qualificados, destacam-se também aqui as intervenções de Josué Montello. Em carta enviada para Jomar Moraes datada de 29 de abril de 1971, Josué Montello escreve:

Recebi sua carta e outra da Arlete e fiquei à espera dos dois para aqui conversarmos. Pelo que vejo, houve alteração de programa. Como nada me disseram, vai esta carta.

Em carta que escrevi ao Governador, mandei uma cópia do Parecer do Procurador Geral da República a respeito do problema da nomeação de não-bibliotecários para direção de Bibliotecas. Aqui lhe mando outra cópia.

Você, aí, vai ter muito trabalho, mas com proveito para a cultura maranhense. Dava-me pena ver a situação em que se encontrava a velha livraria a que devo boa parte de minhas leituras. Não tenho dúvida de que, será proveitosa para o Estado e para todos nós a sua atuação. Diga-me agora quando vem. Peço-lhe mais que avise à Arlete de que estou também à sua espera - para abraçá-la e dar-lhe a orientação que estiver ao meu alcance.

Um grande e afetuoso abraço do muito seu

Josué Montello

Quase sempre em papéis timbrados da Academia Brasileira de Letras - ABL, as correspondências enviadas por Josué Montello para Jomar Moraes traziam em seu conteúdo, além das intervenções no âmbito da AML, a exemplo do que citamos acima acerca do seu voto para a eleição de Jomar à Cadeira 10 - orientações sobre encaminhamentos editoriais a serem tomados, bem como sobre seus posicionamentos em favor de determinadas figuras para a ocupação de postos públicos. O objeto da carta reproduzida acima trata das querelas locais em torno da indicação de Jomar Moraes para exercer o cargo de diretor da Biblioteca Pública Benedito Leite - BPBL: faltava-lhe o diploma.

Obstáculo enfrentado em várias outras ocasiões sobre diversos outros postos e atividades que viria exercer. Porém, num contexto cujas bases estruturais e condicionantes de reconhecimento são muito pouco mediados por critérios institucionais, sobrepondo-se as lógicas hiperpessoalizadas nas suas dinâmicas de funcionamento, o contato com agentes situados em posições destacadas sopesava

as suas condições de acesso. Veja-se que a carta menciona também Arlete (Nogueira da Cruz Machado)²⁸⁷, que viria também ela a exercer a direção de diversas instâncias públicas, como do Departamento de Cultura do Estado, da Secretaria de Cultura (período em que promoveu a publicação de vários trabalhos de maranhenses), do Teatro Arthur Azevedo etc. Outras indicações sobre ela e as posições que ocupara numa rede mais ampla de relações já foram discutidas no capítulo anterior.

Aquele constrangimento pessoal sofrido por Jomar acerca da sua ausência de títulos era enfrentado por ele através dos seus esforços de compensação, sempre a reboque das críticas, naquela postura de recusa de que os postos que ocuparia se devessem exclusivamente aos favores pessoais. Como observa Sebastião Moreira Duarte em texto biográfico a seu respeito:

Sabe-se que a timidez quase sempre esconde um orgulho incoercível. Jomar doía-se de que o criticassem por ter sido Diretor da Biblioteca Pública sem ser bibliotecário, de escrever em jornais sem ser bacharel em Jornalismo, de ser historiador - de absoluta confiabilidade documental - sem ter feito nenhum curso de história. Resolveu dar a devida lição aos que o criticavam à socapa: calado, tirou diploma em todas essas áreas (o de História, em nível de M. A.), causando constrangimento não poucas, vezes aos seus professores.²⁸⁸

Seu contato com a Universidade se deu antes do início do curso, quando na AML relacionava-se com os graduados e ingressantes dos primeiros cursos que a Universidade Federal do Maranhão passava a ofertar²⁸⁹, alguns deles seriam seus

²⁸⁷ Nascida no município maranhense de Cantanhede (1936). Concluiu os primeiros estudos em São Luís, graduou-se em filosofia (UFMA) e cursou o mestrado nessa área pela PUC-RJ. Seu livro de estréia, *A Parede* (1961), recebeu o prêmio de 3º. Lugar no Prêmio Júlia Lopes de Almeida, da Academia Brasileira de Letras, em 1960, após ser inscrito naquele concurso por Josué Montello. Dentre os cargos públicos que ocupou, dirigiu o teatro Arthur Azevedo, o Departamento de Cultura do Estado e foi Secretária de Cultura.

²⁸⁸ LIMA, *et al.* 2018, p. 96.

²⁸⁹ A federalização da Fundação Universidade do Maranhão - FUM se deu no ano de 1966 em cerimônia presidida pelo então Governador do estado José Sarney e cuja representação federal estava a cargo do escritor Josué Montello, Presidente do Conselho Federal de Cultura à época. Teve Pedro Neiva de Santana por seu primeiro Reitor, logo depois substituído pelo cônego Ribamar Carvalho. Interessante notar que desde a sua fundação essa Universidade contou com a participação intensa da Igreja Católica e seus representantes, alguns deles arrolados entre os seus "pioneiros", como Dom José de Medeiros Delgado, Dom José da Motta e Albuquerque, ambos arcebispos de São Luís. Para informações mais detalhadas sobre esse processo, veja Faria & Montenegro (2005).

futuros professores. O próprio reitor à época, o Cônego Ribamar Carvalho²⁹⁰, foi membro da Academia. Quando ainda dirigia a SAG, Jomar foi convidado pelo então reitor Ribamar Carvalho²⁹¹ a ocupar um cargo na instituição, convite que não pôde ser aceito pela falta do diploma de curso superior. Estava ainda passando pelos “exames de madureza” quando recebera essa oferta do referido reitor: “ele disse, ‘eu mandei te chamar porque se tu tivesse um... o que eu posso te dar é um cargo administrativo que não interessa, eu pensei que tu tinha curso superior’”. Outro exemplo da importância dessa amizade na trajetória de Jomar se dá sobre o período que antecede a sua eleição para a AML, Na busca por votos favoráveis, ele recorreria a Ribamar Carvalho, “primeiro acadêmico a lhe estender a mão”:

- Você deve se candidatar à Academia. Você é novo - disse o cônego a Jomar.
- Mas eu não tenho condição.
- Tem condição, sim. Vou lhe ajudar. Quando você se candidatar venha aqui. Conte comigo. Vou recorrer aos amigos e pedir votos a você.²⁹²

Em 1976 conclui o curso de Direito, experiência que lhe possibilitaria fortalecer e ampliar alguns laços pessoais, obter uma titulação socialmente valorizada e constituir uma carreira bem remunerada economicamente.

Cheguei sem curso superior, eu entrei na Academia sem curso superior, me tornei Diretor do SAG, mas sem curso superior, sem curso superior fui Diretor da Biblioteca Pública, mas eu fiquei sempre pensando que sem curso superior eu não seria mais outra coisa. E realmente não seria. E tratei então de fazer esse curso e... Esse curso, esse curso de Direito me serviu muito pra minha vida, senão não tinha concluído dessa maneira.

A experiência da graduação em direito e as relações com a Universidade foram marcadas pela aproximação histórica entre essas duas instituições. Jomar fazia questão de frisar que a Fundação Universidade do Maranhão - FUM, teve importante auxílio da AML, tendo sido a sua primeira aula ali ministrada por um

²⁹⁰ Exerceu duas gestões, de 1963 a 1967 e 1968 a 1972.

²⁹¹ José de Ribamar Carvalho, Ocupante da Cadeira 19 na AML.

²⁹² LIMA, Felix Alberto. Fragmentos de algumas conversas com Jomar Moraes. Disponível em <http://oredemoinho.blogspot.com/2016/08/fragmentos-de-algumas-conversas-com.html>.

dos seus Acadêmicos. Com a junção dos cursos de Direito e Odontologia aos já existentes de História, Filosofia e Letras, foi instituída a Universidade Católica, que se tornaria a Universidade Federal do Maranhão. Observa ainda que a constituição do primeiro acervo da biblioteca universitária se deveu a uma doação da AML, que desse modo contribuiu para seu reconhecimento formal como Instituição de Ensino Superior²⁹³.

Se do ponto de vista da sua ausência de experiência escolar e escassa condição econômica ele se encontrava distante da Universidade, por outro lado, atentando às suas relações pessoais e às redes de contatos costuradas a partir do seu ingresso na AML.

O meu pai sempre dizia que o amor dele pela Academia era muita gratidão, porque depois que ele foi para a Academia, o meu pai contava isso, então daí a gente vê o prestígio dessa instituição, na época, que as pessoas começaram a oferecer empregos pra ele. As portas se abriram, ele dizia que a vida dele mudou depois que entrou na Academia²⁹⁴.

Ele e a Universidade estavam muito próximos. Chegou a ser membro do CONSUN – Conselho Universitário – antes mesmo de ingressar na faculdade, acesso permitido pela sua condição de “Acadêmico”. A representatividade da AML nesse conselho, criada durante a gestão do reitor Ribamar Carvalho, seu amigo, teve como base aquela importância atribuída a essa instituição para a fundação da UFMA.

Jomar destaca entre seus professores dois nomes que posteriormente também se tornariam Acadêmicos da AML, Antenor Bogéa e Alberto Tavares²⁹⁵. Um de seus colegas de turma, Lourival Serejo²⁹⁶, foi empossado na AML em 2004. Fernando Eugênio dos Reis Perdigão²⁹⁷, outro membro da AML, também foi seu professor de Direito. Este fora seu cunhado, casado com uma de suas irmãs mais

²⁹³ Regimento

²⁹⁴ Julia Esmeralda, filha de Jomar Moraes. Entrevista concedida em dezembro de 2016.

²⁹⁵ Ocupantes das Cadeiras 1 e 34, respectivamente.

²⁹⁶ Ocupante da Cadeira 35.

²⁹⁷ Ocupante da Cadeira 13.

velhas, filhas da relação que o pai mantinha oficializada pelo casamento. O professor Cabral²⁹⁸, seu “grande amigo”, foi reitor da UFMA e tornou-se membro da AML em 2001.

Podemos notar que, à exceção dos professores Antenor Bogéa e Fernando Perdigão, Jomar Moraes já compunha o corpo da AML quando na eleição e posse dos demais citados. Lembremos que ele exerceu a presidência dessa instituição no período ininterrupto de 1984 a 2006, participando, por vezes como “entusiasta” - a exemplo de Lourival Serejo - , do processo de escolha dos referidos nomes candidatos a membros.

Eu tenho, ainda tenho hoje, um bom relacionamento com colegas [do curso de Diretor]. Alguns se destacaram, da minha turma um colega tornou-se Desembargador, que é Lourival Serejo, diversos colegas são Juizes, Promotores, Procuradores... Muita gente se dis... Outros Advogados, exercendo a profissão liberal. Recentemente, este ano, mês passado [estávamos em 08/2011], nós nos reunimos na Igreja de... dos Remédios pra celebrar uma missa pros 35 anos de nossa formatura. Era uma turma boa, chamada San Martin Savaia, chamava San Martin em homenagem a um colega nosso que morreu durante o curso, morreu tragicamente num desastre de avi... automotivo. Foi isso, mais ou menos. Me dei com eles, agora, não fiz, de um modo geral, relações muito estreitas, porque havia uma certa, um distanciamento etário de mim para a maioria da minha turma. Eu era bem mais velho do que os meus colegas. Meus colegas tinham em média 18, 19, 20 anos. Eu tinha 35 e era casado. Quer dizer, havia alguns também com a minha idade, alguns até mais velhos, mas era, isso era um grupo pequeno. Eu me relatei bem com eles, mas não fiz aquela amizade muito próxima que os colegas realmente fazem quando são da mesma idade, têm os mesmo objetivos. Eu estudei já tendo outros objetivos. Tive bons professores, saudosos, entre eles o professor Doroteo Ribeiro e entre eles o professor, meu amigo, Alberto Tavares, Diretor do... Professor de Direito Penal, professor Dionísio Nunes, que já morreu, mais ou menos por aí... Meu Diretor, meu primeiro Diretor foi o professor Antenor Bogéa, Diretor da Faculdade. E eu comecei estudando ainda no prédio defronte do teatro da Rua do Sol, que era ainda a sede da Faculdade, depois o curso se transferiu para o campus, é como hoje está. A convivência hoje é pequena. Dos meus colegas eu tenho um que é da Academia, Lourival Serejo, conheço, é maior a convivência porque vive na Academia, eu fui um entusiasta da eleição dele, da Academia, ele até vem aqui aos domingos geralmente, a gente é muito amigo. Os outros... Cada um a vida deu destino a cada um... Tem professores, o professor Alberto é da Academia, professor Antenor Bogéa era da Academia, mas colegas de turma apenas o Lourival.

²⁹⁸ Ocupante da Cadeira 38

Jomar, embora não tivesse um relacionamento muito próximo com os colegas de sua turma no curso de Direito, como menciona (destaca entre os motivos o seu distanciamento etário), foi escolhido como orador na ocasião da sua formatura. “E ausente também estava da reunião em que as turmas todas se reuniram pra escolher o orador da turma [...]. Graças a deus tenho essa honra, e fui. Formei-me em Direito, houve a grande solenidade, isso em 1976, foi... Eu tinha 36 anos”.

Durante o curso de direito era ainda funcionário dos Correios, mas, cedido “à disposição do Estado”, ocupou os cargos comissionados de Diretor da Biblioteca Pública do Estado (1971-1973), Diretor do Departamento de Assuntos Culturais da Fundação Cultural do Maranhão (1973-1975), e do Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado - SIOGE (1975-1980). Sai dos Correios quando é aprovado em concurso para Fiscal de Rendas do Estado.

Do Correio eu saí para exercer alguns cargos em comissão, entre eles de Diretor do Serviço de Administração Geral do Serviço de Educação, depois eu fui Diretor da Biblioteca Pública Benedito Leite, cargo de comissão, sendo Postalista, estava à disposição do Estado, e deixei os Correios quando fiz um concurso pra Fiscal de Rendas, esse cargo que hoje, me parece, é chamado de Auditor Fiscal do Estado. Eu passei nesse concurso, deixei o Correio, e exerci esse cargo de Fiscal de Rendas. Também exerci pouco tempo. Quando eu assumi fui para Imperatriz, passei um tempinho lá, voltei, mas também passei muito tempo à disposição de outros órgãos, quer dizer, sou Fiscal de Rendas do Estado, mas eu saí da Secretaria e fui ser Diretor do SIOGE, Diretor do Departamento de Assuntos Culturais da Uni... da Fundação Cultural, e de... E daí... Depois, fui pra Universidade Federal, lá eu fui Diretor do Departamento de Assuntos Culturais, depois eu me tornei Advogado da Universidade, e esse cargo de Advogado, parece que nos anos 90 foi transformado em Procurador. Fiquei lá até... Parece que 96..., não, até 2006, foi quando eu adoeci. Eu tive um AVC, aí não voltei mais ao trabalho. Fiquei até cair na “compulsória”, eu me aposentei por invalidez e também pela compulsória, depois. Minha vida funcional é mais ou menos isso.

Ao longo das conversas com Jomar, fica evidente o quanto esse agente valorizava a decisão de construir uma carreira, de conectar os eventos de um *projeto* biográfico muito fixo e que se mostra *coerente* com toda a narrativa de si, marcada por relatos de superação, esforço - “eu não sei se eu sou inteligente, mas eu sou pelo menos aplicado, eu fui aplicado” -, e conquistas gradativas na constituição da sua “carreira”. Se por várias vezes ocupou cargos comissionados,

ou seja, cargos que pressupõem a mobilização do capital de relações sociais ao seu alcance, por outro lado, sempre narra seus resultados como resultantes do seu próprio “esforço”.

5.2. “Eu me fiz sozinho”

Assim, como engrandece a lembrança de recusa da oferta do seu pai referente a um emprego conseguido através de um “favor”, preferindo incorporar-se à polícia, semelhantemente não lamenta ter perdido a função de estafeta, que resultava das influências da prima de sua esposa, nos correios, logo alcançando um posto superior por mérito próprio. “Pois bem, eu não consegui ser estafeta do Correio, a coisa engraçada da vida é isso, aí fui ser Postalista, que é uma coisa muito superior, por concurso!”.

A valorização da carreira e das características relacionadas à autodisciplina e persistência, é enfatizada diversas vezes, de formas mais ou menos explícitas. Essa ciência de seus objetivos e investimentos se manifesta numa sobriedade nos relatos, com a segurança de quem controla muito bem todos os encadeamentos que constróem um sentido lógico à sua jornada, cujo tom transita entre a deferência e a altivez.

Quando eu comecei no primeiro dia do curso de Direito, eu já era membro da Academia Maranhense de Letras, tinha livros publicados, já era, portanto, um nome... mesmo sem querer ser, eu era, era conhecido. Mas eu sempre me comportei como aluno, nunca quis fazer um papel diferente desse. [...] nunca fui desrespeitoso, embora muitas vezes havia muitos professores que reconhecidamente sabiam muito menos do que eu! Mas eu não os desrespeitava, não os punha a prova, às vezes eles estavam falando besteira, falando coisa errada, eu ficava calado. E ficava, me comportava muito bem no papel de aluno. Eu acho que a pessoa deve conhecer o seu lugar, né. Na verdade eu acho que eu, eu sou um pouco diferente dos meus irmãos, eu fiz uma carreira [...]. Porque a gente na vida faz um pouco, muito da nossa vida é feito por nós mesmos. Às vezes a gente nem quer, nem tem consciência do que tá fazendo, mas faz, não é? eu sempre fui muito cioso do meu papel. Eu, apesar de humilde, eu nunca fui servil, nunca fui capacho, [...] também não fui metido a besta. Eu não, não subo nas tamancas achando que eu sou aquilo ou aquilo outro, eu tenho dimensão de relatividade. Modéstia à parte, uma coisa que sempre me favoreceu foi uma certa dose de autocrítica, eu sei mais ou menos o que eu não sou e, por isso, termino sabendo o que eu sou.

Nos postos ocupados, buscou ascender profissionalmente, visando sempre os mais altos níveis, embora eles nem sempre tivesse êxito. De soldado da polícia, investe gradativamente em alcançar o posto de 3º sargento, “e aí eu cheguei ao alto posto de terceiro sargento, foi o que eu consegui ser”. A exemplo da sua carreira na área do Direito, menciona ter nutrido o desejo, após sua formatura, de alcançar a posição de juiz. Projetos que foram sendo substituídos à medida que possibilidades mais elevadas se apresentavam.

Quando eu ingressei na polícia, eu tive uma impressão de que eu iria permanecer lá, e até me entusiasmei, e por um tempo sonhei em ser... fazer carreira, em ser Oficial da polícia, mas depois eu tomei consciência que a polícia não oferecia perspectivas boas. [...] Quando eu tava fazendo o curso, eu pensava, poxa, se eu passar nesse curso eu serei Cabo! Quer dizer, era um sonho. Uma espécie de sonhar ser General. Cabo da polícia, todo mundo tem sonhos... isso é muito relativo. Depois eu vi que não era lá que eu devia ficar. Aí comecei a fazer... fiz esse concurso para o correio, e fui aprovado... [...] Eu tive vontade de ingressar na magistratura, eu tinha muita vontade de ser juiz. Mas fui vendo, eu, pai de família, já com família, eu fui ver que o que pagavam a um juiz não era o suficiente pra sustentar a minha família [...] eu teria que fazer sacrifícios que eu não fazia com o emprego que eu tinha. Por isso eu não satisfiz à vontade de ser juiz. Hoje a magistratura remunera relativamente bem, mas naquele tempo era uma coisa muito desigual, era muito... pagava muito mal. Tanto a magistratura quanto o Ministério Público.

Aposentou-se como Procurador federal, cargo originado de um convite de José Maria Cabral, que, no período em que foi reitor da UFMA, chamou o amigo Jomar para ocupar o cargo de advogado da Universidade (1984), cargo que seria transformado posteriormente em Procurador federal. A partir desse cargo foi tornado Procurador-chefe no período de novembro de 1996 a agosto de 2006.

Nesses termos, a conquista de uma cadeira na AML, condição que lhe trouxe em cadeia um conjunto de *oportunidades* promissoras, é narrada como um dos mais importantes feitos em sua trajetória social. Porém, chega a mencioná-la como algo impensado, “foi uma coisa que eu nunca imaginei, um salto mesmo”, o que pareceria uma contradição, não como conquista, mas objeto de desejo. Possivelmente Jomar refira-se assim a este fato considerando que de todas as suas investidas, muitas delas exitosas, essa fosse a menos certa, a que dependeu mais nitidamente de fatores “externos” a ele, estava além de seus esforços pessoais na

escrita, de obter premiações etc. Fatores decorrentes das dinâmicas do *espaço social* em que se inseria, e no qual sua posição se apresentava frágil e com poder de intervenção muito restrito. Mesmo o fato de ter parentes seus membros da AML não lhe era um trunfo, pois Jomar não mantinha relações próximas com essa parte da família oriunda da relação matrimonial paterna. Alípio de Moraes era primo de Nascimento Moraes²⁹⁹.

Sim, do lado de meu pai tinha esse pessoal. Eu sou sobrinho de Nascimento [Moraes]. Mas enfrentamos um preconceito de família muito grande, naquele tempo, quase tudo mudou agora, né, nós éramos os “bastardos” e eles eram filhos da... nós éramos “filhos da puta” e eles “filhos de família”, né. Aí, as filhas de meu pai, as duas, Gisa nem tanto, mas Joina era muito preconceituosa, muito metida a besta, muito bonita também. E foi uma dama da alta sociedade do Maranhão e São Luís, Joina Moraes, Joina Moraes Perdigão! Meu pai morava aqui, mas ela não falava com meu pai, não se dava com meu pai, ficou com ódio porque achava que meu pai largou a mãe dela, não sei o que... disse que ele foi se meter com uma “cabôca de Guimarães”.

Jomar fez ainda várias especializações, entre elas o curso de Radio, TV e Propaganda - “esse curso começou com uns trinta e tantos alunos e terminou apenas com dois, comigo e uma colega, Dona Élia, só nos dois, demorou tanto que os outros foram deixando, deixando... nós dois concluímos o curso” -, Especialista em Direito Empresarial através de um curso oferecido por convênio UFMA/ INCRA/UnB, Direito da Carreira, além de ter iniciado a graduação em Biblioteconomia (inconcluso) pela UFMA e o mestrado em Direito (inconcluso), migrando depois para o Mestrado em História pela UFPE, concluído em 2002.

Mas dentre todos os postos que ocupara, a direção do SIOGE foi a que lhe conferiu uma posição mais destacada nesse espaço. A partir dela pôde administrar as *dívidas* pessoais decorrentes dos favores que subsidiaram a sua escalada posicional dentre os órgãos públicos nos quais se inseriu. Como já enfatizado em trechos anteriores desse trabalho, o SIOGE, sob sua gestão, foi uma importante ferramenta (“ Jomar à frente da única editora, pode-se dizer, que restava no Maranhão”. FÉLIX et al, 2018, p. 93) de publicação de livros de autores

²⁹⁹ Ocupante da Cadeira 11 da AML.

maranhenses, sendo este o período de maior atividade do órgão³⁰⁰. Foi também durante a sua presidência da Academia Maranhense de Letras por 22 anos consecutivos que esta instituição publicou mais intensamente. Observemos que não é muito extenso o lapso temporal entre o fim do exercício de direção do SIOGE (1980)³⁰¹ e o início da presidência da AML (1984). Consideremos ainda que nesse intervalo ele foi Diretor do Departamento de Assuntos Culturais da UFMA (1981- 85), por onde também promoveu uma série de publicações. Tanto o exercício do cargo de diretor do SIOGE, nomeado pelo governador Nunes Freire,³⁰² quanto as exigências para a sua saída em 1980 promovidas pelo Governador João Alberto foram definidas pelos pesos relativos à relações pessoais que mantinha com esses políticos, respectivamente.

Era um cargo político, né. [...] Ele já tinha sido Diretor da Biblioteca Pública, já tinha sido Diretor do Arquivo... e aí o Nunes Freire, que era na época o Governador do estado, nomeou ele a... o meu pai era Auditor Fiscal do estado, também, e aí nomeou ele a Diretor, que era um cargo político, Diretor Presidente do SIOGE. Então ele tinha assim um prestígio muito grande com o Nunes Freire. E isso foi o que fez o SIOGE crescer tanto . E isso foi o que fez o SIOGE crescer tanto enquanto empresa. E isso na época incomodou muitas pessoas. As pessoas começaram a imaginar que o meu pai teria alguma pretensão de se candidatar a alguma coisa. [...] Ele saiu por muita perseguição política na época. Não sei se você vai colocar que foi do João Castelo, mas foi dele sim. Aí depois eu acho que ele voltou atrás e viu, e foi realmente um benfeitor para a Academia, depois foi sim. Foi o maior benfeitor da Academia. O que o meu pai pedia ele fazia, sem o menor problema.

Como uma espécie de atestado dos bons resultados que obtivera em suas gestões, Jomar exhibe com satisfação um discurso proferido em 2006 por José Sarney numa solenidade de posse na AML na qual este o cita de forma honrosa. “Por favor, leia isso (me entregando um trecho de discurso). A praxe da Academia

³⁰⁰ A Imprensa Oficial do Maranhão foi fundada em 1900. Tornou-se Diário Oficial em 1905, tendo sua primeira publicação em 1906. Em 1947 é denominado SIOGE, e extinto por decreto governamental em 1995.

³⁰¹ Após a sua exoneração do cargo de Diretor do SIOGE, Jomar Moraes passaria um ano servindo à Escola Superior de Guerra.

³⁰² Osvaldo da Costa Nunes Freire tomou posse como Governador do estado do Maranhão em 1975, sendo substituído na eleição seguinte por João Castelo Ribeiro Gonçalves, em 1979.

é de quem toma posse faz o discurso e no fim é saudado por um acadêmico. Ele foi saudar o Joaquim Campelo³⁰³, mas fez menção... leia, por favor, alto!”:

Começo, com a permissão do nosso novo confrade prestando minha homenagem a Jomar Moraes, que em breve deixa a presidência da Academia, cargo em que exerceu notável gestão. Ele é um grande credor de nossa gratidão pela dimensão que deu à casa em tantos anos de dedicada atuação, pela administração que empreendeu levando à Academia projeção e espaço como o maior centro de defesa e guardião da tradição cultural do Maranhão, estado onde as coisas do espírito estão acima de todas as outras. Não tenho dúvida em afirmar que na história da Academia Maranhense de Letras Jomar Moraes foi um dos maiores e melhores presidentes que tivemos, aliando o zelo pela casa a uma sólida cultura, historiador e humanista que é com lugar consagrado e destacado em nossas letras. Tenho a autoridade de quem há 40 anos, em 1966, teve a honra de também presidir esta Academia por 4 anos.

Era muito comum que no período das entrevistas fôssemos interrompidos por ligações e/ou visitas de amigos ligados pela literatura e política. Sempre reunidos na sua biblioteca localizada na parte superior ao fundo da sua residência, eram geralmente realizadas nas tardes de domingos. E isso não ocorria por acaso. Essa frequência era uma espécie de compromisso semanal dos “amigos do Jomar”, ao que costumavam chamar por “jomingos”.

³⁰³ Ocupante da Cadeira 24.

IMAGEM 15 - Encontro entre amigos na biblioteca de Jomar Moraes



Encontro na biblioteca de Jomar Moraes com Ubiratan Teixeira³⁰⁴, Manuel Lopes³⁰⁵, Sérgio Lacerda, Josué Montello, José Chagas³⁰⁶, Viegas Netto³⁰⁷ e Pergentino Holanda. Agosto de 1988.
Fonte: HOLANDA, 1990. Caderno iconográfico.

³⁰⁴ Ocupante da Cadeira 36 na AML.

³⁰⁵ Ocupante da Cadeira 18 Na AML.

³⁰⁶ Ocupante da Cadeira 28 Na AML.

³⁰⁷ Ocupante da Cadeira 29 Na AML.

IMAGEM 16 - Jomar Moraes com amigos em sua residência



Jomar Moraes, na sua residência, entre José Chagas, José Cândido de Carvalho e Ubiratan Teixeira. Outubro de 1986.

Fonte: HOLANDA, 1990. Caderno iconográfico.

Nessas ocasiões os amigos, em grande parte escritores, se achegavam à sua residência para conversas que se estendiam por toda a tarde, mas também à procura de informações sobre história do Maranhão, encaminhamentos acerca da AML - posto que muitos deles eram seus “confrades” - e, principalmente, solicitando serviços em torno do seu trabalho como editor ou lhe consultando sobre o andamento de edições já encaminhadas. Em um dos seus livros de memórias Josué Montello faz menção a uma dessa visitas, realizada no dia 08 de maio de 1984³⁰⁸. No mesmo trecho cita ainda algumas relações de amizade e suas mediações que o levaram a contatos com agentes situados em outros estados. Vejamos abaixo:

³⁰⁸ **Diário da noite iluminada**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p. 469.

Longa conversa, ontem, em casa de Jomar Moraes, com Viegas Netto, colega da Academia Maranhense, companheiro de infância e juventude. Viegas, ainda adolescente, transferiu-se para São Paulo, levado pela família. Lá, com rapidez, fez um nome como comentarista político, na rádio, na televisão. Amigo de Menotti del Picchia, amigo de Mario da Silva Brito, de quem também me tornei amigo por seu intermédio.

À exceção de José Cândido de Carvalho³⁰⁹, Sergio Lacerda e Pergentino Holanda³¹⁰, todos os presentes na foto acima estão arrolados entre os membros da AML. Em geral tiveram obras suas publicadas durante as gestões que Jomar Moraes exercera em órgãos públicos como a FUNC e o SIOGE e na AML³¹¹, além dos investimentos editoriais promovidos através da sua editora Legenda.

Tais obras e seus respectivos locais de publicação seguem listados abaixo:

Autores/ Editoras	SIOGE	FUNC	AML	Legenda
Ubiratan Teixeira	Histórias de amar e morrer (1978); Vela ao crucificado (1979); Caminho sem tempo (1980)	Sol dos navegantes (1975)	O sono (1976); O teatro que fiz, o espetáculo que vi (1989); Búli-buli (1992).	
Manuel Lopes	Ofício no escuro (1977); Campo-ilha-urbs ou canto puro, com muito amor, para São Luís do Maranhão (1977)		Canção itinerária (1989); São Luís com S (1984)	
José Chagas	Maré de moça (1977); Pão e água (1978); Os canhões do silêncio (1979); Poesia reunida (1980); Cem anos de infância (1985).	Águas de silêncio (1987); De Píndaro à raposa ou Castro Alves (1977).	São Luís com S.	A cor do puro (1983); Um homem debaixo do seu chapéu (1975).
Viegas Netto	A última esperança (1978); Velhos retratos (1978); O drama da democracia e os partidos políticos (1980).			

³⁰⁹ Membro da ABL, Cadeira 31. Seu livro de estréia, **Oiha pro céu, Frederico!**, fora publicado pela editora Vecchi (1939). Depois seguiu diversas reedições por editoras destacadas como a Cruzeiro, José Olympio, Rocco, Civilização Brasileira, Companhia das Letras, dentre outras.

³¹⁰ Seus trabalhos encontram-se publicados principalmente através da sua coluna “PH”, inserida no jornal O estado do Maranhão.

³¹¹ Tomando por referência a relação entre o ano de publicação e o período em que esse agente exerceu os cargos de direção da FUNC (1973-1975), do SIOGE (1975-1980) e da AML (1984-2006). Observe-se ainda que essa tabela se pretende apenas alusiva a algumas relações pessoais administradas por Jomar através das publicações de livros, não conseguimos identificar de algumas das obras escritas pelos agentes listados acima.

Enquanto sobre alguns, a quase totalidade das suas publicações passaram por aquelas instituições em seus períodos por Jomar (são os casos, por exemplo, de José Chagas e Viegas Netto), casos como Josué Montello³¹² passariam a largo dessas instâncias. A partir do seu romance “Janelas fechadas”³¹³, seus livros passariam a ser lançados por editoras bem alocadas no circuito editorial nacional³¹⁴. A assimetria das posições entre Jomar e Josué era maior. As reciprocidades em relação a esse agente não se dariam pelos investimentos editoriais comerciais, Jomar sequer acessava aquele espaço nacional de concorrências, atuava num contexto onde as disputas se estabeleciam em torno das mediações estabelecidas por agentes que, como ele, poderiam prover os investimentos necessários à produção de livros. Em compensação exerceria uma série de outras *obrigações*, que iriam desde a coleta e produção de fontes historiográficas que serviriam àquela escritor como “matéria prima” dos seus trabalhos, até as mediações sobre suas orientações decisórias para publicações de outros autores, ocupações de cargos públicos vinculados às instâncias de produção cultural do estado etc.

Ainda sobre os componentes das imagens acima, cinco dentre eles participariam com artigos na publicação comemorativa dos 50 anos de Jomar Moraes (“O cinqüentão Jomar Moraes”). Os atributos concedidos por esses agentes nesses textos tendem a vincular o seu jeito “silencioso, hábil, prestativo” (Josué Montello, p. 33) à sua eficiência e dedicação ao labor editorial, “exemplo de capacidade realizadora, proficiência e amor às causas que

³¹² As contribuições de Jomar Moraes para com esse autor se dariam principalmente no âmbito da coleta e envio de fontes documentais, que lhes serviriam de base para a sua produção escrita, além da realização de pesquisas bibliográficas e envio de livros que Josué Montello lhe demandava.

³¹³ Rio de Janeiro: Pongetti, 1941. Considerado o seu “romance de estréia”.

³¹⁴ A exemplo dessa estabilidade de publicações fora do estado do Maranhão, sabe-se que os romances produzidos entre 1941 (Janelas fechadas, 2ª edição) e 1992 (O baile da despedida), agrupando cerca de 23 títulos foram publicados pela editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro. Sua obra romanesca fora reunida também em antologia publicada pela editora Nova Aguilar, em publicação promovida pelo Instituto Nacional do Livro, 1986.

abraça” (HOLANDA, p. 14). Por vezes retomando alguns pontos épicos da sua biografia consagrada, resumindo o seu trajeto por postos públicos e na AML, “vôo ousado, que raros bem-nascidos conseguem realizar nestes trópicos”, mas sempre em torno da ênfase sobre sua “vitalidade cultural, virilidade de ideias, propostas de vida criativa [...]” (Ubiratan Teixeira, p. 56) como suas características mais marcantes, aliadas às relações de amizade que todos eles reivindicam.

Em vista dos textos ao homenageado, é interessante notar as que as lógicas de reconhecimento acionadas se atrelam aos tipos de vínculos estabelecidos aos seus respectivos autores. Vê-se que, mesmo girando em torno de um restrito âmbito de qualificações e atributos, é bastante diversificado o espectro de instâncias de atuação através das quais Jomar Moraes lhes prestaria aqueles serviços e amizade. Sobre esse ponto é bastante significativa a referência feita por Viegas Netto acerca das suas “dezenas de facetas”, presentes nesse mesmo livro de homenagens (p. 59):

O pior é que Jomar não escolheu nenhuma, não se ficou em nenhuma delas. Jomar, o escritor, o homem público, Jomar o Administrador, Jomar, o realizador de ideias, Jomar, o catalizador de amizades, todos eles, esses jomares, desde o jovem praça da Polícia Militar, até o irremovível presidente da Academia Maranhense de Letras, o meu amigo, o meu camarada Jomar Moraes foi sempre o mesmo, dando a cada uma dessas tarefas a mesma dedicação e o mesmo amor.

Além dos amigos mais frequentes e confrades sua residência era constante ponto de apoio procurado por candidatos à carreira literária, pesquisadores e escritores visitantes de outros estados e países que vinham ao Maranhão com o propósito de desenvolver estudos sobre a “cultura” e “história local”. Como novamente observa a sua filha Julia Esmeralda:

Meu pai sempre foi muito visitado, muito requisitado. Todas as pessoas, todo mundo que geralmente vinha para o Maranhão para pesquisar, pra falar sobre o Maranhão, inevitavelmente vinham aqui. [...] Um brasilianista, um americano que era brasilianista chamado Mark Curran³¹⁵, que era um escritor americano, que depois ficou conhecido pela Veja, também esteve aqui em casa. Tivemos muitas dessas visitas assim ilustres o meu pai recebia muito essas pessoas aqui.

³¹⁵ Professor de língua portuguesa e estudos brasileiros, na Universidade do Arizona.

Mesmo após o seu distanciamento da presidência da AML, em razão do seu estado de saúde cada vez mais frágil, a figura de Jomar Moraes seguia representando uma espécie de “operário das letras” e continuava a se destacar pelo grau de dedicação nas atividades empregadas na edição de livros.

As narrativas sobre o trajeto social percorrido por Jomar são marcadas, de um lado, pelo elogio à superação dos desafios como um trunfo, uma insígnia enfrentada desde a infância. De outro, pelas relações de dependência e reciprocidade que vão se estabelecendo ao longo do seu envelhecimento social e que lhes permite galgar posições ao longo da sua trajetória. Orientado pelos anseios sugeridos pelo pai, desafiá-lo não implicaria exatamente em negá-lo, negar sua herança. O “Moraes” fora sua herança. Mínima, mas o “nome do pai” lhe possibilitou pequenas brechas a partir das quais fez grandes investimentos.

A importância da formação escolar, o desejo de ingresso na AML, os contatos com figuras do cenário político maranhense, além do parentesco (ainda que obstruído pela condição de “bastardo”) com personagens destacados da intelectualidade, como o seu “tio-avô” Nascimento Moraes.

O pai é o sujeito e o instrumento de um “projeto” (ou, melhor, de um *conatus*) que, estando inscrito em suas disposições herdadas, é transmitido inconscientemente, em e por sua maneira de ser, e também, explicitamente, por ações educativas orientadas para a perpetuação da linhagem (o que, em certas tradições, é chamada “a casa”). Herdar é transmitir essas disposições imanentes, perpetuar esse *conatus*, aceitar tornar-se instrumento dócil desse “projeto” de reprodução. A herança bem-sucedida é um assassinato do pai consumado a partir de sua própria injunção, uma superação dele destinada a conservá-lo, manter seu “projeto” de superação que, enquanto tal, está na ordem das sucessões (BOURDIEU, 2007, p. 232).

No caso de Jomar, desafiar o pai é também desafiar o mundo, enfrentar lógicas de sociabilidades cuja infância e as condições vividas não haviam lhe possibilitado acessar. Uma ousadia com caráter de continuidade, como um herdeiro sem herança, afora a determinação aprendida pelo espírito “aventureiro” do pai. Jomar também desafiou a ordem que impunha a educação formal e posse de determinados títulos como condição para a ocupação de determinadas posições

sociais que ansiava. Se submeteu e enfrentou as regras, fazendo os cursos e exames necessários, ainda que “tardiamente”.

O Acadêmico da AML, continuidade das projeções paternas, fora cristalizado em suas narrativas como a expressão maior do êxito possível para aquele “projeto”. Seus investimentos na entrada e permanência, principalmente através dos vínculos cultivados pelos serviços editoriais que prestara, lhe permitiram o acesso às condições de constituição de uma identidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresenta os resultados de uma investigação sobre os condicionantes de produção e as mutações em torno de uma categoria social específica, a de “editor”, tornada em forma de reconhecimento dos agentes dedicados à produção e publicação de artefatos simbolicamente rentáveis, destacadamente “livros”. Num plano mais amplo, nos dedicamos prioritariamente à reconstituição e análise das suas mutações configuracionais, denotando seus pontos de inflexão e a multiplicidade dos sítios de interação e recursos mobilizados pelos agentes “editores” em seus empenhos por reconhecimento, situados em um contexto específico histórica e geograficamente delimitado.

No Maranhão, desde o seu período como Província ainda vinculada ao Império Português, as instâncias públicas se estabeleceram continuamente como principais financiadoras da produção de impressos. Suas condições de publicação estiveram sempre atreladas à busca por *prebendas*, a princípio disputadas pelos tipógrafos, cuja impressão dos “atos oficiais” lhes renderiam os dividendos necessários para a publicação de livros, e progressivamente para a ocupação de cargos públicos estratégicos vinculados à cultura e direção dos seus respectivos órgãos.

Os resultados verificados estão em consonância com a pesquisa pioneira desenvolvida por Alfredo Wagner, cujos resultados encontram-se publicados no livro “Ideologia da decadência”. Ali, esse autor demonstra o processo de estabelecimento da noção que nomeia o seu livro, a “decadência”, funcionando como lugar comum nas narrativas sobre a história do Maranhão. A princípio, mobilizada por um grupo restrito de intelectuais maranhenses, atuantes durante as primeiras décadas do século XIX, cujos padrões explicativos acerca da economia da Província contribuíram fortemente para o estabelecimento desse fundamento explicativo, que logo se tornaria em argumento autoevidente e se espraiaria por praticamente todos os âmbitos da vida social provinciana.

Aquela noção de “decadência” se estenderia no tempo com suas nuances adequadas às novas dinâmicas de redefinição, permanecendo sobre ela uma

constante: a perpetuação do panteão daqueles intelectuais consagrados como selo de validação dos seus argumentos. Assim, a despeito dos contornos que adquirem pelas mobilizações de agentes situados nos mais diversos espaços sociais (econômicos, políticos, culturais etc.), em certo grau funcionando de modo sobrepostos, os posicionamentos que se pretendiam legítimos tornavam sempre à noção de “decadência”, como atestado que denuncia um período de penúria sob a expectativa de retomada de um passado glorioso, quase mítico.

No entanto, vão além as contribuições do nosso trabalho, aprofundando e estendendo no tempo, verificando seus modos de redefinição e apropriação estratégica no âmbito das produções e publicações de livros, demonstrando as lógicas de reciprocidades presentes nos investimentos editoriais, suas transformações e redefinições.

Se, por um lado, os argumentos que formataram, e sobre os quais se instituiria a força primordial da noção de “decadência”, resultaram dos investimentos incessantes de grupos de intelectuais; por outro, os investimentos realizados através da escrita se tornariam em recurso privilegiado para os seus posicionamentos, assim como os meios de publicação desses textos se fariam em arenas destacadas nessas disputas.

A princípio pela produção e publicação de jornais, cuja relevância transitaria rapidamente para os formatos de livros, os tipógrafos atuantes ao longo do século XIX na Província e posteriormente os agentes que ocupariam as funções de gerência das instâncias públicas dedicadas à produção cultural no estado, serviriam aos intelectuais como importantes vias de atuação, consagração e investimentos pela escrita.

Foram consideradas também as transformações históricas que incidiram sobre as dinâmicas de complexificação das atividades voltadas para a produção de impressos e tornadas em *papeis* sociais reconhecidos sob as figuras de “editores”. Noção que deve ser compreendida, portanto, como uma instituição transitória, resultante dos processos de especialização sob condições específicas verificadas no universo social em pauta.

Grosso modo, sob notações “artísticas” que continuavam os esforços por espelhar de modo enviesado as concepções dominantes importadas dos “centros” internacionais e nacional e alheios às dinâmicas de um mercado comercial constituído por empresas editoriais duráveis, suas condições de publicação e reconhecimento como “editores” se dariam pelos vínculos pessoais diretamente administrados pelos agentes reconhecidos sob tais funções.

As relações de proximidade com os quadros melhor situados no plano político desse universo social, lhes possibilitaram o acesso às impressões bem remuneradas dos atos oficiais, bem como o exercício de funções de gestão dos órgãos públicos vinculados à cultura. Assim, a saga das reivindicações por um estado provedor dos recursos necessários à produção bibliográfica, que se iniciaria entre os tipógrafos desde as primeiras décadas do século XIX - marcadas na historiografia sobre o Maranhão como introito dos investimentos na escrita e berço de uma genealogia de intelectuais consagrados - alcançaria o seu efêmero sucesso através do SIOGE, em fins de 1970, cujo ápice não se estenderia por mais que uma década.

Em todo o percurso histórico que analisamos, circunscrito entre a segunda metade do século XIX e o último quartel do século XX, perpassando os investimentos tipográficos e o monopólio das condições de publicação pelo estado, se destaca também a atuação desses agentes “editores” como mediadores de complexas redes de relações interpessoais, cujas prestações de favores, especialmente na forma de publicações, lhes garantiriam os meios de ascensão social e as condições necessárias à continuidade do exercício editorial. Dívidas que se tornariam em espécie de ciclo contínuo entre os favores recebidos, devidamente retribuídos na forma de bens simbolicamente rentáveis. Atuando em várias frentes e vinculados a instituições sociais bastante diversificadas, privadas ou públicas, mas sempre dependentes das expensas do estado, esses agentes “editores” se estabeleceriam como espécies de gestores dos investimentos operados através da escrita, realizados pelos pretendentes à sagração intelectual.

Assim, a meio caminho entre a busca por autonomia econômica e a dependência da política, o *papel* de editor se desenvolveria a princípio vinculado à

ideia de uma atividade “artística” como denegação das imposições externas e pelas pretensões de inserção do seu ofício tipográfico no quadro valorativo das atividades vinculadas à “intelectualidade ateniense”.

A par com importantes transformações no âmbito tecnológico, cujo desenvolvimento incidiria sobre os modos de especialização das atividades gráficas, das transformações no universo escolar em âmbito nacional e regional, que promoveriam um novo perfil de intelectuais e mudanças nos investimentos pela escrita, seguem também as mutações no domínio da política e nos modos de recrutamento dos quadros gestores do estado.

Toda essa ebulição, que se processaria ao longo de quase um século, compõe o espectro mais amplo das mutações acerca dos modos e condições de atuação e reconhecimento das atividades editoriais no Maranhão e constituiriam novas formas de estruturação desse *espaço de produção editorial* e suas lógicas de reconhecimento.

As casas tipográficas, primeiros lugares de edição de livros nesse estado, cederiam progressivamente lugar às instâncias públicas e à modernização acelerada dos seus parques gráficos, destacadamente com o estabelecimento do Serviço de Imprensa e Obras Gráficas de Estado - SIOGE. Contudo, essas mudanças mais aparentes se dariam a par com algumas permanências, notadamente acerca das condições de atuação e reconhecimento dos agentes instituídos sob os *papeis* de “editor”, considerando-se as duas configurações em pauta: pela circulação de reciprocidades, granjeadas entre as elites políticas e culturais do Maranhão - convertendo em livros os seus investimentos na escrita com vistas à consagração intelectual - e administrando, através das suas publicações, uma espécie de alquimia dos *dons*, transmutando prebendas em senhas de permanências nas beiradas dos círculos intelectuais.

Desse modo, se os agentes “editores” situados nessas duas *configurações*, diferem em seus modos de produção e sítios de interação, se verifica uma constante ao longo desse transcurso histórico: a busca pela inserção numa tradição intelectual consagrada. Esse “panteão”, pedra de toque que estende por todo o período histórico em pauta, se estabeleceria como uma espécie de “rocha matriz”

das relações de trocas no âmbito da produção editorial no Maranhão. Ao passo que se firmava em liame para a consagração/reconhecimento dos “editores” - que ascendiam socialmente a reboque dos investimentos dos “intelectuais” através da escrita -, perpetuavam também uma lógica de endogamia de classe, circunscrita por dinâmicas de contraprestações próprias a esse seguimento. À coisa doada, na forma de artefatos simbolicamente rentáveis como os “livros”, mobilizados na busca por consagração/reconhecimento, caberia a retribuição, a perpetuação de uma genealogia consagrada (retome-se por exemplo o poema “a quinta estrela”, p. 202), operando, nesse trânsito, a reprodução de um grupo social específico.

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

ABREU, Marcia; DEACTO, Marisa Midori. **A circulação transatlântica dos impressos: conexões**. Campinas: UNICAMP/IEL/Setor de Publicações, 2014.

ALMEIDA, Andreia Pestana. **A instrução pública da Província do Maranhão nas atas do conselho presidencial: Um olhar sobre a (re)organização da educação da mocidade**. Disponível em: <https://www.outrostempos.uema.br/oitocentista/cd/ARQ/09.pdf>.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão**. Rio de Janeiro: Editora Casa 8/FUA, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. **A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura no Maranhão**. Rio de Janeiro, Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

BADIE, Bertrand; HERMET, Guy. **Política comparada**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

BADIE, Bertrand; BIRNBAUM, Pierre. **Sociología Del Estado: nuevas interpretaciones**. Revista Internacional de Ciencias Sociales, Paris, nº 140, pp. 187-201, 1994.

BECKER, Howard. **Arte como ação coletiva**. Uma teoria da ação coletiva. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

BERTRAND, Legendre et ROBIN, Christian (orgs.). **Figures de l'éditeur**. France: Nouveau Monde éditions, 2005.

BOISSEVAIN, Jeremy. "Coaliciones". In: SANTOS, Félix Requena. **Análisis de redes sociales**. Barcelona: Siglo Veintiuno, 2003.

BORRALHO, José Henrique de Paula. **A Athenas equinocial: A fundação de um Maranhão no Império Brasileiro**. Tese de doutorado defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Les règles de l'art: genèse et structure du champ littéraire**. Paris: Seuil, 1992.

_____. BOURDIEU, Pierre. **Uma revolução conservadora na edição**. In: Política & Sociedade, v. 17, nº 39. Florianópolis, mai./ago. de 2018.

_____. **Les conditions sociales de la circulation internationale des idées**. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, nº 145, pp. 3-9, 2002.

_____. **Mas quem criou os criadores?** In: Questões de Sociologia. Trad.: Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2008.

_____. **Reprodução Cultural e Reprodução Social.** In: BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus, 1996.

CANÊDO, L.; TOMIZAKI, K. GARCIA, A. **Estratégias educativas das elites brasileiras na era da globalização.** São Paulo: Hucitec, 2013. 295-336.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem:** a elite política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTELLANOS, Samuel Luis Velásquez Castellanos. **O livro escolar no Maranhão Império (1822-1889).** São Luís: EDUFMA/Café & Lápiz, 2017.

CASTRO, César Augusto. **Infância e trabalho no Maranhão Provincial:** uma história da Casa dos Educandos Artífices (1841-1889). São Luís, EdFUNC, 2007.

_____. **O gabinete Português de Leitura: o lugar do livro e da leitura no Maranhão oitocentista.** Revista Outros Tempos, vol. 11, nº 18, 2014, pp. 137-153.

CASTRO, Cesar Augusto; SILVA, Diana Rocha da. **A institucionalização dos grupos escolares no Maranhão.** Revista Linhas. Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 284-308, jan./abr. 2016.

CHARLE, Christophe. **Situation spatiale et position sociale:** essai de géographie sociale du champ littéraire à la fin du 19e siècle. In: Actes de la Recherche en Sciences Sociales, année 1977, volume 13, numéro 1 (pp. 45-59).

CHARTIER, Roger. **Práticas da leitura.** São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

_____. CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros.** Brasília: Editora da UnB, 1998.

COLLOVALD, Annie. **Penser la politique.** In: Actes de la Recherche en Sciences Sociales. Vol. 73, juin 1988 - 2. pp. 29-40.

CORADINI, Odaci Luiz. **Os usos das ciências humanas e sociais pelo catolicismo e pelo luteranismo e as relações centro/periferia.** Repocs, São Luís, v. 9, nº 17, pp. 11-122, 2012.

COSTA, Odaléia Alves da. **O livro do povo na expansão do ensino primário no Maranhão (1861-1881).** Tese de doutorado defendida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo/USP, 2013.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette:** mídia, cultura e revolução. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

DOBRY, Michel. **Sociologia das crises políticas.** São Paulo: Editora Unesp. 2014.

DUVAL, Julien. **Le cinéma au XXe siècle:** entre loi du marché et règles de l'art. Paris: CNRS Éditions, 2016.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo, Martins Fontes, 1995.

ELIAS, N. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994. Volume um.

_____. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.

FARIA, Luiz de Castro. **Oliveira Viana, de Saquarema à Alameda São Boaventura, 41 - Niterói. O autor, os livros, a obra**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

FEBVRE, Lucien & MARTIN, Henri-Jean. **O aparecimento do livro**. São Paulo: EdUSP, 2017.

FARIA, Regina Helena Martins de; MONTENEGRO, Antonio Torres. (Org.). **Memória de professores: histórias da UFMA e outras histórias**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão/Departamento de História; Brasília: CNPq, 2005.

FARIA, Luiz de Castro. Oliveira Vianna. **de Saquarema à Alameda São Boaventura, 41 - Niterói: o autor, os livros, a obra**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

FRIAS, José Maria Correa de. **Memória sobre a tipografia maranhense**. São Paulo: Siciliano, 2001.

_____. **Memoria sobre a tipografia maranhense**. São Luís: Tipografia do Frias, 1866.

GALVES, Marcelo Cheche. **“Ao público sincero e imparcial”**: Imprensa e Independência na Província do Maranhão (1821-1826). São Luís: EDUEMA/Café & Lápis, 2015.

_____. **“Dirigir e retificar a opinião pública”**: os primeiros anos da tipografia nacional do maranhão (1821-1823). Comunicação apresentada no I Seminário Internacional Brasil no Século XIX, na Universidade Federal do Espírito Santo, na cidade de Vitória (ES), entre os dias 25 e 29 de agosto de 2014.

_____. **Saberes em circulação na América Portuguesa**: os estudantes maranhenses na Universidade de Coimbra (1778-1823). *Clio - Revista de história*, nº 32.1, 2014.

GALVES, Marcelo Cheche; BASÍLIO, Romário Sampaio; PINTO, Lucas Gomes. **Vendem-se impressos a preços cômodos na cidade do Maranhão**. São Luís: Editora UEMA, 2019.

GARCIA, A. **Vantagens e armadilhas do atraso**: estudos internacionais e recomposição das elites dirigentes no Brasil em perspectiva comparada. In:

GLINOER, Anthony; DURAND, Pascal. **Naissance de l'édition: l'édition à l'âge romantique**. France: Les Impressions Nouvelles, 2005.

GRILL, Igor Gastal; REIS, Eliana Tavares dos. **Dos campos aos domínios das “elites” no Brasil**. Revista Tomo, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, n. 32, p. 163-210, jan./jun. 2018.

_____. **Elites parlamentares e a dupla arte de representar: intersecções entre “política” e “cultura” no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

HALLEWELL, Lawrence. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo: EDUSP, 1985, p. 96.

KLÜGER, Elisa. **Análise de correspondências múltiplas: fundamentos, elaboração e interpretação**. Revista BIB, São Paulo, n. 86, 2/2018 (publicada em outubro de 2018). pp. 68-97.

LAHIRE, Bernard. **La condition littéraire. La double vie des écrivains**. Paris: Éditions La Découverte, 2006.

LEÃO, Ricardo. **Os atenienses e a invenção do cânone nacional**. São Luís: Instituto Geia, 2013, p. 387.

LEBARON, Frédéric; LEROUX. **La méthodologie de Pierre Bourdieu en Action: espace culturel, espace social et analyse des données**. Paris: Dunod, 2015.

LEGENDRE, Bertrand. **Figures de l'éditeur: représentations, savoirs, compétences, territoires**. Paris: Nouveau Monde éditions, 2005.

LOBO, Antônio. **Os novos atenienses: subsídios para a história literária do Maranhão**. São Luís: Edições AML, 2016 (4ª ed.).

MARTINS, Manoel de Jesus Barros. **Rachaduras solarescas e epigonismos provincianos: sociedade e cultura no Maranhão neo-ateniense: 1890-1930**. Dissertação de mestrado. Recife: UFPE, 2002.

MATOS, Elisene Castro. **Intérpretes da “Cultura Popular” e a produção de memórias no Maranhão**. Tese de doutorado defendida no âmbito do PPGCSOC/UFMA, 2019.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. In: Marcel Mauss, **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Cosacnaify, 2003.

MUEL-DREYFUS, Francine. **Le métier d'éditeur: les instituteurs de 1900, les éducateurs de 1968**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1983.

NEVES, Lucia Maria Bastos P.; FERREIRA, Tania maria Bessone da CRUZ. Brasil, Portugal e França: *A circulação de idéias políticas e culturais por meio dos que tratam em livros (1808-1830)*. In: **A circulação transatlântica dos impressos - Conexões**. Márcia Abreu e Marisa Midori Deaecto (Orgs.). Campinas, SP: UNICAMP/IEL/Setor de Publicações, 2014.

MICELI, Sergio. **Nacional estrangeiro**. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

_____. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

MOLLIER, Jean-Yves. **Les mutations de l'espace éditorial français du XVIIIe au XXe siècle**. In: Revista Actes de la Recherche en Sciences Sociales. Vol. 126-127. Édition, Éditeurs (1), 1999, pp 29-38.

_____. **L'argent et les lettres. Histoire du capitalisme d'édition**. Paris: Fayard, 1998.

_____. **Une autre histoire de l'édition française**. Paris: La Fabrique des Éditions, 2015.

MOTA, Antonia da Silva. **As Famílias Principais: redes de poder no Maranhão colonial**. São Luís: Edufma, 2012.

NERIS, Wheriston Silva. **Igreja e missão: religiosos e ação política no Brasil**. Tese de doutorado defendida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe - PPGS/UFS, 2014.

PEREIRA, Ariel T. **Disputas faccionais e construções de "ismos": inscrições político-jornalísticas no Maranhão (1930-1960)**. Tese de doutorado defendida no âmbito do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/PPGCSOC/UFMA, 2018.

PONTES, Heloísa (1989). **"Retratos do Brasil: Editores, editoras e 'coleções brasileira' nas décadas de 30, 40 e 50"**. Em: MICELI, Sérgio (org.). História das ciências sociais no Brasil. São Paulo, Vértice/Idesp, 1989.

REIS, Eliana T. **Em nome da "cultura": porta-vozes, mediação e referenciais de políticas públicas no Maranhão**. Soc. estado. vol.25 n.º 3, Brasília Sept./Dec. 2010.

RIVRON, Vassili. **Enracinement de la littérature et anoblissement de la musique populaire: Étude comparée de deux modalités de construction culturelle du Brésil (1888-1964)**. Tese de doutorado em sociologia, defendida no âmbito da École des Hautes Études en Sciences Sociales - EHESS, 2005.

SAPIRO, Gisèle. **La sociologie de la littérature**. Paris: La découverte, 2016.

_____. **Modelos de intervenção política dos intelectuais: o caso francês**. In.: Revista Pós Ciências Sociais, n.º 17, pp. 19-49, 2012.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Autores Associados, 2013.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. **Profissão artista: pintoras e escultoras acadêmicas brasileiras**. São Paulo: EdUSP, 2008.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Livro e sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)**. Revista de História, n. 94, 1973, pp. 441-457.

SORÁ, Gustavo Alejandro. **Brasilianas: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro**. São Paulo: EdUSP/ComArte, 2010.

_____. **Etnografia de arquivos e sociologia reflexiva: contribuições para a história social da edição no Brasil e na América latina**. Revista Fontes, n.º 3, 2015-2, pp. 15-28.

_____. Editar desde la izquierda en América Latina: la agitada historia del Fondo de Cultura Económica y de Siglo XXI. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2017.

THOMPSON, John B. **mercadores de cultura**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

WEBER, Max. **Mercado**. In: *Economia e sociedade*, vol. I. Brasília: Imprensa Oficial/Editora UNB, 1991.

INVENTÁRIO DAS PRINCIPAIS FONTES PRIMÁRIAS UTILIZADAS

Tipos	Quantidade	Descrição/Ano de referência
Catálogos	11	SIOGE (1983; 1992); Publicações oficiais (1983); Fundação Josué Montello (1992); Bibliografia Brasileira (1983); Publicações da Biblioteca Nacional (1873-2000); Publicações da SUDENE (1959-1994); Superior Tribunal de Justiça (1927); Catálogo de jornais do acervo da BPBL (1821-2007); Tipografia Oficial 150 anos (1808-1958); Catálogo da Exposição Oficial de 1908
Relatórios		Atividades do SIOGE (1975-1980); RGPL (1867); BPBL (1915; 2016)
Correspondências	Cerca de 150	Cartas, telegramas e cartões comemorativos recebidos e enviados por Jomar Moraes. Períodos variados, mas enfaticamente das décadas de 1980 e 1990
Regimentos	9	Associação Beneficente dos Servidores do SIOGE; AML; IHGM; Programa de Ação Cultura (SIOGE); Fundação, Regimento organizativo e reorganizativo (SIOGE)
Almanaques	17	Almanak do Diário do Maranhão (1878; 1879; 1880; 1881; 1882); Almanack administrativo, mercantil e industrial da província do Maranhão (1858; 1860; 1862; 1864; 1865; 1866; 1867; 1868; 1869); Almanak para o povo (1867); Almanak Comercial e Administrativo (1864; 1867)
Cadernos comemorativos e edições especiais do SIOGE	10	Nauro Machado (1985); SIOGE de ontem e de hoje (1986); Cafeteira (1989); Corrêa de Araújo (1985); Aluízio Azevedo (1987); Dia das crianças (1985); Gonçalves Dias (1984); Humberto de Campos (1986); Professores (1984); São Luís (1984); Imprimindo o progresso do Maranhão (1976)
Dicionários Bio-Bibliográficos	8	Dicionário Bibliográfico Brasileiro (1883; 1893; 1895; 1898; 1900; 1902); Dicionário Histórico Brasileiro (1883)
Álbuns de fotografias sobre São Luís	2	Álbum ilustrado do MA (1923; 1999)
Fotografias do SIOGE	Cerca de 250	Tratam geralmente de momentos comemorativos, recepções de personagens políticas, estrutura predial e equipamentos
Documentos sobre custeios e demandas de livros do SIOGE	135	Tratam de custos, empresas contratadas, remessas, transportadoras etc.
Ofícios e Diários Oficiais		Referentes a leis e determinações que tocam diretamente à produção cultural
Entrevistas	7	Jomar da Silva Moraes - 4 Félix Alberto Lima Júlia Moraes João Melo e Sousa (Bentivi).

ANEXOS

I - Jornais circulantes no Maranhão ao longo dos anos 1821 a 1907

Título	Local	Fundação	Fechamento	Proprietário	Diretor	Redator	Periodicidade	Impressor
O Conciliador do Maranhão	São Luis - Ma	1821	1823			Antônio Marques Costa Soares e padre Jose Antonio da Cruz Ferreira	Biss.	
O Amigo do Homem	São Luis - Ma	1824	1827	Joaquim Crispim Alves de Lima			Biss.	
Os Argos da Lei	São Luis - Ma	1825		Odorico Mendes			Biss.	Typ. Nacional
O Censor	São Luis - Ma	1825			João Garcia de Abranches		Variável	
Farol Maranhense	São Luis - Ma	1827					Biss.	
A Bandurra	São Luis - Ma	1828					Bimensal	
Minerva	São Luis - Ma	1828		David da Fonseca Pinto			Variável	Typ. Nacional e Imperial
O Despertador Constitucional	São Luis - Ma	1828					Ind.	Typ. de Torres (Rio de Janeiro)
A Cigarra	São Luis - Ma	1829				Antônio Joaquim Picaluga	Sem.	Typ. Nacional e Imperial
A Estrela do Norte do Brasil	São Luis - Ma	1829					Sem.	
O Brasileiro	São Luis - Ma	1830	1832		João Francisco Lisboa	José Antônio de Lemos	Sem.	
O Semanario Official	São Luis - Ma	1830					Sem.	
O Jornal dos Annuncios	São Luis - Ma	1831					Ind.	
O Publicador Official	São Luis - Ma	1831			Francisco de Salles Nunes Cascaes		Biss.	Typ. Constitucio nal
Echo do Norte	São Luis - Ma	1834	1836	João Francisco Lisboa			Biss.	
Publicola Brasileiro	São Luis - Ma	1834					Ind.	Typ. de Ricardo Antonio Rodrigues de Araujo
O Investigador Constitucional	São Luis - Ma	1836		Francisco de Salles Nunes Cascaes			Ind.	Typ. Monachica Constitucio nal
O Investigador Maranhense	São Luis - Ma	1836			Joaquim Franco de Sá		Biss.	
Cacambo	São Luis - Ma	1837					Ind.	
Chronica Maranhense	São Luis - Ma	1838		João Francisco Lisboa		Luis Carlos Cardoso Cajueiro	Biss.	Typ. IJ. Ferreira
O Bemtevi	São Luis - Ma	1838				Estevão Raphael de Carvalho	Sem.	

O Recreio das Maranhenses	São Luis - Ma	1839					Ind.	Typ. Monachica Constitucional
O Guajajara	São Luis - Ma	1840		Ana Jansen			Biss.	
O Legalista	São Luis - Ma	1840					Sem.	Typ. Monachica Constitucional
Jornal Maranhense	São Luis - Ma	1841					Biss.	
A Revista	São Luis - Ma	1842					Sem.	
O Cabloco Maranhense	São Luis - Ma	1842					Biss.	
O Picapao	São Luis - Ma	1842					Sem.	Typ. Constitucional, de J. M. de Souza e Companhia
Publicador Maranhense	São Luis - Ma	1842		I. J. Ferreira			Variável	
A Malagueta Maranhense	São Luis - Ma	1844					Variável	
Correio D' Annuncios e Semanário Commercial do Maranhão	São Luis - Ma	1845					Quinzenal	Typ. Temperança
Jornal de Instrução e Recreio	São Luis - Ma	1845					Ind.	Typ. Temperança
O Almazem	São Luis - Ma	1845					Ind.	
O Tribuno do Povo	São Luis - Ma	1845					Ind.	Typ. Constitucional, S. A. de Farias
O Archivo	São Luis - Ma	1846					mensal	
Jornal da Sociedade Philomatica Maranhense	São Luis - Ma	1846					Anual	
O Arre e Irra	São Luis - Ma	1846					Biss.	Typ. independente
O Observador	São Luis - Ma	1847		F. M. de Almeida			Variável	
O Progresso	São Luis - Ma	1847					Variável	Typ. Maranhense
O Telegrapho	Caxias - Ma	1848					Biss.	Typ. Imparcial
O Estandarte	São Luis - Ma	1849					Variável	Typ. Bemtevi
O Volcão	São Luis - Ma	1849					Ind.	Typ. Amor da Pátria
A Marmota Maranhense	São Luis - Ma	1850					Irregular	Typ. Temperança
Correio D' Annuncios e Semanário Commercial do Maranhão	São Luis - Ma	1851		Capitão Manuel Pereira Ramos				
O Constitucinal	São Luis - Ma	1851					Biss.	
A Marmotinha	São Luis - Ma	1852					Sem.	Typ. do Observador
O Despertador Constitucional	São Luis - Ma	1852					Sem.	
O Ecclesiatico	São Luis - Ma	1852					Quinzenal	
O Globo	São Luis - Ma	1852					Biss.	

O Christianismo	São Luis - Ma	1854				Cônego Magistra I Manoel Tavares de Silva	Sem.	
O Farol	Caxias - Ma	1854					Sem.	
A Sentinela	São Luis - Ma	1855					Sem.	
Diario do Maranhão	São Luis - Ma	1855					Seis vezes por semana	
A Conciliação	São Luis - Ma	1856				Antônio Henriqu e Leal, Francisco de Melo Coutinho de Vilhena e Antonio Rego	Sem.	
A Nova Epocha	São Luis - Ma	1856					Variável	
A Estrella da Tarde	São Luis - Ma	1857					Sem.	Typ. Bemtevi
A Imprensa	São Luis - Ma	1857					Biss.	Typ. Progresso
A Moderação	São Luis - Ma	1857		Antonio José de Araújo Lima			Biss.	
Jornal do Commercio	São Luis - Ma	1858		Antonio Pereira Ramos de Almeida			Biss.	
O Conservador	São Luis - Ma	1858				Ricardo Alves de Carvalho	Sem.	
O Século	São Luis - Ma	1858					Biss.	
A Estrella Maranhense	São Luis - Ma	1859					Sem.	
Emprensa Caxiense	Caxias - Ma	1859					Sem.	
A Jararaca	São Luis - Ma	1860					Biss.	Typ. Conservadora
Ordem e Progresso	São Luis - Ma	1860				Gentil Braga	Sem.	
O Jardim das Maranhenses	São Luis - Ma	1861					Sem.	
Porto Livre	São Luis - Ma	1861					Sem.	Typ. do Commercio
A Coalição	São Luis - Ma	1862				Jentil Braga e Joaquim Serra	Biss.	
O Album Caxiense	Caxias - Ma	1862					Sem.	
O Artista	São Luis - Ma	1862				Fernand o Luis Pereira, Miguel Luis e Joaquim Vieira Ferreira	Sem.	
A Situação	São Luis - Ma	1863		Heráclito Graça, Luis Antonio Vieira da Silva e João da Mata de Moraes Rego			Sem.	
O Paiz	São Luis - Ma	1863		Temistocles Aranha	Temistocle s Aranha		Variável	
O Ramalhete	São Luis - Ma	1863					Bimensal	Typ. do Commercio
A Fé	São Luis - Ma	1864					Sem.	
Echo da Juventude	São Luis - Ma	1864					Ind.	
A Exposição Evangélica	São Luis - Ma	1865					Bimensal	

O Apreciável	São Luis - Ma	1867		Joaquim Ferreira de Souza Jacarandá		Joaquim Ferreira de Souza Jacarandá	Sem.	
Seminário Maranhense	São Luis - Ma	1867		Joaquim Serra		Gentil Braga, Celso Magalhães, Sotero dos Reis, César Marques, Sabbas da Costa e Sousândrade.	Sem.	
A Actualidade	São Luis - Ma	1869				João da Matta Moraes Rego	Sem.	
A Nação	São Luis - Ma	1869				Jesuino José Carlos Marreiros de Sá, M. C. de Lemos e A. A. de Azevedo	Sem.	
O Represador	São Luis - Ma	1869				Cezar Catinga da Gama Kagado de Farias Gibur	Ind.	
A Opinião Pública	São Luis - Ma	1870					Sem.	Typ. de José Mathias
Monitor	São Luis - Ma	1870			Jesuino José Carlos Marreiros de Sá		Biss.	
O Formigão	São Luis - Ma	1870					Sem.	Typ. Constitucional Imperial
O Liberal	São Luis - Ma	1870					Sem.	
Vinte e Oito de Julho	São Luis - Ma	1870					Ind.	
A Brisa	São Luis - Ma	1872		A. Ribeiro dos Santos			Sem.	
O Domingo	São Luis - Ma	1872		Arthur Azevedo		Arthur Azevedo	Sem.	
O Lidador Caxiense	Caxias - Ma	1873		João Nunes de Sousa			Sem.	
A mocidade	São Luis - Ma	1875					Trimensal	
Jornal da Lavoura	São Luis - Ma	1875					Quinzenal	
Alavanca	Viana - Ma	1876					Sem.	Typ. do Paiz
Revista Juvenil	São Luis - Ma	1876					Trimensal	
Commercio de Caxias	Caxias - Ma	1877		Luiz José de Melo			Sem.	
Jornal Para Todos	São Luis - Ma	1877					Trimensal	
O Telegrapho	São Luis - Ma	1877				Joaquim Rorigues de Souza Filho e Abílio Ferreira França	Sem.	
O Viannense	Viana - Ma	1877					Bimensal	Typ. D' O Paiz
A Escola	São Luis - Ma	1878					Mensal	
Guanumby	Viana - Ma	1878					Sem.	
O Tempo	São Luis - Ma	1878		A. O. Gomes de Castro, João da Matta de Moraes Rêgo, Manuel J. Ribeiro da Cunha e R. Abílio França			Sem.	

A Flecha	São Luis - Ma	1879		Paulo Duarte, Aluizio Azevedo, Eduardo Libeiro, Agripino Azevedo João Afonso do Nascimento.		Trimensal		
A Reforma	São Luis - Ma	1880		Tancredo Ulysses Mattos		Sem.		
Civilização	São Luis - Ma	1880				Sem.		
O Domingo	Viana - Ma	1880				Sem.		
O Pensador	São Luis - Ma	1880				Aluisio Azevedo, Manuel de Béthencourt, João Afonso do Nascimento	Trimensal	
Pacotilha	São Luis - Ma	1880				Variável		
O Futuro	São Luis - Ma	1881		Manuel de Béthencourt		Sem.		
A Ordem	Viana - Ma	1882		Empresa		Sem.		
Gazeta de Notícias	São Luis - Ma	1883				Diário		
Actualidade	Viana - Ma	1884				Ind.		
Carapuça	São Luis - Ma	1884				Trimensal		
Cruzeiro	São Luis - Ma	1884				Bimensal		
O Sorriso	São Luis - Ma	1885				Bimensal		
A Federação	São Luis - Ma	1886				Sem.	Typ. Liberal	
A Luz	São Luis - Ma	1886				Sem.		
O Echo	São Luis - Ma	1886				Biss.	Typ. de Manoel Silva	
Gazeta	Caxias - Ma	1887				Trimensal	Vicente de Paula Teixeira Mendes	
O Binoculo	São Luis - Ma	1887		associação		Sem.		
O Reporter	São Luis - Ma	1887				Ind.		
O Novo Brasil	São Luis - Ma	1888		Satyro Antonio de Faria		Sem.		
A luz	São Luis - Ma	1889				Ind.		
A República	São Luis - Ma	1889				Diário	Tipografia Republicana do Estado	
O Globo	São Luis - Ma	1889				Paula Duarte e Casimiro Dias Vieira Filho	Diário	
A Cruzada	São Luis - Ma	1890				Carlos Joaquim da Silva	Seis vezes por semana	
Aurora Maranhense	São Luis - Ma	1890					Sem.	
O Corisco	São Luis - Ma	1890					Ind.	
O Nacional	São Luis - Ma	1890			Antonio Joaquim Ferreira de Carvalho		Diário	Typ. Nacional
O Século	São Luis - Ma	1890				José Silvestre dos Reis Gomes	Ind.	
A Luta	São Luis - Ma	1891		Arthur Guimarães		Arthur Guimarães	Sem.	

O Canudo	São Luis - Ma	1891					Ind.	
O Estado do Maranhão	São Luis - Ma	1891					Seis vezes por semana	
O Norte	Barra do Corda - Ma	1892					Sem.	
O Operário	São Luis - Ma	1892					Sem.	
A Lâmpada	Codó - Ma	1893				G. Chaves e G. Ramos	Ind.	Typ. Codoense
A União Postal	São Luis - Ma	1893			Joaquim Martins Affonso Rosa	Sebastião Nogueira, Ludgero Rodrigues e Raymundo R. Rodrigues	Ind.	
Gazeta Caxiense	Caxias - Ma	1893					Biss.	Typ. de Vicente de Paula
Gazeta de Codó	Codó - Ma	1893		Alcibiades de Aguiar Silva		Alcibiades de Aguiar Silva	Sem.	
Monitor Codoense	Codó - Ma	1894		Antonio Rodrigues de Oliveira Sobrinho		Elpídio Nina, R. Salgado Junior, Galdino Chaves e Ignaldo Silva	Sem.	
A Alvorada	São Luis - Ma	1895			J. P. D'Almeida		Variável	
Jornal de Caxias	Caxias - Ma	1895		Luis José de Melo			Sem.	
O Município	Picos (Colinas) - Ma	1895		Manoel José de Macedo			Sem.	
O Porvir	São Luis - Ma	1895					Mensal	
A Primavera	Codó - Ma	1896					Mensal	
O Republicano	Picos (Colinas) - Ma	1896		Delfino Sipuaba Lima e Carneiro			Trimensal	
A Estrella	Picos (Colinas) - Ma	1897					Bimensal	
O Argos	São Luis - Ma	1897		Saryo Antônio de Faria			Sem.	
O Porvir	Barra do Corda - Ma	1897				João Maranhão Sobrinho e José Pires Ferreira	Bimensal	
A Época	Picos (Colinas) - Ma	1898		Lima e Cameiro			Trimensal	
A Imprensa	Picos (Colinas) - Ma	1898		Moreira Lima e C.	Braz de Queiroz		Trimensal	
Cidade de Caxias	Caxias - Ma	1898					Sem.	
O Abelhudo	São Luis - Ma	1898					Sem.	
O Piaga	São Luis - Ma	1898			Augusto Olímpio de Moraes		Variável	
Regeneração	São Luis - Ma	1898		Raymundo J. Ewerton Maia			Diário	

Federalista	São Luis - Ma	1898					Seis vezes por semana	
O Guarany	Barra do Corda - Ma	1899			Thucydides Barbosa		Bimensal	
O Imparcial	São Luis - Ma	1899		Anísio Palhano de Jesus			Sem.	
O Juvenil	Picos (Colinas) - Ma	1899			Odorico Barros		Sem.	Tipografia de O Município
O Labaro	Caxias - Ma	1899		Antonio Campos			Sem.	
A Actualidade	São Luis - Ma	1900			Luis Carvalho e Henrique Fernandes		Bimensal	
Jornal da Manhã	São Luis - Ma	1900					Diário	
Os Novos	São Luis - Ma	1900					Bimensal	
A Crise	São Luis - Ma	1901					Ind.	Tipografia Antônio Pereira Ramos D'Almeida e CIA
Gazeta Codoense	Codó - Ma	1901			Raimundo Vianna		Sem.	
Jornal dos Artistas	São Luis - Ma	1901			Luiz Henrique	George Cronnwell	Sem.	Tipografia do Jornal dos Artistas
O Domingo	São Luis - Ma	1901					Sem.	
O Zephyro	Caxias - Ma	1901			Zadok Pastor		Trimensal	Tipografia do Jornal de Caxias
A Campanha	São Luis - Ma	1902			Jansen Matos		Seis vezes por semana	
A Escola	São Luis - Ma	1902		Benjamin de Melo	Alimir Dias da Silva, Aristides Lins, Raymundo Rodrigues e Joaquim Lins		Ind.	
A Renascença	São Luis - Ma	1902					Mensal	
O Avante	São Luis - Ma	1902		Joaquim Alfredo Fernandes	Joaquim Alfredo Fernandes	Joaquim Alfredo Fernandes	Biss.	Tipografia do Avante
Correio do Sertão	Caxias - Ma	1903					TrisSem.	
Gazeta de Picos	Picos (Colinas) - Ma	1903		B. C. de Lemos			Sem.	
O Paiz	Caxias - Ma	1903				Sadok Pastor	Sem.	
O Parnaso	Caxias - Ma	1903			Raymundo Lucas de Macedo	Cunha Junior	Bimensal	
O Rosariense	Rosário - Ma	1903					Quinzenal	
O Ideal	Loreto - Ma	1904					Ind.	
O Janota	Caxias - Ma	1904		Teixeira e Muniz			Variável	Tipografia de O Paiz
O Raspa	São Luis - Ma	1904					Ind.	
O Ser	Rosário - Ma	1904			Quintino Martins	Leslie Tavares e Alvaro Costa	Mensal	Tipografia de O Rosariense
Amor Às Letras	São Luis - Ma	1905				Dr. Rangel	Ind.	
Jornal do Commercio	Caxias - Ma	1905		Teixeira e Muniz			Sem.	

A Imprensa	São Luis - Ma	1906			Alexandre Raposo		Diário	
A mocidade	São Luis - Ma	1906					Variável	
A Noticia	São Luis - Ma	1906				Alcides Pereira	Seis vezes por semana	
Diário Oficial Do Estado Do Maranhão	São Luis - Ma	1906					Diário	
O Alcantarense	Alcântara - Ma	1906					Quinzena I	Tipografia A. P. Ramos D'Almeida e CIA
O Combate	São Luis - Ma	1906				José Casemir o D'Oliveira Fontes	Irregular	
O Combate	São Luis - Ma	1906				Hebert Jansen	Sem.	
O Trabalho	Flores (Timon) - Ma	1906				D. Firmina do Amaral Cardoso, José de Moura Costa e Alberto Cícero C. Lima	Ind.	Tipografia de Pibauí
Philoliteria	Picos (Colinas) - Ma	1906				P. D. Carneiro	Bimensal	
Anapuru	Brejo - Ma	1907				Francisco Cardoso	Sem.	
Jornal do Comercio	São Luis - Ma	1907					Diário	
Mensageiro Diocesano	São Luis - Ma	1907					Mensal	
O Binoculo	Caxias - Ma	1907					Sem.	Tipografia de O Independente
O Brazil	São Luis - Ma	1907				Júlio Ramos, João Carlos, Serejo de Carvalho e Carlos Pinho	Ind.	Tipografia do Avante
O Corsario	São Luis - Ma	1907					Sem.	
O Independente	Caxias - Ma	1907					Sem.	
O Maranhão	Caxias - Ma	1907					Sem.	
O Maranhão	São Luis - Ma	1907					Diário	
O Progresso	São Luis - Ma	1907					Sem.	Tipografia Frias

Fonte: Catálogo de jornais maranhenses do acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite (1821-2007).
São Luís: SECMA, 2017.

II - Tipografias em funcionamento entre as décadas de 1820 a 1882

ANO	TIPOGRAFIA	PROPRIETÁRIO	ENDEREÇO 1
1848	Tipografia Maranhense	Antonio José da Cruz	Rua do Egito, 16
1848	Tipografia Constitucional		Rua da Paz, 18
1848	Tipografia da Temperança	Manoel Pereira Ramos	Rua Formosa, 2
1848	Tipografia Independente		Rua Grande, 21
1848	Tipografia de Jose Antonio Gonçalves de Magalhães		Rua Grande
1848	Tipografia de R.A.R de Araújo		Rua Marajá
1849	Tipografia Maranhense	Antonio José da Cruz	Rua do Egito, 19
1849	Tipografia Constitucional		Rua da Paz, 18
1849	Tipografia da Temperança	Manoel Pereira Ramos	Rua Formosa, 2
1849	Tipografia Independente		Rua de Santa Anna
1849	Tipografia de José Antonio Gonçalves de Magalhães		Rua Grande
1849	Tipografia de R.A.R de Araújo		Rua das Violas
1860	Tipografia Constitucional	Ignacio Jose Ferreira	Rua do Sol, 24
1860	Tipografia Commercial	Antonio Pereira Ramos d'Almeida	Praça do Palácio, 20
1860	Tipografia da Temperança	Joaquim Pereira Ramos	Rua Formosa, 1
1860	Tipografia do Observador	Fernando Mendes d'Almeida	Rua do Sol, 45
1860	Tipografia de José Maria Correia de Frias	Tipografia de José Maria Correia de Frias	Rua dos Barbeiros, 8 -
1860	Tipografia do Progresso	Belarmino de Mattos	Rua de Sanct' Anna, 49
1867	Tipografia do Progresso	Belarmino de Mattos	Rua da Paz, 3
1867	Tipografia de José Maria Correia de Frias	Tipografia de José Maria Correia de Frias	Rua da Palma, 7
1867	Tipografia Comercial	Antonio Pereira Ramos d'Almeida	
1867	Tipografia Constitucional	Ignacio José Ferreira	Largo do Palácio, 3
1867	Tipografia da Fé	Pertencia a uma associação	
1867	Tipografia de José Mathias Alves Serrão	José Mathias Alves Serrão	
1867	Tipografia do Major Joaquim Ferreira de Souza Jacarandá	Major Joaquim Ferreira de Souza Jacarandá	Rua da Paz
1868	Tipografia do Progresso	Belarmino de Mattos	
1868	Tipografia de José Maria Correia de Frias	José Maria Correia de Frias	
1868	Tipografia Comercial	Antonio Pereira Ramos d'Almeida	
1868	Tipografia Constitucional	Ignacio José Ferreira	
1868	Tipografia da Fé	Pertencia a uma associação	
1868	Tipografia de José Mathias Alves Serrão	José Mathias Alves Serrão	
1868	Tipografia do Major Joaquim Ferreira de Souza Jacarandá	Major Joaquim Ferreira de Souza Jacarandá	
1882	Tipografia Ramos d'Almeida & C. Frias & Filho	Antonio Pereira Ramos d'Almeida	

1882	Tipografia Ignacio José Ferreira	Ignacio José Ferreira	
1882	Luiz Magalhães & C.		
1882	Tipografia Alves de Carvalho	Ricardo Alves de Carvalho	
1882	Tipografia Maciel Aranha	Themistocles da Silva Maciel Aranha	
1882	Tipografia da Civilização		Convento de Santo Antônio
1882	Tipografia do Tribuno		Rua da Estrella

Anexo III - Poema "Glórias"

FOLHETIM.
Glorias!
(Ao Maranhã.)

Ru' como a ilha verde como a esmeralda entre flocos de neve, ou como a esbelta palmeira perdida nas solidões do Oceano.
Nuno Alvarre (Folhas soltas.)

O mar é largo e verde: as ondas inquietas brincando se entrecrocão, e as lucidas palhetas, que o sol, batendo n'água, faz d'ella resaltar, do céu na face azulca vam fugidas brilhar. No paramos infinitos as nítidas espumas se espalham, simulhando as tão nevadas plumas que a garça, quando vda por cima de algum lago, da azas cair deixa. Um canto puro e mágo presobre as ondas tremulas se eleva, e corre e vda, e os pés do Deus mais puro e harmonico resda. Nédo de azulas navens em grupos, em novejas, melham com barbares e assinos os vellos ribas, que pelos campos e prados, pelos prados e arresolheiras, do vento bafejados, ido o deserto e vario, as vezes são somente a vista. De alguns barcos a véla transparente, e a azas da sigua, a vda marinha que atrevida se a sítio mar, bem longe, buscar nova guarida.

Olhai ao Norte.
- Além, na extrema enfumacada do mar, como a odaliscia no manto rebucada, destaca-se uma sombra, uma encantada filha, do Oceano a mais formosa, a mais dilecta filha. O Atlantico, que o corpo lhe cinge, cubioso se roja ás suas plantas tremente, marulhoso, e a cinta lhe apertando em amoroso enlace de gosos e delicias em languidez desfaz-se. Dir-se-hia linda moça a quem o terno amante cercasse de caricias, e doido, palpitante, o somno lhe guardasse, beijando-lhe os vestidos, no seu amor somente immerso os sentidos.

Os astros, as estrellas no céu, para melhor olha-la, se debruçam e dizem:— Linda flôr, quem és, ilha de amôres, terrestre paraíso a quem a vaga implôra a graça de um sorriso? Quem és, que assim tão bella te mostras, tão formosa? Accaso alguma concha nevada ou côr de rosa que, pelo mar boiando, viesse aqui parar, por não poder nos céos ir pura se encavar!

E a ilha, respondendo enamorada, diz:—
—eu tenho um nome lindo, me chamam S. Luiz—

Chegai mais perto d'ella. Que védes? a verdura que como uma esmeralda reluz, brilha e fulgura, do palmeiral continuo os leques que brandeiam ao sopro dos favonios, que ali revolteiam; dois rios,—duas filas azues, que desloçadas e corpo lhe ornamenta, gomeendo apaixonadas, —assim sobre o vestido que a jovem feliceira,

após o baile, esquece pousado na cadeira, a flta dos enfeites, o atacador, ou o cinto em lindos arabescos desenhão um labyrintho. Que védes mais? ao longo o continente verde onde caçada a vista dilata-se e se perde.

Por cima d'isso tudo, em mar de azul e ouro, nos ares se balança um esplendido thesouro, uma corôa augusta, um magico diadema, que em si contem a historia de um povo e seu poema. As nuvens que perpassam de longe estam a vel-a, com medo que marciem o brilho d'essa estrella. De cima Deus sorri, e vindo a maravilha, se orgulha e diz aos astros:—«Aquella é minha filha.»

A corôa é toda de ouro e os rutilos brilhantes, lançando tantas chispas que formam em deredor uma divina aureola, um santo resplandôr. D'entre essas pedras todas esplendidas, formosas, ha cinco que destacam-se maiores, magestôsas, ha cinco a quem o sol, de pejo, não encara, ha cinco cuja luz ao infinito aclara.

II

Na primeira, que ostenta-se brilhante, se encarna o vulto masculino e gigante do inspirado cantor. Poeta, foi buscar as harmonias na harpa da David, e as melodias na lyra do Senhôr.

Hóméro, si escutasse os seus barpejos,

si de sua lyra os languidos adejos ouviisse uma só vez, ante a voz do poeta, extasiado sem dô nenhum teria espedaçado a cithara a seus pés!

O calledonio Ossiano, que cantava nas montanhas da Escocia, e que entoava o poema de Fingal, pederia ao Senhôr que lhe mandasse aos seus olhos a luz, pra avistasse o cantor immortal.

E Luiz de Camões, o lusitano, que esse poema altivo e sobrehumano traçou com habil mão, si o visse dir-lhe-hia:—«Irmão dilecto, vem a meus braços, cinge-me este peito, vem, tu és meu irmão.»

Quem o escutasse a desferir as notas, que das mansões ethereas ignôtas, desciam ao labio seu, julgaria uma chuva ser de perolas, —tal era o brilho d'essas vozes cerulas, d'esse canto do céo!

Haje deseansa. O leito mortuario é o Oceano, as vagas o sudario do cantor immortal. A estrella de seu nome, diamantina, da corôa em que se encrava inda illumina a sua terra natal.

O seu nome... quem ha que o desconheça e que, por um momento só, se esqueça do rei das harmonias? As florestas, os mares, as cascatas o repetem chorando, o o indio, o as matias, e elle é—Gonçalves Dias!

III

Vêde a segunda estrella. O nome respeitado, que enxerga-se a través do fôco illumino do lindo diamante, —o nome de João Lyrio— nome, que encerra em si um sceptro e uma corôa. Não é rôa de monarchas, não sceptro de algum rei que podem decahir, se o povo diz:—descei! I potem outra mais nobre, porem outro maior, o sceptro e a corôa de poeta e prosadôr.

Vêde-lhe a face augusta, severa e pensativa, aos gozos e praseres parece que se esquivava, e toda entregue ao estudo, do mundo se despoga; a voz buscar no céo a luz que Deus lhe entrega; a luz da intelligencia, do genio, do talento, a realza unica que val'um monumento.

Elle era liberal. Sua magica palatras, bem como o rato igneo que os raios escallava, troava na tribuna, e o povo que o escutava de deturcava o vulto sorrindo abençoyava. Abri o seu—Tomon—e vede a pretensão com que elle casarevis as chagas da nação, o a critica mordaz, o inimitavel sarcasmo com que zuzia os homens da intelligencia ao povo ignorante mostrando os seus defeitos.

aconselhando sempre das urnas os céus,
Sua penna manjada com arte, com primôr,
fazia lembrar—Cicero—o valido oradôr.
Versado na moderna, na media e antiga historia,
sendo gloria escreveu a vida de outra gloria.

Das aguias é costume querer em campo aberto
as azas estender, fitar o sol de perto.
Da culta Europa os genios de longe lhe acenavam,
e as festas da sciencia os olhos lhe offuscavam,
e a sede de saber, que os brios lhe acendia,
roubou-o da sua patria, levou-o a Europa fria.
Ali, de sua familia ausente, elle morreu;
seu corpo hoje descansa na terra onde nasceu,
e a estrella de seu nome, das glorias na corôa,
com letras de ouro e luz soletra—João Lisboa!

IV

Fulge a terceira estrella. Saudai-a, brisas languidas,
que vindes lá da Italia viver cá no Brasil;
a fronte desencrespa, oh! lindo mar Adriatico!
deixa que ella mire-se em tu'agua de anil.

Soltai vossos perfumes, oh! flores cor de purpura!
que em Mantua vegetaes, sorrindo ao céu azul;
formai lindas cordas e vides bellas, candidas,
cingir o busto á um genio da America do Sul!

Vem Mantuano, soergue-te do tumulo,
vem saudar de perto um vale, teu irmão,
e a sombra de o cofre d'essas bellezas fulgidas,
em pedras encontram-se com tanta profusão.

E vós, ilhas da Grecia, esparsas no Archipelago,
vinde encarar tambem a ilha vossa irmã,
que espéra ter nas folhas da historia litteraria
uma formosa pagina, nevada, alva e louça.

Quebrai as vossas campas, rompei vossos sudarios,
héros da decantada Iliada immortal,
saudai a linda estrella á reluzir no ether,
e a rebrilhar do Oceano nas agoas de chrystal.

O nome que soletra-se na estrella formosissima,
e que scintilla envolto em magico fulgôr,
é—Odorico Mendes—de Homéro e de Virgilio
o interprete fiel, exímio traductôr.

Poéta, soube unir com arte e gosto o merito,
do verso ao pensamento belleza e expressão;
e tendo praticado té hoje o mais notorio
milagre, o mais sublime, de força e concisão.

A morte repentina o roubou-o a sua patria,
e alem, por entre nevoas, repousa na Inglaterra;
e a estrella de seu nome—um raio sobre a Italia,
um outro sobre a Grecia—reluz na sua terra.

V

A quarta estrella brilha fulgurante,
e nem ha treva que lhe empene a face;
tal é o resplendor do genio ousado
que n'ella se encarnou.

Surge, sombra de Newton, surge, abraça

<p>d'essa creança o vulto magestoso, que igual á ti seria si a existencia tão breve não lhe fosse.</p> <p>E tu, Blaise Pascal, que descobriste, com teu genio somente e tua vontade, esses segredos que a sciencia esteril dos numeros encerra,</p> <p>Levanta-te da tumba em que te deitas, dormindo o somno eterno, socogado, vem a mão apertar (que não te abaixas) ao moço maranhense.</p> <p>Vinde vós todas; sombras respeitaveis do Laplace, de Euclides, de Pithagoras, saudai a estrella que á fulgir nos ares reluz—Gomes de Souza—</p> <p>Que força de talento se aninhava n'essa jovem cabeça! Deus, formando-a, da propria obra admirou-se e disse: —«é muito para o mundo.»—</p> <p>Vinte e um annos apenas, e já tinha enthesourada na cabeça fervida tanta sciencia, que seria insanias exigir-se ainda mais.</p> <p>Era pequena a terra p'ra conte-lo. A envergadura de suas azas largas só podia encontrar no espaço infindo diametro bastante.</p>	<p>Elle está lá e no infinito paira, do sol fitando a luz incandescendo, mas de seu nome a estrella que scintilla illumina sua patria.</p> <p style="text-align: center;">VI</p> <p>A quinta estrella finalmente surge. Deixai que eu prenda n'um estreito élo as glorias dos poetas á do artista, a intelligencia ao préto.</p> <p>Nem desdoura que á par de tantos genios um tambem se colloque de outra esphera; o artista possue o seu reinado, aonde o braço impera.</p> <p>Já longe vai o tempo em que somente tinham valor dos nobres os braços, nobreza herdada, estulta que cobria-se de sedas e galões.</p> <p>Hoje a nobreza existe na ferrugem que cobre a mão callosa do operario, consiste no talento, e o poeta é nobre, como é o estatuario.</p> <p>Junto a Gonçalves Dias, João Lisboa o alumno pode vir de Guttemberg. Bellarmino de Mattos, d'essa campas, em que descansas, te ergue.</p>	<p>Vem, oh! vem tu que tanto te esforceste Para honrar tua patria estremecida, Tu que, em tua officina trabalhando lhe deste tanta vida.</p> <p>Vem, traze o teu emblema de typographo— o rôlo, o préto, as chapas, as vinhétas— e te encarna n'aquella estrella ultima, ali entre os poetas.</p> <p>Tu foste a providencia das eschololas, e da litteratura que tropeça foste a columna forte, braço valido que ajudava a cabeça.</p> <p>Deixa pois que eu te preste o meu respeito, á ti que não temeste entrar na luta; a cabeça que pensa e ordena é nobre, e o braço que executa.</p> <p>A ti, oh minha hatria! meu canto pobre e rde: perdoa si esta offerta vae marear teu brilho; ella é de coração e tem uma virtude— dilectou-a um péito franco que te ama e que é teu filho—</p> <p>07 de Maio de 1870.</p> <p style="text-align: right;">Gelson Magalhães.</p>
---	---	--

Fonte: Jornal Paiz, nº 62, a 19 de maio de 1870.

Anexo IV

Resumo dos procedimentos estatístico-descritivos utilizados no desenvolvimento das Análises de Correspondências Múltiplas - ACM

Franklin Lopes
Alseny Niare

Como já mencionado, os dados aqui apresentados foram extraídos do relatório de livros da Biblioteca Pública Benedito Leite - BPBL³¹⁶. Esse grosso documento reúne pouco mais de 10.000 páginas organizado em diferentes sessões (obras raras, acervo geral, escolar etc.), dentre elas a sessão “autores maranhenses” que à época (2016) catalogava 9.525 exemplares organizados segundo os critérios da ABNT então vigentes. Grande parte desse acervo fora composto da doação de bibliotecas particulares, mas também pelos denominados “depósitos legais” ou voluntários efetuados pelos autores.as e editores.as. Após a transcrição dos 9.525 exemplares realizamos uma triagem para a identificação dos títulos que se repetiam e restaram 3.740. É esse o total de casos com os quais trabalhamos aqui.

Mesmo tendo por intuito a construção dos perfis dos *lugares de edição*, partimos das identificações referentes aos “livros” devido à quase inexistência de materiais catalográficos produzidos por editoras. Assim, o relatório disponibilizado pela BPBL, dentre outros, nos serviram como fontes duplamente relevantes: como *lugares de memória* que registram e contribuem para a seleção e definição de quem são os “autores.as maranhenses”, bem como nos permitem um levantamento geral e amplo dos livros que vêm sendo produzidos por “autores maranhenses” desde o século XIX (o registro mais antigo desse relatório data de 1873) até o início do século XXI (a publicação mais recente data de 2015) e editados “dentro” ou “fora” do Brasil ou do estado do Maranhão.

Fazendo uso do método prosopográfico, construímos a princípio um banco de dados nos apropriando dos critérios de classificação presentes no relatório da BPBL: editora, estado, cidade, ano, autor, título, edição, colação, assunto e coleção. A partir deles desdobramos algumas outras informações que identificamos como relevantes como gênero de publicação (verificados a partir das indicações contidas em “assunto”), língua original e tradutores - no caso de originais em língua estrangeira -, país, reedição (incluindo a quantidade de reedições), sexo dos.as autores.as e tipo de instituição editorial como pública ou privada³.

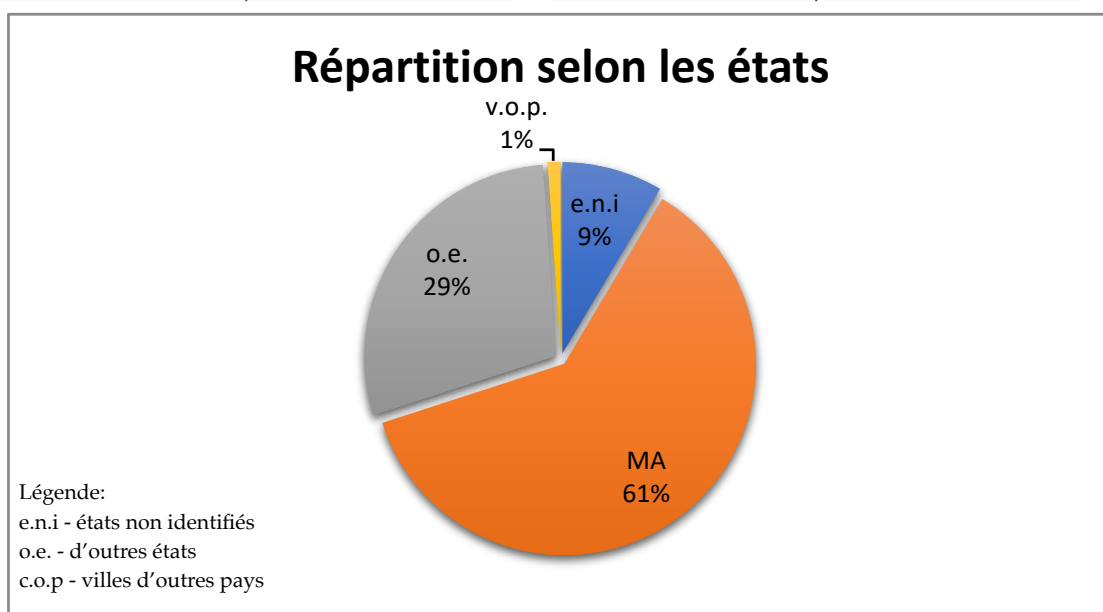
Atendo-nos aqui à apresentação desses dados quantitativos produzidos, seguem algumas das principais questões com as quais temos nos deparado: a primeira trata das condições de produção de dados quantitativos sobre a produção editorial num contexto onde não se verifica o funcionamento de grandes empresas editoriais, o que torna raros os catálogos editoriais. Isso nos forçou à identificação dessa produção através de um processo inverso, tomando os livros publicados.

Os quadros que seguem demonstram em síntese a aplicação das escolhas apresentadas acima, identificando as variáveis e dimensões mais relevantes para a construção das rubricas avaliadas como mais significativas e que nos serviram para a construção dos agrupamento dos lugares de edição em função das suas variáveis correspondentes.

³¹⁶ Cabe observar que semelhante trabalho vem sendo desenvolvido a partir de outros relatórios e catálogos, como o do Gabinete Portuguez de Leitura (1867), da Tipografia do Frias (1866), do Serviço de Imprensa e obras Gráficas do Estado do Maranhão - SIOGE (1975-1980; 1983) e da Casa de Cultura Josué Montello (2018).

Produção escrita de “autores maranhenses” identificadas segundo os estados onde foram publicados

Estados	Quantidade	Estados	Perentuais
e.n.i	319	e.n.i	8,5%
MA	2299	MA	61,5%
o.e.	1081	o.e.	28,9%
c.o.p.	41	v.o.p.	1,1%
Total général	3740	Total général	100,0%

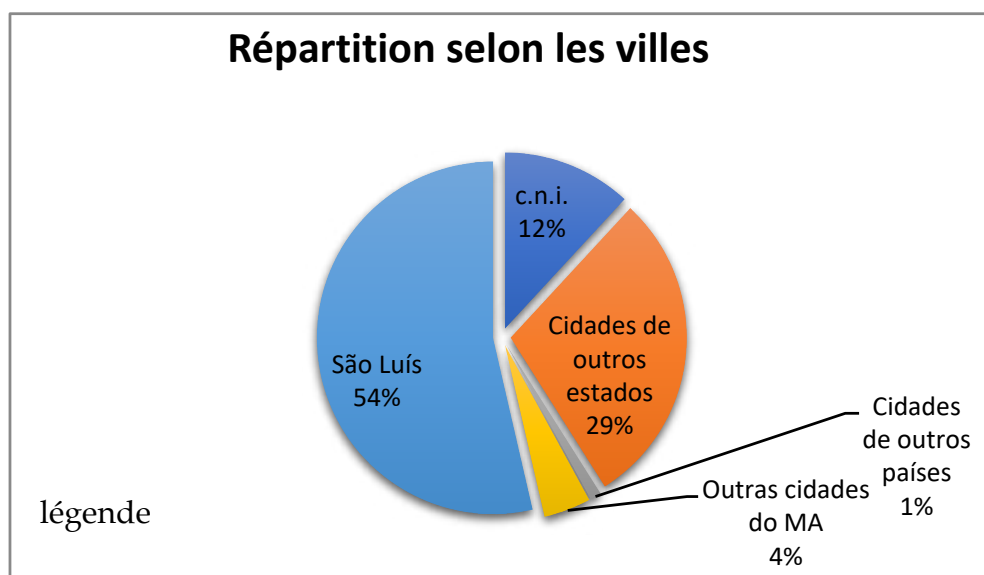


Aqui um primeiro problema enfrentado na organização dos dados: onde inserir os livros que foram publicados em outros países? E ao mesmo tempo nos chamou a atenção para o volume de publicações internacionais como um dado importante e que nos motivou a reagrupar essas informações na variável “países” e “cidades de outros países”. Por fim, acabamos identificando essa primeira como determinante para a constituição de um terceiro polo de classificação dos lugares de edição, como indicaremos adiante. Veremos também que o quantitativo de casos verificados por seus estados de publicação³¹⁷ se apresentou como outro elemento destacado para a constituição de dois polos em oposição: agentes que publicaram por “editoras” situadas no Maranhão / agente que publicaram por “editoras” outros estados, classificação que acompanhou as frequências de outras variáveis como os “períodos de produção”, “gêneros de escrita” e “tipos de instituição”.

³¹⁷ Cabe lembrar que todos os casos considerados para essas tabelas fazem parte da sessão “autores maranhenses”, extraídos do relatório de livros da Biblioteca Pública Benedito Leite.

Divisão da produção editorial segundo as cidades

Villes	Effectifs	Villes	Pourcentages
c.n.i.	444	c.n.i.	11,9%
Cidades de outros estados	1090	Cidades de outros estados	29,1%
Cidades de outros países	39	Cidades de outros países	1,0%
Outras cidades do MA	162	Outras cidades do MA	4,3%
São Luís	2005	São Luís	53,6%
Total général	3740	Total général	100,0%



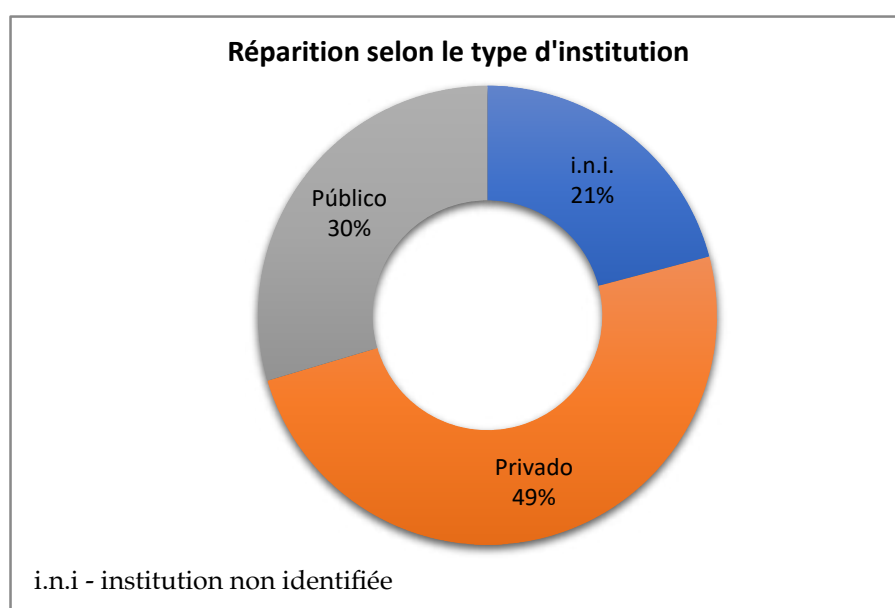
A tendência apontada é de há uma forte correlação entre as publicações feitas em São Luís de gêneros “não literários” e a partir de instâncias públicas do estado, principalmente durante a segunda metade do século XX. É somente a partir de uma terceira periodização (2000 - 2015) que se iniciaria certa descentralização da cidade de São Luís e concomitante aumento das publicações por editoras privadas situadas nesse estado, ainda assim sem a constituição de uma dinâmica comercial concorrente entre elas. Porém, esse período extrapola os marcos temporais que definimos para essa investigação, esperamos poder retomar essa verificação para análises posteriores.

Esses elementos nos despertaram interesse porque caracterizariam, junto a outros, um período de transição fortemente marcado pelo já mencionado protagonismo das instâncias públicas, não apenas como financiadoras, mas também como produtoras de livros nesse estado, acompanhando uma série de

outras mudanças em torno dos perfis dos lugares de edição, dos gêneros produzidos e de elementos que compõem as modalidades de reconhecimento dos *papéis* de editor.

Divisão da produção editorial segundo os tipos de instituição (público/privado)

Type	Effectifs	Type	%
i.n.i.	781	i.n.i.	21%
Privado	1852	Privado	50%
Público	1107	Público	30%
Total général	3740	Total général	100%



Cabe ainda observar que mesmo se tratando de um percentual bastante elevado de instituições de tipo “privadas”, suas publicações tiveram em grande parte a participação de instâncias públicas para a impressão ou financiamento ou mesmo através de publicações conjuntas. A exemplo da impressão de livros realizadas através das tipografias que se intensificava à medida que os seus tipógrafos responsáveis eram encarregados das publicações dos chamados “atos oficiais” do estado e que através de tais subsídios poderiam então se dedicar também à publicação de livros. Se num primeiro período (1873-1969) publicar os “atos oficiais” significava poder publicar também textos simbolicamente mais rentáveis através das tipografias - atendendo a uma demanda crescente dos intelectuais escritores - num segundo período (1970-1999) será a ocupação de cargos públicos vinculados à cultura que proporcionará o destaque editorial a determinados agentes. Num período ainda mais recente (2000-2015) o que se verifica é uma retomada das instâncias privadas como lugares de edição, no

entanto, ainda vinculadas às expensas do estado como financiadoras das duas publicações.

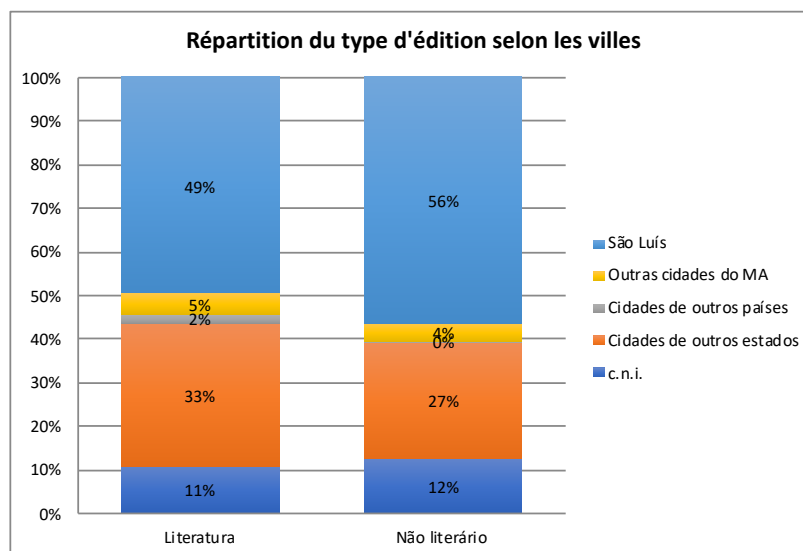
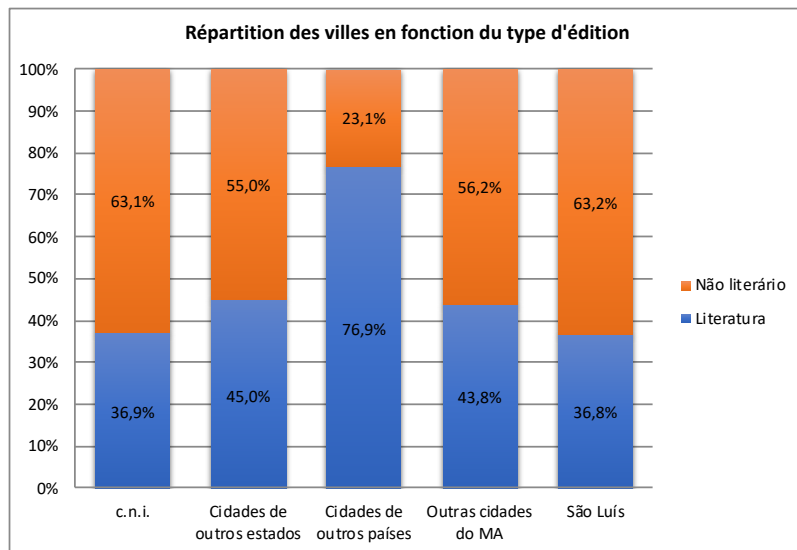
Divisão das “cidades” em função dos “tipos de edição”.

A partir dessa sessão as informações que seguem tratam de alguns testes realizados com o intuito de verificarmos a pertinência estatística de correlações entre as variáveis que identificamos como mais relevantes, tomando por referência a construção das frequências descritivas apresentadas. Para tanto, fizemos uso de testes “Qui-quadrado” (χ^2) e suas possibilidades de correção (Yates ou Fisher).

Efetivos	Tipos de edição		
Cidades	Literatura	Não literário	Total
c.n.i.	164	280	444
Cidades de outros estados	490	600	1090
Cidades de outros países	30	9	39
Outras cidades do MA	71	91	162
São Luís	738	1267	2005
Total	1493	2247	3740

Percentuais em linha	Tipos de edição		
Cidades	Literatura	Não literário	Total
c.n.i.	36,9%	63,1%	100,0%
Cidades de outros estados	45,0%	55,0%	100,0%
Cidades de outros países	76,9%	23,1%	100,0%
Outras cidades do MA	43,8%	56,2%	100,0%
São Luís	36,8%	63,2%	100,0%
Total	39,9%	60,1%	100,0%

Percentuais em coluna	Tipos de edição		
Cidades	Literatura	Não literário	Total
c.n.i.	11%	12%	12%
Cidades de outros estados	33%	27%	29%
Cidades de outros países	2%	0%	1%
Outras cidades do MA	5%	4%	4%
São Luís	49%	56%	54%
Total	100%	100%	100%



Observações sobre as condições necessários para se efetuar um teste χ^2 :

- 1 - todos os efetivos teóricos devem ser superiores ou iguais a 5.
- 2 - condições para efetuar um teste de χ^2 com correção de Yates: pelo menos um dos efetivos teóricos deve ser inferior a 5. Contudo, é necessário que os efetivos teóricos não sejam muito baixos ($>2,5$).
- 3 - Se necessário, caso os defetivos teóricos não correspondam ao critério exposto acima, utilizaremos o teste de Fischer.

Teste de χ^2 entre as variáveis “cidades” e “tipos de edição”

TESTE χ^2	
Risco de erro alpha	0,05 ou 5%
ddl $v=(L-1)*(C-1)$	4
Probabilidade crítica (P-value)	4,9151E-09

TESTE χ^2			
valores teóricos			
	Tipos de edição		
Cidades	Literatura	Não literário	Total
c.n.i.	177,2438503	266,7561497	444
Cidades de outros estados	435,1256684	654,8743316	1090
Cidades de outros países	15,56871658	23,43128342	39
Outras cidades do MA	64,67005348	97,32994652	162
São Luís	800,3917112	1204,608289	2005
Total	1493	2247	3740

TESTE χ^2			
Valores observados / reais			
	Tipos de edição		
Cidades	Literatura	Não literário	Total
c.n.i.	164	280	444
Cidades de outros estados	490	600	1090
Cidades de outros países	30	9	39
Outras cidades do MA	71	91	162
São Luís	738	1267	2005
Total	1493	2247	3740

#Teste de χ^2 entre a variável “cidades” e “tipos de edição”

Hipótese H0: Não existe relação entre as variáveis.

Hipótese H1: Existe relação entre as variáveis.

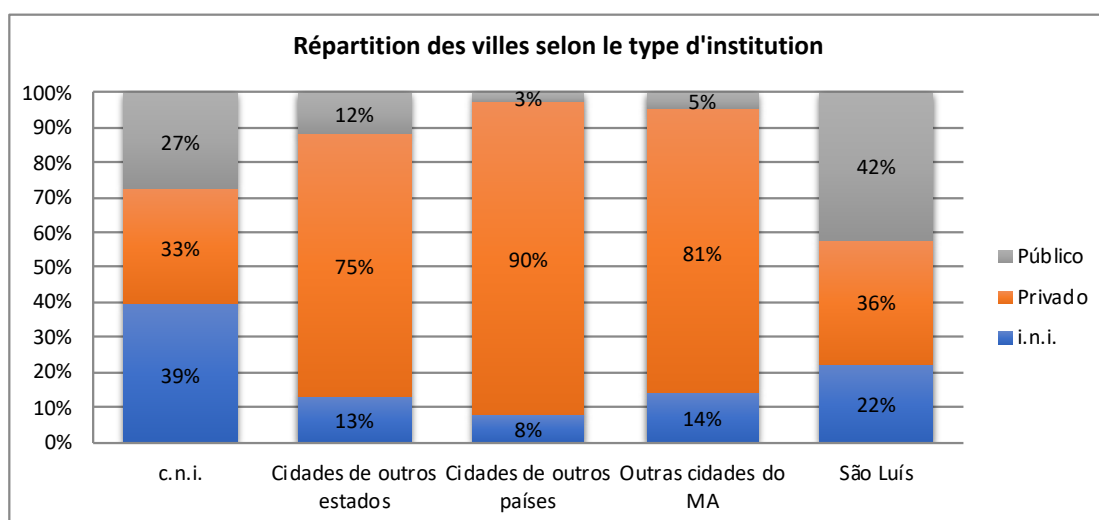
Se p-value $\geq 0,05$ H0

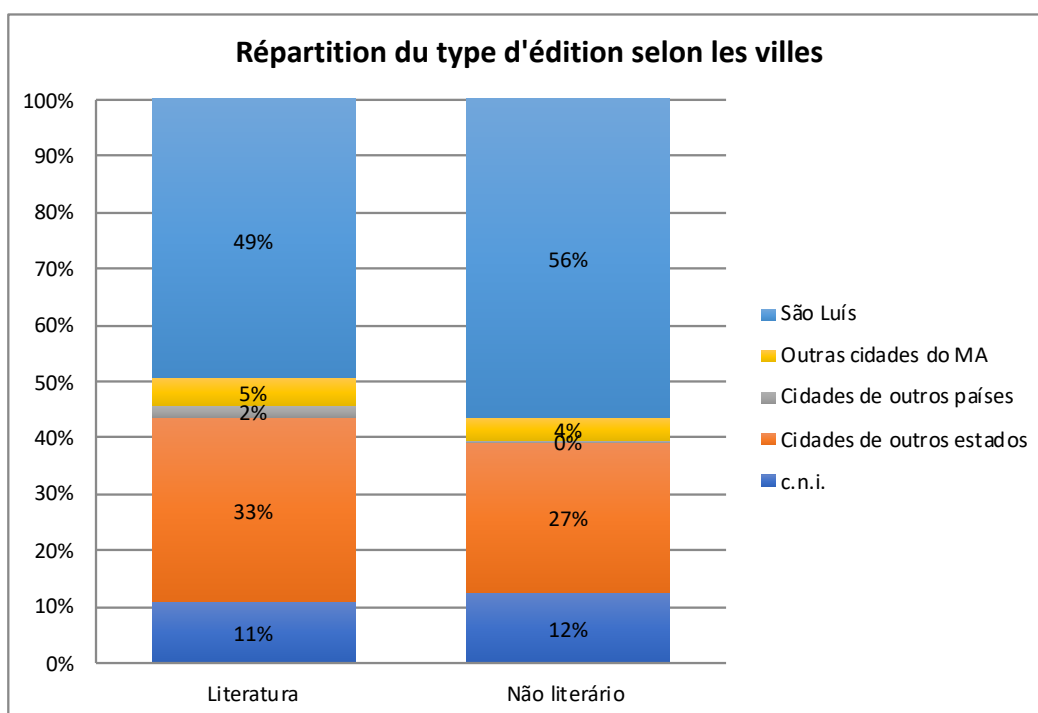
Se p-value $< 0,05$ H1

Identificação das cidades segundo os “tipos de instituição”

Efetivos	Tipos de instituição			Total
Cidades	i.n.i.	Privado	Público	Total
c.n.i.	175	147	122	444
Cidades de outros estados	141	816	133	1090
Cidades de outros países	3	35	1	39
Outras cidades do MA	23	131	8	162
São Luís	439	723	843	2005
Total	781	1852	1107	3740

Percentuais em linha	Tipos de instituição			Total
Cidades	i.n.i.	Privado	Público	Total
c.n.i.	39%	33%	27%	100%
Cidades de outros estados	13%	75%	12%	100%
Cidades de outros países	8%	90%	3%	100%
Outras cidades do MA	14%	81%	5%	100%
São Luís	22%	36%	42%	100%
Total	21%	50%	30%	100%





#Teste de χ^2 entre a variável "cidades" e "tipos de instituições"

Hipótese H0: Não existe relação entre as variáveis.

Hipótese H1: Existe relação entre as variáveis.

Se p-value $\geq 0,05$ H0

Se p-value $< 0,05$ H1

TEST KH12	
Risque d'erreur alpha	0,05 ou 5%
ddl $v=(L-1)*(C-1)$	8
Probabilité critique (P-value)	1,05E-136

Valores teóricos	Tipos de instituição			Total
	i.n.i.	Privado	Público	
c.n.i.	92,7176471	219,863102	131,419251	444
Cidades de outros estados	227,617647	539,754011	322,628342	1090
Cidades de outros países	8,14411765	19,3122995	11,5435829	39
Outras cidades do MA	33,8294118	80,2203209	47,9502674	162
São Luís	418,691176	992,850267	593,458556	2005
Total	781	1852	1107	3740

P-value=1,05E-136<0,05 portanto, **há uma relação** entre as variáveis “cidades” e “tipos de instituição”.

Identificação dos períodos de publicação segundo os tipos de edição

Effectifs	Type d'édition		
Période de publication	Literatura	Não literário	Total général
a.n.i.	265	404	669
1873-1969	310	379	689
1970-1999	641	924	1565
2000-2015	277	540	817
Total général	1493	2247	3740

Percentuais em linha	Type d'édition		
Période de publication	Literatura	Não literário	Total général
a.n.i.	39,6%	60,4%	100,0%
1873-1969	45,0%	55,0%	100,0%
1970-1999	41,0%	59,0%	100,0%
2000-2015	33,9%	66,1%	100,0%
Total général	39,9%	60,1%	100,0%

Percentuais em coluna	Type d'édition		
Période de publication	Literatura	Não literário	Total
a.n.i.	17,7%	18,0%	17,9%
1873-1969	20,8%	16,9%	18,4%
1970-1999	42,9%	41,1%	41,8%
2000-2015	18,6%	24,0%	21,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

#Test de chi2 entre a variável “período de publicação” e “tipos de edição”.

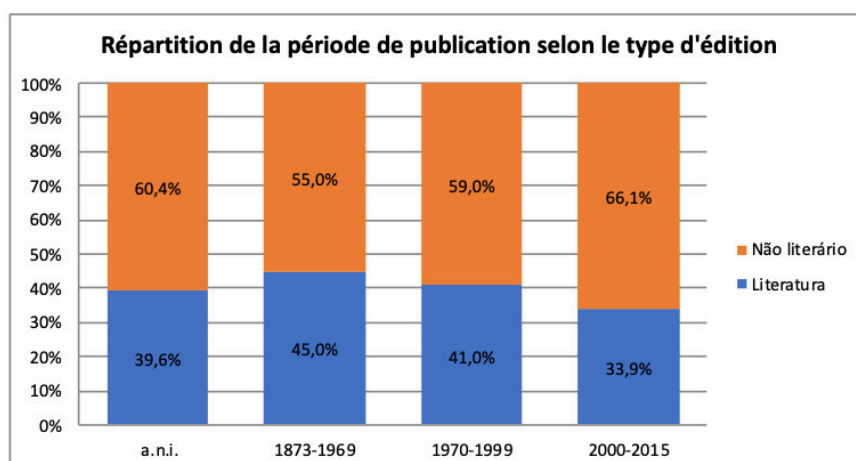
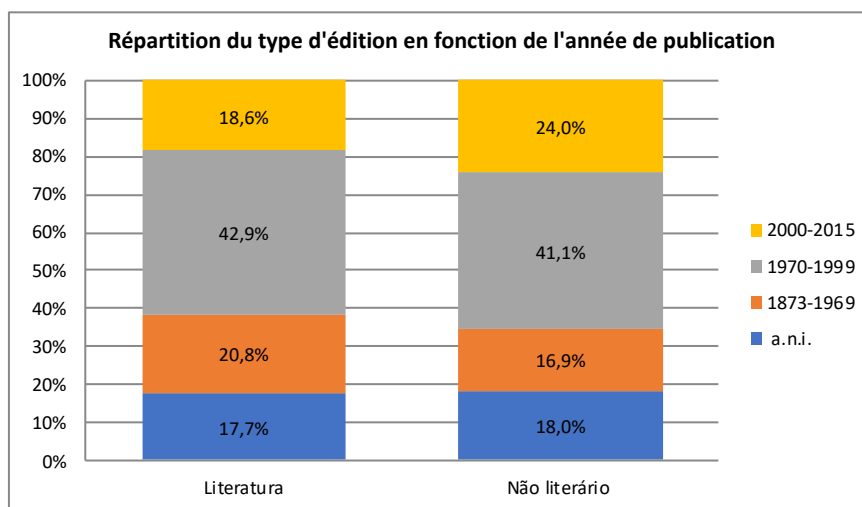
Hypothèse H0 : Não há uma relação entre as duas variáveis.

Hypothèse H1 : Há uma relação entre as duas variáveis.

Se p-value ≥ 0,05 H0

Se p-value < 0,05 H1

TEST KH12	
Risque d'erreur alpha	0,05 ou 5%
ddl $v=(L-1)*(C-1)$	3
Probabilité critique (P-value)	0,000136978



Effectifs	Type d'édition		
Période de publication	Literatura	Não literário	Total général
a.n.i.	265	404	669
1873-1969	310	379	689
1970-1999	641	924	1565
2000-2015	277	540	817
Total général	1493	2247	3740

Percentuais em linha	Type d'édition		
Période de publication	Literatura	Não literário	Total général
a.n.i.	39,6%	60,4%	100,0%
1873-1969	45,0%	55,0%	100,0%

1970-1999	41,0%	59,0%	100,0%
2000-2015	33,9%	66,1%	100,0%
Total général	39,9%	60,1%	100,0%

Percentuais em coluna			
Type d'édition			
Période de publication	Literatura	Não literário	Total
a.n.i.	17,7%	18,0%	17,9%
1873-1969	20,8%	16,9%	18,4%
1970-1999	42,9%	41,1%	41,8%
2000-2015	18,6%	24,0%	21,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Valores teóricos			
Tipos de edição			
Período de publicação	Literatura	Não literário	Total
a.n.i.	267,063369	401,936631	669
1873-1969	275,047326	413,952674	689
1970-1999	624,744652	940,255348	1565
2000-2015	326,144652	490,855348	817
Total	1493	2247	3740

P-value=0,00013<0,05, portanto, **há uma relação** entre a variável “tipos de edição e a variável “período de publicação”.

Identificação dos países segundo os tipos de edição

Efetivos			
Tipos de edição			
Países	Literatura	Não literário	Total
Brasil	1352	2028	3380
o.p.	30	11	41
p.n.i.	111	208	319
Total	1493	2247	3740

Percentuais em linha			
Tipos de edição			
Países	Literatura	Não literário	Total
Brasil	40,0%	60,0%	100,0%
o.p.	73,2%	26,8%	100,0%
p.n.i.	34,8%	65,2%	100,0%
Total	39,9%	60,1%	100,0%

Percentuais em coluna			
Tipos de edição			
Países	Literatura	Não literário	Total
Brasil	90,6%	90,3%	90,4%
o.p.	2,0%	0,5%	1,1%
p.n.i.	7,4%	9,3%	8,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

#Teste de Ki2 entre as variáveis “tipos de edição” e “países” .

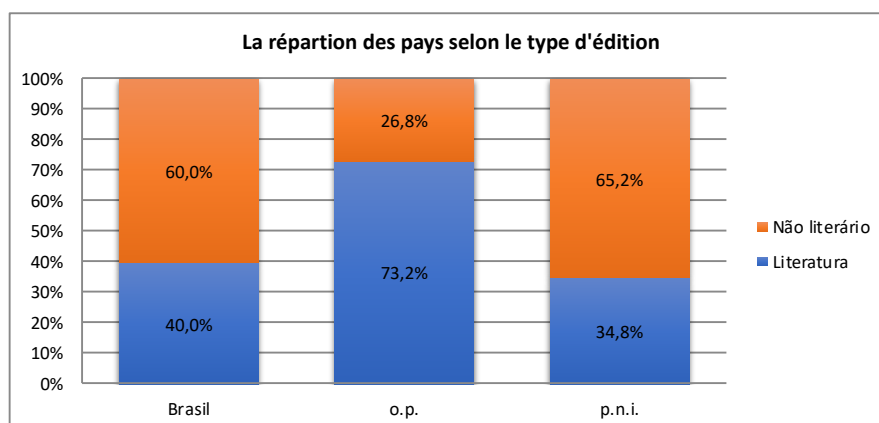
Hipothese H0 : Não há uma relação entre as duas variáveis.

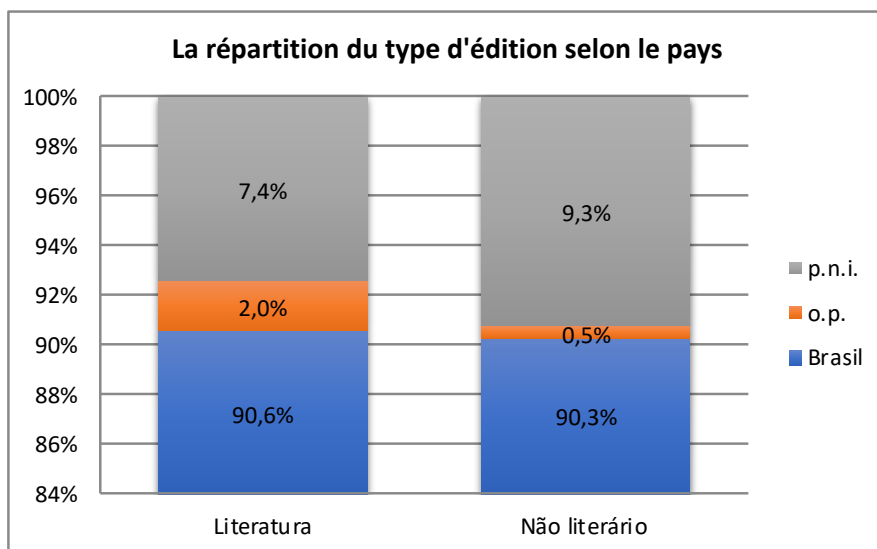
Hipothese H1 : Há uma relação entre as duas variáveis.

Se $p\text{-value} \geq 0,05$ H0

Se $p\text{-value} < 0,05$ H1

TESTE KI2	
Risque d'erreur alpha	0,05 ou 5%
Probabilité critique (P-value)	1,37E-05





TESTE K12			
Valores observados / reais			
	Tipos de edição		
Países	Literatura	Não literário	Total
Brasil	1352	2028	3380
o.p.	30	11	41
p.n.i.	111	208	319
Total	1493	2247	3740

Valores teóricos			
	Tipos de edição		
Países	Literatura	Não literário	Total
Brasil	1349,28877	2030,71123	3380
o.p.	16,3671123	24,6328877	41
p.n.i.	127,344118	191,655882	319
Total général	1493	2247	3740

P-value = $1,37E0,5 < 0,05$ Portanto, há **uma relação** entre a variável “tipos de edições” e a variável “países”.

Correlações entre os tipos de edição, períodos e países de publicação

Effectifs				
Literários/Não literários	Etiquetas em coluna			
Etiquetas em linha	Brasil	o.p.	p.n.i.	Total
Literatura	1125	28	75	1228
1873-1969	267	27	16	310
1970-1999	615	1	25	641
2000-2015	243		34	277
Não literário	1692	11	140	1843
1873-1969	340	9	30	379
1970-1999	903		21	924
2000-2015	449	2	89	540
Total	2817	39	215	3071

Percentuais em linha				
Literários/Não literários	Etiquetas em coluna			
Etiquetas em linha	Brasil	o.p.	p.n.i.	Total
Literatura	91,61%	2,28%	6,11%	100,00%
1873-1969	86,13%	8,71%	5,16%	100,00%
1970-1999	95,94%	0,16%	3,90%	100,00%
2000-2015	87,73%	0,00%	12,27%	100,00%
Não literário	91,81%	0,60%	7,60%	100,00%
1873-1969	89,71%	2,37%	7,92%	100,00%
1970-1999	97,73%	0,00%	2,27%	100,00%
2000-2015	83,15%	0,37%	16,48%	100,00%
Total	91,73%	1,27%	7,00%	100,00%

Percentuais em coluna				
Literários/Não literários	Etiquetas em coluna			
Etiquetas em linha	Brasil	o.p.	p.n.i.	Total
Literatura	39,9%	71,8%	34,9%	40,0%
1873-1969	9,5%	69,2%	7,4%	10,1%
1970-1999	21,8%	2,6%	11,6%	20,9%
2000-2015	8,6%	0,0%	15,8%	9,0%
Não literário	60,1%	28,2%	65,1%	60,0%
1873-1969	12,1%	23,1%	14,0%	12,3%
1970-1999	32,1%	0,0%	9,8%	30,1%
2000-2015	15,9%	5,1%	41,4%	17,6%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Identificação dos eixos (dim) segundo os pesos das suas variáveis constituintes

A partir das correlações demonstradas anteriormente pudemos verificar melhor o peso relativo entre determinadas variáveis. A importância dessa etapa se dá pela possibilidade de analisar determinados agrupamentos com base na força de atração e repulsão mensuradas a partir de determinadas propriedades constituintes dos lugares de edição. A leitura desses dados se deu pela identificação das variáveis mais significativas para a elaboração do que trataremos por eixos (dim) de representação das condições estruturantes do espaço de produção editorial no Maranhão e suas mutações. Assim, segue abaixo a lista das variáveis resultantes dos agrupamentos e testes de correlações que realizamos (Coordenadas) e destacamos para cada eixo as variáveis mais relevantes. Em seguida, seguem demonstradas as suas representações gráficas separadamente.

Coordenadas

var\$coord##Coordonnées des variables					
Variáveis	Dim 1	Dim 2	Dim 3	Dim 4	Dim 5
Cidades de outros estados	0.16796514	-1.22809230	-0.268550518	-0.137417398	0.163511483
Cidades de outros países	7.66183377	1.97469558	0.152172566	-0.270176791	0.187633944
Outras cidades do MA	-0.18522064	0.15301346	3.599582977	1.680026793	2.832609965
São Luís	-0.29161920	0.70165658	-0.071213007	-0.016857949	-0.290683034
MA	-0.28355483	0.66137071	0.151144862	0.085996230	-0.098202191
o.e.a.BR.	7.51166009	1.92039946	0.167009031	-0.357110833	0.198199902
o.e.a.MA	0.15890514	-1.24547015	-0.272396777	-0.134638405	0.163180343
Privado	0.20901858	-0.48553262	0.303410056	0.147737294	-0.093712790
Público	-0.32866369	0.76345818	-0.477086157	-0.232304159	0.147355284
1873-1969	0.80295352	-0.62717466	-0.484504532	-0.046682922	-0.118552162
1970-1999	-0.24485337	0.35010405	-0.383121066	0.184956906	0.471392138
2000-2015	-0.09707553	-0.27421936	1.228377513	-0.370552866	-0.944751318
Brasil	-0.12280643	-0.03139618	-0.002730393	0.005838324	-0.003240325
o.p.	7.51166009	1.92039946	0.167009031	-0.357110833	0.198199902
Literatura	0.17588968	-0.10991551	-0.242951165	1.048457463	-0.361186369
Não literário	-0.12737773	0.07959983	0.175943063	-0.759283525	0.261567940

Contribuição das variáveis segundo as modalidades de resposta

Público	1.35588877	9.49298123	7.045279e+00	2.067607647	1.007161581
1873-1969	4.13014337	3.26943596	3.708207e+00	0.042612198	0.332698156
1970-1999	1.06740368	2.83153725	6.444253e+00	1.859050423	14.619357945
2000-2015	0.07613931	0.78831017	3.006333e+01	3.386283276	26.648422832
Brasil	0.47913830	0.04063345	5.840539e-04	0.003305435	0.001232659
o.p.	29.30729279	2.48541268	3.572463e-02	0.202182450	0.075397655
Literatura	0.41957529	0.21259774	1.974018e+00	45.505552307	6.537911335
Não literário	0.30385268	0.15396138	1.429566e+00	32.954714305	4.734696960
Público	1.35588877	9.49298123	7.045279e+00	2.067607647	1.007161581
1873-1969	4.13014337	3.26943596	3.708207e+00	0.042612198	0.332698156
1970-1999	1.06740368	2.83153725	6.444253e+00	1.859050423	14.619357945
2000-2015	0.07613931	0.78831017	3.006333e+01	3.386283276	26.648422832
Brasil	0.47913830	0.04063345	5.840539e-04	0.003305435	0.001232659
o.p.	29.30729279	2.48541268	3.572463e-02	0.202182450	0.075397655
Literatura	0.41957529	0.21259774	1.974018e+00	45.505552307	6.537911335
Não literário	0.30385268	0.15396138	1.429566e+00	32.954714305	4.734696960

Ligação entre as variáveis dos *clusters* e as variáveis categóricas (teste do qui-quadrado)

	p.value	df
Cidade	0.000000e+00	6
Estado.brasileiro	0.000000e+00	4
País	0.000000e+00	2
Público	1.249988e-85	2
Ano.de.Publicação	7.677552e-63	4
Literários. Nãoliterários	8.215190e-06	2

Descrição dos *clusters* por categorias

\$1^{\circ}					
	Cla/Mod	Mod/Cla	Global	p.value	v.test
Estado.brasileiro=MA	99.28673	100.000000	62.645219	0.000000e+00	Inf
Cidade=São Luís	100.00000	93.893678	58.400357	0.000000e+00	Inf
Público=Público	87.58621	54.741379	38.873995	1.011289e-94	20.648294
Ano.de.Publicação=1970-1999	73.09562	64.798851	55.138517	3.779307e-32	11.802712
Cidade=Outras cidades do MA	100.00000	6.106322	3.798034	1.085994e-18	8.825883
País=Brasil	63.21526	100.000000	98.391421	3.848082e-16	8.143249
Literários.Não.literários=Não literário	65.40832	60.991379	57.998213	2.410158e-04	3.671622
Literários.Não.literários=Literatura	57.76596	39.008621	42.001787	2.410158e-04	-3.671622
Cidade=Cidades de outros países	0.00000	0.000000	1.519214	2.837224e-15	-7.897864
País=o.p.	0.00000	0.000000	1.608579	3.848082e-16	-8.143249
Estado.brasileiro=o.e.a.BR.	0.00000	0.000000	1.608579	3.848082e-16	-8.143249
Ano.de.Publicação=1873-1969	33.33333	10.632184	19.839142	2.088111e-43	-13.814357
Público=Privado	46.05263	45.258621	61.126005	1.011289e-94	-20.648294
Estado.brasileiro=o.e.a.MA	0.00000	0.000000	35.746202	0.000000e+00	-Inf
Cidade=Cidades de outros estados	0.00000	0.000000	36.282395	0.000000e+00	-Inf

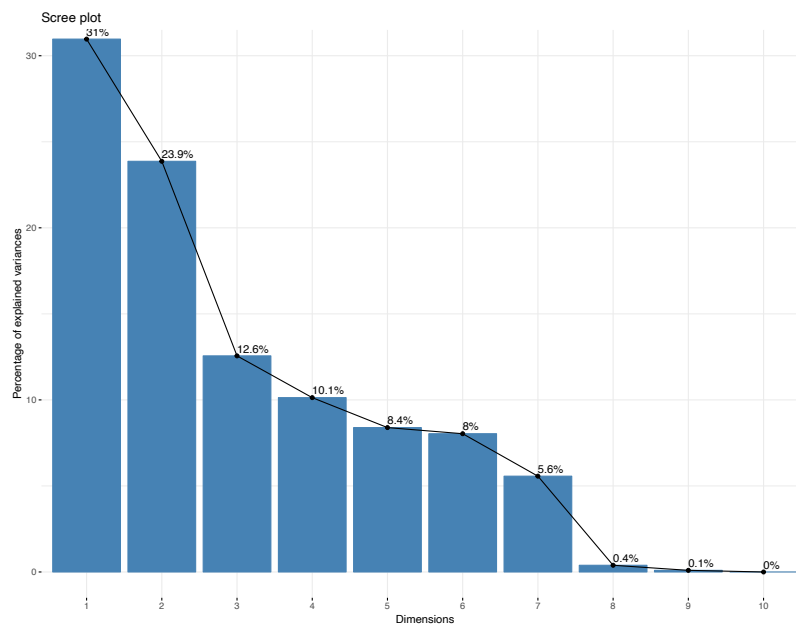
\$2^{\circ}					
	Cla/Mod	Mod/Cla	Global	p.value	v.test
Estado.brasileiro=o.e.a.MA	100.000000	98.765432	35.746202	0.000000e+00	Inf
Cidade=Cidades de outros estados	99.7536946	100.000000	36.282395	0.000000e+00	Inf
Público=Privado	51.4619883	86.913580	61.126005	1.692875e-86	19.712245
Ano.de.Publicação=1873-1969	59.2342342	32.469136	19.839142	1.740653e-28	11.070685
País=Brasil	36.7847411	100.000000	98.391421	8.034342e-08	5.366356
Literários.Não.literários=Literatura	39.4680851	45.802469	42.001787	6.188405e-03	2.737628

Literários.Não.literários=Não literário	33.8212635	54.197531	57.998213	6.188405e-03	-2.737628
Cidade=Cidades de outros países	0.0000000	0.000000	1.519214	2.008919e-07	-5.198510
País=o.p.	0.0000000	0.000000	1.608579	8.034342e-08	-5.366356
Estado.brasileiro=o.e.a.BR.	0.0000000	0.000000	1.608579	8.034342e-08	-5.366356
Cidade=Outras cidades do MA	0.0000000	0.000000	3.798034	1.017758e-17	-8.571918
Ano.de.Publicação=1970-1999	26.8233387	40.864198	55.138517	1.514262e-24	-10.226146
Público=Público	12.1839080	13.086420	38.873995	1.692875e-86	-19.712245
Estado.brasileiro=MA	0.7132668	1.234568	62.645219	0.000000e+00	-Inf
Cidade=São Luís	0.0000000	0.000000	58.400357	0.000000e+00	-Inf

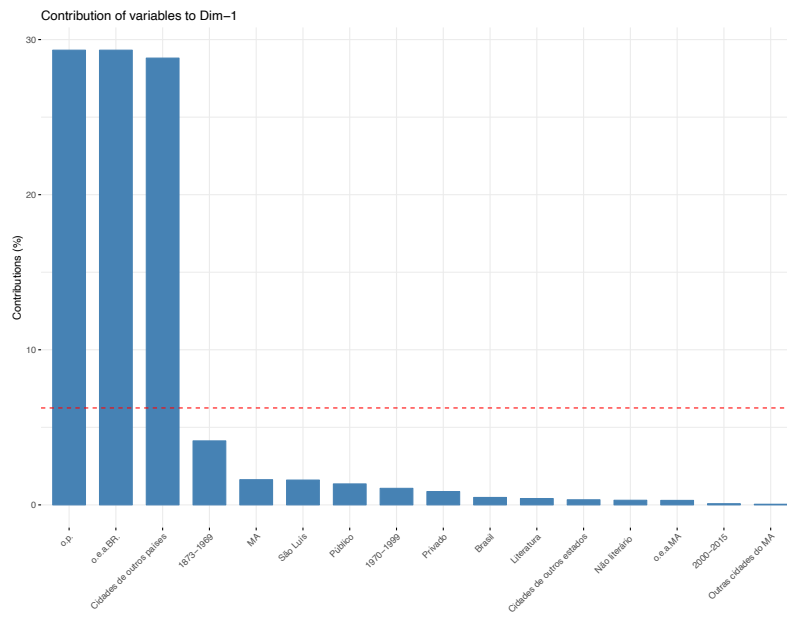
\$^3`					
	Cla/Mod	Mod/Cla	Global	p.value	v.test
País=o.p.	100.00000000	100.000000	1.608579	1.254522e-79	18.894973
Estado.brasileiro=o.e.a.BR.	100.00000000	100.000000	1.608579	1.254522e-79	18.894973
Cidade=Cidades de outros países	100.00000000	94.444444	1.519214	3.045610e-73	18.102494
Ano.de.Publicação=1873-1969	7.43243243	91.666667	19.839142	9.861238e-21	9.337525
Público=Privado	2.48538012	94.444444	61.126005	5.322673e-06	4.551650
Literários.Não.literários=Literatura	2.76595745	72.222222	42.001787	2.653938e-04	3.646928
Ano.de.Publicação=2000-2015	0.35714286	5.555556	25.022341	2.846386e-03	-2.983858
Literários.Não.literários=Não literário	0.77041602	27.777778	57.998213	2.653938e-04	-3.646928
Cidade=Cidades de outros estados	0.24630542	5.555556	36.282395	1.971881e-05	-4.268051
Público=Público	0.22988506	5.555556	38.873995	5.322673e-06	-4.551650
Estado.brasileiro=o.e.a.MA	0.00000000	0.000000	35.746202	1.036119e-07	-5.320273
Ano.de.Publicação=1970-1999	0.08103728	2.777778	55.138517	9.872105e-12	-6.808355

Cidade=São Luís	0.00000000	0.000000	58.400357	1.295507e-14	-7.706268
Estado.brasileiro=MA	0.00000000	0.000000	62.645219	2.485171e-16	-8.196001
País=Brasil	0.00000000	0.000000	98.391421	1.254522e-79	-18.894973

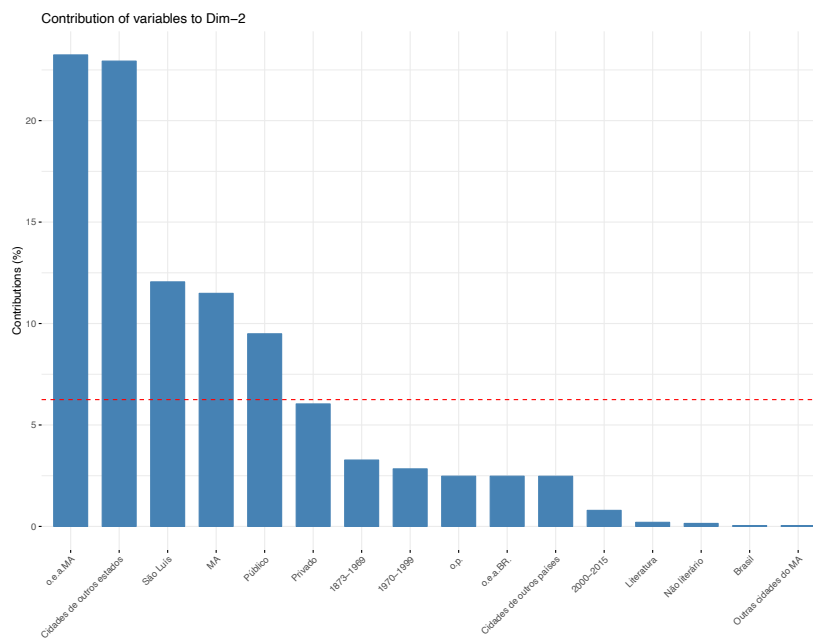
Representação gráfica do peso relativo de cada grupo a partir das variáveis identificadas como mais relevantes para a construção de cada eixo



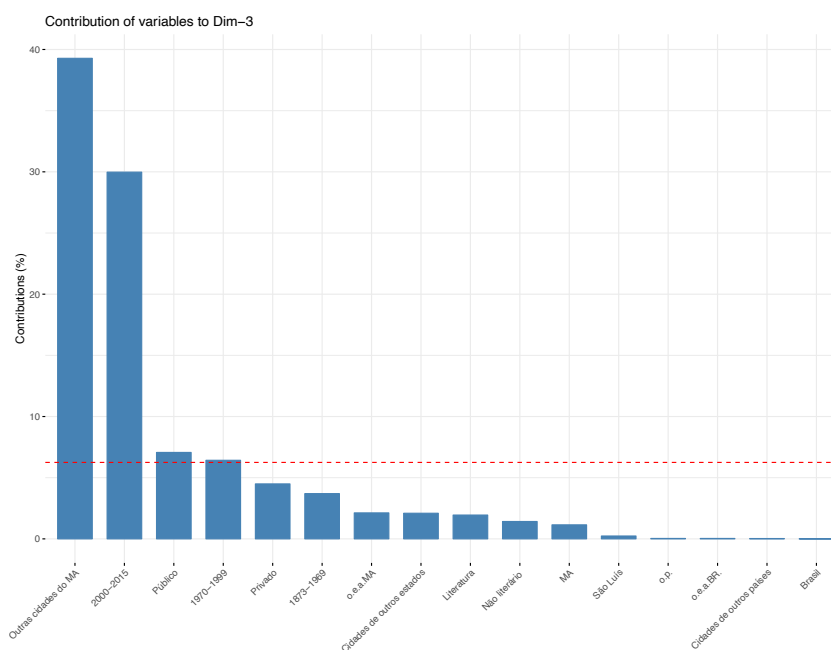
Peso relativo de cada eixo



Contribuição das variáveis para a construção da dimensão 1



Contribuição das variáveis para a construção da dimensão 2



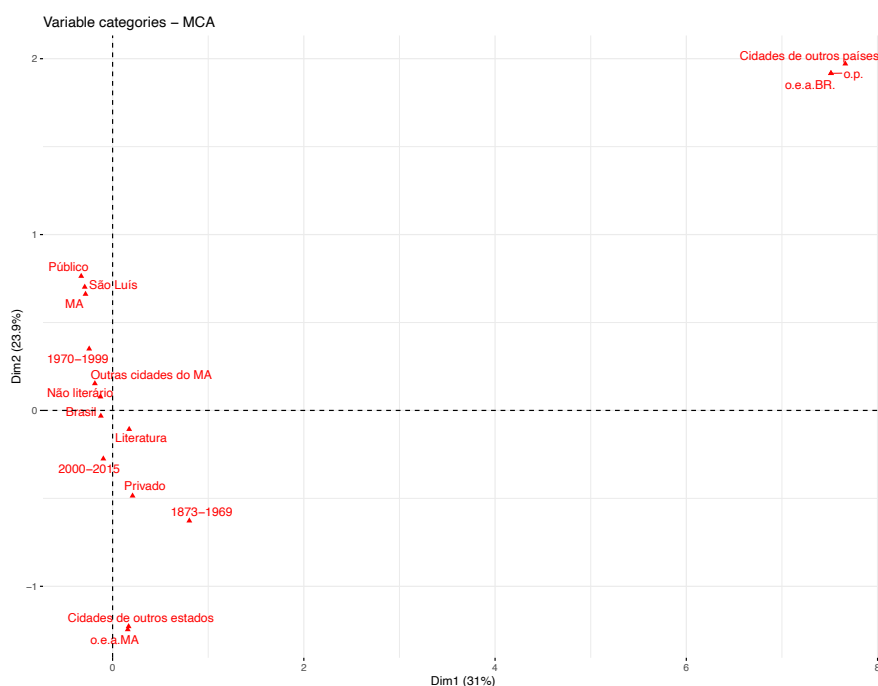
Contribuição das variáveis para a construção da dimensão 3

Construção de ACM's - Análises de Correspondências Múltiplas³¹⁸

Seguindo a construção dos agrupamentos pudemos elaborar um espaço gravitacional a partir das correlações entre algumas propriedades sociais dos *lugares de edição* que compuseram o universo analisado. Optamos pela demonstração dos eixos 1, 2 e 3 por se apresentarem como os mais significativos para a estruturação desse espaço social, como se observa no gráfico 1. Cabe destacar que essas verificações preliminares serão ainda combinadas aos perfis sociais dos/as autores/as, bem como dos agentes que exerceram os papéis de editores após a identificação dos *lugares de edição* mais representativos.

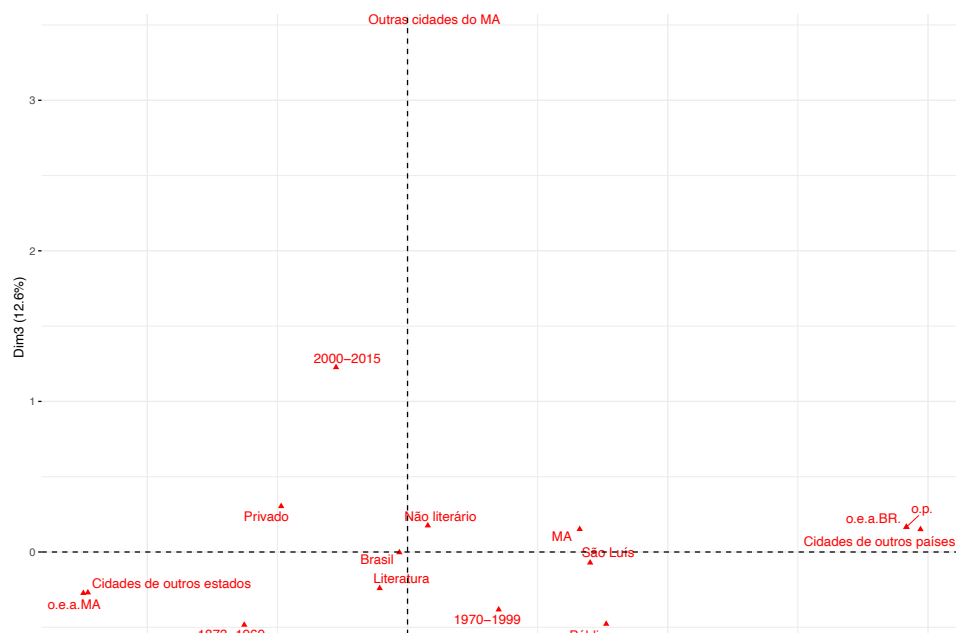
Realizando uma leitura preliminar sobre cada eixo “separadamente”, destacamos duas verificações: A primeira trata da configuração que se estabelece no eixo principal, constituído por uma oposição entre os perfis dos “lugares de edição” que constituem os eixos 1 e 2.

³¹⁸ Os gráficos aqui apresentados foram produzidos com a utilização do software R Project for Statistical Computing.



ACM entre os eixos 1 e 2

Ela se caracteriza de um lado por agentes situados no Brasil e mais destacadamente na cidade de São Luís do Maranhão, com ênfase sobre livros de cunho “não-literário” e em sua maioria publicados durante o período de 1970 a 1999. Em perspectiva relacional temos por oposição a esses os perfis dos agentes situados em outros estados e cidades no Brasil, portanto fora do Maranhão, cujas publicações foram majoritariamente de publicações simbolicamente rentáveis - tomados aqui pela categoria “literários” - e a partir de instituições “privadas”, características que se acentuaram entre os anos 1873 a 1969.



ACM entre os eixos 2 e 3

Já o eixo 3 se destaca pela posição isolada que ocupa o perfil dos “lugares de edição” fortemente caracterizados pelas publicações realizadas em “lugares de edição” “privados” e realizadas em outros países.

Já quando observamos a representação geométrica constituída pelos eixos 2 e 3 se destaca um outro tipo de oposição. Nesse caso, acentua-se no eixo 3 os *lugares de edição* “privados” situados em outros estados do Brasil, atuantes durante o período de 1873-1869 e mais dedicados à produção de gêneros “literários” de “autores maranhenses”.

Em oposição a eles destacam-se as publicações realizadas em outros países a partir de *lugares de edição* “públicos” e gêneros “não-literários” entre os anos 1970 a 1999. A Amplitude de verificações possíveis a partir desses dados carecem ainda de continuidade nos seus detalhamentos estatísticos, conjugados a uma sistematização mais rigorosa das fontes que temos mobilizado. Pretendemos que tais análises mais aprofundadas sejam desenvolvidas em etapa posterior à conclusão desse trabalho. As verificações acerca dos modos de atuação dos agentes “editores” através das instituições alocadas nos gráficos acima se encontram melhor desenvolvidas no corpo do texto.